

CONIMBRIGA

VOLUME LXII · 2023



CONIMBRIGA

CONIMBRIGA

Revista de Arqueologia | Publicação anual
Revista com arbitragem científica | Journal with peer review
Indexada na Web of Science (Emerging Sources Citation Index)

DIRETOR

ARMANDO REDENTOR

SECRETARIADO EDITORIAL

CARLA ROSA

CONSELHO DE REDAÇÃO

DOMINGOS DE JESUS DA CRUZ

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

MARIA CONCEIÇÃO LOPES

PEDRO C. CARVALHO

RAQUEL VILAÇA

RICARDO COSTEIRA DA SILVA

VASCO GIL MANTAS

CONSELHO CIENTÍFICO

ALAIN TRANOY † (Université de Poitiers)

ANA MARGARIDA ARRUDA (Universidade de Lisboa)

GERMÁN DELIBES DE CASTRO (Universidad de Valladolid)

JAVIER SÁNCHEZ-PALENCIA (Centro de Ciências Humanas y Sociales, CSIC - Madrid)

JORGE DE ALARCÃO (Universidade de Coimbra)

LUÍS RAPOSO (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa)

MANUEL MARTÍN-BUENO (Universidad de Zaragoza)

MARTÍN ALMAGRO-GORBEA (Universidad Complutense de Madrid)

MÁRIO BARROCA (Universidade do Porto)

PRIMITIVA BUENO RAMÍREZ (Universidad de Alcalá de Henares)

TANIA ANDRADE LIMA (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

TRINIDAD NOGALES BASARRATE (Museo Nacional de Arte Romano)

DESIGN E EDIÇÃO DE IMAGEM

JOSÉ LUÍS MADEIRA/MARCOS OSÓRIO

SECRETARIADO ADMINISTRATIVO

EUNICE DIONÍSIO

PROPRIEDADE

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA | INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

EDIÇÃO

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

IMPRESSÃO: Gráficasmares, Lda.

ISSN: 0084-9189 | ISSN Digital: 1647-8657

DOI: http://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_62

DEPÓSITO LEGAL: 93223/95 | ANO 2023

Todos os contributos (artigos e resenhas) devem ser submetidos através da plataforma Open Journal Systems (OJS)

<http://impactum-journals.uc.pt/login>

Toda a correspondência deve ser dirigida a:

CONIMBRIGA | INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA | PALÁCIO DE SUB-RIPAS
Rua de Sub-Ripas 3000 – 395 COIMBRA | PORTUGAL
conimbriga.revista@uc.pt

*Solicitamos permuta. On prie de bien vouloir établir l'échange.
Sollecitiamo scambio. We would like exchange. Tauschverkerhr erwünscht.*

UNIVERSIDADE DE COIMBRA | FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, ESTUDOS EUROPEUS, ARQUEOLOGIA E ARTES

INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME LXII



IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

COIMBRA 2023

ALAIN TRANOY (1939-2023)



http://doi.org/10.14195/1647-8657_62_1

Faleceu, no dia 9 de abril do presente ano, o Professor Doutor Alain Tranoy, insigne historiador, epigrafista e arqueólogo, que integrava o Conselho Científico da revista *Conimbriga*. A sua atividade científica ficou indelevelmente ligada à Península Ibérica e muito particularmente ao Noroeste, quadro geográfico sobre o qual se debruçou amiudadamente, não só no contexto da sua tese de doutoramento, como também no da que realizou para obtenção de habilitação para dirigir trabalhos de investigação. A primeira corresponde à edição, tradução e comentário da Crónica de Idácio, importante fonte hispânica da Antiguidade Tardia. A segunda é a concelebrada *La Galice Romaine: recherches sur le nord-ouest de péninsule ibérique dans l'Antiquité*.

Conimbriga, 62 (2023) 5-6

Ambas são monumentos historiográficos incontornáveis, que se publicaram em 1974-75 e 1981, respetivamente. São também justificativa da enorme ligação à comunidade científica ibérica, especialmente galega e portuguesa, e a ambos os países, enraizada no palmilhar dos desafiantes caminhos das terras do finisterra atlântico.

Nesta brevíssima nota não detalhamos o labor científico do investigador diligente que os hispanistas aprenderam a considerar, mas sublinhamos que ele foi influente e fundador em múltiplos aspetos, sobretudo referentes à história romana do quadrante ibérico referido. Uma síntese poderá ler-se no volume de homenagem que lhe foi oferecido por amigos e colegas (AULIARD, Claudine; BODIOU, Lydie (2004) – *Au jardin des Hespérides, histoire, société et épigraphie des mondes anciens: mélanges offerts à Alain Tranoy*, Rennes: Presses Universitaires de Rennes) e, assim, para aí remetemos enquanto fonte mais completa. Foi também pela predileção e entusiasmo pelo Noroeste, bem expressos na sua obra científica, que recebeu, em 2011, o doutoramento *honoris causa* na Universidade do Porto.

A sua atividade esteve igualmente muito ligada ao ensino na Université de Poitiers, bem como à gestão universitária. Aí foi responsável quer pelo Departamento de História, quer pela Faculdade de Ciências Humanas, tendo inclusive assumido a presidência da Universidade, entre 1993 e 1998. A investigação, o ensino e a gestão foram, em suma, os três grandes pilares da sua vida profissional académica.

Assinalando o seu passamento, sublinhamos também a perda de um homem bom e gentil, de vincado perfil humanista. Cumpre-nos publicamente expressar o enorme pesar que significa a sua ausência física e o não continuar a dispor do seu sábio e ponderado conselho.

REQUIESCAT IN PACE

JOSÉ LUÍS MADEIRA

http://doi.org/10.14195/1647-8657_62_2

José Luís Antunes Madeira, que serviu o Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra durante 30 anos e se aposentou em fevereiro último, merece uma homenagem nas páginas desta revista que ao longo de três décadas lhe ficou devendo o arranjo gráfico e muitos dos desenhos com que vários dos seus números foram ilustrados. A ele também se fica devendo, e desde o primeiro número, a montagem do *Ficheiro Epigráfico*.

Nascido na freguesia de Casegas (Covilhã) em 1955, José Luís Madeira licenciou-se em História na Faculdade de Letras de Coimbra em 1980, mas não foi à investigação histórica ou ao ensino da disciplina que se dedicou. Talvez só circunstâncias familiares o tenham impedido de frequentar um curso superior de Belas-Artes para o qual estaria vocacionado.

Excelente desenhador, José Luís Madeira sempre se mostrou tão capaz de desenhar uma peça de cerâmica como um objeto de metal, sabendo dar-lhes textura e volume. Foi tão rigoroso nos levantamentos topográficos como imaginativo na reconstituição, em alçado ou em axonometria, de edifícios romanos ou medievais dos quais hoje só restam vestígios por vezes reduzidos a pouco mais do que alicerces. Dos seus desenhos pode dizer-se que, ampliados 10 vezes, não deixam ver irregularidades de traço, mas, pelo contrário, mostram pormenores que, à escala reduzida em que foram publicados, podem passar despercebidos. Isto é o melhor elogio que pode fazer-se a um desenhador. Infelizmente, desenhos que originalmente fez a cores foram muitas vezes reproduzidos a preto e branco por conveniências editoriais, perdendo-se algo da qualidade artística.

Demonstrando grande versatilidade, desenhou centenas de cartazes anunciadores de congressos, colóquios, seminários, conferências; e

se muitos podem esquecer-se como efémeros, outros mereciam arquivamento ou reprodução, não só para memória do que anunciaram, mas como inspiradas obras de design gráfico.

Não foram apenas os docentes e investigadores do Instituto de Arqueologia que beneficiaram dos seus trabalhos. Outros docentes da Faculdade de Letras de Coimbra, sobretudo os da área da História da Arte, encontraram em José Luís Madeira um auxiliar sempre disponível, capaz de ilustrar o que pretendiam.

Gerações de alunos do Instituto frequentaram as suas aulas de desenho arqueológico. Fora do Instituto, deu cursos intensivos na Escola Profissional de Arqueologia do Freixo (Marco de Canaveses) – responsável pela formação de muitos técnicos – na Faculdade de Letras do Porto e no Museu de Loulé. O seu livro *O Desenho na Arqueologia* (2002) terá sido útil a muitos que não puderam beneficiar do seu ensinamento presencial.

José Luís Madeira colaborou ainda na organização e montagem de muitas exposições que se realizaram em Coimbra, Conimbriga, Rabçal (Penela), Bobadela (Oliveira do Hospital), Fornos de Algodres, Sabrosa, Beja, Ferrara (Itália).

Em Beja deu particular apoio à Doutora Maria da Conceição Lopes no levantamento topográfico das ruínas do fórum e são dele as primeiras imagens de reconstituição do magnífico templo da capital do *conventus Pacensis*, imagens que, apresentadas em exposições na cidade (e depois também em publicações), deram aos pacenses (e depois aos arqueólogos em geral) ideia da magnitude de um templo que superava o de Évora; na Lusitânia, só o de Mérida, a capital da província, lhe levava vantagem.

A visão que hoje temos de Conimbriga é mais viva graças aos desenhos que fez de suas casas.

Do que foi a cidade de Coimbra nas épocas romana, medieval e renascentista pode agora fazer-se melhor ideia graças aos magníficos desenhos com que ilustrou obras de Jorge de Alarcão, de António Filipe Pimentel e de Adília Alarcão.

Em *A Lusitânia e a Galécia, do séc. II a. C. ao séc. VI d. C.* (obra de Jorge de Alarcão publicada em 2018) encontram-se magníficos desenhos de suas cidades e *villae*.

Não foi no nosso Instituto que José Luís Madeira iniciou a sua atividade profissional de desenhador de Arqueologia, mas nos Serviços

Regionais de Arqueologia da Zona Centro (1984-1990), depois transformados em Delegação de Coimbra do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (1990-1994). Coube, porém, ao Instituto de Arqueologia a organização do concurso, com provas práticas, que levaram à seleção de José Luís Madeira como o melhor dos candidatos ao preenchimento daquele lugar de desenhador que os Serviços Regionais de Arqueologia da Zona Centro haviam criado.

Não apresentaremos aqui um *curriculum vitae* de José Luís Madeira (currículo que, aliás, se pode encontrar na Internet). O objetivo deste nosso breve texto é apenas o de manifestar publicamente a gratidão institucional (do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra) e pessoal (dos signatários) pelo que fez. Para o Instituto, a sua aposentação é uma perda irreparável. Felizmente, aposentado no pleno uso das suas faculdades e capacidades, José Luís Madeira não deixará de trabalhar e estamos certos de que iremos continuar a beneficiar dos seus traços e das suas cores em desenhos que dão vida aos textos que escrevemos.

Para mostra da qualidade dos seus desenhos e da sua versatilidade selecionamos alguns de entre as centenas que lhe ficámos a dever.

Coimbra, maio de 2023

Jorge de Alarcão

Universidade de Coimbra,

Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património,

Professor Catedrático Aposentado da Faculdade de Letras

jorge.alarcao@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-4236-2379>

José d'Encarnação

Universidade de Coimbra,

Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património,

Professor Catedrático Aposentado da Faculdade de Letras

jde@fl.uc.pt

<https://orcid.org/0000-0002-9090-557X>

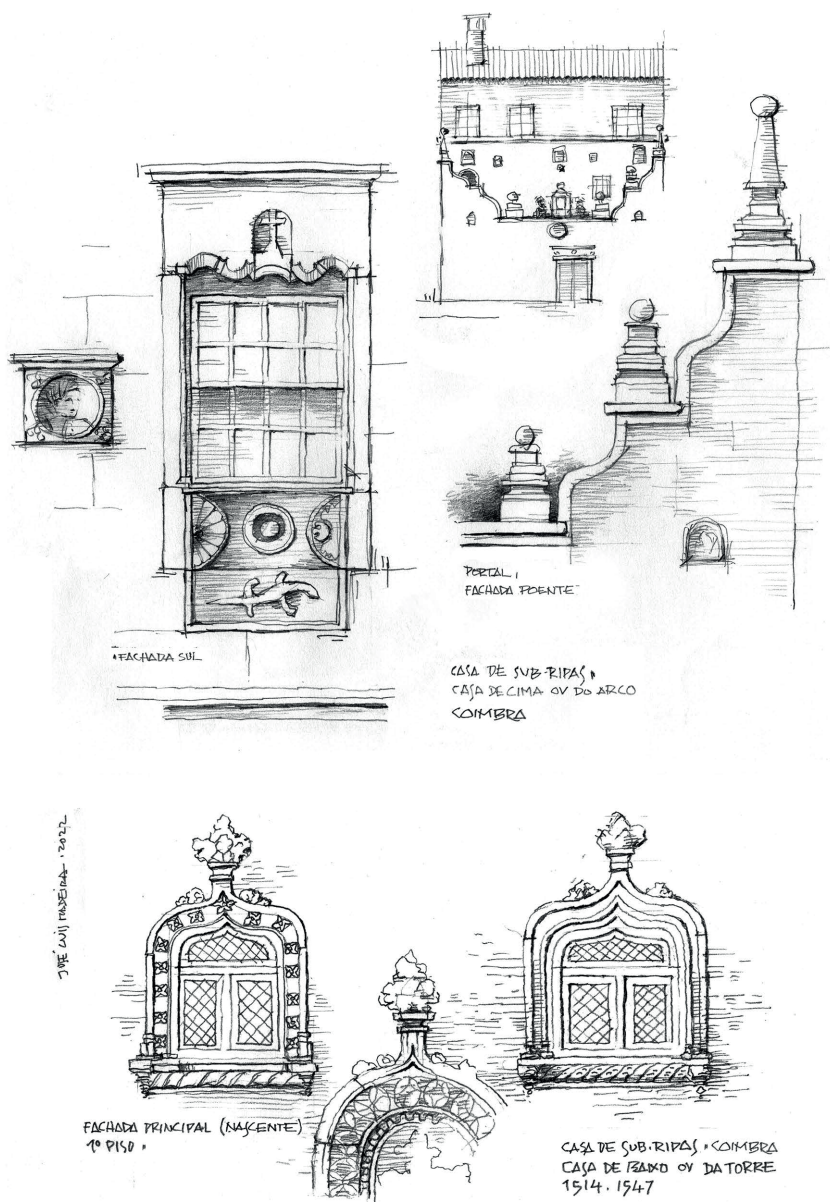


FIG. 1 – Palácio SubRipas.

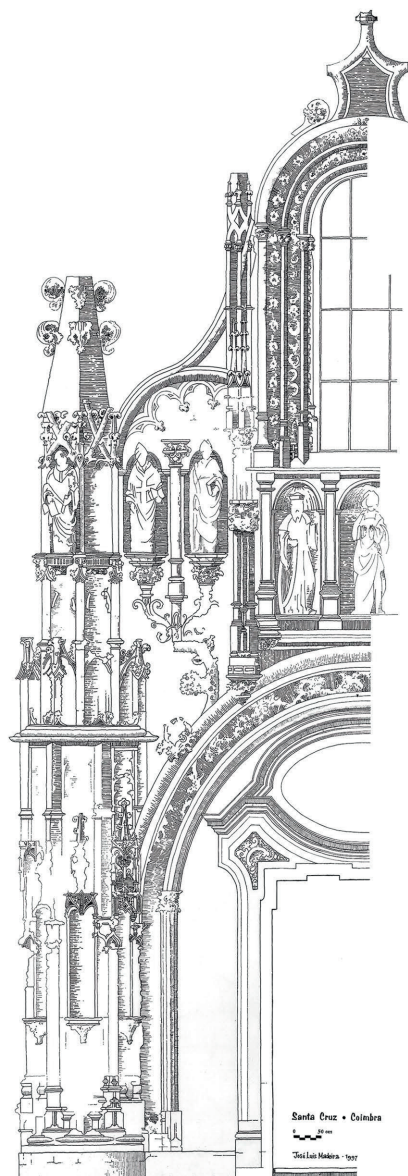


FIG. 2 – *Santa Cruz.*

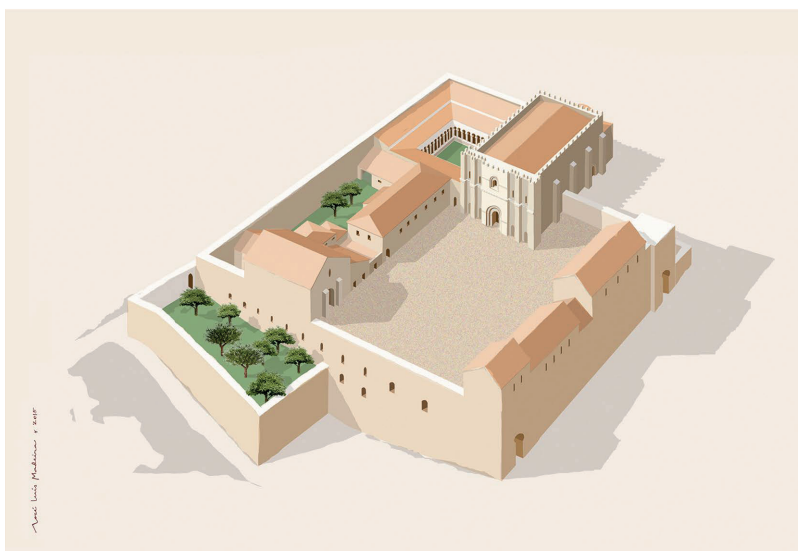
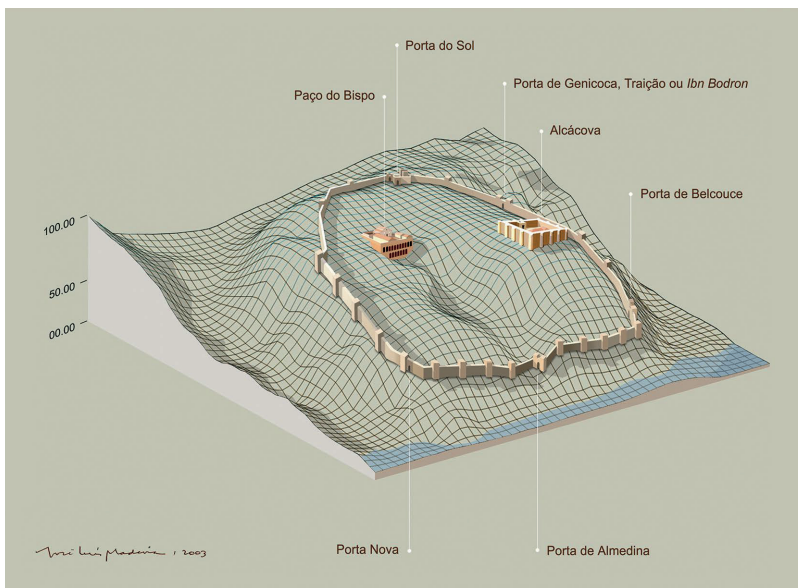


FIG. 3 – Coimbra.

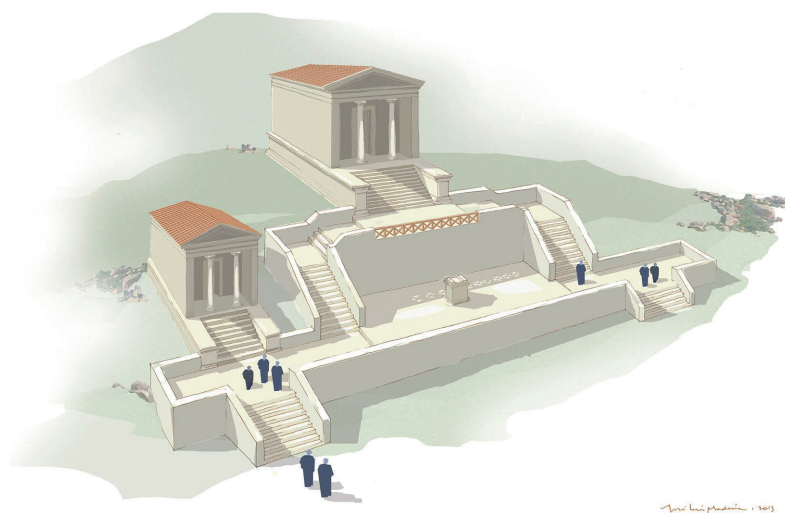
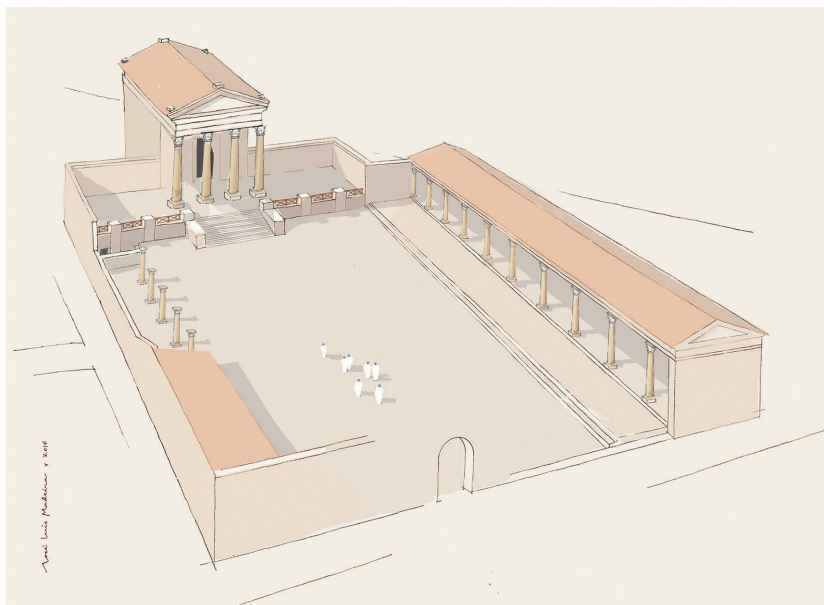
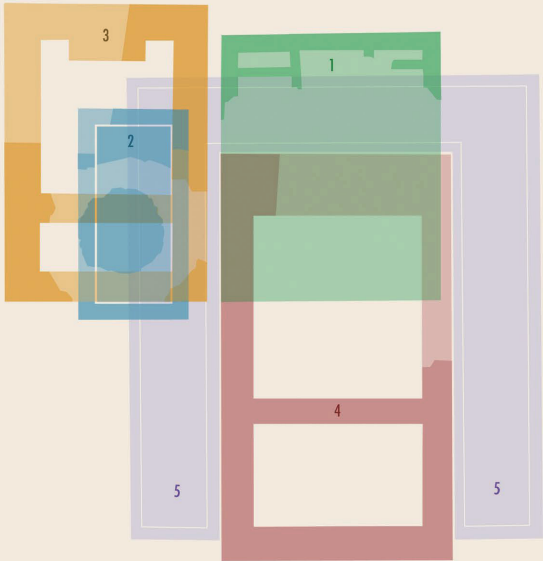


FIG. 4 – Conimbriga e Orjaïs.

O FORUM DE PAX IVLIA



- 1 2 Templo e tanque da Idade do Ferro | séc. I a. C.
- 3 Templo de Augusto | séc. I a. C. - séc. I d. C.
- 4 5 Templo e tanque de Tibério | séc. I d. C.



FIG. 5 – Pax Ivlia.

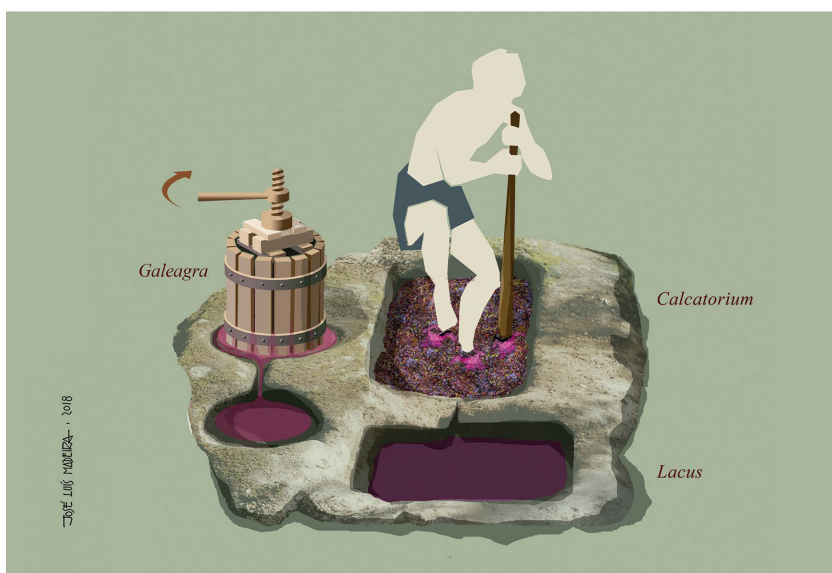


FIG. 6 – Ânfora e lagareta.

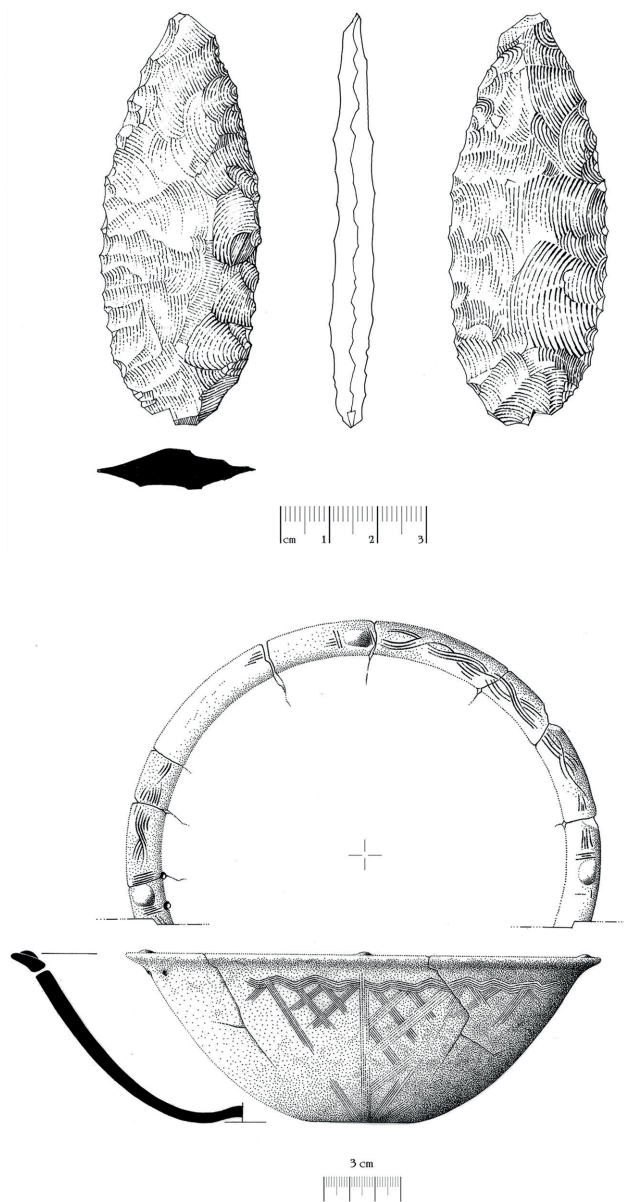


FIG. 7 – *Materiais.*

Ciclo de Mesas-Redondas REFAT

“Revisitando as ditaduras: processos históricos e reflexos no Mundo actual”

online, Setembro de 2021 a Janeiro de 2022

Mesa-Redonda 1

“Fascismo, neofascismo e populismo de direita”

Núcleo Brasil

21 de Setembro de 2021, 15h (de Brasília)

Mesa-Redonda 2

“O regresso das ditaduras? Que ditaduras?”

Núcleo Portugal

28 de Outubro de 2021, 17h30' (de Lisboa)

Mesa-Redonda 3

“De ditaduras a democracias.

Las transiciones en Italia, Portugal, España y Brasil”

Núcleo Espanha

18 de Novembro de 2021, 18h (de Madrid)

Mesa-Redonda 4

“Intellettuali, fascismo e latinità

Núcleo Itália

17 de Janeiro de 2022, 17h (de Roma)

Organização



Universidade de Vigo

FIG. 8 – Cartaz.

ANTÓNIO MANUEL S. P. SILVA

Universidade do Porto, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (Unidade de I&D 4059 da FCT)

amspsilva@hotmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-2403-4737>

SOBRE OS *CALLAECI* E O SEU EPÓNIMO:
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

ON THE *CALLAECI* AND THE EPONYMIC ISSUE:
SOME REMARKS

“Conimbriga” LXII (2023) p. 19-48

http://doi.org/10.14195/1647-8657_62_3

Texto recebido em / Text submitted on: 06/02/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 05/07/2023

RESUMO: Tomando como ponto de partida o trabalho publicado no anterior número de *Conimbriga* (Fernández Calo, “Os *Callaeci* e a questão eponímica”), discutem-se diversos aspetos historiográficos, com base, essencialmente, nas fontes literárias clássicas e na epigrafia latina, acerca da localização, tanto do núcleo urbano de *Cale*, mencionado pela primeira vez no “Itinerário de Antonino”, como do *populus/ciuitas* dos *Callaeci*, que a tradição literária identifica como a primeira comunidade indígena situada a norte do rio Douro que afrontou o cônsul romano *Decimus Iunius Brutus* quando este fez uma incursão militar ao noroeste da península em 138-137 a.C. O triunfo da missão fez com que *Brutus* adotasse o cognome honorífico *Calaicus*, celebrado em vários monumentos de Roma. Conclui-se que, não obstante o estudo de Fernández Calo ter o propósito de renovar a discussão sobre um tema fundamental da história antiga do Noroeste, a falta de novas fontes, designadamente epigráficas, não permite que

se alcancem ganhos significativos na interpretação dos dados disponíveis.

PALAVRAS-CHAVE: História Antiga; *Callaeci*; Galaicos; Norte de Portugal.

ABSTRACT: Taking as a starting point a paper published in the previous issue of *Conimbriga* (Fernández Calo, “The *Callaeci* and the eponymic issue”), various historiographical aspects are discussed, essentially based on classical literary sources and Latin epigraphy, concerning the location, both of the urban center of *Cale*, mentioned for the first time in the “Antonine Itinerary”, and of the *populus/ciuitas* of the *Callaeci*, which literary tradition identifies as the first indigenous community located north of the Douro River that confronted the Roman consul *Decimus Iunius Brutus* when he made a military incursion to the northwest of the peninsula, in 138-137 BC. The triumph of the mission made *Brutus* to adopt the honorific cognomen *Calaicus*, celebrated in several monuments in Rome. It is concluded that, despite the fact that the study presented by Fernández Calo has the purpose of renewing the discussion on a fundamental theme of the Ancient History of the Northwest, the lack of new sources, namely epigraphic ones, does not allow significant gains to be achieved in the interpretation of the available data.

KEYWORDS: Ancient History; *Callaeci*; Galicians; North of Portugal.

SOBRE OS *CALLAECI* E O SEU EPÓNIMO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Publicou a *Conimbriga* no seu volume LXI (2022) interessante análise historiográfica subscrita por Martín Fernández Calo, autor de diversos estudos sobre a organização e estruturação do poder entre os povos galaicos (por exemplo, FERNÁNDEZ CALO, 2018, 2020). Este investigador debruçou-se agora sobre o que designa como “questão eponímica” dos *Callaeci*, ou seja, a interpretação – fundada em proposta de A. Tranoy (1977) e que afirma ser consensual na historiografia moderna – que radica a designação coronímica dos povos antigos da fachada ocidental do Noroeste peninsular – a *Callaecia* – em uma comunidade étnica dos finais da Idade do Ferro que teria tido o seu solar na margem esquerda da foz do Douro, os *Callaeci* propriamente ditos. Propõe-se, portanto, o autor reavaliar criticamente as fontes clássicas, designadamente Plínio e Estrabão, e analisar os registos epigráfico e paleolinguístico, para, em conclusão, denunciar “a fraqueza da questão etnonímica”, a fim de “ampliar as perspetivas sobre as origens do corónimo e da identidade antiga da *Callaecia*” (FERNÁNDEZ CALO, 2022: 54)¹.

Sublinhando a capacidade de argumentação de Fernández Calo, e colhendo o nosso acordo a maior parte da sua exposição, entendemos, ainda assim, contribuir para o debate com algumas observações que julgamos oportunas, tanto mais que o tema dos *Callaeci* e a questão eponímica têm também estado ultimamente no centro das nossas reflexões (SILVA, 2018, 2020, 2021).

¹ Para abreviar, indicaremos por vezes como *Idem* todas as referências a este trabalho do mesmo Autor.

A historiografia

No seu intento de desmontar o “consenso historiográfico” que faz radicar no artigo de Tranoy (1977), Fernández Calo começa por uma revisão historiográfica sobre o tema, para evidenciar a “variabilidade de posturas” vigente até ao estudo do investigador francês. O Autor remonta a Jerónimo Contador de Argote (1738: 48-50) o reconhecimento dos *Callaeci* como *populus/ciuitas* específico, erudito a que se seguiram Florez (1787: 18-19; a que podemos acrescentar 1749: 185ss., 234) e outros autores galegos e castelhanos, concluindo com Rodríguez Colmenero (1977: 32), todos eles apontando o suposto território dos *Callaeci* numa região do norte interior de Portugal e seus limites com a Galiza, por altura das serras do Gerês/Xurês ou do Barroso, como opinou este último investigador no trabalho citado. A mudança de paradigma ter-se-ia dado com a proposta de Luís Monteagudo (em estudo datado de 1955, e não 1956, como por lapso indica), de relacionar, linguisticamente, o referido *populus* com *Cale*, entendido como o núcleo original da moderna cidade do Porto (FERNÁNDEZ CALO, 2022: 55). Ora, a ideia original não foi de Monteagudo, pois já muito antes, do lado português, A. A. Mendes Correia havia feito a sugestão de sediar em *Cale* aquele povo (CORREIA, 1934: 18; 1936: 24-25), com ecos na historiografia galega anteriores à nota de Monteagudo (TORRES RODRÍGUEZ, 1951-1952: 6-7), podendo mesmo remontar-se a mesma proposta a Manuel Pereira de Novais, beneditino do mosteiro de São Martinho de Compostela, que redigiu, em castelhano, a sua *Anacrisis Historial* cerca de 1631, nela dizendo, logo no prólogo, referindo-se à cidade do Porto: “Pues del Primer nombre que tuvo de Cale se dedució al Reyno Illustrissimo de Galicia el nombre de Calecia, Y de Galecia, que es nombre que Plinio le da en su Historia Natural (...)” (NOVAIS, 1912: 11).

Aliás, Fernández Calo é parco, entre o elenco historiográfico convocado, na referência a autores portugueses, omitindo, por exemplo, Torquato de Sousa Soares, o qual, fundado apenas na interpretação dos textos plinianos, situava os *Callaeci* em região mais interior da bacia do Douro (SOARES, 1957: 219), ou, entre aqueles que mais afincadamente se dedicaram à etnogeografia dos povos antigos, diversos estudos de Jorge de Alarcão (1990, 1998, 1999, 2000, 2017) ou Armando Coelho Ferreira da Silva (2000, 2007, 2011, 2013, 2015), alguns desses autores citados apenas mais adiante, quase de passagem, à semelhança

de autores como Pereira-Menaut, Dolores Dopico e outros académicos e investigadores galegos, apresentados como “epígonos” acríticos das teses de Tranoy.

Recenseando o texto seminal (TRANOY, 1977) para o debatido “consenso historiográfico” acerca da “questão eponímica”, Fernández Calo estrutura, com acuidade, as propostas daquele investigador em torno de três pontos: “a base documental da presunção de uma *ciuitas callaecorum*”, a “noção da traslação do seu etnónimo a toda a região” e a “razão da localização da *ciuitas* epónima em torno do Porto” (*Idem*: 56), desde logo passando a criticar alguns aspetos metodológicos da análise de Tranoy, concluindo que a compilação de fontes deste autor para a justificação da sua proposta “resulta (...) muito incompleta, mas é a melhor que se fez então e até hoje mesmo” (*Idem*: 57).

Como fontes literárias para a consideração do *populus* pré-romano dos *Callaeci*, organizado como uma *ciuitas* em tempos imperiais, Fernández Calo analisa em particular as passagens de Plínio-o-Velho que se lhe referem e que são bem conhecidas (*NH*, III, 28 e IV, 112-113), salientando, como de há muito foi atestado, a singularidade do testemunho do Naturalista, entre os autores antigos, sobre o assunto, acrescentando – referindo-se à *Naturalis Historia* – que “o seu estilo esquemático e condensado a dota de uma forte ambiguidade” (FERNÁNDEZ CALO, *idem*: 61).

Ora, é verdade que Plínio tem sido criticado por manifestar, certas vezes, falta de critério metodológico, ou pela desigualdade com que trata os assuntos, registando-se erros, duplicações e omissões mais ou menos flagrantes (SORACI, 2016: 560), como também pela indicação pouco precisa das fontes de informação (CIPRÉS TORRES, 2016: 91-92)², ou ainda por ter optado mais pela exaustividade que pelo equilíbrio (TRAINA, 2007: 100), não resistindo a encobrir com *mirabilia* e *admiranda* certas descrições ou narrativas (VIAL-LOGEAY, 2017: 22-23). Não obstante, em resultado da sua carreira administrativa e conhecimento da Tarraconense, província de que foi procurador entre os anos de 72 e 74, teve, por certo, particular conhecimento das realidades étnicas da região, designadamente em resultado do acesso a informações atualizadas, considerando os censos que, por aquela altura, terão sido realizados no noroeste ibérico (SYME, 1969: 216; GUERRA, 1995:

² Particularmente notória, aliás, no que se refere ao livro III da *História Natural* (ARMANI, 2017: 107).

19-21; MATA SOLER, 2014: 182; LE TEUFF-LOUDOT, 2017: 278). Assim se compreende o sentido prático e visão administrativa (TRAINA, 2007) com que organizou alguns dos livros, hierarquizando a apresentação da Hispânia em províncias e *conuentus*, seguidos dos respetivos povos e cidades. É neste quadro, após a enunciação dos *conuentus* da Citerior, que Plínio elenca e quantifica as suas comunidades étnicas e população, local onde se encontra a passagem que ora nos interessa. Assim, deve reconhecer-se, como ponto de partida, que não há qualquer outro autor da Antiguidade que nos tenha legado informes tão preciosos – ainda que, certamente, os quiséssemos ainda mais precisos e *científicos* – sobre o noroeste peninsular (SILVA, 2021: 700-701).

Estranha também Fernández Calo a singularidade da menção dos *Callaeci* em Plínio, que descreve como “anomalia” e um “*hapax* na própria obra pliniana” (*Idem*: 61)³. Singular será, sem dúvida, mas note-se que das 24 *ciuitates* do *conuentus*, Plínio apenas discrimina sete, entre as que entendeu mais fáceis de nomear (“*citra fastidium nominentur*”), deixando na sombra as restantes dezassete. E se é escasso, com efeito, o registo dos *Callaeci*, não será muito maior o que documenta os *Leuni* ou os *Seurbi*, por exemplo. Talvez, para estes *populi*, a “questão eponímica” não se coloque com tanta acuidade, mas não é por isso que os deveremos eliminar da história antiga da região.

Passando ao trecho da *NH*, IV, 112-113, reencontra-se Fernández Calo com a debatida expressão “*Leuni Seurbi Bracarum oppidum Augusta quos super Callaecia*”, que tem sido interpretada quer como expressão de supremacia ou tutela administrativa, respeitante aos ditos Leunos e Seurbos (“sobre os quais fica a Galécia”), quer – na opinião da maioria dos autores – com um sentido meramente geográfico, seguindo a ordem da descrição de Plínio, que é de norte para sul, e explicitando apenas que a *Callaecia* estaria localizada mais a sul do que *Bracara* e os territórios dos anteriores povos (GUERRA, 1995: 77; MARTINS ESTÊVEZ, 2008: 311-312; GONZÁLEZ-RODRÍGUEZ, 2017: 136)⁴. A esta

³ Em outro ponto da *Naturalis Historia*, Plínio menciona a exportação para Itália do “linho zélico”, muito procurado na Campânia para o fabrico de redes de caça, que seria produzido em uma *ciuitas* da Galécia, não identificada, mas situada como estando próxima do oceano (“*Ciuitas ea Gallaeciae et oceano propinqua*”, *NH*, XIX, 10), tendo aqui a expressão *Gallaecia*, aparentemente, um valor coronímico.

⁴ Opinião, de largo, a mais corrente (TRANOY, 1981: 65-66), sendo exceção mais notória a perspetiva de A. Rodríguez Colmenero, o qual, fundado em distinta inter-

aceção, que considera contraditória com a passagem imediatamente seguinte do texto pliniano, prefere Fernández Calo para o advérbio *super* uma interpretação orográfica: o *populus* dos *Callaeci* teria o seu solar “*acima*, ou seja, no interior, mais alto que a costa”, interpretação, a nosso ver, algo singular.

É notória, como frequentemente tem sido observado (GUERRA, 1995: 77), a dificuldade de compaginar esta informação de Plínio com o texto imediatamente seguinte, onde o naturalista se refere ao rio Douro, explicitando os povos e regiões separadas por aquele curso de água: “*dein per Areuacos Vaccaeosque, disternatis ab Asturia Vettonibus, a Lusitania Gallaecis, ibi quoque Turdulos a Bracaris arcens*” (NH, IV, 112), ou seja, o Douro corria pelas terras dos Arevacos e Vaceus, fazia fronteira entre as Astúrias e os Vetões, entre os Galaicos e a Lusitânia e “separando neste ponto igualmente os Brácaros dos Túrdulos”, na tradução de Amílcar Guerra (1995: 31).

Esta passagem pode ser interpretada como aludindo a duas expressões regionais ou coronímicas, Lusitânia/Galécia, das quais se especificariam apenas as subcomunidades dos *Bracari* e dos *Turduli*, como sugeriu aquele mesmo autor (1995: 77), mas deve notar-se, igualmente, que se, um pouco antes, Plínio se referira à *Gallaecia*, agora contrapõe a uma província (*Lusitania*), não a Tarraconense, por exemplo, mas um simples etnónimo no plural (*Gallaecis*), o que, porventura, pode sugerir uma localização geográfica desta *ciuitas* um pouco mais interior e não tanto centrada em *Cale*. Ora, na altura em que Plínio redigiu a sua *Naturalis Historia*, pelos meados da década de 70, já a *Callaecia* seria ordinariamente conhecida como uma *regio* informal, pelo menos vista do exterior, ou seja, por simplificação das autoridades romanas, o que não significa que os diferentes *populi* do Noroeste se autoidentificassem como tal (PEREIRA-MENAUT, 1988: 250; 1997: 244). Mas tal não obsta a que a comunidade dos *Callaeci* primordiais, se assim podemos dizer, não sobrevivesse ainda, como julgamos poder inferir-se da NH, III, 28. Não terá, assim, de considerar-se contraditório ou incoerente

pretação desta passagem, atribui aos *Callaeci* uma região mais interior, a nascente do território dos *Bracari* (1997: 28-30). Deve distinguir-se com clareza a localização dos *Callaeci* “primordiais” e dos *Callaeci Bracari* de muitas fontes, que aludem a uma realidade étnico-administrativa posterior, esses sim, de uma forma geral, situáveis talvez em regiões um pouco mais interiores a norte do Douro (DOPICO CAÍNZOS; RODRÍGUEZ ALVAREZ, 1992: 397).

que Plínio tanto fale dos *Callaeci* em particular, como refira a *Callaecia* em sentido genérico, como defende, M.^a Cruz González-Rodríguez (2017: 136-137).

Não nos parece que possa paralelizar-se totalmente com as informações de Plínio o registo de Estrabão, que terá composto a sua *Geografia* mais de 50 anos antes da obra do Naturalista, fundado não em conhecimentos diretos da Ibéria, que nunca terá visitado, mas apoiado em informes e escritos de autores que, muito anteriormente, haviam estado na península – que aliás tem o cuidado de indicar amiúde, designadamente Posidónio, Artemidoro, Políbio, Asclepiades de Mirlea e outros (CARDOSO, 1994: 20-28; TROTTA, 1999: 83-88; BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, 2006: 238; GÓMEZ ESPELOSÍN, 2015: 38ss.) – o que se, por um lado, garante razoável fiabilidade aos seus dados (BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, 2006: 238), poderá também não propiciar detalhe ou atualização (SILVA, 2021: 694-695).

Mas, seguramente, a Estrabão não interessava tanto enumerar *ciuitates* ou especificidades administrativas ou étnicas, mas, sobretudo, refletir a situação do noroeste peninsular num momento fundamental da conclusão da sua conquista e pacificação, assinalando igualmente a sua transformação sob o impulso organizador do primeiro imperador, o que levou, mesmo, a que se tenha considerado o processo da romanização como o eixo fundamental do seu programa geográfico (GÓMEZ ESPELOSÍN, 2015: 42). Por essa razão, e sem surpresa, os Galaicos do texto estraboniano têm sempre o sentido regional, coronímico, que a partir da conquista, ou talvez desde um pouco antes, aquele etnónimo passou a representar para as autoridades coloniais.

Analizando o dossiê epigráfico em busca de eventuais “*Callaeci* epónimos”, Fernández Calo ataca o que considera “um dos (...) princípios de argumentação mais relevantes” de Tranoy para sustentar a identificação de uma comunidade *callaeca* original: a lápide funerária de Vocónio Rufino (FERNÁNDEZ CALO, *idem*: 58-59, 67). Trata-se da placa sepulcral, aparecida em Tarragona, dedicada por *Queta Voconia* ao seu amo *Q. Voconius Rufinus Callaecus*⁵, evocada como sendo a primeira referência histórica conhecida a um galego mencionado pelo nome completo (TRANOY, 1977: 227-228; PEREIRA-MENAUT, 1997: 243; 2015: 34-35). A inscrição é tardia, de entre meados do século II

⁵ EDCS-3400134; CIL II, 14, n.º 1307; RIT, 384.

e os começos do seguinte, e concordamos que, muito provavelmente, *Voconius Rufinus*, nascido em alguma terra da grande região galaica, nada teria já a ver com os *Callaeci* que vários séculos antes teriam de frontado as tropas do cônsul Bruto – como por várias vezes escreveu Pereira – ainda que, na verdade, a esta *origo* regional, Tranoy tenha “preferido”, na sua expressão, assumir o sentido restrito (1977: 228).

A par deste epitáfio, Fernández Calo elenca outras cinco menções epigráficas com referências de *origo* aparentemente aludindo a *Callaeci*, advertindo que “a reunião e crítica destas fontes epigráficas (...) é uma tarefa pendente” (*Idem*: 65). Não é tanto assim, uma vez que, já em finais do século XIX, Boissevain (1892) elencou mais de duas dezenas de referências, provenientes de todo o Império, a que acrescentou outras fontes escritas, com referência à *Callaecia* e aos *Callaeci*, assinalando a datação tardia da maioria de elas, se bem que o interesse da pesquisa daquele erudito fosse mais filológico que etno-histórico. Recolha similar, com menor incidência na epigrafia, pode encontrar-se, pela mesma época, no contributo de Hübner (1899) para a enciclopédia Pauly-Wissowa, (com atualização em ÜNTERMANN *et al.*, 2018), devendo ter-se em conta, igualmente, a completa recolha de Amílcar Guerra (1998: 371-373) e a análise de Cruz González e Juan Santos (1999). Pela nossa parte, compilámos recentemente (2021: 708-713), em trabalho que Fernández Calo não podia conhecer, mais alguns exemplos de registos epigráficos desta classe.

Entre os mais antigos devemos contar os fragmentos das duas listas honoríficas que integraram o arco de Augusto no *Forum Romanum*: os *Fasti Triumphales* e os *Fasti Consulares*. O arco foi dedicado a Augusto no ano de 27 a.C., como celebrado por outra inscrição, e o registo epigráfico dos triunfos militares e dos magistrados que exerceram o consulado tem uma data-limite de 13 a.C. (TAYLOR, 1946, 1951; SIMPSON, 1993). Nos *Fasti Consulares*, o fragmento correspondente ao ano de 138 a.C. não conserva o nome do cônsul *P. Cornelius Scipio Nasica Serapio*, mas apenas, em duas linhas muito mutiladas, parte da inscrição que memorava *Iunius Brutus*, reconstituível como: [D(ecimus) I] VN[ius] M(arci) F(ilius) M(arci) • N(epos) • BRVTV[(s) qui / postea] / CAL(la)ICVS • APPEL[(latus) est]⁶ e que, assim, evocava o cognome

⁶ CIL, I, p. 26 (<http://arachne.uni-koeln.de/item/buchseite/533275>); EDCS-20 200008; DEGRASSI, 1947; KAJANTO, 1982: 198.

metonímico obtido *ex virtute* pelo cônsul, após a sua vitória na Hispânia contra os lusitanos e galaicos, facto assinalado por numerosas fontes escritas, como é sabido (SILVA, 2021: 708-709). Paralelamente, a reconstituição dos *Fasti Triumphales*⁷ regista com algum desfasamento cronológico, entre 133 e 132 a.C. o triunfo do procônsul sobre os *Callaiceis* (CIL, I²: 176), ou sobre os *Callaicieis et Lusitaneis*, segundo Ettore Pais (1920, I: 191-192).

Também entre as evidências epigráficas de *callaeci* mais arcaicas, contam-se algumas em que tal menção surge já como cognome derivado do etnónimo, do que é exemplo uma placa funerária de Ninho de Açor (Castelo Branco), datada pelos editores da primeira metade do século I, que perenizou a homenagem de *Modestus* ao pai – *[Ruf]ino Callae [ci? (filio)]*, e à mãe, *Camala*⁸. O patronímico *Callaecus*, o mais provável neste contexto, parece identificar uma família de imigrantes bracarenses, tendo em conta, igualmente, o nome da esposa de Rufino (CARVALHO e ENCARNAÇÃO, 1991; FERREIRA, 2004: 55, n.º 8). Duas inscrições funerárias de Mérida, provavelmente da segunda metade do século I, atestam igualmente este nome. A primeira, citada por Fernández Calo (*Idem*: 66), efetuada sobre bela placa marmórea, constitui longo epitáfio coletivo, em contexto de *liberti*, no qual um dos três falecidos se identifica como *Cn(aeus) Aemilius Callaecus*, sendo o seguinte o texto completo:

*Cn(aeus) Aemilius / Amandae l(ibertus) / Iucundus h(ic) s(itus) e(st) / s(it) t(ibi) t(erra) l(evis) / Cn(aeus) Aemilius Servo/lus an(norum) XXII h(ic) s(itus) e(st) s(it) t(ibi) t(erra) l(evis) / Cn(aeus) Aemilius Cn(aei) f(ilius) Pap(iria) / Callaecus an(norum) XXIX h(ic) s(itus) e(st) s(it) t(ibi) t(erra) l(evis)*⁹.

A segunda, é uma inscrição desaparecida, registada e desenhada por Hübner no *CIL*, mas de leitura algo problemática, que, aparentemente, conteria o texto *Gallaeca / Corneli Fusci / I[- - -] Raso / vixit ann(os) / VIII m(enses) III d(ies) XI*¹⁰ (SILVA, 2021: 709).

⁷ Uma vez que o fragmento original da inscrição não foi recuperado.

⁸ EDCS-5000404; HD-05-4928; HEp 1994, 35 = AE 1991, 951; HepOL-20621.

⁹ EDCS-30000480 (de onde se colheu a transcrição); HD044568; HepOL- 24225.

¹⁰ HepOL-16786. Ver também CIL II, 556. Sobre a epígrafe veja-se CILAE, 773, com discussão e bibliografia. Giovanni Forni (La popolazione di Augusta Emerita, in

Entre epígrafes mais tardias, ou de datação insegura, surgem pessoas identificadas pelo mesmo nome, tanto na forma masculina como na feminina. Perto das Caldas da Rainha apareceu um epitáfio relacionado com *Colippo* (São Sebastião do Freixo, Leiria), homenagem mandada lavrar em memória da esposa por um liberto daquela *ciuitas*: *D(is) · M(anibus) · s(acrum) / Sulpiciae · Col/lippone(n)si · an(norum) / XXXV · Callaecus / r(eipublicae) · s(uae) l(ibertus) · uxori / p(ientissimae) p(oni) c(uravit)*¹¹. Amílcar Guerra, lembrando a utilização da invocação D M em simultâneo com um superlativo, dá este monumento, datável talvez do século III, como exemplo de perduração onomástica indígena na epigrafia tardia (GUERRA, 2016: 61-62); Pinho Brandão, que recolheu a transcrição de um códice setecentista, indicou, por sua vez, que na linha 4 está escrito *Gallaecus*, nome que, como também comenta, não significa necessariamente que o escravo manumisso tenha nascido na Galécia (BRANDÃO, 1972: 35-36).

Também, numa muito discutida inscrição de Évora, transmitida por André de Resende e dedicada a uma flamínica municipal e provincial, poderia ler-se o cognome *Callaecus* entre um dos cinco libertos que dedicaram o monumento:

*Laberiae L(uci) f(iliae) / Gallae flami/nicae munic(ipii) / Eborensis flaminicae provin/ciae Lysitaniae / L(ucius) Laberius Artemas / L(ucius) Laberius Callaecus / L(ucius) Laberius Abascantus / L(ucius) Laberius Paris / L(ucius) Laberius Lausus libert(i).*¹²

Considerada como falsa desde Hübner (*CIL*, II, 114) até José d'Encarnação, atendendo à proverbial pouca credibilidade do humanista (ENCARNAÇÃO, 1984: 442; 1991; 2002; 2007-2008; 2009: 128), a inscrição foi, todavia, aceite por Étienne (1958: 166-171), ganhando renovados foros de autenticidade graças ao testemunho de um classicista inglês que terá observado a epígrafe no século XVIII (CANTO, 2004: 281, n. 92), e à confirmação das circunstâncias nas quais o monumento romano terá sido destruído (FABIÃO, 2014).

Homenaje a Sáenz de Buruaga, Badajoz, 1982, citado por MAGARINHOS IGLESIAS, 2017: 29), coloca a hipótese de *Callaeca*, ou *Gallaeca*, poder ter sido uma jovem escrava com origens galaicas.

¹¹ BRANDÃO, 1972: 34-37; HepOL 21406 (transcrição seguida, com gralha na forma verbal “*poni*”, que deve ser “*ponendum*”); *CIL*, II, 353.

¹² *CIL*, II, 114; HepOL, 21203 (transcrição).

Outras epígrafes, umas de leitura mais segura que outras, registam esta classe de antropónimo, sendo desnecessário acrescentar mais exemplos, além do mais, progressivamente mais tardios¹³ e onde a sua identificação como efetiva *origo* é, também, cada vez mais difusa. Concordamos assim com Fernández Calo ao considerar este dossiê epigráfico – a que podem juntar-se as inscrições de militares – genericamente como aludindo aos *Callaeci* como expressão regional de naturalidade e pertença, fosse no período em que a *Callaecia* era vista como uma “região histórica” mais ou menos informal (PEREIRA-MENAUT, 1984: 281) ou, naturalmente, já após a criação da província. Um excecional documento epigráfico assinala, cronologicamente, a consolidação histórica e simbólica do *ethne* galaico, o supedâneo da estátua alegórica com que no *sebasteión* de *Aphodisias*, na antiga Cária, Turquia, erigido entre os começos do reinado de Tibério e o de Nero (SMITH, 1988: 51; 2013: 90), se evocou os ΕΘΝΟ[·] / ΚΑΛΛΑΙΚΩ[·], o *ethn[ous] kallaiko[n]* (*Idem*: 55-57 e Pl. IX, 6; 2013: 108, Est. 44.22) entre a representação figurada dos diferentes povos conquistados ou submetidos pelo primeiro imperador.

Esta consagração dos galaicos, se assim podemos dizer, como entidade epónima de uma vasta região assimilada pelo Império culminará, talvez, um projeto político assinalado em *Bracara Augusta* praticamente desde os momentos fundacionais daquela urbe, fixado entre os anos de 16 e 15-13 a.C. (MORAIS, 2010: 7; MARTINS e CARVALHO, 2017: 726). Referimo-nos às dedicatórias erigidas pela “*Callaecia*” ao poder imperial.

A primeira e a mais conhecida dessas epígrafes, não conservada, pode datar-se de entre os anos 6 a 2 antes da nossa era (REDENTOR, 2017, II: 123-124, n.º 153) e constitui uma dedicatória realizada pela “*Callaecia*” a um dos netos de Augusto. Deve-se ao humanista João de Barros (2019: 274) a primeira notícia sobre a inscrição, posteriormente acolhida por Hübner no seu *corpus* epigráfico peninsular. A transcri-

¹³ Por exemplo, sem sermos exaustivos, *Cassia Callaeca*, em Toledo (EDCS-21700576; HD-52752; Hep 4905); *Callae* [...], também em Toledo (HepOL 31783); a homenagem fúnebre oferecida a *Callae* [...] pelos seus vizinhos (*adfines*), aparecida em Talavera de la Reina (EDCS-66000025); um mais duvidoso *T(itus) Calla(ecus)* em Lisboa (HepOL, 20227) ou o igualmente discutido voto ao deus *Lebruspo* por *Claudius Nusius Calaicus* (HepOL, 6943; RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997a: 128, N.º 101). Cfr., para uma perspetiva geral, MAGARINHOS, 2017 e SILVA, 2021: 710-711.

ção é problemática, mas o texto mais geralmente assumido é: “*C(aio) · Caesari · Aug(usti) · f(ilio) / pontif(ici) · auguri / Gallaecia*”¹⁴, que pode traduzir-se como “A Caio César, filho de Augusto, Pontífice, Águre [dedica] a Galécia”.

O monumento levanta problemas de interpretação e parece, mesmo, apresentar erros ou lacunas na transcrição feita por João de Barros, suscitando a A. M. Tarrío (2010) a hipótese de ser falsa ou, pelo menos, manipulada. Dedicada a um dos netos de Augusto, *Caius* ou *Lucius* (TRANOY, 1981: 150, n. 34), a homenagem é dedicada por uma entidade coletiva, a *Callaecia*, designação de significado discutível, considerando que, à data da epígrafe, aquela “região”, aparentemente, não estaria ainda claramente formalizada (FERNÁNDEZ CALO, 2018: 83). A circunstância da inscrição reunir menção a duas dignidades religiosas (*pontifex* e *augur*), considerada pleonástica (TARRÍO, 2010: 181, n. 5), levou A. Redentor à sugestão de que podem ter existido originalmente, não uma, mas duas inscrições, porventura até sobre o mesmo suporte (REDENTOR, 2017: II, 724-726), hipótese que a recente publicação da edição crítica da *Geographia d’Entre Douro e Minho* (BARROS, 2019), com os textos dos dois principais manuscritos da obra (de 1548 e 1549-1590) pode sustentar (SILVA, 2021: 726).

Seja como for, admitindo-se a credibilidade da inscrição honorífica, causa alguma surpresa o dedicante, entidade sem personalidade jurídica administrativa (TARRÍO, 2010: 181), o que tem levado a maior parte dos estudiosos modernos a reconhecer o uso instrumental e político daquele coletivo “étnico-territorial” (PEREIRA-MENAUT, 1998: 305), “*tous les peuples de la Callaecia*” (TRANOY, 1981: 150), não podendo, portanto, a homenagem emanar apenas da comunidade indígena, representando, pelo contrário, uma iniciativa promovida pela administração colonial (*Idem, ibidem*; PEREIRA-MENAUT, 1984: 280-281), quase, como também já se expressou, uma espécie de certidão de nascimento da *Callaecia* (PEREIRA-MENAUT, 2010: 248; DOPICO CAÍNZOS e RODRÍGUEZ ALVAREZ, 1992: 395), fomentando tanto a propaganda dinástica como o culto imperial (PEREIRA-MENAUT, 1998: 303-305), posições, que, com pequenas diferenças de estilo foram compartilhadas por outros autores (ENCARNAÇÃO, 2007: 353-354; RODRÍGUEZ COLMENERO e FERRER SIERRA, 2014: 81; REDENTOR, 2017: I, 723ss.).

¹⁴ EDCS-05501786; CIL II, 2422; HEp 2010, 466; HepOL 8250.

Também na cidade de Braga foi identificada nos finais do século XIX, outra inscrição, também perdida, que poderá ser análoga à anterior no propósito e cronologia. A respetiva lição, muito truncada, resume-se a “---] / [-- ..]X / [Cal]laecia” (REDENTOR, 2017: II, 124-125, n.º 155), sugerindo este autor que poderia ter constituído uma segunda homenagem dedicada pela emergente *Callaecia* (*Ibidem*; 2017: I, 727).

Por fim, queremos acrescentar algumas notas sobre a secção que Fernández Calo dedica ao “registo paleolinguístico” e às suas conclusões e propostas sobre *Cale* e os *Callaeci*.

De facto, dada a escassez de fontes escritas e, concretamente, a inexistência de registos epigráficos, o relacionamento da *mansio* de *Calem* do Itinerário de Antonino com o gentílico *Callaeci* assenta, especialmente, na proximidade linguística, como a seu tempo lembraram Correia (1934, 1936) e Monteagudo (1955). Não obstante, sendo tal filiação verosímil, ou mesmo provável, não é obrigatória, dada a extraordinária recorrência do radical *Cal* – em numerosos nomes de lugar e de comunidades étnicas no Noroeste – *Caladanum*, *Calabria*, *Calanticensis*, *Caluri* e muitos outros (GUERRA, 1998: 373-374), opções que se ampliam extraordinariamente se, na toponomástica moderna buscarmos, no norte de Portugal, as designações *Cale*, *Cales* ou *Galegos* e afins (RTP, I: 183; II: 63-64). Outros linguistas, por sua vez, alargam mesmo as possibilidades etimológicas de *Callaecia* aos nomes latinos *callus* (calo), *collis* (colina) ou mesmo ao radical céltico **kel* (levantar, elevar), prescindindo da filiação de *Callaecus/a* no NL *Cale* (MORALEJO, 2002: 95). Nesta linha concordamos, em parte, com Fernández Calo (*Idem*: 74), mas nesta deriva geográfica de hipotéticas sedes para os galaicos primordiais, não fará muito sentido, a nosso ver, ressuscitar a tese da localização de *Cale* na margem gaiense do rio Douro, quer pela dificuldade filológica de derivar *Gaia* de *Cale*, quer por diversas razões etno-históricas, como veremos.

É verdade que as fontes históricas portuguesas, desde a Baixa Idade Média, assinalam a prioridade da ocupação da margem esquerda da foz do Douro (atual Vila Nova de Gaia) sobre a fronteira cidade do Porto, possibilidade que os dados arqueológicos não confirmam, atendendo à simetria da fundação e desenvolvimento, a partir dos finais da Idade do Bronze, dos dois povoados proto-históricos do “Castelo” de Gaia e do morro da Penaventosa (Porto), ainda que o desenvolvimento de ambos em época romana esteja ainda em início de debate (SILVA, 2018; 2021: 84-112; 2023). Mas tal não autoriza a localização daquele aglo-

merado na margem sul. Aliás, alguns dos últimos autores que defendem esta tese, cuja historiografia não podemos fazer aqui, entram mesmo em inadvertida contradição, ao admitirem a veracidade da conquista por Perperna – alegadamente noticiada por Salústio – desse mesmo *oppidum* de *Cale... na Gallaecia*. (TOVAR, 1989: 306).

O que não deve fazer-se, de todo, é confundir *Cale* com *Portu(m) cale* (FERNÁNDEZ CALO, *idem*: 73), NL que, podendo, em parte, coincidir no espaço, refletem realidades históricas significativamente diversas no tempo. *Cale*, que cremos corresponder ao castro da Penaventosa¹⁵, documenta-se, quando muito, a partir de Salústio – se for considerada aceitável a correção de Vóssio, o que não é a nossa opinião – e depois, certamente refletindo fontes anteriores, no Itinerário de Antonino, podendo admitir-se, igualmente, como mero eco de fontes antigas, a anómala referência a *Calo*, ou *oppidum Calo*, na *Cosmographia* de Ravena. Na verdade, aquele núcleo populacional seria designado, na época tardo-antiga, como *Portu(m)cale*, tal como aparece, com pequenas variações, em Idácio e no *Parochiale* (veja-se SILVA, 2021: 506-514, com fontes).

Deste equívoco resulta, certamente por lapso, a errónea referência à passagem de Idácio (§ 180) como mencionando *Cale*, quando é de *Portu Cale* que ali se trata; bem como a citação de um trabalho de nossa autoria (SILVA, 2010: 217-220) como supostamente sustentando a localização de *Cale* (mais uma vez confundido com *Portucale*) na margem sul do Douro, o que nunca defendemos, correspondendo a citação que nos é atribuída, aliás, a mero elenco da ampla historiografia sobre a questão. Logo de seguida, recorda Fernández Calo, no texto que nos serve de argumento, a opinião de estudiosos que “já sugeriram que *Cale* pudesse ter sido um assentamento repartido por ambas as margens da foz do Douro, independentemente de qual delas fosse a primeva e/ou principal” (*Idem*: 73), sustentando esta tese em Tranoy (1981: 213; 1988-1994: 132), Vasco Mantas (1996: 645-651) e em trabalhos de nossa autoria (SILVA, 2010: 229; 2018). Alain Tranoy, na verdade, manifestou essa opinião, mas numa época em que os dados arqueológicos eram diminutos, tanto para o Porto como para Gaia, o que aliás não deixa de sublinhar na publicação da sua tese doutoral; mas já Mantas, no trabalho citado como em outros, não defende tal ideia, antes

¹⁵ Com o que, aliás, concordava Fernández Calo em trabalho anterior (2018: 53).

atribui ao Castelo de Gaia a designação de *Ceno*, ou *Ceno oppidum*, segundo o Anónimo de Ravena; e nós próprios, também aqui citados inadequadamente, não o escrevemos, naqueles ou em outros trabalhos. O que temos expressado é que, em diversos aspetos, e nomeadamente nas dinâmicas económicas, o estudo da ocupação antiga de ambas as margens não pode desligar-se, tendo existido, com grande probabilidade, um desenvolvimento simétrico dos dois povoados nucleares, o castro da Penaventosa e o que assentou no Castelo de Gaia (SILVA, 2018; 2021: 601-602).

Aliás, os dados arqueológicos, que aqui trazemos de passagem (SILVA, 2021: 518-690), começam já a permitir a compreensão de alguns ritmos e modalidades do desenvolvimento da ocupação proto-histórica e de época romana nos dois lados da foz do Douro (FIG. 1), mas, naturalmente, não nos informam sobre o nome dos locais ou a designação dos moradores. Por fim, também sugerimos que a designação *Portu(m)cale* (e não já *Cale*), em época tardia, possa ter abrangido, pelo menos temporariamente, ambas as ribas do curso terminal do Douro (SILVA, 2021: *ibid.*)¹⁶, o que justificaria as indicações do *Parochiale* e, porventura, uma certa ambiguidade da própria Crónica de Idácio (ALARCÃO, 2019).

Continuando a alinhar argumentos contra os “factoides historio-gráficos” (*Idem*: 75) que têm sustentado a localização de uma *ciuitas callaecorum* na margem norte do Baixo Douro, Fernández Calo recorda as muitas dúvidas que emergem da leitura e interpretação da suposta dedicatória a *Calaicia* nas aras de Sobreira, Paredes. Na verdade, no monumento que conserva a epígrafe melhor conservada, a natureza funerária ou votiva da inscrição tem dado azo a posturas divergentes, levando a que *Calaicia* tenha sido, por enquanto, eliminada do elenco das deidades indígenas (ENCARNAÇÃO e GUERRA, 2010: 98), favorecendo a tese de A. Redentor (2017: II, 170, n.º 226 e 244-245, n.º337) em prol de um duplo epitáfio, como também nos parece razoável. Em qualquer dos casos – e aqui concordámos com Fernández Calo – a admitir-se o testemunho de uma deidade com aquele nome, ficará sempre a dúvida quanto ao carácter tópico ou regional da invocação.

¹⁶ Embora não se veja muito bem como compaginar esta designação com o NL *Ceno/Caeno* apontado no *Ravennate*, se efetivamente correspondia ao povoado do Castelo de Gaia.

Todavia, no seu afã de buscar uma localização alternativa para os *Callaeci*, Fernández Calo, repescou a dedicatória que serve de pé de altar na igreja de Mixós (que julgamos em Monterrei e não Laza), em Orense, onde constaria a memória de um voto a *Bandua Cal[lai]co*, leitura que não lhe oferece dúvidas, citando até, a propósito do carácter tópico da deidade, o insuspeito testemunho de M.^a L. Albertos Firmat (1975: 41, de facto, p. 44). Todavia, como principal referência para o monumento e sua interpretação, aponta o mesmo autor obra referencial de Rodríguez Colmenero (1997: n.º 124, de facto, n.º 121) onde aquele professor da Universidade de Santiago assinala, precisamente, que a releitura da epígrafe, que apresentara já em 1985 ao Colóquio de Línguas e Culturas Paleohispânicas celebrado em Vitória, resultara na revisão do texto para *Bandua Cadogo* (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1986: 341-342), leitura entretanto afinada para *Bandua Cadiego*, acabando-se, assim, no dizer do epigrafista, “o tão trazido e levado *Bandua Calai*co de leituras anteriores, sobre o qual tantas conjecturas se fizeram, incluídas as nossas” (*Idem*, 1997: 143, n.º 121).

Rematando o seu estudo com pontos sobre “os paradoxos do consenso” e “algumas incitações historiográficas”, Fernández Calo, continuando a questionar a existência de quaisquer *Callaeci* epónimos, no sentido restrito, considera anómalo que, nas duas principais fontes literárias que se lhe referem, a mais antiga (Estrabão) os mencione enquanto étnico regional; enquanto a que foi produzida uma geração depois (Plínio), é passível de aludir a um *populus* em sentido territorial restrito: “Evidentemente, se a suposta *ciuitas Callaecorum* tivesse tal papel epónimo, seria de esperar que a aceção restrita do etnónimo antecedesse a aceção regional nas nossas fontes” (*Idem*: 77). Ora, nem sempre a sequência das fontes acompanha a diacronia da história. Como recordámos acerca do geógrafo e do naturalista, é necessário contextualizar os textos em função do enquadramento e propósito dos autores, ainda que não fôssemos tão longe quanto expressaram dois eminentes estudiosos, ao afirmar que “la visión que nos dan Plinio y Estrabón de los pueblos peninsulares, de sus territorios y límites, son inexactos, erróneos y no obedecen a una realidade histórica” (DOPICO CAÍNZOS e SANTOS, 2014: 171). Mas não deixa de ser curioso o modo como os *Callaeci*, como qualquer outro povo antigo, são “manipulados” por Fernández Calo como simples peças de xadrez no tabuleiro da geografia e das fontes históricas, sem qualquer inquietação com as questões antropológicas da etnicidade e da etnogénese.

O assunto é demasiado complexo para o debatermos neste texto, mas deve recordar-se, como ponto de partida, que a noção que hoje podemos ter de um *populus* de há dois mil anos – já para não dizer da plena Idade do Ferro – com pleno sentido de autoidentificação, territorialidade e, porventura, traços culturais comuns e distintos das comunidades étnicas confinantes, será, com toda a probabilidade, muito distinta da perceção que sobre esses “grupos de población” (GONZÁLEZ-RODRÍGUEZ, 2017) tinham os escritores greco-latinos ou os funcionários da administração romana no início do período colonial; e mesmo o “olhar romano” constitui um mero filtro, com maior ou menor transparência e adequação à realidade original, através do qual essas comunidades pré-históricas do noroeste peninsular foram apreendidas, organizadas e integradas no sistema fiscal e administrativo do Império (PLÁCIDO SUÁREZ, 2002: 132-133; 2004: 15-18).

Nesta linha, a proto-etnografia de Estrabão, ou a recusa, por parte deste como de Plínio e outros autores, em elencar a totalidade dos *populi/ciuitates* do noroeste, pela dificuldade de transpor para o latim ou o grego as suas designações, que soariam estranhas e fastidiosas aos seus leitores, reflete, não só, um compreensível preconceito cultural e político, como também a dificuldade de “domesticar” e “civilizar”, mesmo através do amplíssimo conceito da *interpretatio*, a alteridade, a *otherness*, na expressão de Greg Woolf (2013: 37), moldando-a e homogeneizando-a aos formatos do Império, o que certamente constituiu uma rutura ontológica essencial (PEREIRA-MENAUT, 1988: 252-254; GONZÁLEZ-RUIBAL, 2006-2007: II, 615, 635). Deste modo, podemos dizer, os “povos” alteram-se (PEREIRA-MENAUT, 1998: 302), fazem-se e desfazem-se, e tanto as fontes escritas como a arqueologia dão-nos, as mais das vezes, pálidos e desfocados reflexos dessas alterações, fenómeno que a antropologia e a arqueologia das sociedades coloniais documentam com abundância (SILVA, 2020; 2021: 129-136 para discussão e bibliografia).

Em bom rigor, e enquadrados na postura do “consenso historiográfico” que tanto incomoda Fernández Calo (mas faz bem em discutir, reabrindo um debate ultimamente pouco intenso), deveríamos acrescentar ao tema da etnogénese galaica, tão caro a Gerardo Pereira (1992, 1997, 2005, 2015), uma outra etnogénese, a dos *Callaeci* primordiais, aqueles com os quais as tropas de Bruto teriam combatido. Mas se nos questionarem diretamente se, de facto, existiam mesmo esses *Callaeci* no século II antes da nossa era, teremos de responder, com frontal ho-

nestidade, que não sabemos. O nome *Callaecus*, que *Decimus Iunius Brutus* adotou como cognome honorífico, corresponderá à latinização da expressão autoidentificativa indicada aos intérpretes quando o procônsul pretendeu saber quem o afrontava e tolhia o passo. Talvez alguém informasse: somos de *Kal*, ou algo similar, e certamente o número de combatentes indígenas na “batalha do Douro” de junho de 137 a.C., recordado por Paulo Orósio, quase meio milénio depois, como correspondendo a 50 000 mortos e 6 000 feitos cativos, será certamente muito exagerado, mesmo entendendo que sob o apelativo *Callaeci* se designassem vários *populi* confederados, como bem recorda Fernández Calo, citando as estimativas demográficas de López Barja de Quiroga (1999: 349). Por isso escrevemos, com alguma ironia, que, a admitir-se tal mortalidade, a estreia histórica dos *Callaeci* (epónimos) quase teria coincidido com o seu genocídio (SILVA, 2020: 458).

Ora, descontando os exageros da tradição literária – e não deixa de ser um pouco estranho que outros autores, anteriores a Orósio, não tenham detalhado os números ou circunstâncias daquela batalha, mas assim aconteceu com muitas outras – o certo é que *Decimus Iunius* “precisava” de abater, pelo menos, cinco milhares de “inimigos do povo romano” para poder celebrar um triunfo em Roma (ARCE, 1986: 109). E, se porventura o seu protegido *Lucius Attius*, poeta e dramaturgo de algum sucesso, o acompanhou à Hispânia, é humanamente compreensível um certo “arredondamento” das baixas inimigas (naturalmente, não se mencionam as próprias), o ênfase na bravura e ferocidade dos opositores indígenas ou o episódio, claramente dramático, da travessia do *Lethes* – que naturalmente se converteram em *topoi* literários – e, quem sabe, a *inuentio* dos *Callaeci* primordiais, talvez um conglomerado de nomes “bárbaros” e indizíveis. Como é sabido desde a origem dos tempos, da maior glória dos protetores, participam os protegidos, mais generosamente retribuídos por aqueles. A grandeza das celebrações da vitória do “*Callaecus*”, “tingindo de sangue as terras hispanas”, como depois celebraria Ovídio (*Fasti*, VI, 461-2), em Roma, pelas arquiteturas e dispositivos cénicos e simbólicos que gerou, seguramente impactantes, reclamam devida “curadoria” artística (SILVA, 2021: 719-720). Gizava-se, porventura, a matéria-prima necessária ao primeiro imperador para objetivar em um inimigo comum, que assombrasse os cultos e aterrasse os ignaros, o avanço decisivo, ainda que não definitivo, para a submissão do norte peninsular, o *ethn[ous] kallaiko[n]*, meio século depois celebrado no maior e mais extraordinário complexo monumen-

tal figurativo do Alto Império na Ásia Menor (ISMAELLI, 2011: 156), muito depois da mestria político-administrativa de Augusto, e talvez de Agripa, terem autorado a *inuentio* da *Callaecia* (PEREIRA-MENAUT, 1998: 306).

Porém, à falta de novos documentos, designadamente epigráficos, mais não podemos fazer que ensaiar conjecturas, tanto melhor estribadas nas fontes quanto nos seja possível. Sugere Fernández Calo uma eventual migração – não diz se voluntária ou forçada – de “*callaeci* epónimos” do litoral para qualquer região “acima” de *Bracara* (*Idem*: 81), hipótese que não vemos como sustentar; mas também, ignorando-se o intervalo temporal entre a redação dos livros III e IV da *Naturalis Historia*, por que não supor que, nesse espaço de tempo não possa ter ocorrido qualquer movimentação dos *Callaeci*? E, se assim fosse, a descrição pliniana em IV, 112 (que não tem, forçosamente de ser lida no sentido do interior para o litoral) não poderia refletir esse facto? Que saberíamos das trocas territoriais, mesmo de *ciuitates*, que, em poucos anos, ocorreram entre *Paemeiobrigenses* e *Aiiobrigiacini* se não fosse o achado da *tabula* de El Bierzo? Não poderíamos – por mera hipótese, tão falha de fundamento como de sustentada negação – interpretar a estranha fundação do “castro romano” do Mozinho (Penafiel) como para servir de assento a qualquer comunidade deslocada, e não só para responder a necessidades de uma nova centralidade administrativa (SILVA, 2021: 350-351)?

Para concluir – até porque, de suposição em suposição, rapidamente chegamos à ficção – coloca ainda Fernández Calo, já no final do seu texto, legítimas questões quanto à efetiva identidade, inter-relação e hierarquia, se admissível, entre *Callaeci* e *Bracari*, para hipotetizar que “*Callaeci* fosse uma denominação alternativa, talvez um exónimo, dos próprios *Bracari*, que depois se aplicou a toda a região a norte deles” (*Idem*: 81). Não especifica Fernández Calo a cronologia deste eventual quadro étnico, que julgamos, pelo contexto, coetâneo da expedição de D. Iunius. Também nos interrogámos se os *callaeci bracari* (HÜBNER, 1897)¹⁷ não seriam apenas um “ramo” dos *callaeci* “primitivos”, e es-

¹⁷ A comunidade dos *Kallaikoi Brakárioi* é citada por Ptolemeu como sendo constituída por várias *poleis*, como *Calandunon*, *Pinetos* ou *Complutica*, se bem que, aparentemente, de geografia mais setentrional, embora *Tuntobriga* possa corresponder a Tongobriga, no baixo Douro (cfr. GÓMEZ FRAILE, 1997: 125-126 e PLÁCIDO SUÁREZ, 2002: 118). Para Alain Tranoy, os *bracari* ocupariam mesmo toda a região litoral, mas

tes, também, uma espécie de “conglomerado” étnico, mais ou menos idêntico aos lusitanos, como já foi sugerido, partindo até de dados linguísticos¹⁸ (SILVA, 2021: 717). Enfim, questões, sobre as quais, como dissemos, é lícito, até certo ponto, especular, mas que apenas o aparecimento de novas fontes pode, agora de forma mais “consensual”, vir a iluminar.

ABREVIATURAS BIBLIOGRÁFICAS

Fasti (Ovídio) – Citados a partir de ROMERO MASIA e POSE MESURA, 1988.

NH – *Naturalis Historia* (Plínio, o Velho), na tradução de GUERRA, 1995.

NL – Nome(s) de lugar.

RTP (1967) = PORTUGAL – *Reportório Toponímico de Portugal. 03 – Continente*. 3 vols. Lisboa: Ministério do Exército; Serviço Cartográfico do Exército.

Corpora Epigráficos

AE – *L'Année épigraphique*, Paris 1888.

EDCS – *Epigraphik-Datenbank Clauss/Slaby* (coord. Manfred Clauss; Anne Kolb; Wolfgang A. Slaby e Barbara Woitas). Em linha: http://db.edcs.eu/epigr/epi.php?s_sprache=es.

CIL, I², p. 26 (<http://arachne.uni-koeln.de/item/buchseite/533275>).

CIL II – HÜBNER, Ernst Emil (1869) – *Inscriptiones Hispaniae latinae*. (*Corpus Inscriptionem Latinarum*, vol. II). Consilio et auctoritate Academiae Litterarum Regiae Borussicae (...). Berlim, e (1892) – *Inscriptiones Hispaniae Latinae: Supplementum*, Berlim.

CILAE – *Corpus Inscriptionum Latinarum Augustae Emeritae*. *Inscriptiones Hispaniae Latinae* (CIL II2) Centro CIL II (Merida). Em linha: <http://www3.uah.es/cil2digital/>.

HD – Epigraphic Database Heidelberg. Em linha: <https://edh.ub.uni-heidelberg.de/>.

HEp – *Hispania Epigraphica*, Madrid 1989 [1995] – (em linha: <http://www.archivoepigraphicodehispania.es/hispania-epigraphica-1/numeros-de-hispania-epigraphica/>).

parece-nos algo excessivo considerar que, à data do conflito com Bruto, os *bracari* “s’affirmaient déjà comme un des peuples les plus importants de cette région” (TRANOY, 1981: 64). *Vd.*, a propósito, RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997: 28, n. 130.

¹⁸ Plácido Suárez relaciona, hipoteticamente, com uma certa dispersão de toponímia antiga de radical *Cal- “entre la región del Támega y los límicos y la desembocadura del Duero”, o “carácter plural de los galaicos” (2002: 127, 133).

HepOL – *Hispania Epigraphica* on line. Em linha: http://eda-bea.es/pub/service_not_available.php.

RIT – ALFÖLDY, Géza (1975) – *Die Römischen Inschriften von Tarraco (Madrider Forschungen, 10)*. 2 vols. Berlin.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

ALARCÃO, Jorge de (1990) – A conquista do território, in VV.AA. – *Portugal das Origens à Romanização* (SERRÃO, J.; MARQUES, A. H. Oliveira; ALARCÃO, J., dir. – *Nova História de Portugal*, Vol. I), Lisboa: Presença, pp. 345-51.

ALARCÃO, Jorge de (1998) – As cidades capitais do norte de Portugal na época romana, in RODRIGUEZ COLMENERO, António, coord. – *Los orígenes de la ciudad en el Noroeste Hispánico. Actas del Congreso Internacional (Lugo, 1996)*, Vol. I, Lugo: Diputación Provincial, pp. 429-437.

ALARCÃO, Jorge de (1999) – Populi, Castella e Gentilitates, *Revista de Guimarães. Volume especial [Actas do Congresso de Proto-história europeia, I]*, Guimarães, pp. 133-150.

ALARCÃO, Jorge de (2000) – Sobre cantões proto-históricos do Noroeste de Portugal, *Santo Tirso Arqueológico*, 2ª Série. 2-3, Santo Tirso, pp. 46-50.

ALARCÃO, Jorge de (2017) – *A Lusitânia e a Galécia: do séc. II a.C. ao séc. VI d.C.*, Coimbra: Imprensa da Universidade.

ALARCÃO, Jorge de (2019) – O nome e os lugares de *Portucale*, *Revista de Portugal*, 16, Vila Nova de Gaia, pp. 8-15.

ALBERTOS FIRMAT, M.ª de Lourdes (1975) – *Organizaciones suprafamiliares en la Hispania antigua*, Santiago de Compostela: Universidad; Valladolid: Universidad.

ARCE, Javier (1986) – Hispania en la Epigrafia Republicana de Italia, in *Epigrafia Hispanica de Época Romano-Republicana*, Zaragoza: Institución Fernando el Católico, pp. 103-113.

ARGOTE, Jerónimo Contador de (1738) – *De Antiquitatibus Conventibus Bracaraugustani*, 2.ª ed., Vol. IV, Lisboa.

ARMANI, Sabine (2017) – La méthode dans les livres géographiques de Plinie l’Ancien. Dits et non-dits dans la description de l’*Hispania Citerior*, in CIPRÉS TORRES, Pilar, ed. – *Plinio el Viejo y la construcción de Hispania citerior*, («Anejos de Veleia». Acta; 14), Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, pp. 105-126.

BARROS, João de (2019 [1548-1549]) – *Geographia d’Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*, Estudo e transcrição de Joana Lencart, Porto: Câmara Municipal.

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María (2006) – La Hispania en época de Augusto vista por los escritores contemporáneos. Estrabón y Trogo Pompeyo, *Gerión. Revista de Historia Antigua*, 24:1, Madrid, pp. 237-249.

BOISSEvain, Ursul Philip (1892) – Callaeci – Gallaeci, *Mnemosyne: Bibliotheca Philologica Batava*, Nova Series, Vol. 20, Leiden, pp. 286-293.

- BRANDÃO, Domingos de Pinho (1972) – *Epigrafia romana coliponense*, Coimbra: Universidade.
- CANTO, Alicia M.^a (2004) – Los viajes del caballero inglés John Breval a España y Portugal: novedades arqueológicas y epigráficas de 1726, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7: 2, Lisboa, pp. 265-364.
- CARDOSO, José (1994) – *A Geografia da Ibéria segundo Estrabão. Introdução, versão em vernáculo, comentários e anotações gramaticais ao texto grego do Livro III dos Estudos geográficos, históricos e antropológico-culturais*, Braga: APPACDM Distrital de Braga.
- CARVALHO, Rogério; ENCARNÇÃO, José d' (1991) – Uma placa funerária do Museu de Castelo Branco, *Ficheiro Epigráfico*, 39, Coimbra, n.º 177.
- CORREIA, António A. Mendes (1934) – *Cale, Portucale e Porto*, [Sep. de “Arquivos do Seminário de Estudos Galegos”, 6], Santiago: Imprensa Paredes.
- CORREIA, António A. Mendes (1936) – A Antiguidade do Pôrto. (A propósito de algumas críticas a “As Origens da Cidade do Porto”), *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, 2, Lisboa, pp. 21-57.
- CIPRÉS TORRES, Pilar (2016) – *Hispania Citerior* en la geografía de la *Naturalis Historia* de Plinio, *Veleia*, 31, Vitoria, pp. 15-32.
- DEGRASSI, Atilius (1947) – *Inscriptiones Italiae: 13. – Fasti et Elogia. Fasciculus I. Fasti consulares et triumphales*, Roma: Libreria dello Stato.
- DOPICO CAÍNZOS, M.^a Dolores; RODRÍGUEZ ALVAREZ, Pilar (1992) – Paleoetnografia de Gallaecia, in *Paleoetnología de la Península Ibérica. Actas de la Reunión celebrada en la Facultad de Geografía y Historia de la Universidad Complutense (Madrid, 13-15 Diciembre de 1989)*, “Complutum”, Vol. 2-3, Madrid, pp. 395-398.
- DOPICO CAÍNZOS, M.^a Dolores; SANTOS YANGUAS, Juan (2014) – La conquista del Noroeste en la historiografía gallega del s. XIX: Vicetto y Murguía, *Veleia*, 31, Vitoria-Gasteiz, pp. 163-180.
- ENCARNÇÃO, José d' (1984) – *Inscrições romanas do Conventus Pacensis. Subsídios para o estudo da romanização*, Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras.
- ENCARNÇÃO, José d' (1991) – Da invenção de inscrições pelo humanista André de Resende, *Biblos*, 67, Coimbra, pp. 177-205.
- ENCARNÇÃO, José d' (2002) – André de Resende, epigrafista, in *Congresso Internacional do Humanismo Português «Cataldo & André de Resende» (Coimbra – Lisboa – Évora, 25-29 Out. 2000)*, Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, pp. 305-310.
- ENCARNÇÃO, José d' (2007) – O culto imperial na epigrafia da Lusitânia ocidental: novidades e reflexões, in NOGALES BASARRATE, Trinidad; GONZÁLEZ, Julián, eds. – *Culto imperial: política y poder*, Roma: «L'Erma» di Bretschneider, pp. 349-367.
- ENCARNÇÃO, José d' (2007-2008) – Uma inscrição romana de Évora forjada por André de Resende, *A Cidade de Évora*, II série, 7, Évora, pp. 213-218.

- ENCARNAÇÃO, José d' (2009) – Da invenção de inscrições romanas, ontem e hoje: a propósito de uma tésseira de bronze, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 12:1, Lisboa, pp. 127-138.
- ENCARNAÇÃO, José d'; GUERRA, Amílcar (2010) – The current state of research on local deities in Portugal, in ARENAS-ESTEBAN, J. Alberto, ed. – *Celtic Religion across Space and Time (IX Workshop F.E.R.C.AN - Fontes Epigraphici Religionvm Celticarvm Antiquarvm)*, Toledo: Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha, pp. 95-112.
- ÉTIENNE, Robert (1958) – *Le Culte Impérial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien*, Paris: Diffusion de Boccard.
- FABIÃO, Carlos (2014) – Quién, cuándo, cómo y por qué se destruyó la conocida inscripción CIL II, 114 / IRCP, falsa A, in BÁDENAS DE LA PEÑA, Pedro; et al., eds. – *Homenaje a Ricardo Olmos: Per speculum in aenigmate, Miradas sobre la Antigüedad* ("Erytheia. Estudios y Textos", 7), Madrid: Asociación Cultural Hispano-Helénica, pp. 588-592.
- FERNÁNDEZ CALO, Martín (2018) – *Estado, Poder e Estruturas Políticas na Gallaecia. Séculos II A.C. – VIII D.C.*, Santiago de Compostela: Blukk Edições.
- FERNÁNDEZ CALO, Martín (2020) – *Callaici Principes: os soberanos da Galiza Castrexa*, A Coruña: Deputación Provincial.
- FERNÁNDEZ CALO, Martín (2022) – Os *Callaeci* e a questão eponímica: uma crítica historiográfica, *Conimbriga*, 61, pp. 51-86.
- FERREIRA, Ana Paula R. (2004) – *Epigrafia funerária romana da Beira interior: inovação ou continuidade?*, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- FLOREZ, Enrique (1749) – *España sagrada. Theatro geográfico historico de la iglesia de España origen, divisiones, y limites de todas sus provincias [...]. Tomo IV. Contiene el origen y progreso de los obispados*, Madrid: Antonio Marín.
- FLOREZ, Enrique (1787) – *España sagrada. Theatro geográfico historico de la iglesia de España origen, divisiones, y limites de todas sus provincias [...]. Tomo XXI. Contiene la Iglesia de Porto, de la Galicia antigua, desde su origen hasta hoy*, 2.^a ed., Madrid: Oficina de la Veuda e hijo de Marín.
- GÓMEZ ESPELOSÍN, Javier (2015) – Estrabón y su obra, in GÓMEZ ESPELOSÍN, Francisco J.; CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; GARCÍA QUINTELA, Marco V., eds. – *Estrabón: Geografía de Iberia*, Trad. Javier Gómez Espelosín (...), Madrid: Alianza, 2.^a ed. rev., pp. 17-48.
- GÓMEZ FRAILE, José María (1997) – Etnias, Comunidades Políticas y Conventos Jurídicos en Plinio el Viejo y Tolomeo: *Hispania Citerior, Kalathos*, 16, Teruel, pp. 113-128.
- GONZÁLEZ-RODRÍGUEZ, María Cruz (2017) – Grupos de población en la descripción de Plinio, in CIPRÉS TORRES, Pilar, ed. – *Plinio el Viejo y la construcción de Hispania citerior*, ("Anejos de Veleia". Acta; 14), Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, pp. 127-152.
- GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, María Cruz; SANTOS YANGUAS, Juan (1999) – Los *cognomina* de origo en el Noroeste Hispánico, *Hispania Antiqua*, 23, Valladolid, pp. 79-96.

- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo (2006-2007) – Galaicos. Poder y comunidad en el Noroeste de la Península Ibérica (1200 a.C. – 50 d.C.), 2 tomos, *Brigantium*, Vols. 18, 19, A Coruña.
- GUERRA, Amílcar (1995) – *Plínio-o-Velho e a Lusitânia* [ed., trad. e comentários], Lisboa: Colibri.
- GUERRA, Amílcar (1998) – *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente Peninsular*, Tese de Doutoramento em História Clássica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2 vols.
- GUERRA, Amílcar (2016) – Notas sobre as perdurações onomásticas pré-romanas no ocidente peninsular, in ENCARNACÃO; José d’; LOPES, M. Conceição; CARVALHO Pedro C., coord. – *A Lusitânia entre Romanos e Bárbaros*, Coimbra; Mangualde: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 49-69.
- HÜBNER, Ernst Emil (1897) – Callaekische Volksstamm, in *Paulys Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft: neue Bearbeitung...*, Vol. 3-1, Stuttgart: J. B. Metzlerscher Verlag, col. 802.
- HÜBNER, Ernst Emil (1899) – Callaici, in *Paulys Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft: neue Bearbeitung...*, Vol. 3-2, Stuttgart: J. B. Metzlerscher Verlag, cols. 1355-1359.
- ISMAELLI, Tommaso (2011) – Una nuova proposta di interpretazione per il Sebasteion di Aphrodisias: attività commerciali e bancarie nel santuario del culto imperiale, *Mediterraneo Antico*, 14 (1-2), Roma, pp. 149-202.
- KAJANTO, Liro (1982) – *The Latin Cognomina*, Roma: Giorgio Bretschneider Editore [reed. ed. orig. 1965].
- LE TEUFF-LOUDOT, Béatrice (2017) – Les recensements provinciaux en Hispanie au I^{er} siècle de notre ère, in CIPRÉS TORRES, Pilar, ed. – *Plinio el Viejo y la construcción de Hispania citerior*. (“Anejos de Veleia”. Acta; 14), Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, pp. 273-292.
- LÓPEZ BARJA DE QUIROGA, Pedro (1999) – El censo provincial, los *populi* y los *castella* de *Gallaecia*, *Gallaecia*, 18, Santiago de Compostela, pp. 347-362.
- MAGARINHOS IGLESIAS, Luís (2017) – Os *callaeci* na antiguidade: identificações, símbolos e alteridades (s. II a.C. – III d.C.), Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Ciências da Antiguidade apresentada às Universidades de Vigo e Santiago de Compostela.
- MANTAS, Vasco Gil (1996) – *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*, Coimbra, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- MARTINS, Manuela; CARVALHO, Helena Paula A. (2017) – A fundação de *Bracara Augusta* no contexto da política de Augusto. Urbanismo e povoamento rural, *Gestión*, 35, [N.º Esp.], Madrid, pp. 723-743.
- MARTINS ESTÉVEZ, Higinio (2008) – *As Tribos Calaicas. Proto-história da Galiza à luz dos dados linguísticos*, Sant Cugat des Vallès: Edições da Galiza.
- MATA SOLER, Judit (2014) – A propósito de la *Laus Hispaniae* de Plinio el Viejo (NH, 37, 77) y la economía de *Calagurris Iulia*, *Kalakorikos*, 19, Calahorra, pp. 181-191.

- MONTEAGUDO, Luis (1955) – Cale, Callaici y Callaecia, in *III Congreso Nacional de Arqueología. Galicia, 1953*, Zaragoza: Inst. Fernando el Católico, pp. 413-414.
- MORAIS, Rui (2010) – *Bracara Augusta*, Braga: Câmara Municipal.
- MORALEJO, Juan B. (2002) – Gallaecia y sus etimologías, in DOMÍNGUEZ GARCÍA, Manuela, coord. – *Sub luce florentis calami. Homenaje a Manuel C. Díaz y Díaz*, Santiago de Compostela: Universidade, pp. 92-115.
- NOVAIS, Manuel Pereira de (1912) – *Anacrisis historial del origen y fundación y antigüedad, de la nobilísima, y sempre leal ciudad de o Porto. Parte primera y tomo primero...* (“Coleção de Manuscritos inéditos agora dados à estampa, IV”, Vol. 1), Porto: Biblioteca Pública Municipal.
- PAIS, Ettore (1920) – *Fasti Triumphales Populi Romani. Parte Prima: testo e commento storico*, Roma: Dr. A. Nardecchia, editore.
- PEREIRA-MENAUT, Gerardo (1984) – La formación histórica de los pueblos del norte de Hispania. El caso de *Callaecia* como paradigma, *Veleia*, 1 (1984), Vitoria, pp. 271-287.
- PEREIRA-MENAUT, Gerardo (1988) – Cambios estructurales versus romanización convencional. La transformación del paisaje político en el Norte de Hispânia, in ARCE, Javier; GONZÁLEZ, J., ed. – *Estudios sobre la Tabula Siarensis* (Anejos de “Archivo Español de Arqueología”, IX), Madrid: CSIC, pp. 245-259.
- PEREIRA-MENAUT, Gerardo (1992) – Aproximación crítica al estudio de la etnogénesis. La experiencia de Gallaecia, in ALMAGRO GORBEA, M. y RUIZ ZAPATERO, G., eds. – *Paleoetnología de la Península Ibérica. Actas del I Congreso de Paleoetnología de la Península Ibérica. Complutum*, 2-3, Madrid, pp. 35-43.
- PEREIRA-MENAUT, Gerardo (1997) – Un pobo e unha natio moi particulares, in PEREIRA MENAUT, G., coord. – *O Feito Diferencial Galego. A Historia*, Vol. 1, Santiago de Compostela: Museo do Pobo Galego, pp. 237-249.
- PEREIRA-MENAUT, Gerardo (1998) – Los Galaicos, in RODRÍGUEZ NEILA, Juan F.; NAVARRO SANTANA, F., eds. – *Los Pueblos Prerromanos del Norte de Hispania: una transición cultural como debate histórico*, Pamplona: EUNSA, pp. 301-24.
- PEREIRA-MENAUT, Gerardo (2005) – Fundamentos históricos para o estudo (xenético) da poboación do Noroeste peninsular, in CARRACEDO, Anxo; PEREIRA, Gerardo – *Xenética e Historia no Noroeste Peninsular. Unha perspectiva interdisciplinaria. Actas das xornadas celebradas os dias (...) 2002 en Santiago de Compostela*, Santiago: Consello da Cultura Galega, pp. 147-166.
- PEREIRA-MENAUT, Gerardo (2010) – El moderno debate sobre la romanización, *Veleia*, 27, Vitoria, pp. 239-253.
- PEREIRA-MENAUT, Gerardo (2015) – La revolución del paisaje de *Gallaecia* en presencia del catalizador romano, in PEREIRA-MENAUT; PORTELA SILVA, Ermelindo, eds. – *El territorio en la historia de Galicia. Organización y control. Siglos I-XXI*, Santiago de Compostela: Universidade, pp. 15-35.
- PLÁCIDO SUÁREZ, Domingo (2002) – La estructuración territorial y étnica del *Conventus Bracarensis*, *Minus*, 10, Vigo, pp. 111-134.
- PLÁCIDO SUÁREZ, Domingo (2004) – La configuración étnica del occidente peninsular

- en la perspectiva de los escritores grecorromanos, *Studia Historica. Historia Antigua*, 22, Salamanca, pp. 15-42.
- REDENTOR, Armando (2017) – *A cultura epigráfica no Conventus Bracaraugustanus (Pars Occidentalis). Percursos pela sociedade brácara da época romana*, 2 vols, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, António (1977) – *Galicia meridional romana*, Deusto: Universidad de Deusto.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, António (1986) – Un importante grupo de nuevos teonimos galaicos, *Veleia*, 2-3 (Actas del IV Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispanicas), Vitoria-Gasteiz, pp. 327-354.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, António (1997) – *Aquæ Flaviæ. I. Fontes epigráficas da Gallæcia meridional interior*, 2ª ed., Chaves: Câmara Municipal [1ª ed., 1988].
- RODRÍGUEZ COLMENERO, Antonio; FERRER SIERRA, Santiago (2014) – *Augusto na Fisteria ibérica. Entre a vitória cántabra e os albores do culto imperial. Referências ao emperador César Augusto (...)*, Lugo: Concello de Lugo.
- ROMERO MASIA, Ana M.ª; POSE MESURA, Xosé M. (1988) – *Galicia nos textos clássicos*. [Monografias urxentes do Museu, 3, 1987], A Coruña: Museu Arqueoloxico Provincial.
- SILVA, António Manuel S. P. (2010) – Ocupação da época romana na cidade do Porto. Ponto de situação e perspectivas de pesquisa, *Gallaecia*, 29, Santiago de Compostela, pp. 213-262.
- SILVA, António Manuel S. P. (2018) – *Cale Callaecorum locus?* Notas arqueológicas sobre a ocupação indígena e romana da foz do Douro, in DIAS, Lino Tavares; ALARCÃO, Pedro, coord. – *Construir, Navegar, (Re)Usar o Douro da Antiguidade*, Porto, CITCEM, pp. 45-67. DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-8351-95-1/cons>.
- SILVA, António Manuel S. P. (2020) – Fazer um povo. A construção dos *Callaeci* entre a arqueologia e a história antiga, in JORGE, Vítor O., coord. – *Modos de fazer/Ways of Making*, Porto: CITCEM, pp. 453-467. DOI: <https://doi.org/10.21747/9789898970237/mod>.
- SILVA, António Manuel S. P. (2021) – *Cale e os Callaeci: territórios e comunidades na foz do rio Douro entre a Proto-história e a Romanidade*, Tese de Doutoramento em Estudos Culturais – Memória, Identidade, Território e Linguaxe apresentada à Universidade de Santiago de Compostela, 2 vols. (citações do vol. 1).
- SILVA, António Manuel S. P. (2023) – *Cale, Caeno*, Gaia. Notas histórico-toponímicas, *Gaya: estudos de história, arqueologia e património*, Nova Série, 1, Vila Nova de Gaia, pp. 47-77.
- SILVA, Armando C. Ferreira da (2000) – Proto-história e romanização do Porto, *Al-Madan*, 9, Almada, pp. 94-103.
- SILVA, Armando C. Ferreira da (2007) – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, 2ª ed. [revista e atualizada], Paços de Ferreira: Câmara Municipal/MACS/CACEC.
- SILVA, Armando C. Ferreira da (2011) – Museu Municipal de Penafiel. Memória e Identidade, *A fonte. Fonte de estímulo intelectual*, 6, Porto, pp. 20-25.

- SILVA, Armando C. Ferreira da (2013) – A ocupação do espaço e a modelação da paisagem proto-histórica no norte de Portugal, *Brathair - Revista de Estudos Celtas e Germânicos*, 13 (2), São Luís [Maranhão], pp. 22-51. Disponível em <http://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/index>.
- SILVA, Armando C. Ferreira da (2015) – *As origens de Gaia e questões de identidade. Arqueologia e epigrafia dos Turduli Veteres. Estudos do Quaternário*, 13, Braga, pp. 68-74.
- SIMPSON, Christopher J. (1993) – The Original Site of the ‘Fasti Capitolini’, *Historia: Zeitschrift Für Alte Geschichte*, vol. 42:1, [Erfurt]: Franz Steiner Verlag, pp. 61-81.
- SMITH, Roland R. R. (1988) – *Simulacra Gentium: the Ethne from the Sebasteion at Aphrodisias*, *The Journal of Roman Studies*, 78, London, pp. 50-77.
- SOARES, Torquato de Sousa (1957) – Reflexões sobre a origem e a formação de Portugal, *Revista Portuguesa de História*, Tomo VII [Homenagem ao Prof. Pierre David, vol. II], Coimbra, pp. 193-342.
- SORACI, Cristina (2016) – Osservazioni in merito al lessico giuridico-amministrativo e tributário di Plinio il Vecchio, in DALENA, Pietro; URSO, Carmelina, eds. – «Ut sementem feceris, ita metes». *Studi in onore di Biagio Saitta*, Roma: Bonanno Editore, pp. 553-572.
- SYME, Ronald (1969) – Pliny, the Procurator, *Harvard Studies in Classical Philology*, 73. Harvard, pp. 201-236.
- TARRÍO, Ana María S. (2010) – Memória e intencionalidade na transmissão humanística de material epigráfico. A propósito de uma inscrição da *Gallaecia* na *Geographia* do Dr. João de Barros (CILII, 2422), *Sylloge Epigraphica Barcinonensis* (SEBarc), 8, Barcelona, pp. 179-200.
- TAYLOR, Lily R. (1946) – The date of Capitoline *Fasti*, *Classical Philology*, 41:1 (jan. 1946), Chicago: University of Chicago Press, pp. 1-11.
- TAYLOR, Lily R. (1951) – New indications of Augustan editing in the Capitoline *Fasti*, *Classical Philology*, 46:2 (april 1951), Chicago: University of Chicago Press, pp. 73-80.
- TORRES RODRÍGUEZ, Casimiro (1951-1952) – Conquista de Galicia por los romanos, antes de las guerras cántabras, *Boletín de la Universidad de Santiago de Compostela*, 57-60, Santiago, pp. 77-110 (páginas citadas da separata).
- TOVAR, António (1989) – *Iberisches Landeskunde. Segunda parte. Las tribus y las ciudades de la Antigua Hispania*, Tomo 3: Tarraconensis, Baden-Baden: Verlag Valentin Koerner.
- TRAINA, Giusto (2007) – La géographie entre érudition et politique: Pline l’Ancien et les frontières de la connaissance du monde, in CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; LE ROUX, Patrick; MORET, Pierre, eds. – *La invención de una geografía de la Península Ibérica. II. La época imperial*, Madrid: Diputación de Málaga; Casa de Velázquez, pp. 95-114.
- TROTTA, Francesco (1999) – Estrabón, el Libro III y la tradición geográfica, in ANDREOTTI, Gonzalo Cruz, coord. – *Estrabón e Iberia: nuevas perspectivas de estudio*, Málaga: Universidad, pp. 81-99.

- TRANOY, Alain (1977) – A propos des *Callaeci* de Pline. Epigraphie et peuplement, *Bracara Augusta*, 31, Braga, pp. 225-233.
- TRANOY, Alain (1981) – *La Galice Romaine. Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité*, Paris: Diffusion de Boccard.
- ÜNTERMANN [et al.], Jürgen (coord.); SIMÓN CORNAGO, Ignacio; KOCH, Michael; DE HOZ, Javier; GORROCHATEGUI, Joaquín (2018) – *Monumenta Linguarum Hispanicarum. Band VI, Die vorrömische einheimische Toponymie des antiken Hispanien*, Wiesbaden: Ludwig Reichert.
- VIAL-LOGEAY, Anne (2017) – Délocaliser la culture? Quelques remarques sur l'*Histoire Naturelle* de Pline l'Ancien et la culture de son temps, in CIPRÉS TORRES, Pilar (ed.) – *Plinio el Viejo y la construcción de Hispania citerior*, ("Anejos de Veleia". Acta; 14), Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, pp. 15-31.
- WOOLF, Greg (2013) – Ethnography and the Gods in Tacitus' *Germania*, in ALMAGOR, Eran; SKINNER, Joe (eds.) – *Ancient Ethnography. New Approaches*, London: Bloomsbury, pp. 133-152.

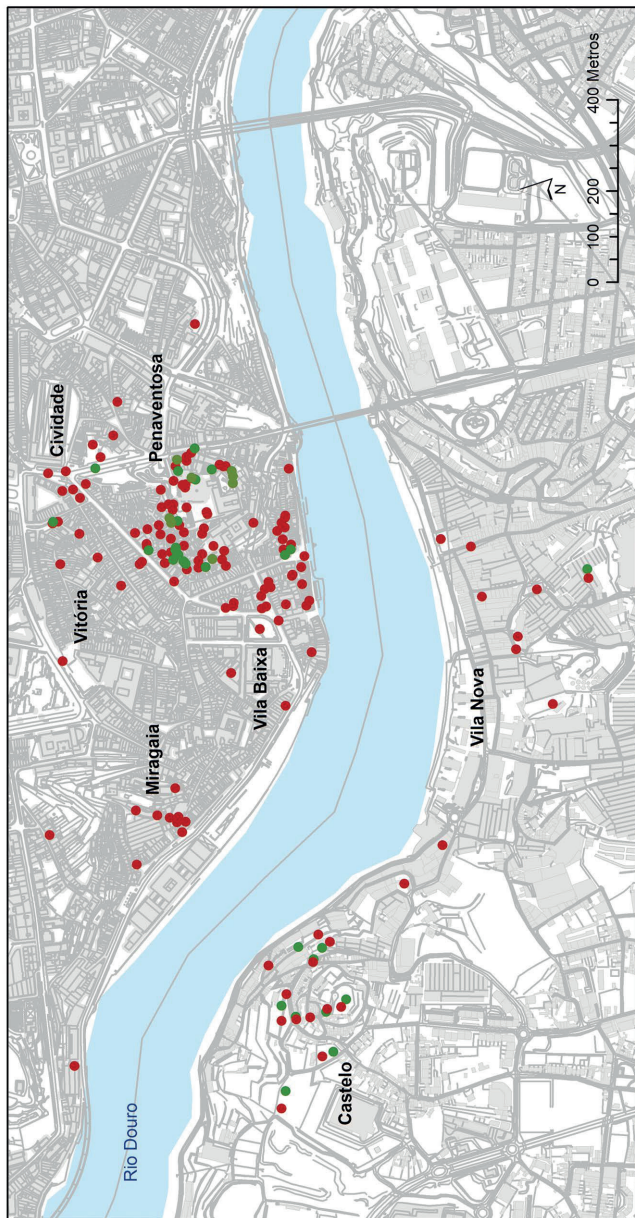


FIG. 1 – Ocupação da Idade do Ferro e de época Romana das duas margens do Douro, destacando-se os núcleos principais de Penaventosa/Vila Baixa e Castelo/Vila Nova (SILVA, 2021: 688).

PETER ROTHENHOEFER

Sun Yat-Sen University, Department of History (Zhuhai Campus), China

p.rothenhofer@mail.sysu.edu.cn

<https://orcid.org/0000-0002-5882-1843>

JAVIER MORALEJO ORDAX

Universidad Autónoma de Madrid, Departamento de Prehistoria y Arqueología

javier.moralejo@uam.es

<https://orcid.org/0000-0001-7990-2194>

NEW EVIDENCE OF ROMAN GOVERNORS AND OFFICERS
ON GLANDES INSCRIPTAE FROM REPUBLICAN HISPANIA
“Conimbriga” LXII (2023) p. 49-70

http://doi.org/10.14195/1647-8657_62_4

Texto recebido em / Text submitted on: 30/01/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 02/05/2023

ABSTRACT: Four glandes inscriptae from the Iberian Peninsula are presented in this paper. For two of them a connection to the Republican governors C. Flaminius and L. Mummius is proposed, and therefore a date in the 2nd century BC. A third slingshot bullet was most likely cast at the beginning of the governorship of the proconsul C. Valerius Flaccus, c. 92/91 BC. On the fourth specimen two names are inscribed, Afranius and Messalla, presumably two military leaders; it is carefully suggested that they could have been active during the Sertorian War. The communis opinio regarding the use of glandes inscriptae on the Iberian Peninsula must be modified: rather than being a phenomenon of the 1st century BC, peculiar to the Sertorian War (82-72 BC) and the confrontation between Caesar and the Pompeian faction (48-45 BC), they can now be traced back as far as the early 2nd century BC.

KEYWORDS: *Glandes*; inscribed sling bullets; *Hispania*; Republican period; Roman governors.

Conimbriga, 62 (2023) 49-70

NEW EVIDENCE OF ROMAN GOVERNORS
AND OFFICERS ON *GLANDES INSCRIPTAE*
FROM REPUBLICAN HISPANIA

Lead en inscribed slingshot bullets are a remarkably important group within the Latin inscriptions of Republican Hispania (cf. ELRH pp. 243-256; DÍAZ ARIÑO, 2005: 219-236; DÍAZ ARIÑO, 2008; FERNÁNDEZ GÓMEZ, 2009; PINA POLO, ZANIER, 2006; VALLE, LÓPEZ VILAR, 2013; MORALEJO ORDAX, SAAVEDRA, 2016). Borja Díaz Ariño emphasized in his overview of *glandes inscriptae de la Península Ibérica*, published in 2005, that they constitute a highly useful source for studies of the Roman military activity in the 2nd and especially in the 1st century BC in Hispania, partially due to their considerable amount in an era which produced only a limited number of epigraphic testimonies, and because of the importance of the data which the inscriptions contain (DÍAZ ARIÑO, 2005: 219). He concluded his article with a list of 95 inscribed slingshot bullets. The majority can be attributed either to the Sertorian War (82-72 BC) or the Civil wars between Caesar and Pompey and his sons (48-45 BC). Meanwhile the number of known *glandes inscriptae* from the Republican provinces of Hispania has been augmented not only by new findings but also by unpublished material preserved in museums and private collections (see e.g. GAMO PAZOS, 2012: nos. 4-14, 16, 67-72; FERNÁNDEZ GÓMEZ, 2009; CONTRERAS, MÜLLER, MUNTANER, 2006-2007; LÓPEZ VILAR, 2013; MORALEJO ORDAX, SAAVEDRA, 2016. Cf. also PINA POLO, ZANIER, 2006: 29-50; on the same collection of *glandes* GRÜN WALD, RICHTER, 2006, but not convincing).

The slingshot bullets presented here were studied since 2009 by autopsy and later discussed various times with colleagues.¹ No hints could be found that these hitherto unique pieces are not originals or that

¹ Inter alia in lectures at Munich, Bucarest, and Changchun.

their inscriptions had been modified in modern times. Therefore, they give reason to rethink the conclusion drawn by Díaz Ariño in 2005, namely that *glandes inscriptae* “no eran utilizadas de forma habitual por los soldados romanos destinados en Hispania durante el siglo II a.e.”, and to reconsider the hypothesis that their spread in the 1st century BC was linked to the systematic use of these projectiles as carriers of political slogans in the context of civil wars (BELTRÁN LLORIS, 1990). In addition, they provide essential new information on Roman officers and governors of Hispania in the Republican era.

Glandes plumbeae, some of them with Greek inscriptions, were introduced on the Iberian Peninsula during the 4th century BC as a result of contacts with the Greek and Italic world (ARANEGUI GASCÓ, 2003; cf. QUESADA SANZ, 1997: 475-480 and 922-924). As far as we know, they were not commonly used in the Iberian territories between the 5th and 3rd century BC, and only from the Second Punic war does this kind of light weaponry spread into the southern part of the Iberian Peninsula, presumably in the footsteps of Greek and Italic *funditores* enrolled in the Roman army (QUESADA SANZ, 1997: 475-480 and 922-924; QUESADA SANZ, 2008).

Within the framework of the Second Punic War, the last findings from Cerro de las Albahacas (Province of Jaén), recently identified as the battlefield of *Baecula* (208 BC), have to be mentioned. All twelve *glandes* found on site can be attributed to the Roman army that fought Hasdrubal and the Carthaginians, none of which is inscribed (QUESADA SANZ *et al.*, 2015: 346-355). Throughout the course of this conflict, Roman troops struggled with indigenous people in Hispania. In 206 BC and again in 205 BC, uprisings of a coalition of Ilergetes and the neighboring tribes were crushed by Scipio Africanus (Polyb. 11.32; Livy 28.24.3-4 and 29.2.1-2). In the following two and a half decades Rome repeatedly clashed with local tribes on the Iberian Peninsula. One of the settlements destroyed by the Romans during that period was the Iberian town of Castellet de Banyoles (Province of Tarragona) on the lower Ebro in the northwestern part of the Iberian Peninsula. Excavations and surveys revealed *inter alia* Roman weaponry: spearheads, catapult bolt heads, and a number of leaden sling bullets (NOGUERA *et al.*, 2014: 72-75). Therefore, we can conclude that Roman troops used leaden *glandes* in Hispania already around 200 BC.

Another observation is of considerable relevance; the sling bullets found at Las Albahacas and Castellet de Banyoles are not uniform but show a variety of types (NOGUERA *et al.*, 2014: 73 fig. 12, photos 1-4). This in mind, it is important to note the lower dimensions (length) and the lower weight of the leaden bullets dated to the Second Punic War compared to those dated to the 1st century BC, both in the Sertorian and the Caesarian period. For instance, two sets, one from Cerro de las Albahacas (Second Punic War) and the other from Cerro de Alvar Fáñez (civil war between the Pompeian faction and Caesar) reveal such differences. The average weight of the first set (12 bullets) is 38.7 grms, for the second set (15 bullets) it is 45 grms (QUESADA SANZ *et al.*, 2015: 351 fig. 18; MORALEJO ORDAX, SAAVEDRA, 2016: 52-54, tab. 2-4). Regarding the forms, the *glandes* from the end of the 3rd century BC are usually not of a stocky type, but reveal a slightly oblonged shape, quite like the first *glans inscripta* presented here.

Table 1 – Typology and values of 2nd and 1st century BC *glandes* presented here.

<i>glans</i> no. / inscription	findspot / area	length (cm)	diameter (cm)	weight (grms)	typology (Völling)
I / <i>FLAMEIN</i>	Cuenca	4.2	1.1-1.7	42	2b
II / <i>L MVM</i>	Portugal (private collection)	unknown	unknown	unknown	2a?
III / <i>VALER/ [PRO] COS</i>	Guadalajara-Soria	4.65	1.4-1.9	64	2b
IV / <i>AFR•ME/ SALA</i>	unknown	4.5	1.9	60.55	1c?

Considering the low number of pieces and the different findspots, it is not possible to establish defined groups and specific typologic ensemble criteria. Nonetheless, the bullets fit in general models: all of them are bivalve, and belong to the almond shape type (VÖLLING-group II) rather than to the rounder one (VÖLLING-group I). It is remarkable that two of them are heavier (60.55 and 64 grms), a weight class which is also attested in the 1st century BC.

The first epigraphic evidence of Gaius Flaminius, *praetor* of Hispania citerior 193-190 BC

Almond shaped leaden sling-bullet damaged on the left end. Length 4.2 cm, diam. 1.1-1.7 cm, weight 42 grms. The surface has been strongly cleaned, so that the object retained its dark grey colour (FIG. 1). Traces of whitish oxidation film have only survived at the edges of the moulded letters and in small scars and scratches. Elevated, moulded letters can be seen on one side. Height of letters 0.6-0.8 cm. We only were informed that the sling-bullet was found by children before 1950 in the province of Cuenca (Spain) and then given to their teacher who gifted it to a collector; further data on the findspot is unfortunately not available. The object itself was kept in the family of this collector even when they migrated to Switzerland in the 1960s. Now stored at the teaching collection of the Department of History, Sun Yat-Sen University.

On first sight LAMFIN can be read, a hitherto unknown and enigmatic name or term. But a closer look at the inscription reveals that the alleged 'F' is an 'E'. Furthermore, slight traces of a letter in front of the 'L' can be observed. Two points, one above the other, can only be explained as the remains of two horizontal strokes, more likely of the letter 'F' than 'E'. From the two possibilities, FLAMEIN or ELAMEIN, only the first one makes sense as it can be directly understood as abbreviation of a Roman name. Therefore, we can reconstruct:

FLAMEIN

This is a unique inscription on Roman slingshot bullets. The search for similar texts leads to Ascoli Piceno, Italy, from where a *glans* with the legend *L FLAM* is known (DESJARDINS, 1874: 80 no. 399, cf. 42 no. 166: *FLAM*), identified by ZANGEMEISTER, 1885: 88-143, especially 131 no. 47 as one of the many bullets from Ascoli with fake inscriptions (BENEDETTI, 2012 makes no mention of those two bullets). However, a connection to that group of Italian *glandes spuriae* can be excluded with certainty due to the type of this *glans*, its findspot, collection history, and its inscription. Doubtless, FLAMEIN is an abbreviated Roman name, *Flamein(ius)*. Noteworthy is the use of the old diphthong 'ei' for 'i' (cf. LEUMANN, 1977: 13). As far as we can see, it seems to be the first epigraphic example of using the old spelling for Flaminius (no example can be found in the index of CIL I²), comparable e.g. to Fabreinius

(CIL I² 2521) for Fabrinus or Serveilius (e.g. CIL I² 937. 938. 2954) for Servilius. It is not surprising that the latter examples can be found on inscriptions of Republican date.

The old spelling together with the observation that the *glandes* which have been found in the provinces of Hispania can be dated to the Republican era, strongly lead to the conclusion that this sling bullet also should have been cast in Roman Republican times.

According to Borja Díaz Ariño, sling bullets inscribed in Latin were used for the first time on the Iberian Peninsula during the Sertorian War, bearing the names (or abbreviations of the names) of protagonists like Q. Sertorius and Q. Metellus (DÍAZ ARIÑO, 2005: 224-227 and 233-234). The same phenomenon can be observed during the confrontation between Caesar and the sons of Pompey the Great. Huge amounts of leaden sling bullets carrying the marks *Cn(aeus) M(agnus)*, *Cn(aeus) Mag(nus)*, *Mag(nus)* or *Pompeii* must have been produced in the years 48-45 BC (DÍAZ ARIÑO, 2005: 227-228 and 234 nos. 25-57). With this in mind, *Flamein(ius)* should also be a high-ranking Roman commander involved in a military conflict on the Iberian Peninsula. But a search within the known Roman officials of the 1st century BC yields no results.

However, if we take into consideration all known Roman officials active in Hispania during the Republican era, we quickly come across the *consul* of 187 BC, Gaius Flaminius (cf. DÍAZ FERNÁNDEZ, 2016). Doubtlessly, he was the son of Gaius Flaminius Nepos, *cos.* 223 and 217 BC, who fell at the Battle of Lake Trasimene against Hannibal in April 217 (MÜNZER, 1909: 2502). His *cursus* is known in broad terms: he is attested as *quaestor* in Hispania in the entourage of P. Cornelius Scipio Africanus in 209 BC (Livy 26.47.8; 26.49.10. MRR II: 286). Thirteen years later he was *curule aedile* in Rome (Livy 33.42.8; MRR II: 335). At the end of 194 BC he was elected as one of the six *praetores* and then allotted to *Hispania Citerior* (Livy 34.54.2; 34.55.6; MRR II: 286 and 347). In 193 BC he reached the *Citerior* together with new reinforcements. We learn from Livy (34.56.8), that he was involved in military campaigns over the next years (see also Oros. 4.20.19; cf. RICHARDSON, 1996: 54-55; SCHULTEN, 1935: 197; RICHARDSON, 1986: 97). It should be noted that Livy, our main source, does not give many details about Flaminius' governorship nor his campaigns. Instead, Livy's focus is on Hispania Ulterior and the campaigns led by its governor M. Fulvius Nobilior. The same phenomenon

was noticed by SUMNER (1970: 93) regarding Livy's description of the governorships of M. Helvius and C. Sempronius Tuditanus in 197-196 BC (cf. BRENNAN, 2000: 165).

Livy's report starts with the following general remarks on the situation in the year 193 BC: *In Hispaniam nequaquam tantum belli fuit, quantum auxerit fama*, then he adds for the winter 193-192 that there were *proelia aliquot nulla memoria digna adversus latronum magis quam hostium* (35.7.7). Only two successful operations of C. Flaminius are briefly mentioned: In the year 193 BC *oppidum Inlu-ciam in Oretanis cepit* (35.7.7). And in 192 BC *oppidum Licabrum munitum opulentumque vineis expugnavit et nobilem regulum Conri-bilonem cepit* (35.22.5; cf. SCHULTEN, 1935: 197). For the following years, 191 and 190 BC, Livy reports no campaigns of C. Flaminius (36.2.9 and 37.2.11). That there still must have been military confrontations can be concluded from a remark that new troops were sent to him by the senate in 191 BC. However, while his colleague M. Fulvius Nobilior, *praetor* of the Ulterior 193-191 BC, could celebrate an *ovatio* when he returned to Rome, nothing comparable was granted to C. Flaminius. Nonetheless, this did not stop his career within the senatorial class of Rome. In 188 BC, C. Flaminius was elected *consul* for the year 187 BC (*Fast. Capitolini ad annum 187*; Livy 38.42.2). In the following years he apparently did not come back to the Iberian Peninsula.

Taking all the mentioned observations into consideration, the *glans* presented here should be referred to C. Flaminius. It can be excluded that the sling bullet was cast during his first stay on the Iberian Peninsula under the command of P. Cornelius Scipio Africanus, as he had no military command during these years.

The only possible time period are the years of his praetorship in Hispania Citerior, 193-190 BC, when he led military operations in his province and in the neighboring regions of the Celtiberians. It is nearly impossible to determine if this *glans* was already cast in 193 BC when C. Flaminius operated within the lands of the Oretani (Livy 35.7.7), which is situated on the upper banks of the river Guadalquivir, or in the following years 192-190 BC.

Considering the aforementioned arguments, this leaden sling bullet should actually be regarded as the most ancient one with Latin text from the Iberian Peninsula, and as an outstanding testimony of C. Flaminius' activities during his praetorship in Hispania Citerior.

A slingshot bullet from Portugal – testimony of Roman military activities in Lusitania led by L. Mummius?

Almond shaped slingshot bullet with white patina. Dimensions and weight not recorded. Only the general information was available that it had been found in Portugal. Viewed in a collection in Lisbon in 2013, which had been inherited in the 1990s from the grandfather. One side is stamped in the center: Within a rectangular panel, worn off on the left, raised letters can be seen (FIG. 2).

On the left of that panel, near the rim, a vertical line is visible. The space between this line and the second letter shows no traces of a further letter. However, this space gives reason not to read an ‘I’ at the beginning of the line, but to restore an ‘L’. Well preserved are the following letters: at first glance ‘MM’. But restoring LMM is not really convincing: a *tria nomina*-abbreviation would be unusual on a *glans*, the same applies to *l(egio)/l(egionis) M(...)* *M(...)*. Therefore, these readings should be ruled out.

The following observation leads to another interpretation: both ‘M’ seem to be intentionally connected, so that we have to take into consideration a ligature of three letters: ‘MVM’. In that case, it can only be the abbreviation of the name Mummius (cf. e.g. MOCSEY, 1983: 194). With all due caution, this currently seems to be the most convincing proposal for an interpretation of this hitherto singular stamp. Therefore, we suggest to read the following name:

L(ucius) Mum(mius)

As in the previous case, L. Mummius should be a Roman officer engaged in military activities in Hispania. If we consider both the name and the country where this *glans* was said to be found, it most likely should be L. Mummius, one of the consuls in 146 BC and known for the destruction of Corinth in the same year (MÜNZER, 1933; see also PIETILÄ-CASTREN, 1978 and MORALEJO ÁLVAREZ, 2011 about L. Mummius in Hispania).

In the early stage of his senatorial career (in 153 BC), he was sent as *praetor* together with troops to Hispania Ulterior. There he was engaged in repelling the incursions of Lusitanian tribes. The most detailed, yet still brief, description of the events can be found in Appian (App. Ib. 56-58; cf. Diod. 31.42; Eutrop. 4.9.1). First, Mummius had to fight Lusitanians who were led by the warrior chief Kaisaros. These

battles were not always successful, and the Lusitanians even came in possession of Roman standards, but finally L. Mummius managed to beat Kaisaros and his men. Appian mentions the advance of the Lusitanians to the shore of the Ocean. Therefore, it can be concluded that the military operations took place in the western parts of Hispania Ulterior and adjacent areas.

After the defeat of Kaisaros, L. Mummius had to fight other Lusitanian invaders led by Caucaenus. The latter managed to conquer Conistorgis, a city of the *Conii*, allies of the Romans, somewhere in the Alentejo. Then the Lusitanians went to the area of Gibraltar where they set off to Northern Africa. L. Mummius followed them and at last gained another victory over Lusitanian warriors. Back in Rome, he celebrated a triumph over the Lusitanians in 152 BC (*Fast. Capitolini ad annum 152*).

A new testimony of C. Valerius Flaccus, *proconsul of Hispania citerior* 92-81(?) BC

Leaden sling bullet damaged on the left end. Length 4.65 cm, maximum diam. 1.4-1.95 cm, weight 64 grms. Corrosion caused the typically whitish-grey surface of ancient lead artefacts. On one side of its surface moulded letters in two lines can be read (Fig. 3). Height of the letters 0.8-1.0 cm. The only information about the findspot points to the border region of the provinces of Guadalajara and Soria. The *glans* was part of the same Spanish private collection as the sling bullet inscribed FLAMEIN and kept since the 1960s in Switzerland. Actually it is stored in the teaching collection of the Department of History (Zhu-hai Campus), of Sun Yat-Sen University. The text reads:

VALER
[- -]COS

The first and the last letter in line 1 are less well preserved, but legible. Doubtless, the personal name Valer(ius) can be read.

The left half of the second line is worn, no more traces of letters are visible. In the middle and right half of that line CO can be read without any problems. The last letter is damaged in its lower part, but an S can be restored. *COS* should obviously be understood as the common abbreviation of *co(n)s(ul)*. That means that the aforementioned Valer(ius) was in charge of a public office.

Similar texts are known from slingshot bullets which were used by troops of Q. Sertorius in the Sertorian War (82-72 BC). Many of them are inscribed in a comparable manner: In the first line appears the name *Q. SERTOR*, in the second line the title *PROCOS. Q(uintus) Sertor(ius) / proco(n)s(ul)* is repeatedly followed by a political slogan like *pietas, ius, fides*, or *veritas*, on the other side of the *glans* (ELRH: pp. 244-247 G2-10; DÍAZ ARIÑO, 2005: 226-227). The latter are seemingly related to the political situation (see BELTRÁN LLORIS, 1990).

Further letters cannot be observed on this sling bullet. However, it is necessary to consider if the second line should be restored in a similar way. Firstly, it has to be noted that on the left side there is enough space left for three letters. Then, if we look at the Republican *consules* and *proconsules* in charge of one of the Hispanic provinces, we quickly recognize that the mentioned Valer(ius) can only be C. Valerius Flaccus, *consul* in 93 BC together with M. Herennius, and *proconsul* of *Hispania citerior* from 92 to maybe 81 BC (MRR II: 9-10 with MRR III: 211; BADIÁN, 1964). Since there is no trace of a Republican *consul* with the *nomen gentile* Valerius who had been in charge of one of the provinces of Hispania, the second line should be restored as *[PRO] COS*. Thus, the text on the sling bullet was *Valer(ius) / [pro]co(n)s(ul)* and refers clearly to the aforementioned C. Valerius Flaccus.

He is attested as *praetor urbanus*, and scholars like T.R.S. Broughton (BROUGHTON 1951, 1960) and T.C. Brennan suggested that he most likely held this office in 96 BC (BRENNAN, 2000: 422 and 552; MRR II: 9-10). An inscription from Claros informs that he also held the office of a governor of Asia, most probably in 95/94 BC, as suggested by J.-L. FERRARY (2000: 334-337 with fig. 3, no. 1). After the consulship in 93 BC he was sent to Hispania Citerior as *proconsul*. At the beginning of his governorship he was confronted with uprisings of Celtiberian tribes, which he successfully managed to suppress. Appian reports that he gave the order to execute the rebels of *Belgeda*, a town not yet located, and that in his further actions 20.000 Celtiberians were killed (App. Ib. 100). For the following years we hear nothing about his activities. As Ernst Badian argued, the Social War seems to have tied him to his post (1964: 88). In 87 BC he is mentioned as *imperator* in the Tabula Contrebiensis assigning a judgement of Contrebian magistrates: *iudicium addeixit C. Valerius Flaccus imperator* (ELRH: pp. 95-98 C9, line 14, with fig. on p. 301).

It is unknown when the acclamation as *imperator* took place. Given the lack of further information on his governorship, we can only

assume that his troops already proclaimed their commander *imperator* during the fighting in 92 BC.

Imperator was an important title for a member of the senatorial elite because it enabled him to apply for a triumph in Rome. *IMP* can be observed at least in two cases on *glandes*: CIL XI 67721 has *RVFVS IMP* and CIL II 4965 *CN MAG / IMP*. The first refers to Q. Salvidienus Rufus Salvius, the latter to Pompeius the Great. Therefore, we should expect that after the acclamation of C. Valerius Flaccus this extraordinary honorific title should have also been written on the sling bullets used by his troops. But as this one only shows the title *proconsul*, we suggest to date it to the beginning of his governorship, before his acclamation as *imperator*.

It is likely that he held his post in Hispania Citerior until 82 BC, governing jointly from around 85 to 82 BC also Gallia Transalpina (BADIAN, 1964: 88-96; BRENNAN, 2000: 502 suggests that he also could have been in charge of Hispania Ulterior). Returning to Rome, he held a double triumph *ex Celtiberia et Gallia* in 81 BC (Gran. Licinian. 36.5 (ed. Criniti); CIL I² p. 178; Inscr. It. XIII, 1, p. 563-564. Cf. SCARDIGLI, 1983: 113-114; MRR II: pp. 77-78).

M. Valerius Messalla Niger, *tribunus militum* in Hispania (?), together with L. Afranius

Almond-shaped leaden sling bullet. Length 4.5 cm, diam. 1.9 cm, weight 60.55 grms. On one side moulded letters in two lines (Fig. 4). Not only the findspot remains unknown, but also the circumstances how and when it entered the Museo Arqueológico Provincial de Sevilla (inv.nº. ROD 1858; the *ficha* contains no further information; one of the reviewers took into consideration that it could have been part of the 19th century collection “Mateos Gago” which entered the museum, and in this case maybe even had been acquired from outside Spain; but that remains a sheer unproved assumption). It was published by Fernando Fernández Gómez in 2009 without giving an interpretation of the text (FERNÁNDEZ GÓMEZ, 2009: 151 no. 28). The text undoubtedly reads²:

² The object was also inspected by H. Gimeno and A. Stylow in the 1990s. Helena Gimeno thought maybe of *A(la) PRIM(a)* in the first line, but that would be a

AFR•ME
SALA

A Roman Republican magistrate or military commander active in Hispania with the name Afr(...) Mes(s)al(l)a is not attested. If so, it would be highly surprising since Messalla is a *cognomen* used within the Roman aristocracy by a branch of the *gens* Valerii. A way to find a convincing explanation could be to look for two separate persons, although this would be extraordinary. However, if we take Afr(...) and Mes(s)al(l)a as two separate persons, it is possible to attribute this sling bullet with a certain degree of probability to two later consuls.

Afr(...) can be restored to at least a dozen different *nomina gentilicia* of half a dozen *cognomina* (SOLIN – SALOMIES, 1994: 8 and 289). Afranius, Africius, and Afrinius are the more frequent ones of the *gentilicia*, Africanus and Afrio of the *cognomina*. If we take into consideration the governors of Hispania within the first two centuries BC, we only find the *homo novus* Lucius Afranius, a follower of Pompey elected (with the support of Pompey) as *consul* for the year 60 BC (KLEBS, 1893: 710-712).

When Hispania was granted as a proconsular province to Pompey in 55 BC, Pompey sent instead of himself L. Afranius, M. Petreius, and Terentius Varro to govern the Hispanic provinces for the next years (MRR II: 220). The Iberian Peninsula was no *terra incognita* for L. Afranius, as he had fought there already as military commander in the army of Pompey against Sertorius. He is mentioned two times in the literary sources: In 75 BC, in the Battle of Sucro, as commander of the left wing of Pompey's army (Plut. Sert. 19). A few years later at the end of the Sertorian War, in 72 BC, he besieged and took the city of Calagurris (Oros. 5.23.14).

Later, when the Civil War between Caesar and Pompey started, L. Afranius once more fought on the side of Pompey. Still in charge of Hispania Citerior in 49 BC, he neither could prevent the Caesarian legions to cross the Pyrenees nor could he successfully attack them. In the Battle of Ilerda he was defeated himself and captured by Caesar (Caes. b.c. 2.37-87; Vell. 2.50; Flor. 2.13.26-29).

very unusual abbreviation for a military unit. Stylow read the same as we do, but would not exclude an E for the F. But a name *AER(esius)* or *AER(onius)* *MESALA* is quite unlikely (for these two possible *gentilicia* starting with *AER*, see Mocsy, 1983: 7).

The written sources obtain no hint that L. Afranius fought in Hispania together with another military commander named Messalla. Within the family of the Valerii Messallae there exist two possible candidates, M. Valerius Messalla Niger and M. Valerius Messalla Rufus. Unfortunately, sources are lacking which could provide more detailed information on their *cursus*. Both are neither attested as magistrates nor military commanders in Hispania.

M. Valerius Messalla Niger was *consul* in 61 BC. The main source for his *cursus* is a later inscription found at the *forum* of Augustus in Rome (CIL VI 3826). We learn that he was pontifex, two times *tribunus militum*, *quaestor*, and *praetor urbanus*. After his consulate he was member of the five-man-commission responsible for the distribution of land in 59 BC, in 55/54 BC *censor* and three times (55, 53, and 52 BC) *interrex* (MÜNZER, 1955). He must have died before 46 BC, as Cicero mentions him as important, deceased orator in his work *Brutus* (cf. SUMNER, 1973: 131).

M. Valerius Messalla Rufus was only a little younger than his cousin M. Valerius Messalla Niger. He was *consul* in 53 BC, and his praetorship should have been fallen either into the year 62, or 61 BC (MRR II: 173 and 227-228; HANSLIK, 1955). Nothing is known about his early career, and if he collected military experience when he was a young *nobilis*. Later, in the civil wars between Caesar and Pompey he fought as legate on the side of Caesar (HANSLIK, 1955: 168).

If we read the text on the *glans* as Afr(anius et) Mes(s)al(l)a, than it obviously cannot be dated to the years of the military confrontation between Caesar and Pompey. At that time L. Afranius and M. Valerius Messalla Rufus fought on different sides while the other possible candidate, M. Valerius Messalla Niger, presumably had already deceased. Furthermore, if we take into consideration that the latter one was two times *tribunus militum* in his younger days, there is a high probability that L. Afranius and he could have fought together in the Sertorian War. If this hypothesis is correct, it would be extraordinary evidence that during the Sertorian War the soldiers of the senatorial armies not only produced sling bullets with the name of the commander in chief like Q. Caecilius Metellus (DÍAZ ARIÑO, 2005: 233-234), but also of other high-ranking commanders like presumably L. Afranius and M. Valerius Messalla Niger.

Two decades later, comparable cases can be observed in Gallia. The name of a legate of Caesar can be read on *glandes* found on the

battlefield of Alesia: *T•LABI*, that is undoubtedly the *skillful* commander T. Labienus (SIEVERS *et al.*, 2001: 238 no. 726-727 with pl. 84). And a bullet found at Saint-Pargoire (départ. Hérault, F) bears the name of a centurion of the 10th legion, C. Varius (FEUGÈRE, 2008). A few years later, another centurion of Caesar, Scaeva, is supposed to be represented in *glandes* from Picamoixons (Province of Tarragona) and Huete (Province of Cuenca) (LÓPEZ VILAR, 2013; MORALES ORDAX, SAAVEDRA, 2016).

As far as we can see, this seems to be the first example with names of two officers on a Roman sling bullet from Hispania. At present, this is at least an attractive thesis, which maybe one day will be confirmed by further finds. That such an interpretation cannot be ruled out, is shown by several *glandes* from the Greek world. Peter Weiß and Niels Draskowski presented four leaden bullets from the eastern Mediterranean area each bearing the Greek names of two persons (WEISS, DRASKOWSKI, 2010: 143-146).

General considerations

The *glandes* presented here can be seen as remarkable and highly valuable testimonies of Roman military activities on the Iberian Peninsula. Even though all four leaden inscribed sling bullets presented here so far are only known by one single specimen, it seems to be most likely that the phenomenon of using inscribed *glandes* in Hispania is not limited to the 1st century BC. The specimen bearing the name *FLAMEIN* must be considered not only as one of the oldest dated Latin inscriptions from the Iberian Peninsula, but also as one of the oldest inscribed Roman sling bullets. Only an unpublished *glans* from Sicily seems to be older: Giacomo Manganaro briefly mentioned this bullet, inscribed *LAEVI*, and connected it with M. Valerius Laevinus, governor of the province of Sicily and successor of M. Claudius Marcellus in 210/209 BC (MANGANARO, 1982: 242 footnote 32 and MANGANARO, 2000: 129).

Generally, in the 2nd century BC the number of inscribed Roman sling bullets is quite small. Again, there are *glandes* from Sicilia inscribed *LEN* and *L. PISO L. F. // COS* (CIL X 8063,2), giving the name of the *praetor* Cornelius Lentulus (c. 137 BC) and of the *consul* of 133 BC, L. Calpurnius Piso Frugi, both fighting slaves in Sicily (MANGANARO, 1982: 242-243 with footnote 33). Now, we propose to add two *glan-*

des from Hispania: the aforementioned *FLAMEIN-glans* and the bullet from Portugal bearing probably the name of L. Mummius. Since a die was used to mark the latter one, we can assume that great quantities of leaden *glandes* were stamped in the army led by Mummius.

The 1st century BC remains the century with the bulk of findings. Some valuable observations can be made with the new material: Q. Sertorius was not the first magistrate indicating his position (*PRO COS*); now there is evidence that prior to him *PRO COS* was used at least by C. Valerius Flaccus. In this regard, Sertorius was following the practice of his predecessor(s).

Generally, it can be observed that in the course of the 1st century BC *glandes* were used for increasingly diverse messages. Sertorius not only put his name and office on the bullets, but also political key words (*pietas, ius, fides, and veritas*) – an innovation in using *glandes* as carriers of political slogans.

Furthermore, the bullets were not only used to carry the name of the senatorial magistrate/commander in chief, but also of subordinate commanders. For the first time we presumably have two names of Roman commanders on a *glans*, a phenomenon which already could be observed in the Hellenistic East.

BIBLIOGRAPHY

- ARANEGUI GASCÓ, C. (2003) – Projectiles de honda con epígrafes griegos atribuidos a Sagunto', *Romula* 2, pp. 43-52.
- BADIAN, E. (1964) – Notes on Provincial Governors from the Social War down to Sulla's Victory, in BADIAN, E. – *Studies in Greek and Roman History*, Oxford, pp. 88-96.
- BELTRÁN LLORIS, F. (1990) – La pietas de Sertorio, *Gerión*, 8, pp. 211-226.
- BENEDETTI, L. (2012) – Glandes Perusinae: Revisione e aggiornamenti, *Opuscula Epigraphica del Dipartimento de Scienze dell'Antichità*, Sapienza Università di Roma, 13, Roma.
- BRENNAN, T. C. (2000) – *The Praetorship in the Roman Republic*, Oxford.
- BROUGHTON, T.R.S. (1951) – *The Magistrates of the Roman Republic*, New York.
- BROUGHTON, T.R.S. (1960) – *Supplement to The Magistrates of the Roman Republic*, New York.
- CONTRERAS, F.; MÜLLER, R.; MUNTANER, J. (2006-2007) – Estudio pormenorizado de los glandes depositados en el CEHIMO, *Cuadernos de Estudios del CEHIMO* 33, pp. 1-47.
- DESJARDINS, E. (1874) – *Desiderata du Corpus inscriptionum Latinarum de l'Academie de Berlin I, Les balles de fronde de la République*, seconde série, Paris.

- DÍAZ ARIÑO, B. (2005) – Glandes inscriptae de la Península Ibérica, *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, 153, pp. 219-236.
- DÍAZ ARIÑO, B. (2008) – *Epigrafía Latina republicana de Hispania*, Barcelona.
- DÍAZ FERNÁNDEZ, A. (2016) – *Provincia et imperium*, Sevilla.
- FERNÁNDEZ GÓMEZ, F. (2009) – La colección de glandes con marcas del Museo Arqueológico de Sevilla, in Consejo Superior de Investigaciones Científicas, ed. – *Espacios, usos y formas de la epigrafía hispana en épocas antigua y tardoantigua*, Anejos AEspA XLVIII, Mérida, pp. 145-156.
- FERRARY, J.-L. (2000) – Les inscriptions du sanctuaire de Claros en l'honneur de Romains, *BCH*, 124, pp. 331-376.
- FEUGÈRE, M. (2008) – Une balle de fronde du centurion C. Varius à Saint-Pargoire (F, Hérault), *Instrumentum*, 28, pp. 16-17.
- GAMO PAZOS, E. (2012) – *Corpus de inscripciones latinas de la provincia de Guadalajara*, Guadalajara.
- GRÜNWALD, M.; RICHTER, A. (2006) – Zeugen Caesars schwerster Schlacht? Beschriftete andalusische Schleuderbleie aus der Zeit des Zweiten Punischen Krieges und der Kampagne von Munda, *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik* 157, pp. 261-269.
- HANSLIK, R. (1955) – Valerius Messalla Rufus 268, in *Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft* vol. VIII A,1, pp. 166-169.
- KLEBS, E. (1893) – Afranius 6, in *Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft* vol. I, 1, pp. 710-712.
- LEUMANN, M. (1977) – *Lateinische Laut- und Formenlehre*, vol. I, München.
- LÓPEZ VILAR, J. (2013) – César contra Pompeyo. *Glandes inscriptae* de la batalla de Ilerda, *Chiron*, 43, pp. 432-457.
- MANGANARO, G. (1982) – Monete e ghiande iscritte degli schiavi ribelli in Sicilia (con Tav. 6-8), *Chiron*, 12, pp. 237-244.
- MANGANARO, G. (2000) – Onomastica greca su anelli, pesi da telaio e glandes in Sicilia, *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, 133, pp. 123-134.
- MORALEJO ÁLVAREZ, J. L. (2011) – Mumio vuelve a Itálica (de nuevo sobre CIL I² 630, II 1119), *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, 177, pp. 289-297.
- MORALEJO ORDAX, J.; SAAVEDRA, J. M. (2016) – ¿César contra Pompeyo? Nuevos hallazgos para el estudio de la inscripción *SCAE* en las glandes de honda de Hispania, *Onoba*, 4, pp. 41-68.
- MÜNZER, F. (1909) – Flaminius 3, in *Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft* vol. VI,2, p. 2502.
- MÜNZER, F. (1933) – Mummius 7a, in *Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft* vol. XVI,1, pp. 1195-1206.
- MÜNZER, F. (1955) – Valerius Mesalla Niger 265, in *Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft* vol. VIII A,1, pp. 162-165.
- NOGUERA, J.; ASENSIO, D.; BLE, E.; JORNET, R. (2014) – The beginnings of Rome's conquest of Hispania: archaeological evidence for the assault on and destruction of the Iberian town Castellet de Banyoles, *Journal of Roman Archaeology*, 27, pp. 60-81.

- PIETILÄ-CASTREN, L. (1978) – Some Aspects of the Life of Lucius Mummius Achaicus, *Arctos*, 12, pp. 115-123.
- PINA POLO, F.; ZANIER, W. (2006) – *Glandes inscriptae* procedentes de la Hispania Ulterior, *Archivo Español de Arqueología*, 79, pp. 29-50.
- QUESADA SANZ, F. (1997) – *El armamento ibérico. Estudio tipológico, geográfico, funcional, social y simbólico de las armas de la Cultura Ibérica (siglos VI-I a. C.)*, Monographies Instrumentum 3, Montagnac.
- QUESADA SANZ, F. (2008) – Armamento romano e Ibérico en Urso (Osuna), *Cuadernos de los amigos de los museos de Osuna*, 10, pp. 13-19.
- QUESADA SANZ, F.; GÓMEZ, F.; MOLINOS, M.; BELLÓN, J.P. (2015) – El armamento hallado en el campo de batalla de las Albahacas-Baecula, in BELLÓN, J. P. *et al.*, eds. – *La Segunda Guerra Púnica en la Península Ibérica. Baécula, Arqueología de una batalla*, Universidad de Jaén, Jaén, pp. 311-397.
- RICHARDSON, J. S. (1986) – *Hispaniae. Spain and the Development of Roman Imperialism, 218-82 BC*, Cambridge.
- RICHARDSON, J. S. (1996) – *The Romans in Spain*, Oxford.
- SCARDIGLI, B. (1983) – *Grani Liciniani Reliquae. Introduzione, commento storico e traduzione*, Firenze.
- SCHULTEN, A. (1935) – *Fontes Hispaniae Antiquae*, vol. III, Barcelona.
- SIEVERS, S.; BROUQUIER-REDDÉ, V.; DEYBER, A. (2001) – Les armes d'Alésia, in REDDÉ, M.; VON SCHNURBEIN, S., dir. – *Alésia. Fouilles et recherches franco-allemandes sur les travaux militaires romains autour du Mont-Auxois (1991-1997), II: Le matériel*, Paris, pp. 121-241.
- SUMNER, G. V. (1970) – Proconsuls and Provinciae in Spain, 218/7-196/5 B.C., *Arethusa* 3, pp. 85-102.
- SUMNER, G. V. (1973) – *The orators in Cicero's Brutus. Prosopography and Chronology*, Toronto.
- SOLIN, H.; SALOMIES, O. (1994) – *Repertorium nominum gentilicium et cognominum Latinarum*, Hildesheim/Zürich/New York.
- VALLE, F.; LÓPEZ VILAR, J. (2013) – *Glandes Inscriptae a l'Ager Tarraconensis*, in LÓPEZ VILAR, J., ed. – *Actes 1er Congrès Internacional d'Arqueologia i Món Antic. Govern i Societat a la Hispània Romana, Novetats Epigràfiques. Homentatge a Geza Alföldy*, Tarragona, 29-30 de novembre i 1 de desembre de 2012, Tarragona, pp. 175-184.
- WEISS, P.; DRASKOWSKI, N. (2010) – Neue griechische Schleuderbleie. Tissaphernes und weitere Kommandeure, *Chiron* 40, pp. 123-153.
- ZANGEMEISTER, K. (1885) – *Glandes plumbeae latinae inscriptae*, *Ephemeris Epigraphica* VI, VII-XLVI, 1-143, pl. I-XIII.

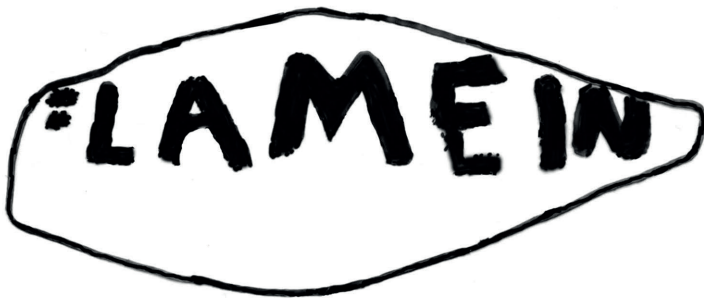


FIG. 1 – *Leaden sling shot-bullet inscribed FLAMEIN*
(photo & drawing: P.Rothenhoefer).

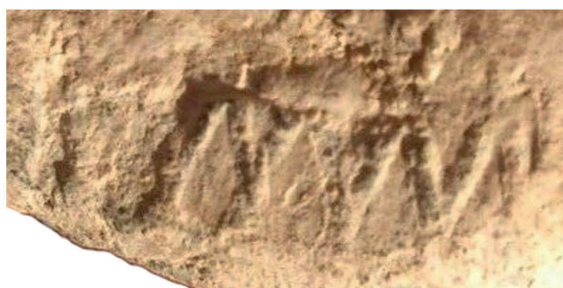


FIG. 2 – *Stamped glans from central or southern Portugal: L MVM*
(photo & drawing: P. Rothenhoefer).



FIG. 3 – Glans inscripta: *VALER* / *[PRO] COS*, found in the border region of Guadalajara and Soria provinces (photo & drawing: P. Rothenhoefer).



FIG. 4 – AFR ME/SALA on a sling shot-bullet, stored at the Museo Arqueológico Provincial de Sevilla (Images: F. Fernández).

ISABEL RONDÁN

Universidad de Cádiz

isabel.rondan@uca.es

<https://orcid.org/0000-0003-1440-1158>

JOÃO PEDRO BERNARDES

Universidade do Algarve | Universidade de Coimbra, CEAACP

jbernar@ualg.pt

<https://orcid.org/0000-0002-1086-2128>

LÁZARO LAGÓSTENA BARRIOS

Universidad de Cádiz

lazarolagostena@uca.es

<https://orcid.org/0000-0002-0765-8003>

CELSO CANDEIAS

Município de Tavira

ccandeias@cm-tavira.pt

<https://orcid.org/0009-0000-8458-8291>

O CONTRIBUTO DE MÉTODOS NÃO INVASIVOS NA DETEÇÃO
DO PERÍMETRO DAS CIDADES ROMANAS PROVINCIAIS: O CASO
DO *MUNICIPIUM* DE *BALSA* (TAVIRA, PORTUGAL)

THE CONTRIBUTION OF NON-INVASIVE METHODS IN THE
DETECTION OF THE PERIMETER OF PROVINCIAL ROMAN TOWNS:
THE CASE OF THE *MUNICIPIUM* OF *BALSA* (TAVIRA, PORTUGAL)
“Conimbriga” LXII (2023) p. 71-99

http://doi.org/10.14195/1647-8657_62_5

Texto recebido em / Text submitted on: 22/09/2022

Texto aprovado em / Text approved on: 05/07/2023

Conimbriga, 62 (2023) 71-99

RESUMO: Um dos problemas que se coloca na investigação das cidades romanas provinciais é a determinação do seu perímetro a partir do registo de superfície. Com efeito, nem sempre é fácil a partir de dados de prospeção distinguir o *pomerium* da cidade, das construções que se edificaram na sua envolvente como acontece com o *municipium* flávio de Balsa. A cidade romana de Balsa, situada no sul da Lusitânia, tem frequentemente sido referida como uma importante e extensa cidade, cujos vestígios foram em grande parte destruídos por trabalhos agrícolas. No entanto, apesar de tentativas de reconstituição desta cidade portuária, as escavações realizadas foram muito limitadas e pontuais e nunca houve no terreno uma investigação sistemática. Com o projeto, *Balsa, Searching the origins of Algarve*, procurou-se, através de intensas prospeções geofísicas não invasivas e sondagens pontuais, esclarecer a dimensão da malha urbana e grau de preservação da antiga *urbs*, de que se conhece um extenso e rico espólio oriundo das suas necrópoles e uma interessante epigrafia honorífica e funerária. Os resultados obtidos têm permitido verificar que se trata de uma cidade muito mais pequena do que se pensava, mas com um importante conjunto de *villae* em seu torno que foi frequentemente confundido com a extensão da sua malha urbana.

PALAVRAS-CHAVE: Métodos Geofísicos; GPR; Cidade romana; Lusitânia.

ABSTRACT: One of the issues that arises in the research of provincial Roman towns from surface data is the determination of their perimeter. In fact, it is not always easy to distinguish the *pomerium* of the city from the constructions that were built in its surroundings, as is the case with the Flavian *municipium* of Balsa. The Roman city of Balsa, situated in southern Lusitania, has often been referred as an important and extensive city, whose remains were largely destroyed by agricultural works. However, although excavations have been very limited and punctual and no systematic field research has ever taken place, attempts have been made to reconstruct this port city. With the project, “Balsa, Searching the Origins of Algarve”, we have tried, through non-invasive geophysical surveys and specific soundings, to clarify the dimension of its urban network and the degree of preservation of the ancient *urbs*, of which an extensive and rich remains from its necropolis and an interesting epigraphy are known. The results obtained have allowed us to verify that it was a much smaller city than

previously thought, but with an important group of villae around it, which was frequently confused with the extension of its urban network.

KEYWORDS: Geophysical Methods; GPR; Roman City; Lusitania.

O CONTRIBUTO DE MÉTODOS NÃO INVASIVOS NA DETEÇÃO DO PERÍMETRO DAS CIDADES ROMANAS PROVINCIAIS: O CASO DO *MUNICIPIUM* DE *BALSA* (TAVIRA, PORTUGAL)¹

Introdução

A cidade romana de *Balsa* é referida em várias fontes clássicas, como uma das cidades portuárias do sul da Lusitânia (BERNARDES, 2021: 358). Durante a época do Renascimento e até ao século XIX foi identificada com a atual cidade de Tavira, no sul de Portugal, mas, na sequência das investigações de Estácio da Veiga foi localizada definitivamente nas quintas de Torre d'Aires e das Antas, situadas a 7 km a oeste daquela cidade portuguesa (VEIGA, 1866). Estácio da Veiga, pioneiro da Arqueologia portuguesa, fez várias escavações nos terrenos daquelas quintas, exumando um notável acervo de peças, sobretudo oriundo de necrópoles, que constituem ainda uma das principais coleções romanas do Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa (SANTOS, 1971: 219-304). A localização da cidade entre o Mediterrâneo e o Atlântico permitiram que atingisse, sobretudo nos séculos I e II, um desenvolvimento e riqueza notáveis bem patente na diversidade e qualidade das peças exumadas.

A partir de Estácio da Veiga não houve mais escavações sistemáticas na área da cidade de *Balsa*, à exceção de uma campanha em 1977 que permitiu identificar um conjunto de estruturas já muito destruídas, sobretudo de época tardia (MAIA e MAIA, 1978; VIEGAS, 2011: 279-287). A cidade continuou até aos nossos dias a ser, recorrentemen-

¹ Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto SAICT-ALG/39581/2018 – BALSA.

te, objeto de notícias, dando conta de destruições provocadas por trabalhos agrícolas ou por obras de construção civil, tendo sido criada uma zona de proteção em 2011, ampliada em 2017 (DIAS *et al.*, 2020: 1400). O importante e rico acervo conhecido e exposto de *Balsa*, oriundo principalmente das investigações do século XIX, levam a que a cidade seja frequentemente referida na bibliografia, e nem a falta de investigações sistemáticas no terreno impediram que se escrevesse sobre a organização e topografia da cidade. Todavia, nem sempre as informações eram as mais fidedignas, nomeadamente no que diz respeito à extensão e urbanismo de que pouco se conhecia, mas muito se especulava. O aparecimento esporádico de testemunhos de *villae* periféricas da urbe levou a interpretar os seus vestígios como parte integrante da malha urbana. Artigos e até livros sugeriam a existência de grandes edifícios públicos, como portos, faróis ou edifícios de espetáculo, chegando a sugerir-se que *Balsa* teria sido uma das maiores e mais notáveis cidades da Lusitânia com quase meia centena de hectares de área construída, “excluindo subúrbios e necrópoles” (SILVA, 2007: 21). Faltava, todavia, a comprovação científica e inequívoca através de projetos de investigação assentes no trabalho de campo de muita dessa informação. Assim, entre 2019 e 2022, a Universidade do Algarve, em parceria com o Centro de Ciência Viva e o município de Tavira, iniciou um projeto de investigação de campo que visou fundamentalmente determinar o perímetro urbano e conhecer o que ainda se preserva desta cidade costeira do sul da Lusitânia. Para cumprir tais objetivos foi definida uma metodologia que assentou fundamentalmente em prospeções intensivas e não invasivas, através de meios geofísicos como o magnetómetro e sobretudo o georadar que, desde o início, se tem mostrado o meio de deteção não invasivo mais apropriado às características do sítio (DIAS *et al.*, 2018: 181-182). Dado que a área onde eram assinalados vestígios arqueológicos associados a *Balsa* se estendia por mais de uma centena de hectares, o recurso a equipamentos de alta rentabilidade permitiu a obtenção de levantamentos rigorosos de forma automática e em grandes extensões. Os resultados obtidos através dos levantamentos geofísicos foram posteriormente aferidos, e complementados, por sondagens arqueológicas.

Já antes, em 2007 e 2016, foram ensaiados alguns métodos de prospeção não invasiva aérea e geofísica, através de métodos termográficos, elétricos (resistivímetro), geomagnéticos e por radar de penetração no terreno, vulgarmente designado por GPR (DIAS *et al.*, 2020: 1401-1403; MEYER, GOOSSENS e FREIBOTHE, 2022). Este último revelou-se o mais

eficaz e adequado à natureza dos terrenos, intensamente agricultados ao longo dos séculos e situados nas margens da ria Formosa, cujas marés influenciam os níveis de humidade dos terrenos que lhe são coalescentes e que correspondem a boa parte da área desta cidade marítima. Todavia o tipo de georadar disponível, em 2016, era um método caro e pouco expedito para aplicar a uma extensão tão grande de terreno. Tentou-se restringir a área a prospetar, procurando indícios de uma maior presença de vestígios no subsolo a partir de um levantamento efetuado ao romper da aurora com câmaras térmicas montadas num UAV (drone). Esta técnica, aplicada imediatamente antes do sol nascer e de iniciar o aquecimento da superfície terrestre, visava determinar áreas com maior densidade de vestígios no subsolo a partir da inércia térmica por eles acumulada e respetiva transmissão remanescente à superfície. Este primeiro ensaio revelou-se pouco eficiente, em grande parte porque a inércia térmica dos vestígios era influenciada pela proximidade da água e consequentes índices de humidade que as marés transmitiam a boa parte do subsolo arqueológico. A importância da água e da humidade como elementos que afetam decisivamente a perceção de vestígios arqueológicos no subsolo por deteção remota já está, de resto, bem documentada (CASANA *et al.*, 2017; HILL *et al.*, 2020: 18).

Em 2016 e 2017 foram efetuadas prospeções de superfície finas através de *fielwalking*, uma vez que parte do terreno se mostrava sem potencial arqueológico ou em que o solo antrópico já tinha sido removido, combinando-as com prospeções geofísicas e cujas estratégias metodológicas e resultados já foram apresentados noutra local (DIAS *et al.*, 2018). Posteriormente, no âmbito do projeto que nos ocupa, iniciado em 2019, prosseguiram-se com estas prospeções não invasivas, sobretudo por georadar e, pontualmente, geomagnéticas, com equipamentos de alto rendimento, operados pela Unidad de Geodetección da Universidad de Cádiz, cujos resultados foram aferidos e complementados através da realização de sondagens arqueológicas, 21 mecânicas e 14 manuais.

Metodologia não invasiva

Entre 2020 e 2022 foram utilizados dois sistemas de GPR diferentes para os levantamentos geofísicos: o equipamento Mk IV de Radar 3D e o equipamento Stream X da empresa IDS. O Mk IV, mo-

delo DXG2528, é um georadar multi-frequência e multicanal composto por um conjunto de 28 antenas espaçadas 7,5 cm entre si. Utiliza a tecnologia *step-frequency* que consiste na emissão, praticamente simultânea, de impulsos eletromagnéticos a frequências diferentes, cobrindo uma largura de banda muito maior do que os sistemas tradicionais. A gama de frequências que este equipamento pode cobrir na sua aquisição de dados é de 30 a 3.000 MHz, de modo a proporcionar sempre a máxima resolução em todos os níveis de profundidade. Cobre uma largura efetiva de varrimento de 2,10 m. O sistema Stream X é um sistema de georadar multicanal que consiste num conjunto de 16 antenas espaçadas 12 cm entre si e uma frequência central de 200 MHz. Cobre uma largura de varrimento eficaz de cerca de 2 m. Ambos os sistemas são complementados por um equipamento de posicionamento com correção real RTK, o que permite que os dados geofísicos sejam geolocalizados com precisão no momento da sua aquisição. Estes sistemas GPR são rebocados por um veículo motorizado, o que, juntamente com a sua largura de varrimento, os torna muito eficientes e produtivos. A medição da velocidade de propagação dos impulsos no solo permite representar os dados obtidos de maneira tridimensional (CONYERS, 2006).

Para os levantamentos magnéticos, foi utilizado o equipamento Sensys MX V3. O magnetómetro MX V3, modelo fluxgate gradiómetro FGM650/3, é um sistema modular multicanal. Permite medições magnéticas com diferentes configurações, com um mínimo de 3 canais e um máximo de 16. Também pode ser rebocado por veículo motorizado ou empurrado manualmente pelos operadores, o que o torna um sistema muito adaptável às condições e características da área a prospetar. A distância entre os canais é de 25 cm ou 50 cm, dependendo da resolução que se pretende, e a largura máxima de varrimento na sua configuração de 16 gradiómetros é de 3,75 m. A frequência de amostragem é também modulável, sendo possível escolher entre 20, 100 e 200 Hz. Para este trabalho foi utilizada a configuração de 5 canais e uma frequência de amostragem de 100 Hz. E, tal como o equipamento GPR, é complementado por um sistema GPS com correção RTK para o geoposicionamento correto dos dados magnéticos no momento da sua aquisição (FIG. 1). A unidade em que se medem as amplitudes magnéticas é a nanotesla (ASPINALL, GAFFNEY, SCHMIDT, 2009; FASSBINDER, 2017; FUERTES SANTOS Y MEYER, 2019).

Resultados das Prospeções Geofísicas

As prospeções geofísicas, não destrutivas e infinitas (MAYORAL HERRERA, 2016: 12-13), foram realizadas em diferentes campanhas e cobriram um conjunto de parcelas distribuídas pela área arqueológica (FIG. 2). Apresentam-se abaixo alguns dos resultados mais relevantes obtidos com estes três sistemas de prospeção geofísica. As condicionantes e variáveis, topográficas e arqueológicas, da superfície a prospear determinaram a escolha de um ou outro equipamento.

A título ilustrativo mostraremos os resultados em três áreas do sítio arqueológico, correspondentes a uma área prospectada com o equipamento georadar MK IV, outra com o equipamento Stream X e outra área onde se combinou a prospeção com georadar e a prospeção magnética (FIG. 2).

Área 1

A área 1 situa-se na antiga Quinta das Antas, atual propriedade de Eduardo Mendonça. Nesta área, que abrange 2,5 ha, foram detetados pelo menos quatro conjuntos de anomalias geofísicas identificadas como de natureza geológica ou de natureza antrópica (FIG. 3).

No primeiro conjunto, a norte do terreno, foi documentado um grupo de reflexões regulares que apresentam ortogonalidade. A orientação destas anomalias é NE-SW e NW-SE. A potência destes alinhamentos nos radargramas e nas secções transversais é relativamente baixa: a profundidade a que são melhor visualizados situa-se entre a cota -0,40 e -0,60 m.

Se analisarmos os espaços documentados em pormenor, podemos observar, a norte, uma área com uma morfologia retangular, relativamente isolada e com anomalias similares, que apontam para a existência de edifícios com dimensões de 7 e 8 m. Cerca de 30 m para sul, documenta-se outro grupo de edifícios com uma orientação NE-SW e NW-SE, subdividido em compartimentos com aproximadamente 4 x 4 m de dimensão. Do mesmo modo, a sudoeste, registam-se anomalias lineares com o mesmo tipo de orientação, embora com uma maior consistência em profundidade. Estas são visualizadas com maior intensidade e aparentam fechar, pelo flanco sudoeste, o grupo de edifícios descrito (FIG. 4).

O segundo conjunto de alterações, no sector central do terreno, atravessa praticamente toda a área observada de oeste para leste. Tem

uma morfologia irregular, dependendo da área e da cota a que é visualizado. A uma profundidade de -0,60 m, no extremo oriental da alteração, adquire uma configuração bem visível nos radargramas. A matriz continua na direção oeste, seguindo uma forma de elipse que vai diminuindo de intensidade. A esta mesma cota, podem ser observados cortes quase retilíneos em alguns pontos da matriz. A cotas mais profundas, de cerca de -1,30 m, a anomalia torna-se desfocada e documenta-se uma alteração linear na extremidade sudeste (FIG. 5).

O terceiro grupo de anomalias corresponde a um conjunto de reflexões pontuais, homogêneas e organizadas espacialmente. Foi registado numa área de aproximadamente 1.500 m², embora pareça continuar para leste e para oeste, onde podem ser intuídas anomalias semelhantes, mas menos claras na sua visualização em plano. Estão documentadas a uma cota entre -0,30 m e -0,50 m. Os reflexos registados estão dispostos em linhas e espaçados, respetivamente, de 3 m e de 2,5 m (FIG. 6).

O quarto conjunto de alterações, que ocupa praticamente todo o flanco sul da propriedade, corresponde a uma área com evidências de numerosas estruturas construtivas de orientação predominante NE-SW com morfologia variada de elementos quadrangulares e circulares. A visualização em planta dos reflexos emitidos por estas estruturas altera-se em função da profundidade a que são observados: a cotas relativamente superficiais, entre -0,30 m e -0,40 m, são visíveis as paredes perimetrais dessas construções; contudo, a partir de -0,60 m, os reflexos são extensivos a toda a superfície estruturada e não apenas aos limites, o que poderá corresponder a pavimentos ou a qualquer tipo de solo dos elementos em questão (FIG. 7).

A sudoeste destes conjuntos, detetam-se seis estruturas retangulares com dimensões de aproximadamente 4 x 5 m. Se olharmos para os radargramas destas reflexões, as subdivisões detetadas estão desfocadas, ao passo que em planta a sua morfologia parece mais regular. A potência desta reflexão em profundidade é de cerca de 60 cm, entre a cota -0,90 m e -1,50 m (FIG. 7).

Área 2

Esta área tem uma superfície de 0,51 ha e está localizada a cerca de 280 m a sudoeste da área acima descrita, na parte nascente da Quinta da Torre d'Aires. A superfície do terreno onde foi efetuada a prospeção geofísica tem um desnível em direção à ria, ou sector sudeste, com a topografia a descer aproximadamente 3 m desde a sua extremidade

noroeste. Tal facto é importante para a interpretação das alterações geofísicas aqui detetadas, bem como para avaliar a potência e conservação das possíveis ocorrências arqueológicas documentadas. Foram detetados vários conjuntos de alterações geofísicas que parecem estar relacionadas com estruturas arqueológicas soterradas, havendo uma clara relação funcional entre eles.

Na metade norte desta área 2, foram documentados vários grupos de alterações que formam compartimentos retangulares regulares com uma dimensão média de 8 m x 5 m. A orientação é sempre a mesma, NE-SW e NW-SE. A visualização destas reflexões vai-se alterando à medida que se desce em profundidade, e as anomalias na parte noroeste da área visualizam-se melhor em cotas mais elevadas do que as anomalias similares a sudeste, o que faz sentido devido à topografia da área observada. Aqui, é entre as cotas -0,70 e -1 m que estas estruturas se visualizam melhor. Analisando os radargramas e secções transversais, podemos estabelecer uma potência média destes possíveis restos de edifícios de aproximadamente 1 m de altura conservada (FIG. 8).

Na metade sul desta área, as alterações geofísicas continuam com uma potente anomalia linear e com a mesma orientação da descrita acima. A visualização em plano desta reflexão muda à medida que descesmos em profundidade, atingindo em alguns pontos até 2 m de potência, sendo visível a partir de níveis relativamente pouco profundos. À cota de -0,60 m, a anomalia documenta-se com uma orientação NE-SW, continuando em direcção a sul. Em níveis mais profundos, cerca de -1,5 m, a alteração adquire uma morfologia mais clara em planta com uma largura de aproximadamente 1,70 m. Além disso, a esta cota, observam-se duas alterações com morfologia ortogonal a nordeste da mesma (FIG. 9).

Área 3

Esta área de levantamento situa-se a cerca de 460 m a sudoeste da Área 2, na parte poente da quinta da Torre d'Aires. A topografia complicada, com obstáculos naturais e valas, dificultou os levantamentos geofísicos. Neste caso, foram combinadas duas técnicas geofísicas, cruzando dados de leituras geomagnéticas com os primeiros resultados obtidos com recurso ao georadar. O levantamento realizado com georadar mostra várias anomalias com morfologia irregular em planta, tendo sido registadas pelo menos quatro à cota de -0,55 m, três delas no limite sul da área observada e uma quarta no lado nordeste. No entanto, uma

análise cuidadosa das secções longitudinais dos radargramas revela um padrão mais ou menos regular de alterações acima do substrato geológico. Em média, estas alterações têm uma potência de cerca de 40 a 50 cm, sendo detetadas a partir, aproximadamente, da cota -0,50 m.

A prospeção com magnetómetro, aplicada em parte do mesmo espaço coberto com o georadar e em outra pequena área a sul do anterior, atravessando uma vala, permitiu detetar algumas anomalias que coincidem com as descritas no parágrafo anterior. Neste caso, as alterações com elevados valores de suscetibilidade magnética são documentadas nos mesmos pontos indicados pelo georadar. Estas anomalias magnéticas repetem-se no levantamento realizado na pequena área a sul de forma ainda mais intensa (FIG. 10).

Resultados das sondagens arqueológicas

Parte das anomalias decorrentes dos levantamentos geofísicos foram aferidas através de sondagens mecânicas e manuais, confirmando ou não a sua natureza histórico-arqueológica.

Área 1

No extremo norte da área 1 foi implantada uma sondagem (a nº 8) sobre uma anomalia de configuração ortogonal revelada pelo GPR. As escavações revelaram um complexo edificado, que, de acordo com os dados geofísicos, se integrará num edifício com vários compartimentos, que os materiais oriundos da sondagem efetuada, particularmente fragmentos de cerâmicas de paredes finas, um de *terra sigillata* itálica e vários de *terra sigillata* sudgálica, tudo muito fragmentado, nos permitem datar dos séculos I e II. Alguns fragmentos de vidro recolhidos, quadram também com os séculos I e II. Foram ainda recolhidas algumas *tesselae* e metais (pregos). Pela ausência de materiais romanos a partir do século II, esta imponente estrutura confina-se ao período alto-imperial, apresentando-se conservada apenas ao nível dos alicerces (nem os pavimentos ou piso de circulação romanos se conservam). Num momento posterior, certamente já situado na Antiguidade Tardia conforme indiciado por contextos desta época encontrados na campanha de 2022 numa sondagem próxima (BERNARDES, VIEGAS e CANDEIAS, 2022: 369-370), estas estruturas romanas, em alvenaria de pedra e argamassa de cal, foram reaproveitadas, sendo-lhe adossados muros

de pedras ligadas apenas com terra. A potência das estruturas detetadas pela geofísica, corroborada pela intervenção arqueológica, é muito baixa, como se pode ver nas figuras 4 e 11A, justificada pela topografia, que proporciona a erosão do solo, e pelos intensos trabalhos agrícolas que aqui tiveram lugar. Este conjunto pode ser interpretado como os restos de uma *villa* suburbana que foi abandonada a partir de meados do século II, sendo o espaço reaproveitado posteriormente (FIG. 11 A).

Quanto ao conjunto de alterações geofísicas observadas no sector central desta área, a análise dos radargramas e das secções transversais indica que se trata de uma reflexão geofísica correspondente à estratigrafia geológica do terreno, conforme se constatou pelas sondagens aqui efetuadas (inicialmente manuais posteriormente convertidas em sondagem mecânica com 20 metros de extensão). Nos primeiros níveis documentam-se elementos argilosos e, a uma profundidade de cerca de 60 cm, a sua morfologia, vista em planta, altera-se. As sondagens arqueológicas realizadas confirmam que se trata de alterações na estratigrafia geológica, nas argilas e no solo calcário. As anomalias verificadas devem-se, assim, mais a elementos geológicos do que a antrópicos, embora algumas reflexões lineares detetadas a determinadas cotas neste sector levem a que não se descarte a possibilidade de poder ter havido alguma intervenção antrópica. Neste caso, a realização de sondagens arqueológicas foi fundamental para caracterizar a natureza das anomalias detetadas pelo georadar que, *a priori*, pela sua configuração e dimensão, poderia apontar para a existência de estruturas arqueológicas.

As anomalias pontuais descritas para o terceiro conjunto, dada a sua organização e natureza observável em planta e nas vistas transversais, possibilitam que sejam interpretadas como restos de uma antiga plantação. Tal acabou por ser confirmado em sondagens manuais (as nº 10 e 11) efetuadas em junho de 2022, permitindo as mesmas datar essa plantação, que se apresentava sobreposta aos níveis romanos, da época moderna/contemporânea de acordo com um fragmento de cerâmica vidrada aí recolhido.

No caso do grupo de alterações registadas no flanco inferior desta área, foram documentados conjuntos de edifícios passíveis de serem identificados com instalações de preparados piscícolas (*cetariae*) que se estendiam pela periferia ribeirinha do antigo município de Balsa. Tal veio a confirmar-se pelas sondagens nº 11 e 13 abertas no verão de 2022, permitindo detetar tanques de um complexo piscícola. Pelo menos duas estruturas com tendência circular foram ainda reveladas pelas

leituras geofísicas junto àquelas possíveis instalações piscícolas. Sobre uma destas estruturas circulares foi aberta uma sondagem arqueológica que revelou um muro muito tardio, provavelmente, já da Alta Idade Média, que assenta sobre uma camada de entulho com materiais romanos dos séculos IV e V. À semelhança do que ocorre nas estruturas na parte norte do terreno também aqui temos uma ocupação nos séculos posteriores à época romana (FIG. 11 B). Na zona central deste sector sul, existem ainda alterações compatíveis com outros elementos construídos, embora com uma morfologia e definição menos claras.

Área 2

A segunda área acima descrita mostra alterações geofísicas em quase toda a sua extensão, cuja morfologia e natureza podem ser interpretadas como restos de estruturas arqueológicas. O estado de conservação destas estruturas é digno de nota, apresentando uma considerável potência, quer devido à sua composição, quer porque se encontram numa área e profundidade aparentemente menos afetada pelo trabalho agrícola. Quanto à sua funcionalidade, a área onde estão localizadas, bem como a sua morfologia e disposição regular e ordenada no espaço, levam à possibilidade de se tratar de um bairro urbano bem construído do antigo município de *Balsa* ou ainda de elementos relacionados com edifício(s) público(s) do antigo município flaviano. Estas anomalias, que se tornam mais visíveis à medida que se encontram a uma maior profundidade, que pode exceder os 2 metros, refletem uma menor afetação pelas atividades agrícolas. Esta seria uma das partes centrais da cidade que ainda apresenta um nível de preservação assinalável, onde, no entanto, não foram realizadas sondagens arqueológicas.

Área 3

A área 3 é também uma das áreas com fortes indicações de vestígios bem preservados, mas onde ainda não foram efetuadas escavações arqueológicas para os confirmar. Os resultados obtidos pelas duas técnicas geofísicas utilizadas parecem ter documentado um conjunto de alterações interpretáveis como restos de cariz funerário. Já em 2017 foram aqui escavadas duas inumações romanas de época tardia. Na visualização em planta dos dados georadar, observam-se alterações mais potentes e de maior dimensão, que podem ser interpretadas como possíveis enterramentos coletivos com algum tipo de estrutura associada (do tipo *mausoleum*). No entanto, nas secções longitudinais, também foram

identificadas alterações semelhantes, mas de menor dimensão, interpretáveis como possíveis enterramentos individuais. Os dados magnetométricos, técnica de especial interesse quando complementada pelos dados georadar para a caracterização de espaços funcionais, apontam na mesma direção interpretativa. Estes dados ampliam a informação já disponível, ao localizar aqui uma necrópole que limita a cidade pelo lado poente, e que parece prolongar-se em direção à que limitava a cidade pelo lado norte, parcialmente escavada por Estácio da Veiga no século XIX (SANTOS, 1971: 219-304).

Discussão dos resultados

Os dados conjugados dos resultados das prospeções geofísicas com os dados das sondagens arqueológicas permitem desde já avançar com uma proposta de delimitação do perímetro urbano desta cidade romana. Permite também obter alguns dados acerca do grau de preservação das suas ruínas e respetiva diacronia. Ainda que se confirme que parte da malha urbana e das necrópoles tivessem sido totalmente destruídas em determinadas áreas, noutras, com maior potencial de terras, situadas sobretudo nas zonas de mais baixa altitude, existem estruturas relativamente bem preservadas. Algumas das estruturas industriais relacionadas com a produção de preparados piscícolas, situadas junto às margens do sistema lagunar da ria Formosa, são as que melhor se preservam, revelando a importância deste tipo de atividades na vida económica da cidade. Por outro lado, foi descartada a hipótese, avançada por várias vezes, da existência de uma grande estrutura portuária com farol, situada na extremidade oeste da urbe, junto ao estuário da ribeira da Luz (SILVA, 2007: 100; MANTAS, 2021: 200). Apesar dos dados geofísicos apontarem para tal (MEYER, GOOSSENS e FREIBOTHE, 2022), as múltiplas sondagens efetuadas descartam a possibilidade da existência de qualquer estrutura ou de qualquer tipo de ocupação na área (DIAS *et al.*, 2020). A estrutura portuária, muito mais modesta do que tem sido proposto, pode antes ser associada a alguns vestígios que se encontram a cerca de 140 metros a sudeste das grandes estruturas identificadas pela geofísica na área 2, junto à base da colina onde se situava a acrópole ou o fórum da cidade. Assim, esta localização do porto enquadra-se no padrão de muitas das cidades portuárias provinciais, como *Ossonoba*, que tinham o porto, que era a principal via de acesso, junto ao fórum.

O limite poente da cidade, com o recente trabalho, fica definitivamente estabelecido a cerca de 300 metros a oeste da acrópole da cidade, onde se encontram as casas da quinta da Torre d'Aires. Esta identificação decorre não apenas da ausência de vestígios arqueológicos além daquele limite, como também a partir da identificação de uma necrópole ali e, próximo a ela, de um possível forno de cerâmicas. Por outro lado, ficou claro que a área edificada para este lado oeste se cingia a uma estreita faixa, com pouco mais de uma centena de metros de largura, que se estendia pela linha de cumeeada e pela encosta que descia para o sistema lagunar da ria Formosa. Os indícios arqueológicos desta área, já muito afetados pela erosão e trabalhos agrícolas, apontam para que correspondesse a uma zona menos nobre da cidade, rodeada a norte e oeste por extensa(s) necrópole(s). A malha urbana, com os principais edifícios públicos e residenciais, estendia-se, sobretudo, para nascente da acrópole, onde os vestígios de superfície e os que são assinalados pelas prospeções geofísicas são mais significativos e concordantes com aquele tipo de urbanismo. Esses testemunhos prolongam-se ao longo das margens da ria Formosa numa extensão de cerca de 400 metros e por uma faixa relativamente estreita, inferior, em média, aos 200 metros. A partir de então os vestígios romanos que se verificam já se situavam fora do perímetro urbano, correspondendo a estruturas ligadas à transformação de preparados de peixe sobre as margens da ria, como era frequente na periferia das cidades ribeirinhas do sudoeste peninsular, ou a *villae* periféricas da cidade, como a que ocorre na zona norte da área 1. Desta forma, pode-se determinar que a malha urbana da cidade romana de Balsa, da *urbs* propriamente dita, não seria superior aos 10 hectares, um valor quase cinco vezes inferior ao que tinha sido antes avançado essencialmente baseado em dados de recolha de superfície e análise a partir de imagens aéreas. O registo arqueológico que pontualmente se identifica nos terrenos para além deste perímetro urbano, e que levou a atribuir à cidade uma enorme extensão, corresponde sobretudo a vestígios de *villae* suburbanas onde se incluem algumas necrópoles como a do Arroio ou de Pedras d'el Rei, escavadas, respetivamente, em meados dos séculos XIX e XX (ARAGÃO, 1968; VIANA, 1952; PEREIRA, 2018: 88 e 257). Nessa periferia integrava-se a *domus* escavada na parte norte da área 1, que tinha na vertente que desce para a ria e que lhe ficava defronte uma extensa área *non aedificandi*, que se estendia por cerca de 150 metros até aos complexos piscícolas construídos na área ribeirinha, na parte sul daquela área 1 (FIG. 12).

A dimensão em torno de uma dezena de hectares para este tipo de cidade provincial é normal quando comparada, por exemplo, com as extensões de outras cidades provinciais da vizinha província da Bética, havendo urbes bem mais pequenas. Com efeito, apesar de se desconhecer a verdadeira dimensão da maior parte dos *municipia* romanos da província da *Baetica*, vários apresentam dimensões inferiores, pelo que uma cifra em torno dos 10 hectares é um valor mediano para este tipo de cidades provinciais que, sendo *municipia*, não têm estatuto de colónia ou qualquer outro relevante (CAMPOS CARRASCO e BERMEJO MELÉNDEZ, 2018).

Apesar destas ferramentas de prospeção geofísica não invasiva poderem fornecer valiosos contributos para estimar os perímetros urbanos das cidades, mostrando-se mais eficazes dos que os métodos mais tradicionais de análise a partir de imagens aéreas, eles devem ser, ainda assim, sempre aferidos com sondagens arqueológicas. No caso de *Balsa*, da mesma forma que tivemos casos de anomalias detetadas em imagens de satélite e de fotografias aéreas que prefiguravam estruturas arqueológicas, que não se confirmaram como válidas nas sondagens entretanto efetuadas, também tivemos leituras geofísicas que indicavam, *a priori*, ocorrências arqueológicas e que sondagens posteriores revelaram tratar-se apenas de realidades geológicas diferenciadas. De qualquer forma, à falta de outras evidências, a conjugação de todas estas metodologias constitui a melhor forma de distinguir a área edificada dentro dos *pomeria* das urbes das restantes áreas com edificações que se situam na sua imediata periferia, e que frequentemente são lidas como se fossem uma só e mesma realidade. Por outro lado, os aparelhos geofísicos tridimensionais, para além de nos darem valiosas indicações sobre as características e potencial preservado do tipo de estruturas que se encontram no subsolo, podem ainda fornecer-nos dados sobre o uso dos solos, ao nível de cultivos, por exemplo, das áreas periféricas das cidades. A perceção destas realidades através de meios não invasivos, depois de devidamente confirmadas com sondagens pontuais, ajudam-nos a reconstituir, para além do urbanismo e topografia das cidades antigas, um primeiro espectro da envolvente paisagística.

Para além do trabalho conjugado entre as prospeções não invasivas e as sondagens arqueológicas ter permitido delimitar o perímetro urbano da cidade antiga, veio revelar ainda outros aspetos interessantes sobre o estado de conservação das ruínas arqueológicas e sobre a evolução diacrónica de *Balsa*. Ficou claro que da primeira fase da cidade,

situada nos séculos I e II, pouco resta, uma vez que as suas estruturas foram canibalizadas pelas construções que se lhes sobrepuseram nos séculos seguintes. Ainda que fiquem por determinar as causas que levam a uma espécie de colapso da cidade a partir do último terço do século II, marcado por níveis de destruição e de reconstrução visíveis nas sondagens 1, 8 e 14, é claro que algo de grave se terá passado terminando com o brilho que a cidade experimentava até aí. Na sondagem 1 (FIG. 11 C e D) constatou-se uma rua com piso constituído por aterro com múltiplas cerâmicas datáveis dos séculos I e II (*terra sigillata* sudgálica, hispânica e Africana A), ladeada por edifícios construídos por materiais reaproveitados de edifícios anteriores associados a cerâmicas como a Africana C e D para além de moedas do século III e posteriores. Já nas sondagens 8 e 14 verifica-se o abandono do complexo edificado ainda no século II. Esse fenómeno disruptivo na ocupação do litoral do sudoeste peninsular em finais do século II parece não ser exclusivo de Balsa e deteta-se noutros pontos do Algarve, como nos contextos do mosaico do Oceano (VIEGAS, 2011: 99 e seg.) ou da rua Francisco Barreto (SILVA *et al.*, no prelo), só para citar dois exemplos da cidade vizinha de *Ossonoba*, na Boca do Rio (HERMANN *et al.*, 2022) ou no Monte Molião (ARRUDA *et al.*, 2022), entre outros. Novo evento que terá afetado a região parece verificar-se em meados do século seguinte o que poderá explicar a *devotio* que em 254/255 os Ossonobenses dedicam ao imperador Valeriano ou a que, vinte anos depois, dedicam a imperador Aureliano (IRCP, 3 e IRCP 4), lembrando as homenagens efetuadas pelos balsenses em dois pedestais em fase de estudo (MANTAS, no prelo). No litoral andaluz parece que a realidade não é muito diferente, havendo indícios de que um qualquer Evento Marinho de Alta Energia, que teve lugar por volta de meados do séc. III, poderá explicar o fenómeno (CAMPOS *et al.*, 2015). Independentemente das causas, parece bem nítida uma rutura na vida evolutiva da cidade, com destruições e abandono, a partir de finais do século II ou primeira metade do século III, bem marcados por níveis de aterro onde é notória a completa ausência de cerâmica africana do tipo C, a que se segue um período de recuperação, onde este tipo cerâmico está bem presente. Nesta fase, que corresponde a edifícios construídos ainda no século III, reaproveitando materiais das edificações anteriores e que se prolonga pelo século IV, desenvolvem-se muito as estruturas ligadas à exploração de preparados piscícolas que se instalam um pouco por todo o lado. Finalmente, os trabalhos permitiram determinar uma outra fase que ilustra a ocupação

continuada do sítio para além da época romana, através de um conjunto de estruturas sem argamassa de cal que reutilizam e assentam nas ruínas dos séculos anteriores e que poderão estar relacionadas com as cerâmicas medievais daqui oriundas (NOLEN, 1994).

BIBLIOGRAFÍA

- ARRUDA, Ana M.; PEREIRA, Carlos; SOUSA, Elisa de; MATEUS, Artur; VARANDAS, Diogo; RODRIGUES, Margarida (2022) – Monte Molião durante a dinastia Antonina: leituras através das importações cerâmicas, *Conimbriga*, LXI, pp. 125-156.
- ASPINALL, Arnold; GAFFNEY, Chris; SCHIMDT, Armin (2008) – *Magnetometry for Archaeologists*, AltaMira Press.
- BERNARDES, João P. (2021) – As conexões marítimas da cidade romana de Balsa, in CAMPOS CARRASCO, Juan e BERMEJO MELÉNDEZ, Javier, eds. – *Del Atlántico al Tirreno. Puertos hispanos e itálicos*, Huelva, pp. 357-374.
- BERNARDES, João P., VIEGAS, Catarina e CANDEIAS, Celso (2022) – Balsa, in NOGALES BASARRATE, ed. – *Ciudades Romanas de Hispania II. Cities of Roman Hispania II*, Roma, Bristol, L’Erma di Bretschneider, pp. 361-372 (Hispania Antigua. Serie Arqueologica, 14).
- CAMPOS CARRASCO, J. M.; BERMEJO MELÉNDEZ, Javier, eds. (2018) – *Ciudades romanas de la provincia Baetica. Corpus Vrbium Baeticarum: conventus Hispalensis et Astigitanus - CVB I*, (2 vols.), Huelva.
- CAMPOS CARRASCO, Juan; BERMEJO MELÉNDEZ, Javier; RODRÍGUEZ-VIDAL, Joaquín (2015) – La ocupación del litoral onubense en época romana y su relación con eventos marinos de alta energía, *Cuaternario y Geomorfología*, 29 (1-2), pp. 75-93.
- CASANA, Jesse; WIEWEL, Adam; COOL, Autumn; HILL, Austin C.; FISHER, Kevin D.; LAUGIER, Elise J. (2017) – Archaeological Aerial Thermography in Theory and Practice, *Advances in Archaeological Practice*, 5(4), pp. 310-327.
- CIL II = Hübner, Emile (1869 e 1892) – *Corpus Inscriptionum Latinarum*, II, Berlin.
- CONYERS, Lawrence B. (2006) – Ground-penetrating Radar for Archaeological Mapping, in WISEMAN, James e EL-BAZ, Farouk, eds. – *Remote Sensing in Archaeology. Interdisciplinary Contributions To Archaeology*, Springer, New York, pp. 329-344.
- DIAS, Vítor S.; BERNARDES, João P.; CANDEIAS, Celso; GARCIA, Cristina T. (2020) – Balsa, Topografia e Urbanismo de uma Cidade Portuária, in ARNAUD, José M.; NEVES, César e MARTINS, Andrea, coords. – *Arqueologia em Portugal/2020 – Estado da Questão*, Lisboa, pp. 1399-1412.
- DIAS, Vítor; BERNARDES, João P.; MANTAS, Vasco G.; FREIRE, Jorge; DORES, Tiago (2018) – A cidade romana de Balsa: novos dados e algumas problemáticas da prospeção geofísica em meios muito humanizados, in BERNARDES, João P.;

- ETCHVARNE, Carlos; LOPES, Maria C.; COSTA, Carlos, eds. – *Arqueologia Urbana em Centros Históricos*, Faro, pp. 178-195.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2013²) – *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis* (= IRCP), Coimbra.
- FASSBINDER, Jörg W. (2017) – Magnetometry for Archaeology, A.S. Gilbert, ed. – *Encyclopedia of Geoarchaeology*, pp. 499-514. Springer.
- FUERTES SANTOS, Maria C.; MEYER, Cornelius (2019) – La Ciudad Romana de Ategua. Análisis e interpretación de los resultados obtenidos por la prospección geofísica efectuada al interior de su recinto amurallado, *Romyla*, 18, pp. 71-111.
- HERMANN, Florian; FEIST, Lisa; TEICHNER, Félix; BERNARDES, João P.; REICHERTER, Klaus; BRÜCKNER, Helmut (2022) – At the Mercy of the Sea – Vulnerability of Roman Coastal Settlements in the Algarve (Portugal). Boca do Rio as an Emblematic Example of a Key Maritime Industry, in ÁLVAREZ-MARTÍ-AGUILAR, Manuel e MACHUCA PRIETO, Francisco, eds. – *Historical Earthquakes, Tsunamis and Archaeology in the Iberian Peninsula*, Natural Science in Archaeology, Springer, Singapore, pp. 215-249.
- HILL, Austin C.; LAUGIER, Elise J.; CASANA, Jesse (2020) – Archaeological Remote Sensing Using Multi-Temporal, Drone-Acquired Thermal and Near Infrared (NIR) Imagery: A Case Study at the Enfield Shaker Village, New Hampshire, *Remote Sensing* 12, nº 4, p. 690.
- IRCP = Encarnação, J. d' (2013).
- MAIA, Maria G. P.; MAIA, Manuel (1978) – *Relatório da Campanha de escavações realizada em Torre de Ares (Tavira) entre 24 de Outubro e 25 de Novembro de 1977*. Policopiado (disponível no Arquivo de Arqueologia da DGPC).
- MANTAS, Vasco G. (2021) – Faróis Romanos no Atlântico e Canal da Mancha, *Conimbriga*, 60, pp. 181-245.
- MANTAS, Vasco G. (no prelo) – Monumentos antigos de Balsa e inscrições inéditas: os pedestais da quinta da Torre de Ares, in catálogo da exposição de Balsa, Tavira (a inaugurar no final de 2023).
- MAYORAL HERRERA, Victorino (2016) – La integración de métodos no destructivos para el análisis de zonas arqueológicas. Balance de una experiencia transfronteriza y multidisciplinar, in MAYORAL HERRERA, Victorino, coord. – *La Revalorización de zonas arqueológicas mediante técnicas no destructivas, Anejos de AEspA*, LXXV, Mérida, pp. 11-18.
- MEYER, Cornelius; GOOSSENS, Lise; FREIBOTHE, Ronald (2022) – One decade of geophysical prospection in the Roman city of Balsa (Tavira, Portugal), in ÁVILA, Javier J.; BUSTAMANTE-ÁLVAREZ, Macarena & HERAS MORA, Francisco J., eds. – *X Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular* (Zafra, 9-11 de noviembre de 2018), Zafra (Badajoz), pp. 1761-1790.
- NOLEN, Jeanette U. S. (1994) – *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares, Balsa, incluindo o espólio ósseo e medieval*, Lisboa.
- SANTOS, Maria L. E. V. A. (1971) – *Arqueologia Romana do Algarve*, vol. 1, Lisboa.
- SILVA, Luís F. (2007) – *Balsa, cidade perdida*, Tavira.

- SILVA, Ricardo C.; FERNÁNDEZ, Adolfo; BOTELHO, Paulo; SANTOS, Fernando (no prelo)
– Un contexto anfórico cerrado proveniente de una fosa asociada a la factoría de salazón de la C. Francisco Barreto (Faro, Portugal), in *Actas – EX BAETICA AMPHORAE II – Conservas, azeite e vinho da Bética no Império Romano. Vinte anos depois*, Sevilha (Espanha).
- VEIGA, Sebastião P. Estácio da (1866) – *Povos Balsenses. Situação Geographico-physica Indicada por Dois Monumentos Romanos Recentemente Descobertos na Quinta da Torre d'Ares Distante seis Kilómetros da Cidade de Tavira*, Lisboa.
- VIEGAS, Catarina (2011) – *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano* (Estudos e Memórias, 3), Lisboa.



FIG. 1 – A. Georadar Mk-IV 3DRadar; B. Georadar Stream X IDS; C. Magnetómetro MX V3 Sensys.

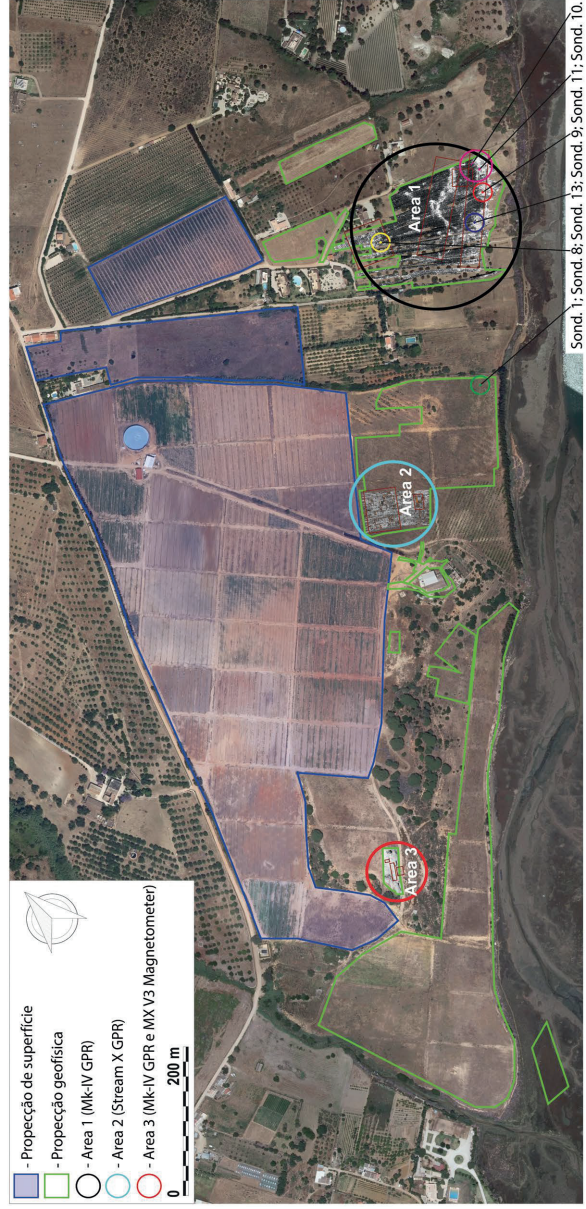


FIG. 2 – Áreas prospectadas com métodos não invasivos e áreas exemplificativas da aplicação de diferentes equipamentos.

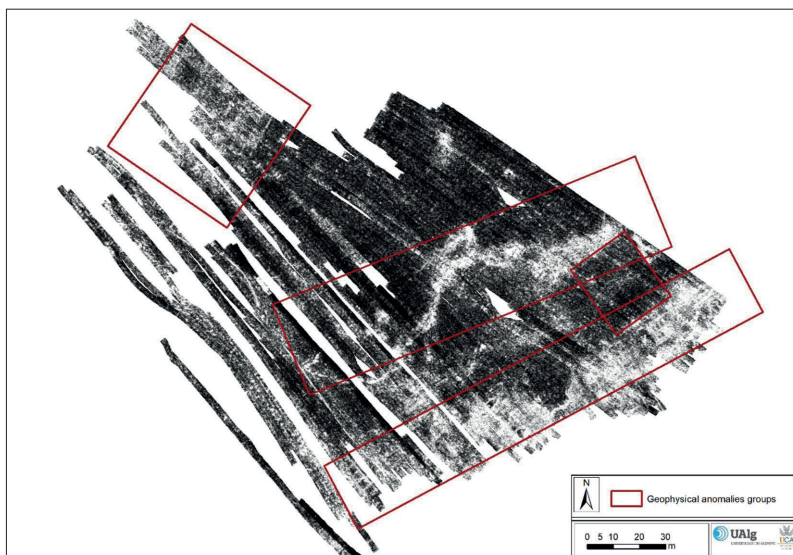


FIG. 3 – Área 1.

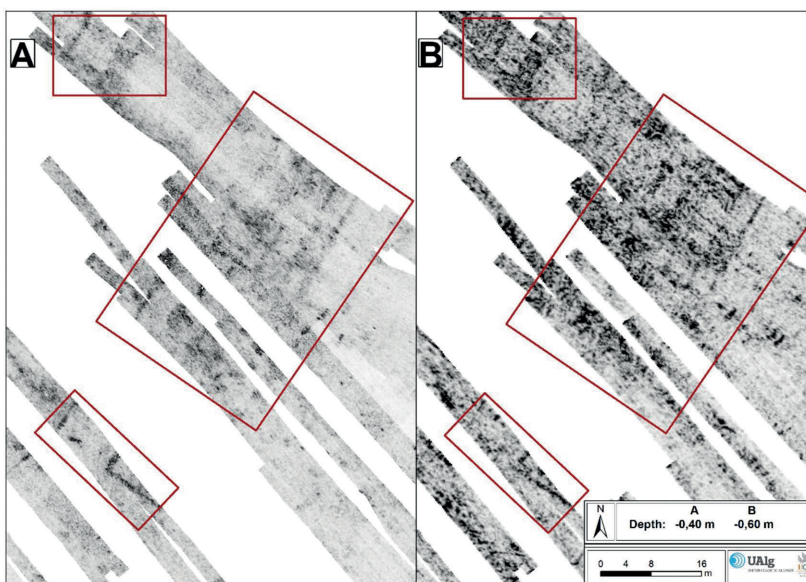


FIG. 4 – Conjunto norte da Área 1.

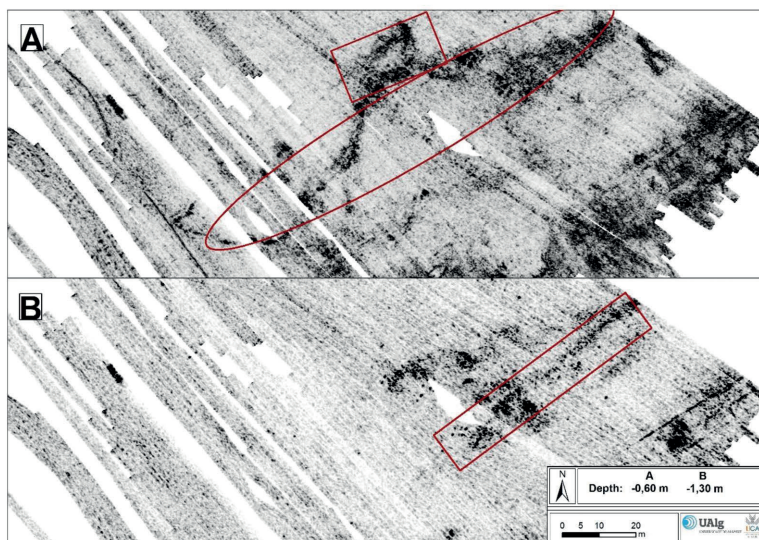


FIG. 5 – Conjunto central da Área 1.

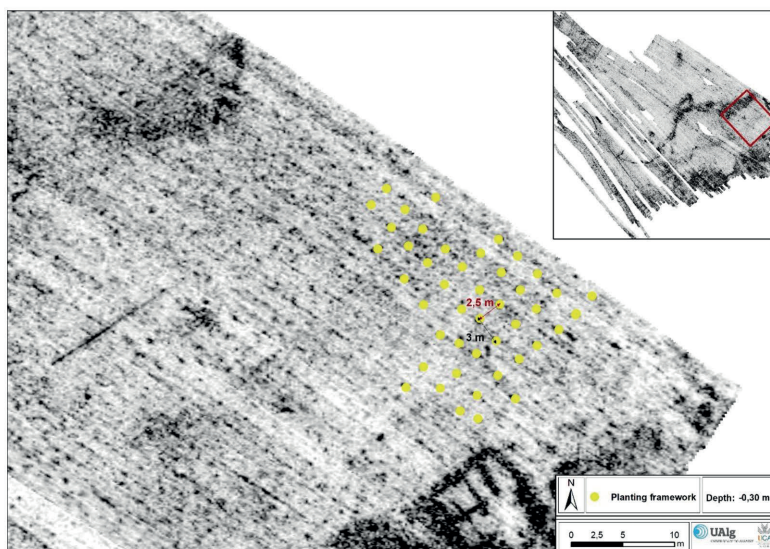


FIG. 6 – Conjunto sudeste da Área 1.

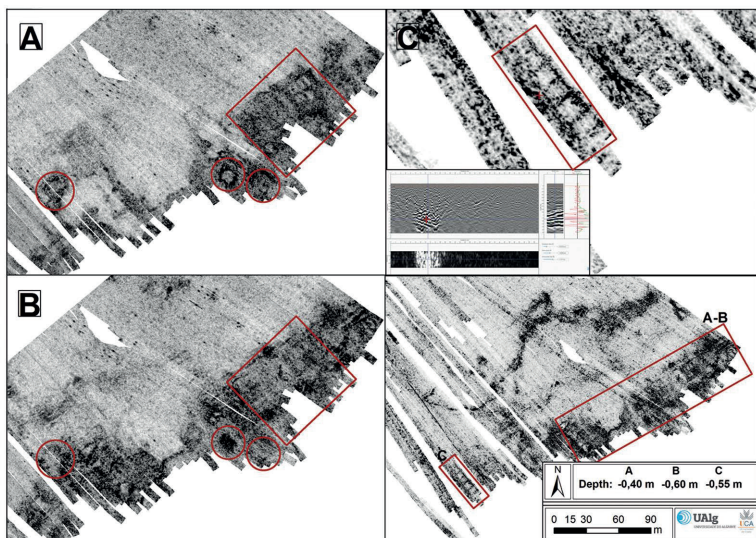


FIG. 7 – Conjunto sul da Área 1.

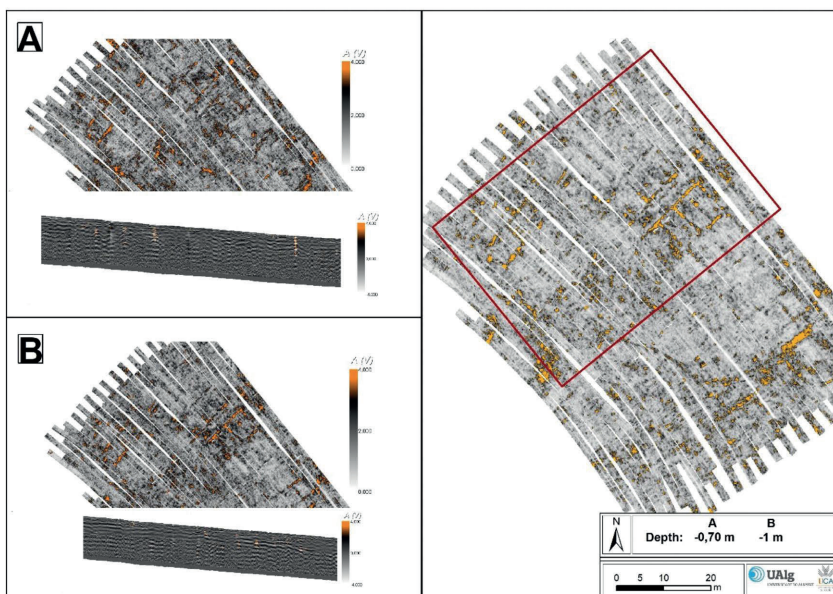


FIG. 8 – Alterações detetadas na metade norte da Área 2.

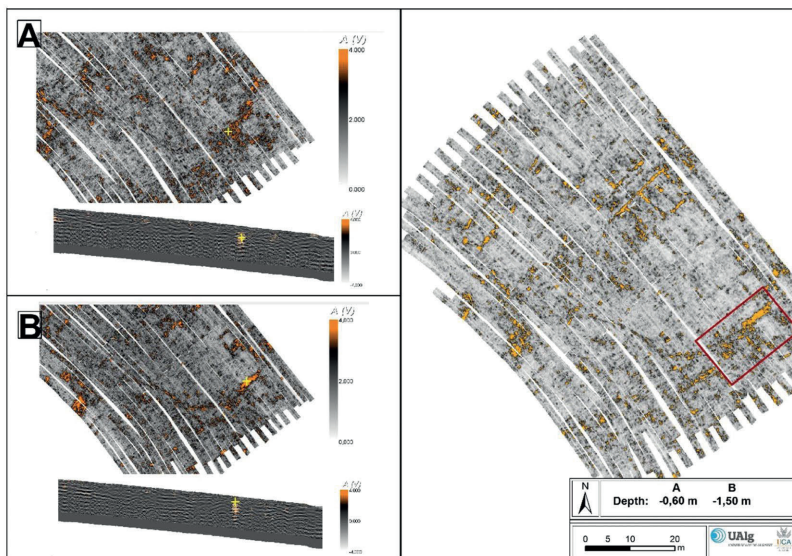


FIG. 9 – Alterações detetadas na metade sul da Área 2.

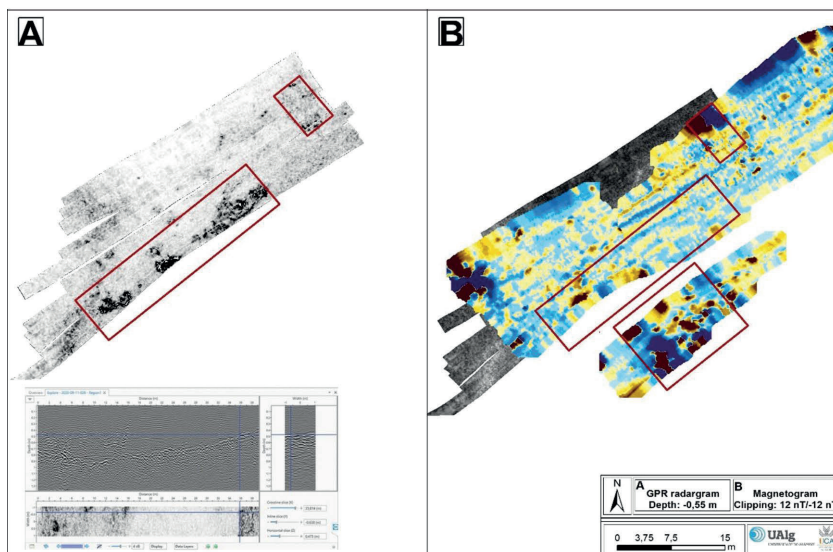


FIG. 10 – Alterações detetadas na metade sul da Área 3.



FIG. 11 – Estruturas arqueológicas das sondagens 8 (A), 9 (B) e 1 (C e D) revelando diferentes períodos de ocupação.

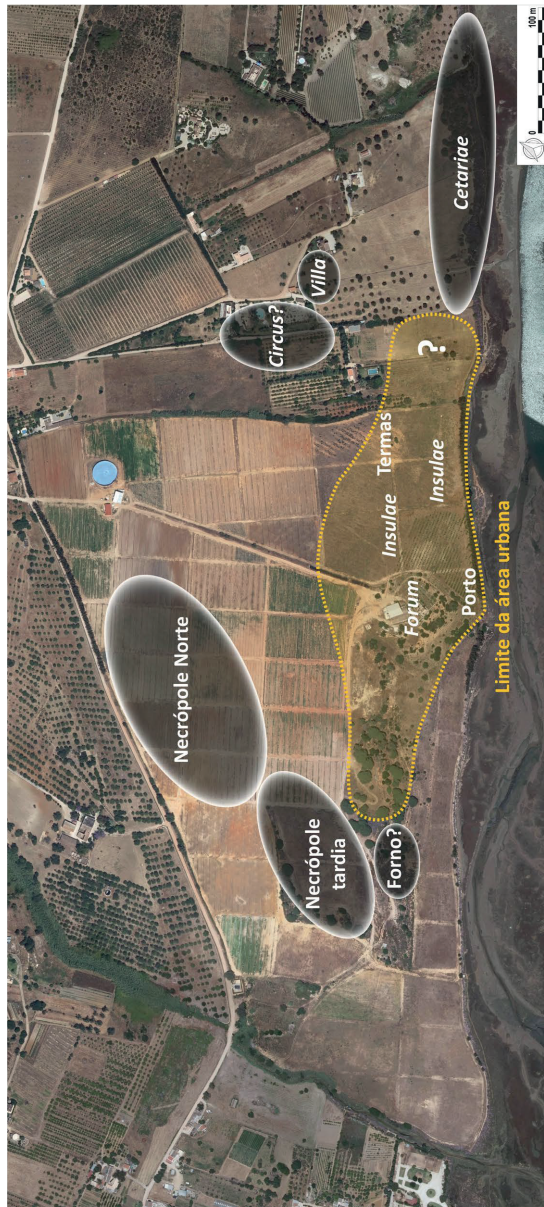


FIG. 12 – *Proposta de perímetro da malha urbana da cidade romana de Balsa.*

MÁRIO DA CRUZ

*Universidade Nova de Lisboa, Unidade de I&D VICARTE, FCT | Fundação para a
Ciência e Tecnologia*

mariodacruz@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-3826-4541>

BERNARD GRATUZE

Université d'Orléans, IRAMAT/Centre Ernest-Babelon, UMR 5060, CNRS, France
gratuze@cnrs-orleans.fr

<https://orcid.org/0000-0001-6136-8085>

A PRODUÇÃO SECUNDÁRIA DE VIDRO ROMANO EM CONÍMBRIGA: NOVOS DADOS

SECONDARY ROMAN GLASS PRODUCTION IN CONÍMBRIGA: NEW DATA

“Conimbriga” LXII (2023) p. 101-121

http://doi.org/10.14195/1647-8657_62_6

Texto recebido em / Text submitted on: 16/09/2022

Texto aprovado em / Text approved on: 28/03/2023

RESUMO: A questão da produção local de vidro romano em Conímbriga foi pela primeira vez levantada por Jorge de Alarcão em 1964. Em 2009, ao tratarmos da produção de vidro no noroeste peninsular, dedicamos-lhe uma pequena nota de revisão onde se defendia que a produção de vidro em Conímbriga, sendo plausível, não havia sido comprovada de forma irrefutável. Já em 2013, a propósito da elaboração de um levantamento dos sítios de produção de vidro da Hispânia, tivemos a possibilidade de verificar pessoalmente os indícios de produção mencionados bem como proceder à análise química de uma pequena amostragem. São esses resultados ar-

Conimbriga, 62 (2023) 101-121

queométricos que agora apresentamos e que permitem confirmar de forma inequívoca a existência de uma produção secundária de vidro em Conímbriga durante o séc. III d.C., pelo menos.

PALAVRAS-CHAVE: Conímbriga; Vidro romano; Produção local; Arqueometria.

ABSTRACT: The question of the existence of a Roman glass production in Conímbriga was first raised in 1964 by Jorge de Alarcão. In 2009, when dealing with glass production in the Iberian Peninsula north-west, we dedicated a small note to it in which it was argued that this production, being plausible, had not been irrefutably proven. In 2013, when carrying out a survey on glass production sites in Hispania, we were able to personally verify the mentioned production evidence as well as to proceed with the chemical analysis of a small sampling. It is these archeometric results that we now present and that allow us to unequivocally confirm the existence of a secondary glass production in Conímbriga in the 3rd century A.D., at least.

KEYWORDS: Conímbriga; Roman glass; Local production; Archaeometry.

A PRODUÇÃO SECUNDÁRIA DE VIDRO ROMANO EM CONÍMBRIGA. NOVOS DADOS.

Introdução

A questão da produção local de vidro romano em Conímbriga foi levantada pela primeira vez em 1964 por Jorge de Alarcão (1964: 3) e novamente em 1965 por Jorge e Adília Alarcão na primeira monografia dedicada aos vidros de Conímbriga, nos seguintes termos:

Algumas escórias de vidro aparecidas numa zona incompletamente escavada do nordeste da área intramuros sugerem que em Conímbriga se fabricavam vidros de cor verde-gelo ou azulada, talvez de formas comuns como unguentários ou garrafas prismáticas (...) (ALARCÃO e ALARCÃO, 1965: 16)

Em 1994 Adília Alarcão retoma o tema no catálogo do Museu Monográfico de Conímbriga, ao dedicar uma vitrina do museu aos supostos indícios de produção local:

A presença de alguns pedaços de vidro em bruto, de cor verde e azul-gelo e fragmentos de argila refractária cobertos numa das faces por sólidos escorrimientos vítreos, de diversas cores, obriga a admitir que em Conímbriga se fabricam peças de vidro, pelo menos a partir de finais do século I (ALARCÃO, 1994: 15 e 83).

Em 2009, ao tratarmos da produção de vidro no noroeste peninsular (CRUZ, 2009, vol. I: 259), dedicámos-lhe uma pequena nota de revisão onde se defendia que a produção local de vidro em Conímbriga, sendo plausível, não havia sido ainda comprovada de forma irrefutável.

Já em 2013, a propósito da elaboração de um levantamento dos sítios de produção de vidro da Hispânia (CRUZ e SANCHEZ DE PRADO, 2014 e 2015; SANCHEZ DE PRADO e CRUZ, 2014), tivemos a possibilida-

de de analisar pessoalmente os indícios de produção mencionados, bem como todo o acervo de vidros guardados nas reservas do museu. Foi no seguimento dessa primeira visita que surgiu a oportunidade de dedicar um estudo mais exaustivo à produção de vidro romano em Conímbriga, assim como à sua notável coleção de contas de vidro. Ambos os estudos foram feitos com recurso a modernos métodos arqueométricos. Os resultados destes estudos foram além das expectativas, revelando uma importante produção local de contas de vidro pré-romanas (CRUZ e GRATUZE, 2016) e confirmando a produção local de vidro romano, cujo estudo agora apresentamos.

A produção e comercialização de vidro em época romana

O conhecimento acerca do sistema de produção e comercialização de vidro na Antiguidade evoluiu extraordinariamente nos últimos anos, devido nomeadamente ao contributo da arqueometria e da arqueologia subaquática. Até muito recentemente vigorava ainda a visão do modelo de produção dispersa por múltiplos centros regionais, tendo por base um circuito integrado de produção vidreira (das matérias-primas ao produto final), decalcado da realidade conhecida para a Idade Média e Idade Moderna. No entanto, sabe-se hoje que o modelo romano de produção vidreira é significativamente mais complexo e assenta em duas etapas perfeitamente distintas: a produção primária e a produção secundária, sendo que a primeira se encontra geograficamente concentrada e a segunda dispersa (CRUZ, 2009, vol. I: 169; CRUZ e SANCHEZ DE PRADO, 2014; SANCHEZ DE PRADO e CRUZ 2014). Na primeira etapa as matérias-primas são processadas na origem dando lugar a lingotes de vidro bruto, enquanto que na segunda etapa esse vidro bruto é fundido e trabalhado nas oficinas de vidreiro, dando lugar ao produto final, os objetos e recipientes de vidro. Este sistema produtivo binário teve profundas implicações ao nível do comércio e consumo do vidro na Antiguidade.

Quanto à produção primária, e apesar do testemunho deixado por Plínio-o-Antigo (*Naturalis Historia*, XXXVI: 66, 194; CRUZ, 2009, vol. I: 175), não existe até ao momento nenhuma prova conclusiva da existência de uma produção primária na Hispânia, nem mesmo na Gália ou na Itália, igualmente citadas por este naturalista. Pelo contrário, todos os estudos arqueométricos mais recentes apontam para uma origem

oriental do vidro romano (DE JUAN e SCHIBILLE, 2017; CRUZ, 2009, vol. I: 37), nomeadamente no Egito e na Costa siro-palestina (o Levante na tradição anglo-saxónia), correspondendo aproximadamente aos atuais Líbano e Israel (FREESTONE, 2005; PICON e VICHY, 2003; STERN, 2004). Origem essa que tem vindo a ser confirmada pela descoberta de carregamentos de vidro bruto em diversos naufrágios no Mediterrâneo, bem como pela escavação de alguns sítios de produção primária, quer em Israel quer no Egito (FOY, 2003: 28-33 e 138-165; FOY e NENNA, 2001: 35-39). Trata-se essencialmente de vidro calco-sódico, dito de “tipo clássico”, feito a partir das areias locais e de natrão (soda mineral) extraído do lago salgado de Wadi Natron, no Egito. O vidro seria produzido nessas duas regiões em grandes quantidades, em instalações de características industriais, e posteriormente exportado para todo o Império Romano sob a forma de pequenos lingotes circulares de vidro colorido ou de blocos irregulares resultantes da fragmentação de grandes lingotes retangulares de cor natural ou incolor.

Em contraste, a produção secundária parece não ter conhecido limitações geográficas, fundamentalmente por ser menos exigente, quer em termos de tecnologia quer em instalações e, sobretudo, por ser menos dependente da proximidade às matérias-primas. Liberta que estava dos constrangimentos da produção primária e impulsionada pela descoberta da técnica do vidro soprado na primeira metade do séc. I a.C., a produção secundária rapidamente se espalhou pelos quatro cantos do Império, dando lugar a uma miríade de pequenas oficinas de vidreiro, de carácter artesanal e mesmo familiar, que começaram por se instalar nas principais cidades, ao ritmo da expansão do Império Romano no decurso dos séculos I a.C. e I d.C.. Não é por isso de estranhar que a maioria das cidades romanas, senão mesmo todas, possuísem uma ou mais oficinas de vidreiro, tal como possuíam olarias, ferrarias e outras atividades artesanais necessárias ao seu abastecimento. Conímbriga não seria certamente uma exceção.

Esta nova visão obriga-nos a repensar os pressupostos com que tradicionalmente a arqueologia tratava o estudo do vidro romano. Longe de serem um bem escasso e luxuoso, os objetos de vidro eram de facto um bem corrente, de fabrico local e acessível a todas as bolsas. Isto sem que, paralelamente, se tenha eliminado por completo o comércio e importação de outros objetos de vidro, esses sim considerados luxuosos. Digamos que, à imagem das cerâmicas, ao lado do “vidro fino”, normalmente de importação, vamos passar a encontrar também

o “vidro comum” de produção local. Esta realidade complexa dificulta extraordinariamente a catalogação e o estudo tipológico dos vidros romanos, sobretudo se tivermos em consideração que a existência de um sistema produtivo binário impossibilita, na prática, os estudos de proveniência baseados unicamente nas análises químicas. É fácil chegar à origem primária do vidro, mas é praticamente impossível chegar à oficina onde o recipiente foi executado. A esta dificuldade vem juntar-se a reciclagem do vidro, ao misturar, numa mesma fornada, o vidro partido proveniente de distintas oficinas.

A prática da reciclagem, bem documentada em época romana (FREESTONE, 2015), explica também o porquê da raridade dos achados de vidro em contextos arqueológicos de habitat e a pouca atenção que lhe tem sido dedicada pela arqueologia. Neste aspeto, o vidro partilha a sorte com os metais, também eles alvo de intensa reciclagem. A ausência destes materiais dos contextos arqueológicos não significa necessariamente a sua ausência do quotidiano das populações, como alguns estudos o têm demonstrado. Por exemplo, em Pompeia constatou-se que o vidro, quando posto em confronto com outros materiais (bronze, cerâmica fina, cerâmica comum e prata) só perde importância para os metais nas casas mais ricas. Em todos os restantes casos ele suplanta os demais materiais. Mais surpreendente ainda, verificou-se que o vidro era tão mais importante quanto mais modesta era a casa, embora estivesse presente em todas elas. No confronto direto com a cerâmica fina e o bronze, o vidro suplanta-os largamente (CAROLIS, 2004). Curiosamente, o bronze é precisamente outro dos grandes esquecidos dos estudos arqueológicos.

Os indícios de produção

Existem basicamente duas maneiras de comprovar a existência de uma produção local de vidros: através de fontes documentais ou através dos indícios arqueológicos deixados pela atividade vidreira. No caso de Conímbriga, e de um modo geral de toda a Hispânia, não existem fontes documentais para além da referida menção de Plínio-o-Antigo relativa à produção primária. Restam-nos os indícios arqueológicos, que podem ser de vária ordem, embora nem todos eles sejam fáceis de identificar e nem todos possuam o mesmo grau de fiabilidade. Num estudo iniciado em 2012 dedicado à produção secundária de

vidro na Hispânia (CRUZ e SANCHEZ, 2014 e 2015), tivemos a oportunidade de enumerar alguns desses indícios. A saber: vidro fundido/peças deformadas, ferramentas de vidreiro, cadinhos, moldes, fornos, vidro bruto, escórias de vidro e restos de fabrico (bocas de cana, pingos, etc.). Alguns destes indícios, quando tidos isoladamente, não são, no entanto, prova suficiente. Por exemplo, o vidro fundido e as peças deformadas podem ser o resultado de uma fusão acidental em cremações ou em lareiras, enquanto que o vidro bruto, sobretudo o colorido, pode estar relacionado com a criação de mosaicos ou até mesmo com a esmaltagem. Já as escórias metálicas com superfícies vítreas podem ser facilmente confundidas com verdadeiras escórias de vidro. No caso das ferramentas, apenas a cana de vidreiro parece ser específica da atividade. Já os restantes indícios, quando bem identificados, podem constituir provas conclusivas e suficientes de uma atividade vidreira na medida em que apenas essa atividade pode justificar a sua presença num determinado local. É o caso dos cadinhos com restos de vidro agarrado, dos moldes, dos fornos e, sobretudo, dos restos de fabrico. No entanto, tal como uma andorinha não faz a Primavera, um só indício não faz uma oficina de vidreiro, sobretudo se este for duvidoso. É o cruzamento do maior número possível de indícios que dá segurança à identificação de um local de produção.

No caso de Conímbriga, alguns destes supostos indícios de produção local encontram-se atualmente expostos numa vitrine do Museu Monográfico de Conímbriga (ALARCÃO, 1994: 15; CORREIA, 2021: 41). Com o nº 4.44 (antes nº 172) vamos encontrar um conjunto de quatro “escórias de vidro” constituídas por dois blocos arredondados de cor azul-escuro e dois blocos informes de vidro fundido incolor esverdeado. Com o nº 4.45 (antes nº 173) vamos encontrar três grandes blocos de argamassa de argila com escorrências de vidro verde-amarelado e vermelho-escuro. Acontece que nenhum destes indícios parece constituir uma prova conclusiva, sendo que dois deles não são sequer atribuíveis à atividade vidreira.

Os dois blocos arredondados de cor azul-cobalto são na realidade duas bolas de pigmento azul conhecido pelo nome de azul egípcio ou azul de Alexandria e usualmente destinado ao fabrico de tintas para pinturas murais. Nada têm a ver, portanto, com a atividade vidreira, embora haja algumas afinidades tecnológicas entre ambos os materiais, o que pode explicar a confusão. O azul egípcio é obtido através da mistura de areia, cal, uma liga metálica à base de cobre e possivelmente também

de um fundente alcalino. Trata-se, basicamente, da mesma composição do vidro, mas cuja cozedura é feita em ambiente redutor e com controlo da temperatura de modo a não se atingir o ponto de fusão da sílica (BLET, GUINEAU e GRATUZE, 1997). A diferença entre os dois materiais é facilmente detetável a olho nu, já que o azul egípcio possui um aspeto opaco e granuloso e apresenta-se sob a forma de pequenos nódulos esféricos, de diferentes tamanhos e diferentes tonalidades de azul. Apesar do nome, o azul egípcio foi igualmente produzido em *Pouzzoles*, na Itália, assim como na Gália a partir do séc. II, onde aparece ligado ao trabalho do bronze (DELAMARE e GUINEAU, 1999: 32).

Quanto aos blocos com escorrências vítreas, tudo aponta para que não estejam relacionados com a atividade vidreira, ou pelo menos não com a atividade vidreira romana. Foi isso mesmo que revelou a análise química feita ao fragmento encontrado na esplanada das termas (Con15). Para além dos três grandes blocos expostos, cuja proveniência e cronologia se desconhece, fomos encontrar um pequeno fragmento proveniente da casa do tridente e da espada, outro da ínsula do vaso fállico e outro ainda da esplanada das termas, já referido, todos relativamente próximos entre si e todos em estratos revolvidos, o que vem reforçar a ideia de que este tipo de indício não estaria associado à atividade vidreira romana.

Relativamente aos dois blocos informes de vidro incolor esverdeado, as dúvidas permanecem, na medida em que estes podem ter sido o resultado de deformações acidentais. No entanto, um dos blocos apresenta um tipo de deformação com uma espécie de crista de repuxados paralelos que pode de facto corresponder a deformações provocadas por uma ferramenta de vidreiro.

Apesar deste cenário inicial desencorajador, foi ao percorrermos as reservas do museu que constatámos que os vidros aí guardados não tinham ainda revelado todos os seus segredos. Aqui e ali, foram surgindo novos indícios, poucos mas seguros, que vieram reverter o panorama até aqui negativo. Em primeiro lugar, verificámos que as ditas “escórias de vidro” referidas na publicação de 1964 não haviam sido todas expostas ao público, além de não terem sido corretamente identificadas. A seleção para exposição foi feita segundo critérios que, à altura, pareciam ser os mais corretos: foi dado destaque aos fragmentos de maiores dimensões e, aparentemente, mais expressivos. No entanto, foram precisamente os fragmentos mais pequenos, guardados na reserva, que revelaram possuir maior informação. Nomeadamente,

existem cinco pequenos fragmentos de vidro “derretido” e diversos blocos e lascas de vidro bruto (FIG. 1B). Os cinco pequenos fragmentos de vidro derretido são idênticos aos dois grandes fragmentos de vidro incolor esverdeado, expostos no museu, mas é exatamente a sua pequenez e a sua forma que nos permite identificá-los como pingos resultantes da manipulação de vidro fundido. O fragmento em forma de pingo alongado possui inclusive a marca do repuxado feito por uma pinça. Quanto aos pequenos blocos de vidro, trata-se, indiscutivelmente, de vidro bruto e não de escórias de vidro como inicialmente haviam sido identificados. Mais especificamente, trata-se de vidro bruto “secundário”, vidro que foi alvo de pelo menos uma fusão local, como o provam os restos de argamassa agarrados a alguns dos fragmentos. Possivelmente trata-se de vidro que ficou agarrado ao forno de vidreiro desmantelado. Dois destes pequenos blocos foram selecionados para análise química tendo fornecido dados conclusivos quanto à pertença a uma produção local de vidro romano (FIG. 1A, Con01 e 02).

Para além destes indícios foi ainda possível identificar mais dois blocos de vidro bruto e três restos de fabrico com proveniências diversas (FIG. 2). Os nºs 1 e 2 dizem respeito a vidro bruto com restos de cerâmica agarrada, um testemunho indireto das paredes do cadinho ou da cuba onde o vidro terá arrefecido. O nº 1 é constituído por vidro bruto verde-azulado com restos de cerâmica vermelha e o nº 2 por vidro incolor esverdeado com cerâmica/argamassa beije acastanhada. Curiosamente, estas são as mesmas cores representadas nos fragmentos de vidro bruto analisados. Os nºs 3, 4 e 5 são mais difíceis de interpretar, mas tudo aponta para que se trate de restos de fabrico e não de verdadeiros objetos acabados. São provavelmente restos de cordões plásticos usados na decoração ou na execução de asas. Além do formato em gota alongada irregular, pouco apropriada para o uso como cânula, os nºs 4 e 5 evidenciam marcas de ferramentas, como sejam os estrangulamentos nas extremidades mais finas (marca de pinças?) e a superfície espalmada do nº 4 (marca de espátula ou de marma?). O nº 3 já havia sido publicado como sendo um hipotético “Kohl-stick” mas com a advertência “...parece todavia demasiadamente grosso e pesado para poder ter sido usado para o mesmo fim.” (ALARCÃO e ALARCÃO, 1965: nº 313). Os nºs 4 e 5 foram publicados dentro do grupo das cânulas mas igualmente sem grande convicção: “Les números 292 et 293 ont pu servir au même usage” (ALARCÃO *et al.*, 1976: 209).

A oficina de vidreiro

Com os frágeis dados recolhidos até ao momento apenas é possível avançar com algumas hipóteses de trabalho no que diz respeito à provável localização e datação da/s oficina/s de vidreiro de Conímbriga.

Tal como aconteceu com a produção de contas pré-romanas, de que daremos notícia futuramente, a maior parte dos indícios de produção secundária de vidro romano de Conímbriga provêm de antigas escavações, anteriores a 1962, pelo que não existe informação precisa quanto ao contexto arqueológico em que foram encontrados. Estão neste caso os fragmentos de vidro bruto e os restos de fabrico da figura 1B, genericamente atribuídos à “zona E”, bem como o provável resto de fabrico nº 3 da figura 2 (ALARCÃO e ALARCÃO, 1965: nº 313). Quanto aos restantes indícios da figura 2: os nºs 4 e 5 provêm de estratos revolvidos da insula do vaso fálco e da esplanada das termas do sul, respetivamente¹; o nº 1 é um achado superficial proveniente da Atadoa, uma zona a nordeste de Conímbriga, junto ao aqueduto, e o nº 2, sem indicação estratigráfica, provêm das escavações de 1977 frente ao fórum².

O facto dos indícios mais significativos aparecerem na zona E, ainda que descontextualizados, é deveras sugestivo. A zona E fica localizada no sector nordeste da área intramuros e corresponde a uma área onde mais tarde viriam a ser localizadas a casa do tridente e da espada e a casa das portas do sol (CORREIA, 2013: 67-73). Sendo esta uma zona contígua à muralha tardia é bastante provável que os indícios de produção pertençam ao momento da construção da muralha, em finais do séc. III, e necessariamente também ao momento da desafetação da própria oficina de vidreiro, na origem destes indícios, que poderia estar localizada nas proximidades. Tendo em consideração a intensa reciclagem de que o vidro foi alvo em época romana, só a desafetação e destruição de uma oficina de vidreiro poderia explicar o abandono de vidro bruto e de restos de produção. Uma oficina em plena laboração não gera desperdícios de vidro.

A existência de uma oficina de vidreiro numa zona relativamente central da cidade é bastante plausível, à imagem de outras atividades artesanais, e possui paralelos em várias cidades romanas, nomeadamen-

¹ 2.4 – marcação 70 H VIII 38 (1); 2.5 – marcação 68 H VI 26 (2).

² Marcação: gav. 683 - 77 PSF s/c.

te em *Bracara Augusta* (CRUZ, 2009, vol. 1: 235; CRUZ, 2011: 85): quer se trate do caso da oficina de Maximinos, situada a dois passos do teatro romano, quer se trate, sobretudo, do caso da oficina do Fujacal, cujos restos de produção foram encontrados precisamente nos estratos arqueológicos associados à construção da muralha tardia.

A hipótese de uma cronologia de finais do séc. III, como data provável para a desafetação da oficina de vidreiro da zona E, veio a ser confirmada pelos dados da arqueometria na medida em que a produção de vidro incolor do grupo 4, correspondente à amostra de vidro bruto Con02, não ultrapassa os finais do séc. III.

Outras hipóteses menos prováveis para a localização de uma oficina de vidreiro em Conímbriga são: a área entre o fórum e as termas do sul, onde foram encontrados alguns indícios, embora dispersos e em estratos revolvidos (FIG. 2, n.ºs 2, 4 e 5); ou mesmo a Atadoa, onde foi encontrado o fragmento de vidro bruto verde-azulado com restos de argila (FIG. 2, n.º 1). Sendo um caso isolado é possível que a sua presença numa zona tão afastada da cidade se deva a fenómenos pós-depositacionais, no entanto, a existência de uma oficina de vidreiro num casal ou numa *villa* peri-urbana não é completamente de descartar.

O estudo arqueométrico

Tendo em consideração o objetivo específico do presente estudo, as análises de composição química incidiram exclusivamente sobre os indícios de produção detetados (FIG. 1A). Foram assim selecionadas duas amostras de vidro bruto representativas das duas cores encontradas em Conímbriga, o verde-azulado (Con01) e o incolor-esverdeado (Con02), bem como uma amostra de “escória” de vidro verde-amarelado, mais especificamente um pequeno fragmento de argamassa com escorrências de vidro (Con15), semelhante aos fragmentos expostos no museu. A estas três análises vieram juntar-se outras oito, já publicadas, no intuito de potenciar o alcance do estudo comparativo. São elas: quatro análises de Conímbriga referentes a um copo incolor pintado – Con1035, um vaso *diatreta* incolor – Con1038 e a sua decoração em vidro azul – Con1039 e um segundo vaso *diatreta* incolor – Con1040 (BRILL, 1999: n.ºs 1035, 1038, 1039 e 1040; ALARCÃO e ALARCÃO, 1965: n.ºs 98, 163 e 162); quatro análises de Braga referentes a uma amostra de vidro bruto verde-azulado – Bra29, outra de vidro bruto

incolor – Bra32, uma vidraça incolor – Bra32 e um *diatrete* incolor – Bra35 (Tab. 1; CRUZ, 2009, vol. 1: n°s 60, 73, 57, 69).

As amostras Con01, 02 e 15, bem como Bra29, 32, 35 e 40, foram analisadas por LA-ICP-MS (Laser Ablation Inductively Coupled Plasma Mass Spectrometry) no laboratório do Centro Ernest-Babelon, integrado no Instituto de Investigação sobre os Arqueomateriais (IRAMAT, UMR C5060 CNRS/Université d'Orléans), Orléans, França. Os dados foram calibrados com recurso à referência padrão Corning A do Museu do Vidro de Corning. As amostras Con1035, 1038, 1039 e 1040 foram analisadas por ICP-OES (Inductively Coupled Plasma and Optical Emission Spectroscopy) no Museu do vidro de Corning (Corning, estado de Nova Iorque, EUA) e publicadas em 1999 por Robert H. Brill. Nunca é demais sublinhar que este é um estudo preliminar e que todos os resultados agora apresentados necessitam de ser validados por novos estudos, preferencialmente com recurso a análises mais sistemáticas sobre um universo de amostras mais abrangente, com vista a uma melhor compreensão dos diferentes grupos de composição e a sua comparação com os dados da literatura.

A composição da amostra Con15 (Tab. 1, FIG. 3) foi a que mais surpreendeu por não se enquadrar em nenhuma das composições de referência para os vidros e vidrados antigos. Ela possui uma composição próxima dos valores referência para o vidro potássico mas ainda assim com teores anormalmente elevados de alumina e baixos de soda. Mais do que de um vidro propriamente dito, é provável que se trate de simples escorrências vítreas resultantes da reação entre cinzas florestais e a argamassa argilosa das paredes de um qualquer forno, não necessariamente ligado à atividade vidreira. Atendendo à composição e à ausência de corrosão, é muito provável que a amostra Con15 seja moderna ou, quando muito, medieval. Relativamente aos dois grandes blocos com escorrências vítreas avermelhadas, expostos no museu, poderemos estar perante os restos de um forno metalúrgico ligado ao trabalho do cobre, o metal responsável pela cor vermelha de certos vidros (GREIFF, 2012).

Quanto às duas amostras de vidro bruto, Con01 e 02, elas pertencem, indiscutivelmente, à grande família dos vidros calco-sódicos de soda mineral, ou vidros de natrão (Tab. 1 e FIG. 3), com cronologia aproximada entre 800 a.C. e 800 d.C. (GRATUZE e BILLAUD, 2003: 13; HENDERSON, 2013: 92). Uma análise mais fina aos dados mostrou que elas correspondem aos dois grandes grupos de vidro romano represen-

tados no Ocidente, os grupos 3 e 4 identificados por Maurice Picon e Michèle Vichy (2003). O vidro do grupo 3 é constituído maioritariamente por vidro de cor natural verde-azulado (uma cor resultante da presença de impurezas nas areias, como o óxido de ferro) e, em menores quantidades, por vidro colorido artificialmente, bem como vidro incolor em que o agente descolorante é o dióxido de manganês (MnO_2) em concentrações a partir de 1% e com valores de antimónio inferiores a 0,01% ou inexistentes (correspondência com o grupo High-Mn em JACKSON e PAYNTER, 2015). O grupo 4 é quase exclusivamente constituído por vidro incolor descolorado a pentóxido de antimónio (Sb_2O_5) em concentrações a partir de 0,5% e com valores de manganês inferiores a 0.03% (correspondência com grupo Sb em Jackson e PAYNTER, 2015). O antimónio é um potente agente descolorante que possui igualmente a vantagem de eliminar as pequenas bolhas, o que dá ao vidro um aspeto brilhante e cristalino. Em menor quantidade existe também vidro azul do grupo 4, colorido a óxido de cobalto, e usado sobretudo em pequenos apontamentos decorativos.

Os vidros dos grupos 3 e 4 parecem corresponder na perfeição aos dois tipos de vidro referidos na lista de preços máximos do Édito de Diocleciano do ano de 301 (FREESTONE, 2015: 33; BARAG, 1985: 113; STERN, 2004: 50). O vidro do grupo 3 corresponde indubitavelmente ao vidro judaico esverdeado, enquanto que o vidro do grupo 4 corresponde ao vidro alexandrino (BARFOD *et al.*, 2020). Tanto a cronologia como a cor e a indicação de origem são coincidentes. Segundo os dados da arqueometria, à data em que o édito foi lançado, apenas estes dois grupos de vidro primário chegavam a Roma e de um modo geral a todo o Ocidente. O vidro do grupo 4, nomeadamente, teve um período de vida relativamente curto, entre finais do século I e finais do III. Quanto à cor, o vidro judaico é mencionado como sendo “esverdeado”, enquanto que o vidro alexandrino não possui menção da cor o que nos leva a pensar que se trata de vidro incolor. Quanto à origem, todos os estudos comprovam que o vidro do grupo 3 tem origem siro-palestina, o que corresponde grosso modo à antiga Judeia, enquanto o vidro alexandrino tem origem no Egito e, muito provavelmente, nas proximidades de Alexandria.

Outras diferenças significativas entre estes dois tipos de vidro são: a maior disponibilidade e o menor preço do vidro do grupo 3, o que o tornava especialmente indicado para a produção em massa de vasilhame de vidro, como garrafas, frascos e unguentários, bem como de vidraça, na sua variante incolor. Pelo contrário, o vidro do grupo 4, por

ser mais precioso e mais cristalino de aspeto, foi quase que exclusivamente usado no fabrico de louça fina de mesa ou em vasos de prestígio, como era o caso dos *diatrete*. Além disso, ao possuir teores sensivelmente mais baixos de cal (o elemento estabilizador), o vidro do grupo 4 tem tendência a fissurar e estalar com a passagem do tempo, sendo esta uma característica que muitas vezes o denuncia em escavação.

Relativamente aos vidros de Conímbriga, os dois grupos de vidro são facilmente distinguíveis no gráfico que opõe os dois agentes descolorantes usados em cada caso, antimónio e manganês (FIG. 4). Em posição intermédia vamos encontrar um subgrupo de mistura onde sobressaem as duas amostras de vidro bruto de Conímbriga, o que é bastante revelador (correspondência com grupo Mn-Sb em JACKSON e PAYNTER, 2015).

O grupo 3 está representado pela amostra de vidro bruto verde-azulado de Braga (Bra29) e pela amostra de vidro de janela incolor (Bra35). Naturalmente, é o vidro incolor que possui o teor mais elevado de manganês. Note-se igualmente que estes dois vidros possuem antimónio em teores irrelevantes. No caso do vidro bruto Bra29 podemos mesmo afirmar que estamos perante vidro bruto primário, vidro de origem que não sofreu ainda qualquer mistura ou reciclagem.

O grupo 4 está representado pelo copo pintado de Conímbriga (Con1035) e pelos três *diatrete*, dois de Conímbriga (Con1038, Con1040 + Con1039) e um de Braga (Bra46). O copo incolor pintado aparece isolado, sendo aquele que possui teores mais elevados de antimónio, perto de 1,5%. É também o que possui uma cronologia mais recuada da primeira metade do séc. III, o mais tardar. Os três *diatrete* são os que apresentam composições mais próximas entre si. Curiosamente, chega a haver um cruzamento entre as quatro amostras, sendo que a composição do *diatrete* de Conímbriga (Con1040), está mais próxima da composição do de Braga (Bra46), do que do seu próprio elemento decorativo em vidro azul (Con1039). Por sua vez, este último aproxima-se mais da composição do segundo *diatrete* de Conímbriga (Con1038). A proximidade de composições aliada ao imbricamento entre *diatrete* de Braga e de Conímbriga, indicam claramente que os três *diatrete* possuem uma origem comum ou pelo menos que foram feitos a partir de vidro primário do grupo 4 com a mesma origem.

Numa posição intermédia vamos encontrar os vidros que resultaram da mistura entre o vidro dos grupos 3 e 4, tendo por base a percen-

tagem dos dois descolorantes usados para cada tipo de vidro, manganês e antimônio respetivamente (Mn-Sb). Neste grupo de mistura vamos encontrar as duas amostras de vidro bruto incolor, uma de Conímbriga (Con02) e outra de Braga (Bra32), bem como o vidro bruto verde-azulado de Conímbriga (Con01).

Este grupo de mistura é também conhecido como grupo de reciclagem (VICHY, THIRION-MERLE, PICON, 2007; grupo Mn-Sb em JACKSON e PAYNTER, 2015) já que é a prática da reciclagem, feita de forma intensiva nas oficinas secundárias, que está na origem destas misturas. No entanto, estas composições mistas não podem ser usadas para estudos de proveniência já que não correspondem necessariamente a uma oficina em particular. Por outro lado, sabemos que essa mistura seria feita de forma involuntária já que o casco de vidro era separado e comercializado por cores, como o demonstra a carga do navio naufragado *Iulia Felix* datado da primeira metade do século III e constituída maioritariamente por vidro para reciclagem (SILVESTRI, 2008). Os estudos arqueométricos feitos à carga deste navio permitiram à autora propor um “índice de reciclagem” $(IR) - [(Sb_2O_3)_x / (Sb_2O_3)_{Ref}] * 100 -$, numa tentativa de quantificar a extensão da reciclagem de vidro incolor descolorado a antimônio em cada fornada, usando como referencia o teor em antimônio do grupo CL1/1 do *Iulia Felix* ($Sb_2O_3 = 0.82 \pm 0.11 \text{ wt\%}$). Aplicando esta fórmula às três amostras deste estudo que evidenciam um grau de mistura verificamos que os dois vidros incolores possuem um índice de reciclagem superior a 50% (Con02 – IR 52%, Bra32 – IR 54%), enquanto que o vidro verde-azulado possui um índice inferior a 25% (Con01 – IR 22%). Esta diferença pode ser explicada pela dificuldade que naturalmente havia em distinguir, a olho nu, o vidro incolor descolorado a manganês do vidro descolorado a antimônio, pelo que ambos acabariam na mesma pilha de vidro incolor, possivelmente em partes iguais. Pelo contrário, a pilha do vidro colorido, entre o qual predominava o verde-azulado, apenas ocasionalmente receberia vidro incolor ou azul do grupo 4.

Conclusões

Ainda que escassas e por vezes descontextualizadas, as evidências de produção de vidro, aqui analisadas, não deixam dúvidas quanto à existência de, pelo menos, uma oficina de produção secundária de vidro

em Conímbriga, desmantelada em finais do séc. III e localizada algures a nordeste do fórum romano.

De entre todas as evidências, a prática da reciclagem detetada nas análises ao vidro bruto é, por si só, um argumento decisivo e suficiente para comprovar a existência de uma produção local.

Quanto às formas de fabrico local, os dados até agora reunidos não permitem ainda aceder à produção da oficina, embora seja expectável que nela se tivessem fabricado formas simples e básicas em vidro incolor e verde-azulado, como vidro de janela, louça de mesa e vasilhame de vidro, tal como já havia sugerido Adília Alarcão (1994: 15).

De igual modo, não nos é possível estabelecer qualquer ligação entre a produção vidreira do séc. III e a produção de contas de colar que terá existido nos inícios da romanização de Conímbriga, não só porque existem, pelo menos, dois séculos de separação entre as duas produções, mas, sobretudo, porque se trata de tecnologias relativamente distintas. Joalheiros fabricantes de contas de colar em vidro e vidreiros sopradores de vidro poderiam até coexistir no tempo e no espaço, mas uns não dão, forçosamente, lugar a outros.

Por fim, ainda que a localização da/das oficina/s de vidreiro de Conímbriga continue a ser uma incógnita, é de esperar que futuras escavações que venham a ser realizadas em Conímbriga tragam boas surpresas.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Adília M. (1994) – *Colecções do Museu Monográfico de Conimbriga*, Lisboa: Instituto Português de Museus.
- ALARCÃO, Jorge de (1964) – Formes peu communes de la verrerie romaine au Portugal, *Annales du 3^o Congrès des Journées Internationales du Verre*, Damas, Liège, pp. 56-62.
- ALARCÃO, Jorge de e ALARCÃO, Adília M. (1965) – *Vidros Romanos de Conímbriga*, Coimbra: Museu monográfico de Conímbriga.
- ALARCÃO, Jorge de; DELGADO, Manuela; MAYET, Françoise; ALARCÃO, Adília M.; PONTE, Salette da (1976) – *Fouilles de Conimbriga, VI: Céramiques diverses et verres*, Paris: Diffusion E. de Boccard.
- BARAG, Dan (1985) – Recent important epigraphic discoveries related to the History of glassmaking in the roman period, *Annales du 10^e Congrès de l'AIHV*, Madrid-Segovie, pp. 109-115.
- BARFOD, Gry H.; FREESTONE, Ian; LESHER, Charles E.; LICHTENBERGER, Achim (2020) – Alexandrian' Glass Confirmed by Hafnium Isotopes, *Scientific Reports* 10, n.º 1, 2020: 11322. <https://doi.org/10.1038/s41598-020-68089-w>.

- BLET, Maryse; GUINEAU, Bernard e GRATUZE, Bernard (1997) – Caractérisation de boules de bleu égyptien: analyses par absorption visible et par activation avec des neutrons rapides de cyclotron, *Revue d'Archéométrie*, 21, pp. 121-130.
- BRILL, Robert H. (1999) – *Chemical Analyses of Early Glasses*, New York: The Corning Museum of Glass, Corning.
- CAROLIS, Ernesto De (2004) – Il vetro nella vita quotidiana, in *Vitrum. Il vetro fra arte e scienza nel mondo romano*, Florença: Giunti, pp. 71-80.
- CORREIA, Virgílio H. (2013) – *A arquitectura Doméstica de Conímbriga e as Estruturas Económicas e Sociais da Cidade Romana*, Coimbra: Instituto de Arqueologia da FLUC.
- CORREIA, Virgílio Hipólito, ed. (2021) – *Catálogo das coleções do Museu Monográfico de Conímbriga*, Lisboa: DGPC/Bluebook.
- CRUZ, Mário da (2009) – *O Vidro Romano do Noroeste Peninsular. Um olhar a partir de Bracara Augusta*, UM, Braga (Tese de doutoramento policopiada). <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/9883>.
- CRUZ, Mário da (2011) – Fragmentos de vidro, fragmentos da memória. Aproximação à atividade vidreira em *Bracara Augusta*, *CEM. Cultura Espaço & Memória*, nº 2, CITCEM, Porto/Braga, pp. 83-94. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10404.pdf>.
- CRUZ, Mário da e GRATUZE, Bernard (2016) – Perles de verre préromaines de Conímbriga (Portugal), *Bulletin AFAV 2016*, AFAV, pp. 7-9.
- CRUZ, Mário da e SANCHEZ DE PRADO, M^a Dolores (2014) – Sites verriers en Hispanie. État des connaissances, *Bulletin de l'AFV 2014*, AFAV, Narbonne, pp. 98-103.
- CRUZ, Mário da e SANCHEZ DE PRADO, M^a Dolores (2015) – Glass Working Sites in Hispania: What we Know, *Annales of the 19th AIHV Congress, 2012*, AIHV, Koper, pp. 178-187.
- DELAMARE, François e GUINEAU, Bernard (1999) – *Les Matériaux de la Couleur*, Gallimard.
- DE JUAN, Jorge e SCHIBILLE, Nadine (2017) – La Hispania antigua y medieval a través del vidrio: la aportación de la arqueometría, *Boletín de la Sociedad Española de Cerámica y Vidrio*, 2017, 56 (5), pp. 195-204.
- FOY, Danièle, dir. (2003) – *Cœur de verre. Production et diffusion du verre antique*, Gollion: Infolio éditions.
- FOY, Danièle e NENNA, Marie-Dominique (2001) – *Tout feu tout sable. Mille ans de verre antique dans le Midi de la France*, Aix-en-Provence: Musées de Marseille/Éditions Édisud.
- FREESTONE, Ian C. (2005) – The Provenance of Ancient Glass through Compositional Analysis, *Materials Issues in Art and Archaeology VII* (Mater. Res. Soc. Symp. Proc. 852, Warrendale).
- FREESTONE, Ian C. (2015) – The Recycling and Reuse of Roman Glass: Analytical Approaches, *Journal of Glass Studies*, vol. 57, Corning: The Corning Museum of Glass, pp. 29-40.
- GRATUZE, Bernard e BILLAUD, Yves (2003) – La circulation des perles en verre dans le Bassin Méditerranée, de l'Âge du Bronze moyen jusqu'au Hallstatt, *Échanges*

- et commerce du verre dans le monde antique*, Montagnac: Éditions Monique Mergoïl, pp. 11-15.
- GREIFF, S. (2012) – On the relationship between enamelled glass and other opaque glass technologies: the colour red, *AIHV Annales du 18^e Congrès*, 2009, AIHV, Thessaloniki, pp. 224-230.
- HENDERSON, Julian (2013) – *Ancient Glass. An Interdisciplinary Exploration*, New York: Cambridge University Press.
- JACKSON, Caroline M. e PAYNTER, Sara (2015) – “A Great Big Melting Pot: Exploring Patterns of Glass Supply, Consumption and Recycling in Roman Coppergate, York”, *Archaeometry* 58, pp. 69-95.
- PICON, Maurice e VICHY, Michèle (2003) – D’Orient en Occident: l’origine du verre à l’époque romaine et durant le haut Moyen Âge, *Échanges et commerce du verre dans le monde antique*, Montagnac: Éditions Monique Mergoïl, pp. 17-31.
- SANCHEZ DE PRADO, M^a Dolores e CRUZ, Mário da (2014) – La producción de vidrio en *Hispania*. Una versión actualizada, *Actas do XVIII Congresso Internacional de Arqueologia Clássica* (Mérida 13-17 Maio 2013).
- SILVESTRI, Alberta (2008) – The coloured glass of Iulia Felix, *Journal of Archaeological Science* 35, pp. 1489-1501.
- STERN, E. Marianne (2004) – I vetrai dell’antica Roma, in *Vitrum. Il vetro fra arte e scienza nel mondo romano*, Florença: Giunti e Firenze Musei, pp. 37-59.
- VICHY, Michèle; THIRION-MERLE, Valérie e PICON, Maurice (2007) – Note sur le recyclage du verre dans l’Antiquité et sur les groupes de recyclage, *Bulletin de l’AFAV*, 2007, AFAV, Paris, pp. 55-57.

	Con01	Con02	Con15	Bra29	Bra32	Bra35	Bra46
Forma:	V. bruto	V. bruto	Escória	V. bruto	V. bruto	Vidraça	<u>Diatreta</u>
Cor:	Verde az.	Incolor	Verde az.	Verde az.	Incolor	Incolor	Incolor
Na ₂ O	17,8%	15,6%	2,25%	14,80%	21,21%	16,7%	15,1%
Mg O	0,63%	0,44%	0,33%	0,54%	0,53%	0,53%	0,48%
Al ₂ O ₃	2,40%	2,30%	6,66%	3,12%	2,15%	2,36%	1,83%
Si O ₂	68,5%	72,0%	72,8%	70,40%	68,9%	69,4%	68,8%
P ₂ O ₅	0,18%	745	0,19%	0,07%	669	0,18%	492
Cl	1,12%	1,11%	376	1,11%	1,37%	1,44%	1,40%
K ₂ O	0,91%	0,72%	11,1%	0,30%	0,29%	0,62%	0,84%
Ca O	7,16%	6,40%	3,75%	8,13%	5,60%	6,85%	6,67%
Ti O ₂	786	671	0,55%	0,07%	0,06%	0,06%	0,07%
Mn O	0,39%	0,30%	427	0,71%	0,18%	1,39%	0,04%
Fe ₂ O ₃	0,52%	0,40%	1,94%	0,39%	0,43%	0,45%	0,40%
Co O	5,83	3,59	6,90	2,9	4,03	7,68	1,32
Cu O	35	29	435	25	33	48	26
Sb ₂ O ₃	0,18%	0,43%	1,32	0,55	0,44%	459	0,46%
Pb O	85	80	10	5,9	109	50	29
Li ₂ O	33	27	944	5,9	17	13	10
B ₂ O ₃	519	586	174	401	481	444	366
V ₂ O ₅	28	23	97	24	15	49	20
Cr ₂ O ₃	18	20	17	25	15	17,3	16
Ni O	7,98	6,23	21	3,7	17	3,75	15
Zn O	28	38	705	11	27	22	26
As ₂ O ₃	9,93	20	6,35	2,5	25	5,02	100
Rb ₂ O	16	9,63	336	6,4	8,43	12	6,39
Sr O	469	446	122	702	420	543	558
Y ₂ O ₃	7,97	7,55	19	11	6,6	7,71	8
Zr O ₂	66	58	252	69	54	51	57
Nb ₂ O ₃	1,97	1,67	14	1,8	1,7	013	1,97
Sn O ₂	18	9,67	30	6,27	6,81	10	6,92
Ba O	216	208	498	381	152	395	126
Ce O ₂	14	13	81	16	12	13	12
Bi	0,03	0,07	0,02	0,02	0,04	0,05	0,08
Th O ₂	1,25	0,99	14	1,1	1,10	1,10	0,85
U O ₂	1,03	0,95	3,44	0,8	0,90	1,16	0,74

TAB. 1 – Análises químicas. Resultados maioritários em percentagem (%) e minoritários em parte por milhão (ppm).

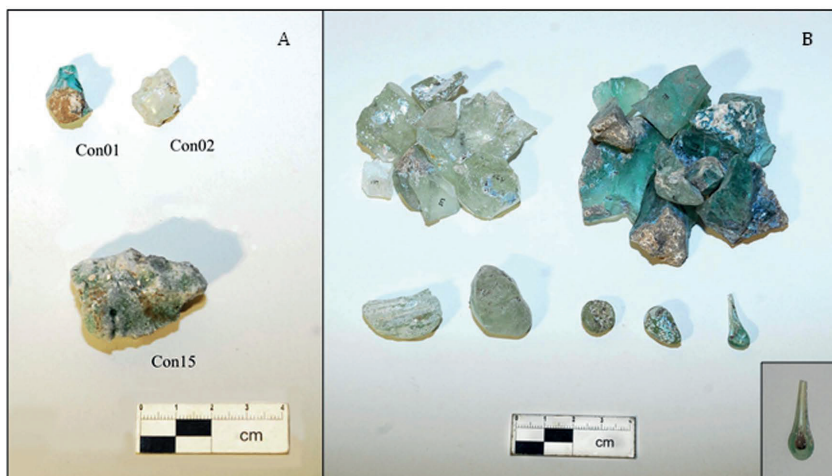


FIG. 1 – A – Amostras analisadas; B – Vidro bruto incolor e verde azulado, em cima.
Pingos e escória de vidro, em baixo.

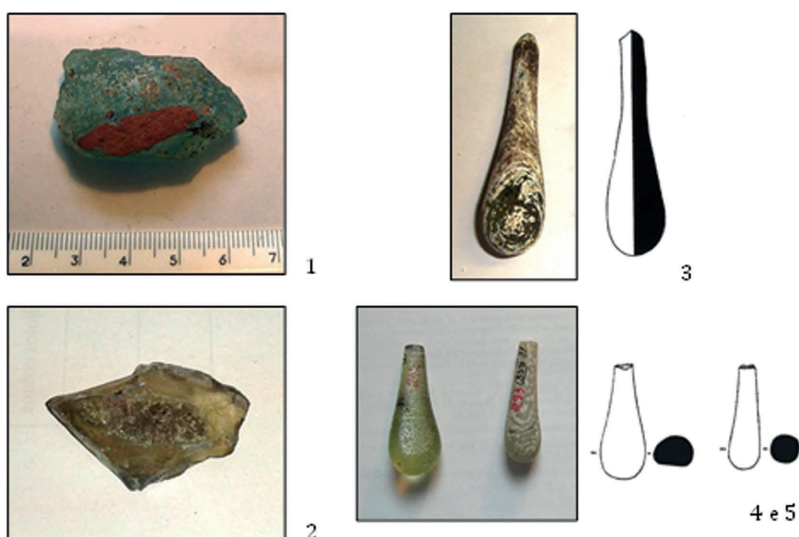


FIG. 2 – Restos de fabrico: 1 – vidro verde-azulado com negativo de cadinho;
2 – vidro bruto incolor esverdeado com negativo de cadinho ou de forno; 3 – resto de cordão plástico (?);
4 e 5 – restos de cordões plásticos com marcas de ferramentas.

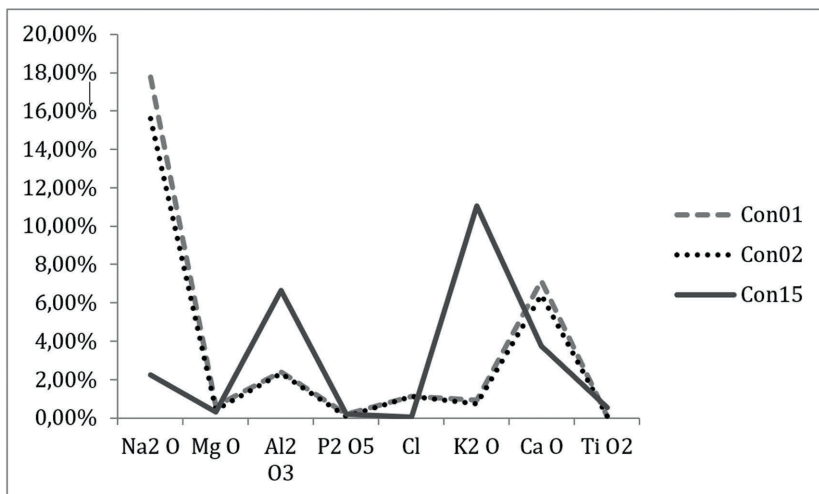


FIG. 3 – Vidros calco-sódicos a tracejado e ponteados.

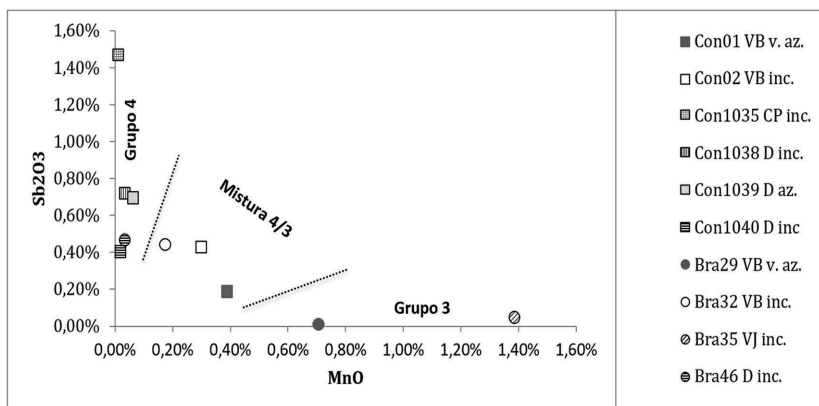


FIG. 4 – Grupos de composição 3, 4 e mistura.
Binómio Manganês (MnO) antimónio (Sb₂O₃).

JOSÉ RUIVO

Museu Monográfico de Conimbriga – Museu Nacional

joseruivo@mmconimbriga.dgpc.pt

<https://orcid.org/0000-0002-7093-7494>

O DEPÓSITO MONETÁRIO TARDO-ROMANO DA SEPULTURA 6
DA CASA DOS ESQUELETOS (*CONIMBRIGA*, PORTUGAL)

THE LATE ROMAN MONETARY DEPOSIT OF THE GRAVE 6
OF THE HOUSE OF SKELETONS (*CONIMBRIGA*, PORTUGAL)
“Conimbriga” LXII (2023) p. 123-144

http://doi.org/10.14195/1647-8657_62_7

Texto recebido em / Text submitted on: 06/01/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 11/05/2023

RESUMO: Apresenta-se um pequeno depósito monetário que acompanhava um enterramento descoberto em 1964 na Casa dos esqueletos (*Conimbriga*), composto por 58 moedas de bronze, maioritariamente da segunda metade do séc. IV d.C. É apresentado o conjunto e são tecidas diversas considerações a propósito do simbolismo da presença da moeda em contextos funerários tardo-romanos.

PALAVRAS-CHAVE: Depósitos monetários; contextos funerários tardo-romanos; *Conimbriga*.

ABSTRACT: The author presents 58 Roman bronze coins found in a burial discovered in 1964 at the House of skeletons (*Conimbriga*, Portugal). The coins, mostly from the second half of the 4th century AD, must have been in a purse placed near the chest of a female individual. From that point on, several considerations are made about the function of coins in Late Roman funerary contexts.

KEYWORDS: Coin deposition; late Roman funerary contexts; *Conimbriga*.

Conimbriga, 62 (2023) 123-144

O DEPÓSITO MONETÁRIO TARDO-ROMANO DA SEPULTURA 6 DA CASA DOS ESQUELETOS (CONIMBRIGA, PORTUGAL)

O edifício conhecido por Casa dos esqueletos corresponde a uma *domus* de peristilo central, construída durante o período alto-imperial, algures na segunda metade do séc. I da nossa era (provavelmente do período cláudio-neroniano: ALARCÃO, 2010: 47; de época flaviana: CORREIA, 2004: 273-274).

No essencial, a casa enquadra-se perfeitamente na arquitetura típica das residências privadas de *Conimbriga*, com características muito semelhantes às vizinhas casas do mosaico da suástica e dos repuxos, embora numa escala mais modesta. A fachada principal estava voltada a oeste, abrindo para a rua sobre a qual, alguns séculos mais tarde, se veio a erguer a muralha tardia da cidade. Aí estava situada a entrada do edifício, no qual se penetrava através de um vestíbulo que desembocava no peristilo, elemento axial da estrutura da casa. A sul estavam dispostos vários compartimentos autónomos – prováveis espaços comerciais – que abriam para a viela das Termas ditas “da muralha” (ALARCÃO, 2010: 47; CORREIA, 2013: 169-173).

Na sua frente, e apenas separada pela rua, corria a fachada do lado nascente da Casa atribuída a Cantaber, a maior residência privada conhecida até ao momento em *Conimbriga* (CORREIA, 2001: 83-140 e 2013: 133-145) e, a norte, situava-se a Casa do mosaico da suástica (ALARCÃO, 2010: 28-45; CORREIA, 2013: 163-168). Em finais do séc. III ou nas primeiras décadas do séc. IV, uma sólida muralha defensiva foi erguida sobre a rua que passava defronte da casa (DE MAN, 2007: 699-712; DE MAN, 2011: 184 e segs.; RUIVO, CORREIA e DE MAN, 2021: 11-24), incorporando inclusivamente a sua fachada, como de resto sucedeu com as frontarias dos edifícios adjacentes (Termas da muralha e Casa do mosaico da suástica). A construção desta imponente estrutura defensiva terá sido responsável pela demolição e abandono da casa,

assim como de todo o sector que, doravante, passaria a situar-se no exterior do remodelado núcleo urbano. Não surpreende, por isso, que esta área tenha passado a ser utilizada como necrópole, embora do espaço funerário tardo-romano de *Conimbriga* muito pouco se saiba por enquanto.

A escavação da área maior desta casa foi efetuada entre 1939 e 1941 pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, sob orientação de Vergílio Correia, tendo outros trabalhos sido levados a cabo por Jorge de Alarcão entre 1962 e 1968 (ALARCÃO, 2010: 47). Da primeira intervenção não se conhece qualquer relatório e da segunda só muito recentemente foi possível ao responsável por ela fazer a apresentação pública dos resultados (ALARCÃO, 2010: 47-63). No decurso das sondagens realizadas por este investigador, foram exumadas seis sepulturas, localizadas na zona correspondente ao primitivo vestibulo da casa (cf. *infra* planta da FIG. 1; OLEIRO, ALARCÃO e ALARCÃO, 1974: 27; ALARCÃO, 1999: 82; ALARCÃO, 2010: 11 e 48-49), documentando a utilização do espaço como necrópole muito depois do abandono e demolição do edifício. O compartimento, de planta praticamente quadrangular (c. 4,40 x 4,65m), estava inicialmente pavimentado com um mosaico do qual ainda se observam poucos vestígios (OLIVEIRA, 2005: 44).

Numa dessas sepulturas, a número 6 (cf. *infra* FIG. 2 e ALARCÃO, 2010: 48, Est. 18), junto aos restos mortais da defunta¹, sobre as costelas, jaziam 58 moedas que na descrição poética do responsável pela escavação se encontrariam num “saquinho [...] poisado bem junto à alma” (ALARCÃO, 1999: 82). Posteriormente, Jorge de Alarcão associou também ao enterramento um sestércio de Trajano (ALARCÃO, 2010: 49), mas a indicação estratigráfica atribuída a esse exemplar leva-nos, de alguma forma, a desvalorizar tal possibilidade. À partida, parece-nos mais lógico associá-lo aos revolvimentos de terras para abertura ou colmatação de alguma das sepulturas situadas no compartimento².

A descoberta do depósito foi referida, logo em 1967, por Daniel Nony (NONY, 1967: 112, nº 22): “Em 1964 junto a um esqueleto, des-

¹ Segundo Ana Lisa Gameiro (1998: Anexo III, Indivíduo nº 13), e contrariando Jorge de Alarcão (2010: 49), trata-se de um indivíduo do sexo feminino, com idade superior a 30 anos.

² Não obstante, e apesar de tratar-se de uma situação pouco comum, a colocação de moedas em distintas partes de uma mesma sepultura está arqueologicamente documentada (PERASSI, 2001: 109-110; DUCHEMIN, 2012: 144).

coberta de 58 pequenos e médios bronzes de Constâncio, Constante, Valentiniano, Graciano, Teodósio e Arcádio (inédito). Informação do Prof. J. M. Bairrão Oleiro” (trad. nossa).

Todavia, e inexplicavelmente, este achado surge mencionado de forma muito lacónica no volume III das *Fouilles de Conimbriga*, consagrado aos achados monetários (PEREIRA, BOST e HIERNARD, 1974: 306-307, Carte 21, n.º 32). Trata-se, tão só, de uma alusão ao artigo de Nony sem lhe acrescentar qualquer dado relevante. Poderá explicar-se este quase-silêncio pelo facto de ter-se perdido momentaneamente o rasto do depósito nas reservas do Museu?

O certo é que, até hoje, o achado nunca chegou a ser integralmente estudado e publicado, não obstante aparecer referido, para além da bibliografia anteriormente citada, nas recolhas constantes das dissertações de doutoramento de Manuel Abad Varela (ABAD VARELA, 1989: n.º 113), Juan José Cepeda Ocampo (CEPEDA OCAMPO, 1996: n.º 232) e, mais recentemente, David Martínez Chico (MARTÍNEZ CHICO, 2020: n.º 500). Este último investigador foi quem, com base em informação por nós disponibilizada, conseguiu apresentar a listagem mais completa do achado.

Como já foi referido, o depósito é composto por 58 numismas cuja cronologia se estende dos anos 337-340 d.C. até finais do século IV-inícios do V (cf. *infra* quadro da FIG. 3). Na sua estrutura integra maioritariamente peças de pequeno módulo (*nummi*, AE3 e A4) mas conta também com a presença de alguns exemplares de módulo maior, AE2 tardios dos tipos *Reparatio Reipub* e *Gloria Romanorum*.

Não obstante tratar-se de um depósito funerário e a possibilidade de, pela sua natureza simbólica, as moedas recolhidas em contextos funerários não espelharem obrigatoriamente a realidade do numerário circulante à época do enterramento, são bem evidentes as afinidades entre a sua estrutura e a de diversos entesouramentos seus contemporâneos considerados “normais” nomeadamente, e para não irmos mais longe, com o tesouro A de *Conimbriga* (PEREIRA, BOST e HIERNARD, 1974: 319-323), como nos é dado ver no gráfico da FIG. 4. Em nosso entender, o conjunto de *Conimbriga* não corrobora inteiramente a opinião expressa por Jean-Marc Doyen em artigo recente defendendo que, à exceção das moedas “de passagem”, nada ou quase nada seria aleatório no uso da moeda em contexto funerário, sugerindo uma seleção ao nível das denominações a utilizar, do número de moedas a colocar, da iconografia (escolha de reversos “falantes”) e da sua distribuição espacial na sepultura. O autor admite ainda que, mesmo para um período de

grande homogeneidade monetária como o século IV, é relativamente fácil mostrar a frágil interrelação entre a circulação monetária e a acumulação de moedas nas sepulturas (DOYEN, 2017: 93-97)³.

O depósito funerário da Sepultura 6 inicia-se com 21 *nummi* dos finais do período constantiniano, anteriores à reforma monetária de 348 d.C., repartidos pelas séries *Gloria Exercitus* – 1 estandarte (4 exemplares), *Securitas Reip* (2 exemplares) e *Victoriae Dd Auggq Nn* (17 exemplares). Seguem-se as emissões dos anos 353-361 d.C., com os habituais AE3 *Fel Temp Reparatio* – séries do cavaleiro (6 exemplares) e os AE4 *Spes Reipublice* (12 exemplares)⁴, complementadas pelos AE3 *Gloria Romanorum* (2 exemplares) e *Securitas Reipublicae* (1 exemplar) do período dos Valentinianos. De entre as moedas seguramente identificadas e datadas que encerram o conjunto contam-se alguns AE2 tardios das séries *Reparatio Reipub* (3 exemplares) e *Gloria Romanorum* – lábaro (4 exemplares) que fecham igualmente numerosíssimos tesouros hispânicos de finais do século IV e inícios do V (MARTÍNEZ CHICO, 2020: 693-694 e 814-816). No conjunto encontram-se ainda dois AE4 cuja cronologia não se encontra fixada com a precisão desejável e que, em tese, podem repartir com os AE2 *Gloria Romanorum* o título de moeda mais recente do depósito: são ambos da série *Victoria Auggg* de Arcádio, um batido em Arelate entre 388 e 395 d.C. (cf. RIC IX 30e – RIC X 1306), e outro de casa da moeda não identificada, mas cuja cunhagem se processou dentro da mesma baliza cronológica (não obstante, os autores de LRBC prolongam a emissão desta série até 402 d.C.).

Em termos de proveniência geográfica das emissões representadas neste conjunto, verifica-se a predominância das séries ocidentais, principalmente das batidas em Roma e Arelate, situação que se encon-

³ Esta posição diverge da expressada, por exemplo, por Claudia Perassi (1999: 43), que acha improvável a escolha de uma moeda em função da sua iconografia ou das suas legendas.

⁴ Apesar da elevada representatividade deste tipo monetário no depósito da Sepultura 6, quando comparado com o Tesouro A (20,69 contra 7,07%), não vemos aqui uma situação que configure uma escolha intencional do reverso. Acredita-se, todavia, que algumas inscrições monetárias como *Pax* ou *Spes*, entre outras, estariam associadas à noção de repouso (DUCHEMIN, 2012: 158). A ideia de proteção do morto no Além é realçada por vários autores quando se aborda a questão de uma eventual escolha das legendas e da iconografia monetária (GORECKI, 1975: 274-275; DUCHEMIN, 2012: 156-158; DOYEN, 2017: 97).

tra perfeitamente documentada na circulação monetária de *Conimbriga* (PEREIRA, BOST e HIERNARD, 1974: 250-251).

Uma análise global deste conjunto, pese o desfasamento cronológico de cerca de meio século entre os exemplares mais antigos e os mais recentes, deixa entrever a ausência de uma seleção prévia das moedas que o integram, sendo admissível que fosse composto por moedas subtraídas à circulação no momento da sua deposição. De resto, esta prática de retirar diretamente da circulação as moedas que irão acompanhar o defunto parece ser a mais comum, a julgar pelo estudo realizado por Lisa Brown para a Itália, as Ilhas Britânicas e parte da Escandinávia, no qual a autora estimou que cerca de 70-80% das moedas depositadas nos enterramentos são contemporâneas dos mesmos (BROWN, 2013: 307)⁵.

Por outro lado, e apesar de ter sido recolhido em contexto funerário, não temos quaisquer dúvidas, secundando a opinião de Jorge de Alarcão (ALARCÃO, 1987: 193-194), de que as 58 moedas recolhidas na sepultura não tinham como função pagar a passagem do morto para o Além, materializando o ritual dito do “óbolo a Caronte”⁶.

Com efeito, alguma historiografia vertida recentemente sobre a matéria tende a assumir que unicamente nas situações em que as moedas eram colocadas na boca ou nos olhos do defunto se poderia consubstanciar a prática do pagamento ao barqueiro pela travessia do Estíge (THÜRY, 1999: 17-30; BROWN, 2013: 311-313 e 319-320). No caso do aparecimento de conjuntos numismáticos, por vezes significativos, em enterramentos, posicionados em diversos locais da sepultura, há quem admita que possam representar uma provisão para a viagem do defunto (viático), um pecúlio destinado às suas necessidades no Além, uma oferenda, um símbolo do seu prestígio e riqueza, um elemento apotropaico, ou até mesmo um tesouro aí ocultado intencionalmente (THÜRY, 1999: 17-30; WIBLÉ, 1999: 201-206; BROWN, 2013: 309-311).

Esta prática funerária parece ter conhecido uma certa difusão no mundo greco-romano, embora com claras disparidades cronológicas e regionais (BROWN, 2013: 304-306). A título de exemplo, recordamos que nos cemitérios de época imperial da Península Itálica menos de 20%

⁵ No mesmo sentido, para a Gália Setentrional: DUCHEMIN, 2012: 150-151 e 178. Este autor nota, também, que o desfasamento cronológico entre moedas achadas numa mesma sepultura não ultrapassa, regra geral, os 30 anos.

⁶ GRINDER-HANSEN, 1991: 211 opta por uma terminologia mais neutra, ao chamar-lhe “death coins”.

das sepulturas estudadas contêm moedas (CECI, 2005: 409; para outras regiões cf. STEVENS, 1991: 223-226), o que poderá ser interpretado como o reflexo de crenças e tradições específicas das populações, sem que em muitos casos seja possível definir claramente as fronteiras entre a prática do “óbolo a Caronte” e um outro qualquer ritual funerário. De resto, Keld Grinder-Hansen vai mesmo ao ponto de afirmar que a discrepância entre a constatação arqueológica e a informação disponibilizada pelos textos literários⁷ sugere que a interpretação da presença das moedas como “óbolo a Caronte” não é de todo possível, tanto para o período grego como para o romano (GRINDER-HANSEN, 1991: 214; no mesmo sentido, GORECKI, 1975: 190-199 e 225-276). Outros fatores terão, seguramente, influenciado o gesto de colocação das moedas nas sepulturas.

Em *Conimbriga*, a informação disponível sobre esta matéria é escassa: das necrópoles do período alto-imperial ou não se conhece a localização exata ou se encontram por escavar ou já foram irremediavelmente destruídas. A única sepultura integralmente escavada e registada cuja cronologia ainda encaixa parcialmente neste período não forneceu qualquer espólio associado (RUIVO *et al.*, 2018: 90-91; CORREIA, 2019: 171-173).

Para as fases de ocupação subsequentes, que se estendem do período tardo-romano à época medieval, foram identificadas até este momento quatro necrópoles, todas de inumação: três delas localizadas dentro do perímetro da muralha tardia (necrópole do Fórum, necrópole da Ínsula a norte das termas e necrópole da Basílica/casa de *Tancinus*) e uma quarta, situada no exterior do recinto defensivo (necrópole da Casa dos esqueletos):

- 1) Necrópole do Fórum: identificadas 18 sepulturas, das quais apenas uma teria eventualmente 3 moedas associadas à sua estratigrafia: um *nummus* de Constantino II (*Fouilles* III 1624)⁸ e um

⁷ Na sua esmagadora maioria, trata-se de textos poéticos, um género literário que obedece às suas próprias regras e que se caracteriza pela exploração de mitos e pelo gosto por uma certa erudição, apenas compreensível para um limitado número de leitores na época romana (ESTIOT, 2001: 518; DUCHEMIN, 2012: 131). Limitado no espaço e no tempo, o mito de Caronte seria uma “criação intelectual tardia” (DOYEN, 2017: 94).

⁸ Por uma questão de ordem prática, qualquer referência ao catálogo numismático do volume III das *Fouilles de Conimbriga* (PEREIRA, BOST e HIERNARD, 1974) será indicada com a designação de *Fouilles* III.

nummus e um *AE3* de Constâncio II (*Fouilles* III 1375 e 3042). Todavia, da consulta dos relatórios da escavação, não resulta claro se as moedas tinham alguma relação direta com o enterramento, admitindo-se que possa tratar-se de material de estratos de revolvimento (FARINHA, 2021: 321: inumação 1⁹);

- 2) Necrópole da Ínsula a norte das termas: identificadas 18 sepulturas, das quais três apresentaram moedas associadas:
 - inumação 19: sepultura infantil numa ânfora Almagro 51c, à qual parecem estar associados, sem mais detalhes, um *nummus* de Constantino II (*Fouilles* III 1600) e um *AE3* de Constâncio II (*Fouilles* III 2827) (FARINHA, 2021: 335). Não se percebe se as moedas estavam posicionadas em associação com o cadáver, ou se foram recolhidas nas suas proximidades;
 - inumação 21: a cerca de 25-30 cm de uma inumação foram recolhidas, espalhadas pelo solo, mas numa área muito circunscrita, 24 moedas, maioritariamente *AE2*, a mais recente das quais de Arcádio (LRBC 2572), agrupadas sob a designação de Tesouro E de *Conimbriga* (PEREIRA, BOST e HIERNARD, 1974: 327-328). Elisabete Farinha sugere, ainda que com algumas reservas, que uma dezena de exemplares possam estar associados à inumação (FARINHA, 2021: 337), mas a análise da planta que acompanha o relatório de escavação da quadrícula, desenhada por Isabel Pereira e Salette da Ponte, bem como a posição do enterramento, possivelmente em decúbito lateral (característico do período islâmico), levam-nos a descartar, à partida, qualquer associação funerária;
 - inumação 23: 2 moedas da série *Fel Temp Reparatio*, dos anos 352-361 d.C. (*Fouilles* III 2983 e 3198); do relatório da escavação da quadrícula não se consegue extrair qualquer informação relevante associando a estratigrafia e o espólio (FARINHA, 2021: 339 e 350);
- 3) Necrópole da *Basílica/domus Tanginus*: 48 inumações de época medieval, das quais apenas uma continha um ceítel (FARINHA,

⁹ A numeração das inumações segue a apresentada recentemente por Elisabete Martins Farinha (FARINHA, 2021: 307-363). Por lapso, esta autora vem identificada na publicação como Elisabete Dias Farinha.

2021: 356; BENITO DíEZ, 2013: 145; CATALÁN RAMOS, 2013: 71, fig. 79);

- 4) Necrópole da Casa dos esqueletos: 10 inumações, das quais apenas uma forneceu moedas, concretamente as que são objeto do presente estudo (FARINHA, 2021: 352).

No estado atual da questão, e em face do exposto, fica claro que, além de os dados arqueológicos e antropológicos disponíveis nos remeterem para necrópoles de cronologias bastante tardias, maioritariamente posteriores ao período romano, e de a qualidade dos registos de escavação então utilizados ser considerada hoje bastante deficiente¹⁰, a presença da moeda nos rituais funerários tardios em *Conimbriga* parece ser escassa.

Não deixa também de ser interessante a constatação de que este abundante conjunto monetário é proveniente de uma sepultura feminina, afastando-se do padrão desenhado em necrópoles situadas noutras áreas do Império: na necrópole tardo-romana de Nempont-Saint-Fermin (Pas-de-Calais, França), todas as sepulturas com mais de 2 moedas são masculinas (DUCHEMIN, 2012: 174-175, Fig. 14). Nas necrópoles da região suíça do Valais, datadas sobretudo dos sécs. II-III, os enterramentos femininos não tinham mais que 3 moedas, enquanto os masculinos chegavam às 6 unidades (WIBLÉ, 1999: 205).

No território atualmente português, e no que toca às inumações, a tendência parece apontar para o facto de a presença da moeda se manifestar sobretudo em época tardia (PINTO, 2021: 27), situação que poderá encontrar algum paralelo com o ocorrido na *Britannia*, onde mais de um quarto dos enterramentos da segunda metade do século IV regista a presença de moedas (frequentemente mais de um exemplar), contrastando, todavia, com o verificado nas províncias italianas, nas quais esta

¹⁰ Como sublinha Jean-Marc Doyen, impõe-se a aplicação de um protocolo de levantamento e de um guia de estudo das moedas saídas de contextos funerários (DOYEN, 2012: VII-XV; 2017: 93). No entender do investigador francês, o exame arqueológico do numerário recolhido em contexto funerário deve obedecer a três eixos teóricos: 1) a “topologia”, entendida enquanto estudo do lugar; 2) o correto acondicionamento das moedas no decurso da escavação a fim de extrair, em laboratório, o máximo de informação; 3) a necessidade de ter em conta a moeda enquanto verdadeiro “facto funerário” e não como mero objeto datante (DOYEN, 2017: 95).

prática atinge o apogeu por meados do século II, decaindo em seguida de forma muito significativa, até se tornar inexpressiva na segunda metade do século IV (BROWN, 2013: 304-306, Fig. 47). A informação disponível para o caso português aponta para a existência de claras assimetrias regionais neste tipo de práticas: segundo Ana Rita Pinto, a norte do Douro verifica-se uma abundante presença da moeda em contextos funerários, sobretudo tardo-romanos. O caso extremo é fornecido pela necrópole de Montes Novos (Croca, Penafiel), onde se identificaram pelo menos 134 sepulturas, maioritariamente de inumação, das quais 97 (c. 71%) continham moedas associadas (PINTO, 2021: 34-56). Em pouco mais de um quarto das sepulturas, foi registado o achado de uma única moeda, mas o que melhor caracteriza esta necrópole é precisamente o considerável número de moedas recolhidas em cada sepultura, em média na ordem dos 3-10 exemplares (PINTO, 2021: 53, Gráfico 2). São, contudo, frequentes as sepulturas com mais de duas dezenas de numismas: em 17 enterramentos (17,52% do total) o número de peças recolhidas oscilou entre as 21 e as 79 unidades¹¹. No total, cerca de 7% das sepulturas escavadas continham mais de 40 moedas, percentagem que supera amplamente a obtida por Jean-Patrick Duchemin para as necrópoles da Gália do Norte, onde apenas cerca de 2% das sepulturas analisadas ultrapassaram aquela cifra (DUCHEMIN, 2012: 139-140, Tableau 2). Esta baixa percentagem seria um indício de que a presença de sepulturas com grandes quantidades de numerário constituiria um fenómeno isolado, cingindo-se apenas a alguns casos que se poderiam considerar privilegiados, refletindo, eventualmente, a vontade de uma representação ostentatória (DUCHEMIN, 2012: 140 e 145)¹².

Refira-se ainda que, na necrópole penafidelse, as moedas apareceram colocadas junto dos mortos nas mais diversas posições: ora junto da cabeça, ora junto dos pés, ora espalhadas por toda a sepultura, motivo pelo qual não foi possível definir um padrão claro para a sua de-

¹¹ Rui Centeno sugere a possibilidade de que os 74 exemplares (dos quais se estudaram 68) do conjunto do Valinho (Bostelo, Amarante) possam constituir também um depósito funerário (CENTENO, 1990: 22-23).

¹² Relativamente a esta matéria, Lisa Brown detetou algumas particularidades regionais: em *Italia* as sepulturas com avultado número de moedas datam dos séc. I e IV. Na *Germania*, por seu turno, as sepulturas com mais de 1 moeda são comuns no séc. I. Já na *Britannia*, esse fenómeno está documentado na fase final da ocupação romana (BROWN, 2013: 310).

posição (PINTO, 2021: 57). No caso das moedas da Sepultura 6 da Casa dos esqueletos, a sua colocação junto ao peito do defunto reproduz uma prática documentada noutras necrópoles, apesar de a preferência ser geralmente orientada para outras zonas do corpo, como a cabeça (boca, órbitas, à volta da cabeça), a bacia ou as mãos (PERASSI, 2001: 109-110; DUCHEMIN, 2012: 142-149; BROWN, 2013: 311-314).

Assim, e embora não seja possível contrariar cabalmente a leitura tradicional de que a presença da moeda em ambientes funerários está relacionada com o mito do “óbolo a Caronte”, muito difundido pela literatura clássica (ALFÖLDY-GAZDAC e GAZDAC, 2013: 285-314), a prática arqueológica parece evidenciar a existência de claras divergências relativamente a essa visão, sendo a prática do “óbolo a Caronte” apenas uma das possíveis explicações para a presença de moedas em contextos funerários, devendo a ênfase ser colocada nas diferentes crenças, tradições e práticas funerárias das populações e respetiva evolução ao longo do tempo, manifestadas em diferentes atitudes perante a morte, muitas das quais não são facilmente descortináveis pela Arqueologia.

CATÁLOGO

Legendas de anverso:

Constante (Cn)

1. CONSTAN-S P F AVG
2. CONSTANS - P F AVG
3. D N FL CONSTANS AVG

Juliano - César (J C); Augusto (J)

1. D N CL IVL-IANVS N C
2. D N CL IVLIANVS NOB CAES

Valentiniano I (V I)

1. D N VALENTINI-ANVS P F AVG

Teodósio (T)

1. D N THEODO-SIVS P F AVG

Constâncio II (Cs)

1. CONSTANTI-VS P F AVG
2. D N FL CONSTANTIVS AVG
3. D N CONSTAN-TIVS P F AVG

Valente (Vn)

1. D N VALENS - P F AVG

Graciano (G)

1. DN GRATIA-NVS P F AVG

Arcádio (A)

1. D N ARCADI-VS P F AVG
2. D N ARCADIVS P F AVG

Bustos:

A - busto para a direita, drapejado e couraçado, com diadema de pérolas

B - como A, mas com diadema de rosetas

C - como A, mas com diadema de louros e rosetas

D - como A, mas laureado

E - como A, mas de cabeça descoberta

F - busto para a direita, couraçado, de cabeça descoberta

Z - busto indeterminado

Nº	Imp ^{por}	Anv./ Busto	Reverso	Marca	Peso	Cronologia	Bibliografia
----	--------------------	----------------	---------	-------	------	------------	--------------

Lyon

1.	Cs	1C	GLORI-A EXER-CITVS (1 estd.)	I//PLG	1,64	post. Abril 340	RIC 26
2.	Cs/Cn	?C	GLORI-A EXER-CITVS (1 estd.)	I//[? LG]	1,39	post. Abril 340	RIC p. 178
3.	Cs	1D	VICTORIAE DD AVGG Q NN	[S]T//[?LG]	1,52	347-348	RIC 45
4.	Cn	1C	VICTORIAE DD AVGG Q NN	?//?	1,66	347-348	RIC p. 180-1

Trier

5.	Cs	1B	GLORI-A EXER-CITVS (1 esdt)	M//TRPU	1,53	post. Abril 340	RIC 108
6.	G	1A	REPARATIO REIPVB	- -//[SM]TRS	4,32	378-383	LRBC 150

Arles

7.	Cn	2B	VICTORIAE DD AVGG Q NN	G//PARL	1,39	347-348	RIC 73
8.	Cs	1C	VICTORIAE DD AVGG Q NN	MA//PARL	1,08*	347-348	RIC 78
9.	Cs	1C	VICTORIAE DD AVGG Q NN	MA//?[ARL]	1,42	347-348	RIC 78
10.	Cn	2B	VICTORIAE DD AVGG Q NN	MA//SARL	1,38	347-348	RIC 80
11.	Cn	2C	VICTORIAE DD AVGG Q NN	MA//SARL	1,20	347-348	RIC 81
12.	Cn/Cs	1C	VICTORIAE DD AVGG Q NN	P//SARL	1,54	347-348	RIC 87
13.	Cn/Cs	?C	VICTORIAE DD AVGG Q NN	P//SARL	1,39	347-348	RIC 83-87
14.	Cs	3A	SPES REI-PVBLICE	VAL//?CON	1,69	358-361	RIC 277
15.	A	2A	VICTOR-IA AVGGG	- -//TCON	1,40	388-395	RIC 30e

Roma

16.	Cn	3C	GLOR-IA EXERC-ITVS (1 estd)	- -//[...]	1,21	a. Abril 340	RIC, p. 249-50
17.	Cs	2C	SECVRITAS REIP	- -//R <i>hera</i> S	1,68*	a. Abril 340	RIC 12/15
18.	Cn	3C	SECVRITAS REIP	- -//R <i>hera</i> T	1,00	a. Abril 340	RIC 13
19.	Cn	1C	VICTORIAE DD AVGG Q NN	- -//R•S	2,17	347-348	RIC 81
20.	Cn	1C	VICTORIAE DD AVGG Q NN	- -//R <i>palma</i> P	1,67	347-348	RIC 92
21.	Cn/Cs	?C	VICTORIAE DD AVGG Q NN	- -//ROS	1,83	347-348	RIC 82-84
22.	Cs	3A	FEL TEMP-REPARATIO	- -//RΩP	1,69	353-358	RIC 309
23.	J C	1F	SPES REI-PVBLICE	- -//?	1,46*	358-361	RIC 319/321
24.	V I	1A	SECVRITAS REIPVBLICAE	- -//RTERTIA	2,37	367-375	LRBC 712
25.	G	1A	REPARATIO REIPVB	- -//SMRQ	3,89	378-383	LRBC 750

Tessalonica

26.	T	1A	REPARATIO REIPVB	- B//SMTES	5,08	378-383	LRBC 1826
-----	---	----	------------------	------------	------	---------	-----------

Constantinopla

27.	Cs	3A	FEL TEMP REPARATIO	•M• -//CONSe	1,37	353-358	RIC 137
28.	J C	2E	FEL TEMP REPARATIO	•M• -//CONSI	2,26	353-358	RIC, p. 460
29.	Cs	3A	SPES REI-PVBLICE	- -//CONS?	1,45*	358-361	RIC 149/151
30.	T	1A	GLORIA ROMANORVM	- -//CONSA	4,27	393-395	LRBC 2186
31.	A	1A	GLORIA ROMANORVM	- -//CONSI	4,25	393-395	LRBC 2187

Nicomédia

32.	Cs	3A	FEL TEMP RE-PARATIO	- -//SMNA	1,36	353-358	RIC 96/104
-----	----	----	---------------------	-----------	------	---------	------------

Cízico

33.	Cs	3A	FEL TEMP-REPARATIO	- -//SMKA	2,28	353-358	RIC 110
34.	Cs	3A	SPES REI-PVBLICE	- -//SMKA	1,48	358-361	RIC 117

Antioquia

35.	A	1B	GLORIA ROMANORVM	- -//ANTB	3,55	393-395	LRBC 2782
-----	---	----	------------------	-----------	------	---------	-----------

Alexandria

36.	A	2A	GLORIA ROMANORVM	- -//ALEA	4,82	392-395	LRBC 2911
-----	---	----	------------------	-----------	------	---------	-----------

Casa da moeda indeterminada

37.	Cs	1C	VICTORIAE DD AVGG Q NN	?//?	1,19	347-348	-
38.	Cn	1C	VICTORIAE DD AVGG Q NN	palma//?	1,25*	347-348	-
39.	Cn	1Z	VICTORIAE DD AVGG Q NN	-//?	1,46	347-348	-
40.	Cn	1C	VICTORIAE DD AVGG Q NN	-//?	1,28	347-348	-
41.	Cn/Cs	?C	VICTORIAE DD AVGG Q NN	?//?	1,58*	347-348	-
42.	Cs	3A	[FEL TEMP REPAR]ATIO	? ?//?	1,53	353-358	-
43.	Cs	3A?	Fruste	-	1,19	347-361	-
44.	Cs	3A	SPES REI-PVBLICE	- -//?	2,40	358-361	-
45.	Cs	3A	SPES REI-PVBLICE	- -//?	2,02	358-361	-
46.	Cs	3A	SPES REI-PVBLICE	- -//?	1,61	358-361	-
47.	Cs?	?A	SPES REI-PVBLICE	- -//?	1,44*	358-361	-
48.	Cs?	?A	SPES REI-PVBLICE	- -//?	1,60	358-361	-
49.	J C	?E	SPES REI-PVBLICE	? -//?	1,79	358-361	-
50.	Cs/J	?A	tipo SPES REI-PVBLICE	- -//?	1,33*	358-362	-
51.	Cs/J	?Z	tipo SPES REI-PVBLICE	- ?//?	1,57*	358-362	-
52.	Vn	1A	GLORIA RO-MANORVM	- -//?	1,57	364-378	-
53.	V I, Vn, G, V II	? A	GLORIA RO-MANORVM	- -//?	0,86	364-378	-
54.	T	1A	SALVS REI-PVBLICAE	P -//?	1,23	388-395	-
55.	A	2A	Ilegível; tipo VICTORIA AVGGG	? -//?	0,70*	388-402	-
56.	Ind	?A	Ilegível; Vitória para a esq. com palma e coroa	? -//?	1,90	2ª met. séc. IV	-
57.	Ind	?A	[...]; tipo indeterminado	?	1,39	séc. IV	-
58.	Ind	?Z	Fruste	-	1,05*	séc. IV	-

BIBLIOGRAFIA

- ABAD VARELA, Manuel (1989) – *Ciculación monetaria en la Hispania romana del siglo IV d.C.*, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade Nacional de Educação à Distância (inédita), Madrid.
- ALARCÃO, Jorge de (1987⁴) – *Portugal romano*, Lisboa.
- ALARCÃO, Jorge de (1999) – *Conimbriga: o chão escutado*, Lisboa.
- ALARCÃO, Jorge de (2010) – *As casas da zona B de Conimbriga*, Coimbra.
- ALFÖLDY-GAZDAC, Ágnes; GAZDAC, Cristian (2013) – “Who pays the ferryman?” The testimony of ancient sources on the myth of Charon”, *Klio*, 95 (2), pp. 285-314.
- BENITO DíEZ, Laura (2013) – El cementerio medieval de la *domus tancinus*, in LÓPEZ QUIROGA, Jorge, ed. – *Conimbriga tardo-antigua y medieval. Excavaciones arqueológicas en la domus tancinus (2004-2008) (Condeixa-a-Velha, Portugal)*, Oxford, pp. 133-160.
- BROWN, Lisa (2013) – *Charon’s Obol? An archaeological study of the role of coins in Roman burial ritual (with case studies from Roman Italy, Germany, Britain and unconquered Scandinavia)*, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Edimburgo (inédita), Edimburgo.
- CATALÁN RAMOS, Raul (2013) – Estudio de materiales de la *domus tancinus* (Campañas 2004 a 2008), in LÓPEZ QUIROGA, Jorge, ed. – *Conimbriga tardo-antigua y medieval. Excavaciones arqueológicas en la domus tancinus (2004-2008) (Condeixa-a-Velha, Portugal)*, Oxford, pp. 37-120.
- CECI, Francesca (2005) – La deposizione della moneta nella tomba: continuità di un rito tra paganesimo e cristianesimo, *Historia Antiqua*, 13, pp. 407-416.
- CENTENO, Rui Manuel Sobral (1990) – Um conjunto de moedas romanas de Valinho (Bostelo, Amarante): tesouro ou depósito funerário?, *Entremuros. Revista Cultural de Amarante*, 1, pp. 21-30.
- CEPEDA OCAMPO, Juan José (1996) – *Del antoninianus al nummus centenionalis. Tesoros y depósitos monetários en la Hispania tardoromana (260-423 d.C.)*, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do País Vasco (inédita), Vitória-Gasteiz.
- CORREIA, Virgílio Hipólito (2001) – Conimbriga. Casa atribuída a Cantaber. Trabalhos arqueológicos 1995-1998, *Conimbriga*, 40, pp. 83-140.
- CORREIA, Virgílio Hipólito (2004) – Coexistência e revolução. Urbanismo e arquitetura em Conimbriga (séc. I a.C.-III d.C.), in LOPES, Maria da Conceição; VILAÇA, Raquel, eds. – *O passado em cena: narrativas e fragmentos*, Coimbra.
- CORREIA, Virgílio Hipólito (2013) – *A arquitectura doméstica de Conimbriga e as estruturas económicas e sociais da cidade romana*, Coimbra.
- CORREIA, Virgílio Hipólito (2019) – Desenvolvimento das escavações arqueológicas em Conimbriga (DEARCON 2012-2018): apreciação sumária dos trabalhos e resultados, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 22, pp. 167-178.
- DE MAN, Adriaan (2007) – A muralha tardia de Conimbriga, in RODRÍGUEZ COLMENERO, António; RODÀ DE LLANZA, Isabel, coord. – *Murallas de ciudades romanas en el occidente del Imperio: Lucus Augusti como paradigma, actas del Congreso*

Internacional celebrado en Lugo (26-29.XI. 2005) en el V aniversario de la declaración, por la Unesco, de la Muralla de Lugo como Patrimonio de la Humanidad, Lugo, pp. 699-712.

DE MAN, Adriaan (2011) – *Defesas Urbanas Tardias na Lusitânia*, Mérida.

DOYEN, Jean-Marc (2012) – [The chairman's address] The “Charon's obol”: some methodological reflexions, *The Journal of Archaeological Numismatics*, 2, pp. I-XVIII.

DOYEN, Jean-Marc (2017) – Une monnaie pour le mort – des monnaies pour les vivants. L'obole à Charon : la fin d'un mythe ?, in HANUT, François, dir. – *Du bûcher à la tombe. Diversité et évolution des pratiques funéraires dans les nécropoles à crémation de la période gallo-romaine en Gaule septentrionale*, Namur, pp. 93-100.

DUCHEMIN, J.-P. (2012) – Numismatique et archéologie du rituel: réflexion sur le rite dit de l' «obole à Charon» à partir de l'exemple de la nécropole tardo-antique de Nempont-Saint-Firmin (Pas-de-Calais, France), *The Journal of Archaeological Numismatics*, 2, pp. 127-198.

ESTIOT, S. (2001) – [Compte-rendu] Trouvailles monétaires de tombes: Actes du 2e colloque international du Groupe suisse pour l'étude des trouvailles monétaires (Neuchâtel, 3-4 mars 1995), Dubuis (O. F.), Frey Kupper (S.), Perret (G.) eds., Lausanne, 1999, *Revue Numismatique*, 157, pp. 517-522.

FARINHA, Elisabete Martins (2021) – Contextos arqueológicos e espaciais das necrópoles do espaço urbano de Conimbriga, in RUIVO, José e CORREIA, Virgílio Hipólito, eds. – *Conimbriga Diripitur: Aspetos das ocupações tardias de uma antiga cidade romana*, Coimbra, pp. 307-363.

FOUILLES III = PEREIRA, Isabel; BOST, Jean-Pierre; HIERNARD, Jean (1974) – *Fouilles de Conimbriga. III. Les monnaies*, Paris.

GAMEIRO, A. L. M. R. (1998) – *A necrópole de Conimbriga: estudo antropológico de alguns dos seus restos humanos*, relatório de estágio na área de Ciências Humanas apresentado à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (inédita), Coimbra.

GOECKI, Joachim (1975) – Studien zur Sitte der Münzbeigabe in römerzeitlichen Körpergräbern zwischen Rhein, Mosel und Somme, *Berichte der Römisch-Germanischen Kommission*, 56, pp. 179-467.

GRINDER-HANSEN, Keld (1991) – Charon's fee in Ancient Greece, *Acta Hyperborea*, 3, pp. 207-218.

LRBC = CARSON, Robert Andrew Glendinning; HILL, Philip Victor; KENT, John Philip Cozens (1978) – *Late Roman Bronze Coinage A. D. 324-498*, Londres.

MARTÍNEZ CHICO, David (2020) – *Los tesoros imperiales de Hispania*, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Valência (inédita), Valência.

NONY, Daniel (1967) – Un trésor monétaire du Bas-Empire a Tarifa (Cádiz), *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 3, pp. 93-114.

OLEIRO, João Manuel Bairrão; ALARCÃO, Adília Moutinho de; ALARCÃO, Jorge de (1974) – *Conimbriga: roteiro do museu e das ruínas*, Conimbriga.

OLIVEIRA, Cristina (2005) – *Mosaicos de Conimbriga*, Conimbriga.

- PERASSI, Claudia (1999) – Monete nelle tombe di età imperiale: casi di scelta intenzionale sulla base dei soggetti e delle scritte, in DUBUIS, Olivier Frédéric; FREY-KUPPER, Suzanne; PERRET, Gilles, eds. – *Trouvailles monétaires de tombes. Actes du 2e colloque international du groupe suisse pour l'étude des trouvailles monétaires*, Lausana, pp. 43-69.
- PERASSI, Claudia (2001) – Le monete della necropoli: osservazioni sul rituale funerario, in SANNAZARO, Marco, ed. – *Ricerche archeologiche nei cortili dell'Università Cattolica. La necropoli tardoantica*, Milão, pp. 101-114.
- PINTO, Ana Rita da Silva (2021) – *Estudo do espólio numismático da Necrópole de Montes Novos (Croca, Penafiel)*, dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (inérita), Porto.
- RIC IX = PEARCE, John William Ernest (1968) – *The Roman Imperial Coinage, IX. Valentinian I-Theodosius I*, Londres.
- RIC VIII = KENT, John Philip Cozens (1981) – *The Roman Imperial Coinage, VIII. The family of Constantine I A. D. 337-364*, Londres.
- RIC X = KENT, John Philip Cozens (1994) – *The Roman Imperial Coinage, IX. The Divided Empire and the fall of the Western Parts 395-491*, Londres.
- RUIVO, José; CORREIA, Virgílio Hipólito, DE MAN, Adriaan (2021) – A cronologia da muralha Baixo-Imperial de Conimbriga, in RUIVO, José e CORREIA, Virgílio Hipólito, eds. – *Conimbriga Diripitur: Aspetos das ocupações tardias de uma antiga cidade romana*, Coimbra, pp. 11-24.
- RUIVO, José; CORREIA, Virgílio Hipólito, DE MAN, Adriaan; REIS, Pilar (2018) – O anfiteatro de Conimbriga (Coimbra, Portugal): Balanço da recente investigação, in SOARES, Carmen; BRANDÃO, José Luís; CARVALHO, Pedro Cardoso de, eds. – *História Antiga: Relações interdisciplinares. Paisagens urbanas, rurais e sociais*, Coimbra, pp. 75-95.
- THÜRY, Gunther Emerich (1999) – Charon und die Funktionem der Münzen in römischen Gräbern der Kaiserzeit, in DUBUIS, Olivier Frédéric; FREY-KUPPER, Suzanne; PERRET, Gilles, eds. – *Trouvailles monétaires des tombes*, Actes du deuxième Colloque International du Groupe Suisse pour l'étude des trouvailles monétaires (Neuchâtel, 3-4 março 1995), Lausana, pp. 17-30.
- WIBLÉ, François (1999) – Monnaies dans les tombes du Valais et dans les Alpes: quelques constats, in DUBUIS, Olivier Frédéric; FREY-KUPPER, Suzanne; PERRET, Gilles, eds. – *Trouvailles monétaires des tombes*, Actes du deuxième Colloque International du Groupe Suisse pour l'étude des trouvailles monétaires (Neuchâtel, 3-4 março 1995), Lausana, pp. 201-206.

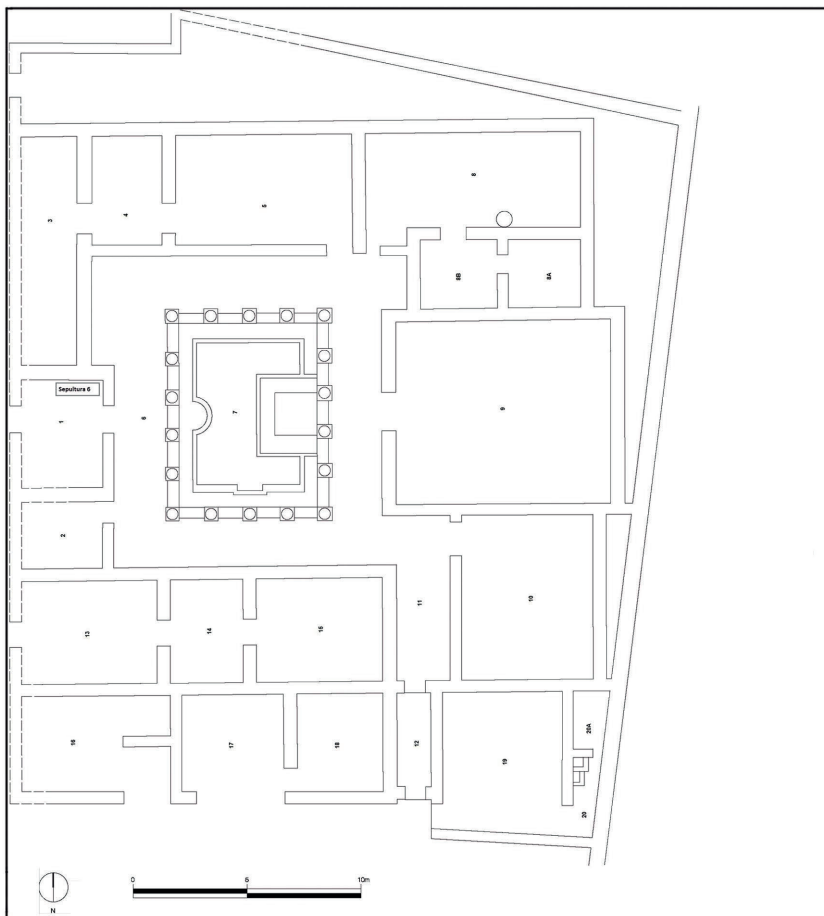


FIG. 1 – Planta da Casa dos esqueletos (segundo Correia, 2013: 169, Fig. 84) e localização da Sepultura 6.



FIG. 2 – *Sepultura 6, ainda com o esqueleto in situ (foto J. Alarcão).*

	Lug	Tr	Arl	Rom	Nic	Cons	Ciz	Tes	Ant	Ale	Ind	Total
337-340												
<i>Gloria Exercitus</i>	2			1								3
<i>Securitas Reip</i>		1		2								3
347-348												
<i>Victoriae ddaugq nn</i>	2		7	3							5	17
353-358												
<i>Fel Temp Reparatio</i>				1	1	2	1				1	6
358-361												
<i>Spes Reipublice</i>			1	1		1	1				8	12
364-378												
<i>Gloria Romanorum</i>											2	2
<i>Securitas Reipublicae</i>				1								1
378-383												
<i>Reparatio Reipub</i>		1		1				1				3
388-395												
<i>Victoria Augg</i>			1								1	3
<i>Salus Reipublicae</i>											1	
393-395												
<i>Gloria Romanorum</i>						2			1	1		4
Século IV												
Tipo indeterminado											4	4
Total	4	2	9	10	1	5	2	1	1	1	22	58

FIG. 3 – Composição do depósito da Casa dos esqueletos.

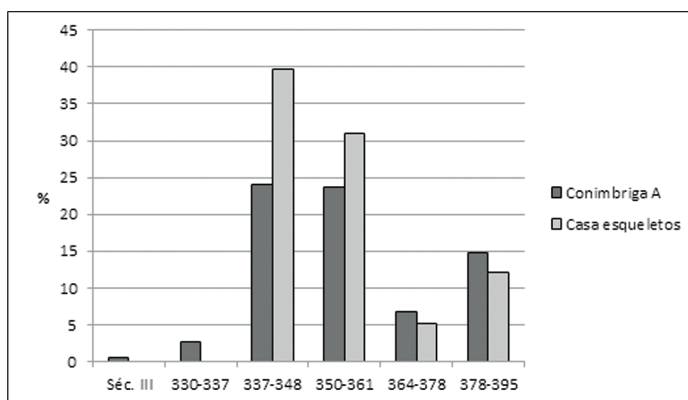


FIG. 4 – Distribuição cronológica do tesouro A de Conimbriga e do depósito da Casa dos esqueletos.



FIG. 5 – Algumas moedas do depósito monetário da Sepultura 6.

VIRGÍLIO HIPÓLITO CORREIA

Museu Nacional de Conimbriga | Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos

vrglcorreia@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-4051-7111>

NOTA SOBRE A PRODUÇÃO DE CERÂMICA NO PERÍODO
TARDO-ANTIGO EM *CONIMBRIGA*

A NOTE ON THE LATE-ANTIQUÉ POTTERY PRODUCTION
IN *CONIMBRIGA*

“Conimbriga” LXII (2023) p. 145-162

http://doi.org/10.14195/1647-8657_62_8

Texto recebido em / Text submitted on: 30/11/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 05/04/2022

RESUMO: Apresenta-se um conjunto de dados, provenientes de recentes trabalhos e de pesquisa em arquivos de anteriores escavações, relativos à presença de uma oficina tardo-antiga de produção cerâmica em *Conimbriga*.

O forno, principal elemento reconhecido dessa oficina (escavado em 1966) é caracterizado como um forno de câmara simples de ventilação descendente e comparado com outras instalações artesanais contemporâneas. A produção desse forno é caracterizada dentro dos conjuntos de grés conhecidos.

A oficina é datada numa flecha compreendida entre a segunda metade do séc. V e o séc. VII d.C.

PALAVRAS-CHAVE: *Conimbriga*; Cerâmica; Tardo-antiguidade.

ABSTRACT: A set of data from recent work and archival research on previous excavations is presented, relating to the presence of a late-antique pottery workshop in *Conimbriga*.

The kiln, the main recognizable element of this workshop (excavated in 1966) is characterized as a single chamber downdraught kiln and compared to other contemporary craft installations. The probable production of this kiln is characterized within the known pottery groups.

The workshop is most likely dated between the second half of the 5th and the 7th century AD.

KEYWORDS: *Conimbriga*; Pottery; Late-Antiquity.

NOTA SOBRE A PRODUÇÃO DE CERÂMICA NO PERÍODO TARDO-ANTIGO EM *CONIMBRIGA*¹

Introdução

Esta nota é motivada por uma indagação arqueológica e arquivística sobre a produção de cerâmica na época tardia, em *Conimbriga*, no contexto de um projeto de sondagens na chamada “Casa de Andercus” (FIG. 1).

Esse projeto, em curso², tem entre os seus objetivos, testar os resultados de um exercício de prospeção geofísica por georradar (BARRACA, 2019), destinado, a um outro nível, a vir um dia a permitir a reconstituição do urbanismo de *Conimbriga* na parte não escavada da cidade, com bases sólidas (e não meramente como exercício teórico). Acessoriamente, as sondagens permitiram também fazer uma primeira amostragem sistemática de vestígios paleobotânicos, através de flutuação de sedimentos – campo no qual, pela primeira vez, se trabalhou em *Conimbriga* – que, quando combinado com outras informações, nomeadamente aquelas dos estudos de fauna, dará contributos para o desenho de um quadro de interpretação do abastecimento das cidades romanas, na ótica da exploração do território³.

¹ Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto UID/ELT/00196/2019, financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Research Developed under the Project UID/ELT/00196/2019, funded by the Portuguese FCT – Foundation for Science and Technology.

² Trabalhos arqueológicos PNTA (Procº nº DRC/2004/06-04/444/PATA/13454 [C.S.:192161]), aprovados por despacho de 16/09/2019. Entretanto (16/10/2023) concluídos. Relatório final disponível em <http://hdl.handle.net/10400.26/42024>. Aguarda-se a publicação dos resultados em artigo na Revista Portuguesa de Arqueologia.

³ Projeto B-Roman: “Exploração e consumo de recursos biológicos no ocidente Ibérico em Época Romana”, financiado pela FCT (PTDC/HAR-ARQ/4909/2020), coordenado por João Pedro Tereso (CiBio, Un. Porto) e Cleia Detry (Uniarq, Un. Lisboa).

A seleção da Casa de Andercus como área adequada para o prosseguimento destas linhas de investigação fundou-se nas circunstâncias históricas da investigação em *Conimbriga*. Por um encadear de razões, a *insula*, de cujo proprietário se conhece o nome pela inscrição dum capitel (ETIENNE *et al.*, 1976: 111-112, nº 99), foi ao longo dos anos delimitada por várias escavações em três dos seus lados, evidenciando a sua posição central no urbanismo de *Conimbriga*, sem que do seu interior se conhecesse algo e com apenas duas *tabernae*, viradas para a Rua das Termas, tendo sido escavadas (CORREIA, 2013: 112-115).

A revisão dos dados conhecidos, publicados nas *Fouilles de Conimbriga* e/ou arquivados no Museu Monográfico, levou à revalorização da escavação de um forno, localizado na rua que divide o edifício das Termas do Sul, que parece ter merecido dos escavadores uma atenção que hoje classificariámos como insuficiente. Isto incluiu a possibilidade de identificar a produção cerâmica de uma instalação que, como tal classificada, não recebeu outros contributos.

Um achado (um fragmento de rela de roda de oleiro), que noutras circunstâncias poderia ter sido descartado como insignificante, veio catalisar estes problemas na forma que aqui se apresenta.

Relas de roda de oleiro em *Conimbriga*

As Escavações Antigas de *Conimbriga* (1930-1960) não recolheram, tanto quanto é dado apreciar retrospectivamente, nenhuma rela de roda de oleiro. Só nas escavações Luso-francesas (1964-1971) foram identificadas quatro delas, de que três foram publicadas (ALARCÃO *et al.*, 1979: 29-30) estando o conjunto parcialmente exposto no Museu Monográfico (CORREIA, 2021a: 43, nºs 5.1-5.3).

Estas peças, quanto à matéria, dividem-se equitativamente entre o quartzito (sob a forma de seixos rolados) e o material cerâmico de construção reaproveitado.

A profundidade dos efeitos de rotação do torno (nomeadamente nas peças de quartzito) sugere que o eixo de rotação era munido de uma ponta metálica e documenta-se que uma das peças foi usada sucessivamente em duas posições diferentes.

Estratigraficamente, uma peça é atribuível ao séc. I d.C., ou até antes, já que provém de um nível de construção das Termas do Sul

(na fase flavio-trajânica). Os restantes provêm de níveis associados à destruição dos monumentos (fórum, termas), podendo corresponder a deslocações de materiais.

O fragmento de rela de roda de oleiro recolhido nas escavações da Casa de Andercus, em 2021.G VII.25(2A)⁴, foi produzido sobre um fragmento de tijolo com cerca de 4 cm de espessura (FIG. 2). Para funcionar como rela, o tijolo (provavelmente já ele um fragmento) foi grosseiramente desbastado, o que lhe terá conferido uma forma vagamente hexagonal.

Os efeitos da rotação do eixo da roda têm cerca de 3 cm de diâmetro (o que parece ser aproximadamente idêntico em todas as peças). Verifica-se que a perfuração produzida foi repetida em ambas faces do fragmento de tijolo, que terá sido usado em dois episódios consecutivos de reutilização, chegando à perfuração completa da peça (o que terá implicado obrigatoriamente o seu descarte).

O contexto de recolha (com as reservas que é necessário colocar à análise da estratigrafia numa área relativamente limitada de uma *insula* maior), corresponde a uma bolsa que afetou um nível espesso de destruição ativa das estruturas do edifício, manifestamente aberta para recolha de pedras de construção e que atingiu cotas relativamente profundas, ao nível de utilização das estruturas de época imperial. Não se verificou a presença dos materiais de maior dimensão e das principais perturbações que caracterizam outros níveis de destruição dos grandes monumentos, que implicaram revolvimentos muito mais potentes, até em áreas vizinhas (cf. corte estratigráfico 13, em ALARCÃO e ETIENNE, 1977: 258). Esta apreciação desvaloriza (sem poder completamente descartar) a hipótese de o fragmento ter sido sujeito a grandes deslocações, e sugere a sua atribuição à ocupação do próprio local.

A presença na *insula*, em época a determinar, de uma roda de oleiro, sugere de imediato a sua associação ao forno conhecido nas suas imediações (ALARCÃO e ETIENNE, 1977: 168, II pl. 96-2), que foi categoricamente identificado como um forno cerâmico.

⁴ O sistema de coordenadas de *Conimbriga* (idealizado por J. M. Bairão Oleiro com a colaboração da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais) está descrito em ETIENNE *et al.*, 1976: 10-11, sendo também mencionado nos volumes III (o primeiro a ser publicado), IV e VI das *Fouilles de Conimbriga*. O sistema continua a ser utilizado nas escavações empreendidas no sítio, com as necessárias adaptações.

O forno

O forno localizado em 66.G VI.14/15(2) é um forno de câmara simples, de planta circular (c. 1,15m de diâmetro) e com fornalha de alimentação curta (c. 30cm, para uma abertura de c. 40cm), aparentemente construído com grandes blocos de argila (originalmente adobes?), bem representado por um croquis incluído nos relatórios da escavação do setor, da autoria de Jacques Clémens e Maria Beatriz Oliveira (cf. ALARCÃO *et al.*, 1979: 276), conservados no arquivo do Museu Monográfico de Conimbriga⁵ (FIGS. 3, 4).

Deveria tratar-se de um forno de ventilação descendente (HODGES, 1964: 37-38). Neste caso, é necessário admitir, em primeiro lugar, que não se terá localizado em escavação a exaustão, que poderia ter sido obtida mediante simples perfurações na base do forno, entretanto tornadas indetetáveis pelos processos pós-deposicionais sofridos pela estrutura. Em segundo lugar, é mais fácil admitir que a separação entre a fornalha (*bag-wall* ou *baffle-wall* na terminologia inglesa: guarda-fogo) seria constituída por um dispositivo amovível, que se terá perdido ou terá sido intencionalmente descartado na última utilização do forno.

Esta reconstituição é importante, já que as temperaturas superiores obtidas por este tipo de forno (HODGES, 1964: 37-38) são consistentes com a determinação das temperaturas de cozedura dos grés de *Conimbriga* (SEIXAS, 1974: 195-198) que, como se indicará no ponto seguinte, terão sido parte das produções aqui cozidas.

Este forno é de tipo singular entre os fornos de época tardia conhecidos em *Conimbriga*.

Na mesma zona da cidade e em idêntica posição estratigráfica (sobre a Rua das Termas que, manifestamente, já não funciona enquanto tal), um outro forno – 66.G VIII.14 (ALARCÃO e ETIENNE, 1977: 168, II pl. 96-1) – mas de planta quadrangular e construção em tijolos, implantou-se sobre a fachada da Insula do vaso fálco. Os escavadores não arriscaram hipóteses sobre a sua funcionalidade.

Também sem indicações sobre a sua funcionalidade são os dois

⁵ Localizado numa zona marginal da escavação, que esteve encerrada ao público entre 1971 e 2004, sendo irregular a manutenção aí levada a cabo, o forno deteriorou-se significativamente ao longo dos anos, estando atualmente reduzido a vestígios da sua base. Estes foram alvo de medidas de proteção (espera-se que mais eficazes) em 2019 (FIG. 5).

fornos localizados junto à Basílica paleo-cristã, escavados por Isabel Pereira em 1973, quando se pesquisava o abastecimento de água ao batistério, e documentados pela primeira vez em 1985 por Salette da Ponte (TSAKALIDOU, 2019: 7-8). São ambos de planta circular alongada, construídos em tijolo e munidos de câmara de cozedura separada da combustão por um solo de *laboratorium*, de que restaram os suportes. Um deles (85.C 80.F1, FIG. 6) implanta-se sobre a rua. O outro (85.C 77.F2, FIG. 7) fica dentro do edifício, e utiliza o solo de *opus signinum* de um antigo tanque como base. Não é claro se funcionaram em conjunto, ou se se sucederam no tempo, em coincidência locacional (sem que a sequência interna se possa, *a priori*, determinar).

Instalados dentro de edifícios, tal como 85.C 77.F2, e sendo também claro que eles ainda eram utilizados enquanto tal (mesmo se com as suas condições habitacionais diminuídas pela presença dessas instalações industriais) conhecem-se também fornalhas metalúrgicas, em dois outros edifícios de *Conimbriga*: uma junto ao Anfiteatro – 2015.G XVII.35/38 (que foi dedicada ao trabalho do bronze, tendo sido destruída no 3º quartel do séc. V. CORREIA, 2019: 170-171); outra na Casa atribuída a Cantaber – C 22A (dedicada à refinação de *electrum* e datada do séc. VI. CORREIA *et al.*, 2021).

É interessante notar que, em todos estes três casos, são identificáveis na arquitetura envolvente alterações arquitetónicas que os edifícios sofreram, presumivelmente para adaptar as antigas residências ao seu novo uso industrial⁶. Assiste-se portanto nestes contextos a uma evolução orgânica dos edifícios, que implica a sua funcionalidade, concomitantemente a sua estrutura interna e também a sua relação com as vias envolventes.

A dispersão urbana destas instalações artesanais (e, deste ponto de vista, o elemento das relas de roda de oleiro que ainda não tinham sido consideradas), testemunha uma longa continuidade da instalação na cidade destas atividades, incluindo as artes de fogo (CORREIA, 2021b: 129-130 e 134). O período tardio (globalmente considerado como aquele posterior à construção da muralha baixo-imperial) não traz neste domínio nenhuma novidade, mas tão só, quando combinado com outros

⁶ Nomeadamente: entaipamento de porta (FIG. 8) e amortização do tanque revestido a *opus signinum*, em C 77; estreitamento de porta e instalação de um mezanino no compartimento contíguo ao do forno em 2015.G XVII.35/38 (FIG. 9); elevação do pavimento em C22A.

fenómenos de degradação das condições de habitabilidade (como a multiplicação de lixeiras intra-muros. REIS *et al.*, 2011: 196-198), um agravamento exponencial dos fenómenos de apropriação dos espaços públicos, com graves consequências na circulação viária.

A produção cerâmica do forno

A pesquisa levada a cabo no arquivo do MMC permitiu identificar as peças cerâmicas provenientes do contexto do forno, que representarão a última produção aí levada a cabo⁷.

Os fragmentos identificados no contexto do forno, em condições não expressas, nem no relatório, nem na publicação, mas que determinaram a categórica classificação do forno como destinado à produção de cerâmica (ALARCÃO e ETIENNE, 1977: 168) e a identificação dos fragmentos cerâmicos recolhidos como pertencentes ao último exercício dessa produção (expressa no relatório), são dois, com as reservas já expressas. Trata-se de uma peça em grés e de outra de um fabrico afim da cerâmica quartzo-micácea.

Este segundo é um fragmento de prato/frigideira de forma idêntica ao tipo Fouilles V 1040 (= ALARCÃO, 1975, s.v.), que é um tipo fabricado em grés. O tipo é de atribuição estratigráfica incerta, mas do ponto

⁷ Não se pode descartar a hipótese de uma revisão do material em reserva no MMC poder vir futuramente a encontrar outras peças do mesmo contexto. O processo de seleção e estudo dos materiais de *Conimbriga* atravessava várias etapas: i) lavagem e triagem seguida de marcação do material diagnóstico; ii) seleção de material para desenho e sua documentação e arquivo; iii) estudo do material, produzindo a respetiva “ficha de estudo” com numeração sequencial; iv) seleção para publicação, nomeadamente nos volumes de estudos monográficos dos materiais respetivos das *Fouilles de Conimbriga* e/ou no capítulo dos “Horizontes Estratigráficos” do vol. I. Nenhum material deste contexto chegou à etapa iv) [material em reserva assinalado como “Publicado”]; os fragmentos cerâmicos aqui apresentados são aqueles que atingiram a etapa ii) [material “Desenhado, não estudado”]; não é portanto provável que haja material por identificar que tenha atingido a etapa iii) [material “Estudado”]; mas é possível que haja ainda fragmentos diagnósticos que tenham sido negligenciados logo a partir da etapa i) [“Não desenhado”], nomeadamente se ocorressem várias peças da mesma tipologia. A digitalização da reserva do MMC não está suficientemente avançada para fazer remotamente essa pesquisa neste momento, e uma busca física *ad hoc* consumiria um volume desproporcionado de meios, para um resultado sempre falível.

de vista formal corresponde a utensílios que foram sucessivamente – ou talvez até simultaneamente – produzidos em cerâmicas calcíticas (Fouilles V 382-388, 1008-1013), em grés (Fouilles V 718-723), e noutros fabricos (a peça em causa), pelo menos, entre o período flaviano e a destruição do fórum (ALARCÃO, 1975: 143-153). Conhecem-se outros casos de cerâmicas, tipicamente produzidas em grés, que surgem nalguns casos fabricadas, no período tardo romano, também noutras argilas (v.g. CORREIA e ROQUINHO, 2021: 29-32, nº 11).

O outro é um fragmento de bordo e bojo de pote em grés de tipo Fouilles V 890B, também ele de atribuição estratigráfica incerta, à data da publicação. No entanto, escavações mais recentes permitiram identificar o tipo nos conjuntos estratigráficos A e E da Casa do mediano absidado, o que permite datá-lo com alguma precisão. O fragmento do conjunto estratigráfico A pode ser material de arrasto em estratos posteriores (RUIVO e CORREIA, 2021: 164), mas o conjunto estratigráfico E (RUIVO e CORREIA, 2021: 172) tem a sua cronologia estabelecida pelo conjunto estratigráfico D, que se lhe sobrepõe e que é *terminus ante quem*, radiocarbonicamente datado do séc. VIII (RUIVO e CORREIA, 2021: 170), e com um *terminus post quem* dos meados do séc. V, que é a data limite da *terra sigillata* africana aí presente (RUIVO e CORREIA, 2021: 172) e que conforta a cronologia do tesouro numismático associado, que reuniu numária já de longo uso, num percurso que terá sido atribulado (RUIVO, 2006: 207).

A produção do forno cerâmico, tanto quanto se pode avaliar pelos dois fragmentos em causa, poderá portanto datar-se entre a segunda metade do séc. V e o séc. VII d.C., podendo designar-se com propriedade como suevo-visigótica (cf. ALARCÃO e ETIENNE, 1977: 251).

Considerações finais

Com as reservas indispensáveis à disparidade das informações aqui manejadas e ao caráter limitado de algumas delas, parece todavia possível afirmar claramente que é possível apontar a localização e caracterizar sumariamente uma oficina de produção cerâmica de época suevo-visigótica em *Conimbriga*.

A oficina instala-se num antigo edifício doméstico, certamente já bastante deteriorado, mas ainda reconhecível enquanto tal. O espaço viário envolvente, também ele substancialmente descaracterizado,

é apropriado para o funcionamento de parte dessa oficina (o forno cerâmico).

Esta oficina produz (pelo menos no último momento da sua atividade) grés, sob a forma de frigideiras e potes, mas usa oportunisticamente outros tipos de argila. As frigideiras escolhem um modelo tradicional remontando pelo menos ao séc. I. Os potes escolhem modelos novos, característicos pelas paredes decoradas por caneluras e pelos bordos finamente moldurados, que se tornarão muito comuns em épocas posteriores (DE MAN, 2006: 157-164 [Fase III, 172]). Parecem estar ausentes (mas é um argumento *ex silentio*) as formas mais características da cerâmica medieval aqui conhecida (DE MAN *et al.*, 2014), os púcaros e os alguidares.

O forno poderá ter tido uma capacidade de 0,65m³ (calculando uma hemiesfera com 1,15m de diâmetro) e não parece possível que tenha atingido o 1m³. A capacidade da fornada seria, portanto, limitada, condicionando a escala de produção.

Já não operariam neste momento as tradicionais oficinas cerâmicas que em plena época imperial se dedicaram à produção de fabricos cerâmicos muito característicos, integradas em estruturas económicas mais complexas, que abrangiam a cerâmica utilitária, a industrial e o material de construção, como as de *Apr(...)*, *Bolosea*, *Cilia*, *Maelo* ou *Sabinus* (CORREIA, 2004), ou uma instalação como a da Casa de Andercus a elas não pertencia.

Em segundo lugar, esta indagação permite evidenciar a possibilidade e a oportunidade de, em contraste fino entre o que é conhecido das produções cerâmicas conimbrigenses e os novos conjuntos estratigráficos que a investigação vai isolando, com um grau de precisão superior aos anteriores, aperfeiçoar a cronologia daqueles tipos que foram atribuídos, sem mais detalhe, à ocupação tardia, “bárbara”, da cidade. Para tal, dispõe-se agora de um novo quadro geral de interpretação histórica (CORREIA e RUIVO, 2021), que permite enquadrar a investigação corrente num espectro cronológico alargado, mais consentâneo com o avanço do conhecimento, dos anos 70 do séc. XX para cá.

A um outro nível, comprova-se a importância de uma instituição como o Museu Monográfico de Conimbriga manter e desenvolver a capacidade de dar continuidade à investigação de campo na cidade que lhe cabe proteger, gerir e abrir ao público, também como forma de assegurar a integração permanente dessa investigação com o manancial

de fontes de conhecimento que o seu projeto cultural produz desde, pelo menos, 1899. Neste projeto, as Escavações Luso-francesas, iniciadas em 1964 por Robert Etienne e João Manuel Bairrão Oleiro, têm um papel de preponderante destaque, o que nunca é demais lembrar, inclusivamente naqueles aspetos onde elas necessitam de ser revistas e complementadas (senão sobretudo nesses), precisamente para melhor as valorizar, no cinquentenário do seu encerramento.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, Jorge (1975) – *Fouilles de Conimbriga V, La céramique commune, locale et régionale*, Paris: MAFP/MMC.
- ALARCÃO, Jorge; ETIENNE, Robert (1977) – *Fouilles de Conimbriga I, L'Architecture*, Paris: MAFP/MMC.
- ALARCÃO, Jorge; ETIENNE, Robert; ALARCÃO, Adília M.; PONTE, Salette da (1979) – *Fouilles de Conimbriga VII, Trouvailles diverses – Conclusions générales*, Paris: MAFP/MMC.
- BARRACA, Nuno (2019) – *Prospecção geofísica por georadar em Conimbriga*, Aveiro: Geoaviz. <http://hdl.handle.net/10400.26/29261>
- CORREIA, Virgílio Hipólito (2004) – Os oleiros de Conimbriga, *Conimbriga* 43, pp. 215-226. http://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_43_11
- CORREIA, Virgílio Hipólito (2013) – *A arquitectura doméstica de Conimbriga e as estruturas económicas e sociais da cidade romana*, Coimbra: Inst. Arqueologia (*Conimbriga Anexos* 6). <http://hdl.handle.net/10400.26/19545>
- CORREIA, Virgílio Hipólito (2019) – Desenvolvimento das escavações arqueológicas em Conimbriga (DEARCON, 2012-2018): apreciação sumária dos trabalhos e resultados, *Revista Portuguesa de Arqueologia* 22, pp. 167-178. <http://hdl.handle.net/10400.26/30694>
- CORREIA, Virgílio Hipólito, ed. (2021a) – *Catálogo das coleções do Museu Monográfico de Conimbriga*, Lisboa: DGPC/Bluebook.
- CORREIA, Virgílio Hipólito (2021b) – Conimbriga. Descobertas recentes e novas problemáticas na arqueologia de Conimbriga (2017-2021), in NOGALES BASARRATE, Trinidad, ed. – *Ciudades romanas de Hispania*, Roma: L'Erma di Bretschneider (*Hispania Antiqua*, Série Arqueológica 13), pp. 125-139. <http://hdl.handle.net/10400.26/38495>
- CORREIA, Virgílio Hipólito; ROQUINHO, Pedro (2021) – Um contexto arqueológico na muralha baixo-imperial de Conimbriga, in RUIVO, José; CORREIA, Virgílio Hipólito, eds. – *Conimbriga diripitur. Aspetos das ocupações tardias de uma antiga cidade romana*, Coimbra: Imprensa da Universidade (*Humanitas Supplementum*), pp. 25-34. https://doi.org/10.14195/978-989-26-2149-4_2
- CORREIA, Virgílio Hipólito; RUIVO, José (2021) – Conclusões: uma nova narrativa, in RUIVO, José; CORREIA, Virgílio Hipólito, eds. – *Conimbriga diripitur. Aspetos*

- das ocupações tardias de uma antiga cidade romana*, Coimbra: Imprensa da Universidade (*Humanitas Supplementum*), pp. 379-386. https://doi.org/10.14195/978-989-26-2149-4_16
- CORREIA, Virgílio Hipólito; VALÉRIO, Pedro; ARAÚJO, M. Fátima; ALVES, Rafaela (2021) – Caracterização das actividades metalúrgicas na Casa atribuída a Cantaber (Conimbriga, prov. Lusitania, Portugal), in *Actas del XIII Congreso Ibérico de Arqueometria*, Oeiras: (*Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 29), pp. 49-56. <http://hdl.handle.net/10400.26/39804>
- DE MAN, Adriaan (2006) – *Conimbriga, do Baixo Império à Idade Média*, Lisboa: Sílabo.
- DE MAN, Adriaan; CORREIA, Virgílio Hipólito; LOVEGROVE, Sofia; ANDRADE, Francisco (2014) – Cerâmica medieval de Conimbriga, in DE MAN, Adriaan; TENTE, Catarina, eds. – *Estudos de cerâmica medieval. O Norte e Centro de Portugal, séculos IX a XII*, Lisboa: Inst. Estudos Medievais, pp. 57-67.
- ETIENNE, Robert; FABRE, Georges; LEVÊQUE, Pierre e Monique (1976) – *Fouilles de Conimbriga, II. Epigraphie et sculpture*, Paris: MAFP/MMC.
- HODGES, Henry (1964) – *Artifacts. An introduction to early materials and technology*, Londres: John Baker.
- REIS, M. Pilar; DE MAN, Adriaan; CORREIA, Virgílio Hipólito (2011) – Conimbriga, in REMOLÀ VALLVERDÚ, J. A.; ACERO PÉREZ, J., eds. – *La gestión de los residuos urbanos en Hispania*, Madrid/Mérida: CSIC/IAM (Anejos de AEspA 60), pp. 181-202. <http://hdl.handle.net/10400.26/19598>
- RUIVO, José (2006) – Conjunto monetário tardo-romano da Casa do mediano absidado (Conimbriga), *Conimbriga* 45, pp. 301-309. http://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_45_16
- RUIVO, José; CORREIA, Virgílio Hipólito (2021) – A desagregação do espaço urbano II. Escavações na Casa do mediano absidado, in RUIVO, José; CORREIA, Virgílio Hipólito (eds.) – *Conimbriga diripitur. Aspetos das ocupações tardias de uma antiga cidade romana*, Coimbra: Imprensa da Universidade (*Humanitas Supplementum*), pp. 163-178. https://doi.org/10.14195/978-989-26-2149-4_11
- SEIXAS, Maria Teresa (1974) – Relatório sobre a análise científica das pastas, in ALARCÃO, Jorge – *Cerâmica comum local e regional de Conimbriga*, Coimbra: Faculdade de Letras (*Suplementos de Biblos* 8), pp. 171-202.
- TSAKALIDOU, Aikaterini (2019) – *Kilns of Conimbriga* (Erasmus+ Program Trainee Report, unpublished), Conimbriga: Museu Monográfico/Aristotle University Thessaloniki. <http://hdl.handle.net/10400.26/29589>



FIG. 1 – A Casa de Andercus em Conimbriga: A; localização do forno; B.



FIG. 2 – Relo de roda de oleiro das escavações na Casa de Andercus em 2021 (V.H.Correia ©MMC-MN).

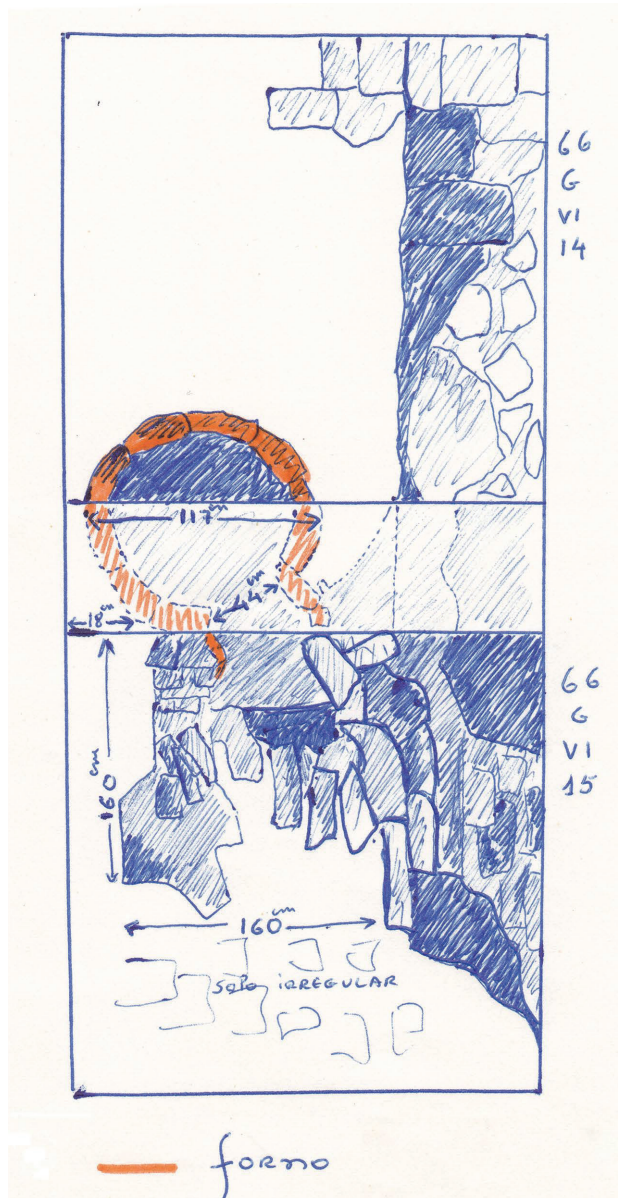


FIG. 3 – O forno junto à Casa de Andercus, segundo os relatórios de escavação (Jacques Clémens/Maria Beatriz Oliveira ©Arquivo do MMC-MN).



FIG. 4 – O forno, no fim das escavações
(J. M. Bairrão Oleiro ©Arquivo MMC-MN).



FIG. 5 – Restos ainda existentes do forno, em 2019
(H. Rendeiro ©MMC-MN).



FIG. 6 – Forno 85.C 80.F1
(Salete da Ponte(?)) ©Arquivo MMC-MN).



FIG. 7 – Forno 85.C 77.F2
(Salete da Ponte(?)) ©Arquivo MMC-MN).



FIG. 8 – Entaipamento de porta em C 77
(H. Rendeiro ©MMC-MN).



FIG. 9 – Modificação de estruturas residenciais em 2018.G XVII.39
(V. H. Correia ©MMC-MN).

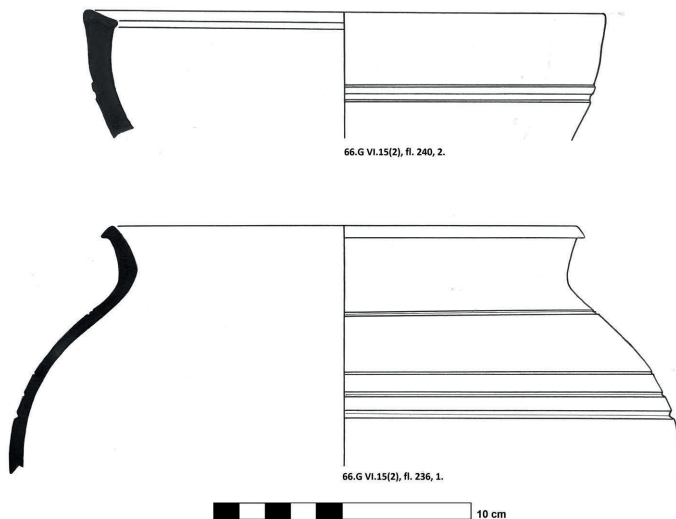


FIG.10 – Cerâmicas de 66.G VI.14/15(2)
(Maria Augusta Loreto©Arquivo MMC-MN).



FIG.11 – Cerâmicas de 66.G VI.14/15(2)
(V.H.Correia ©MMC-MN).

ANDRÉ LOPES PEREIRA
Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras
alpereira.99@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-8890-253X>

MARCOS OSÓRIO
Município do Sabugal | Universidade de Coimbra, CEAACP
arkmarcos@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-4340-4614>

A *PIZARRA* VISIGÓTICA DE MORADIOS (MALHADA SORDA, ALMEIDA) E O SEU CONTRIBUTO PARA A DISCUSSÃO SOBRE A RELEVÂNCIA DESTE SÍTIO ARQUEOLÓGICO NA ALTA IDADE MÉDIA

THE VISIGOTH SLATE OF MORADIOS (MALHADA SORDA, ALMEIDA) AND ITS IMPACT TO THE DISCUSSION ON THE RELEVANCE OF THIS ARCHAEOLOGICAL SITE DURING THE EARLY MIDDLE AGES

“Conimbriga” LXII (2023) p. 163-194

http://doi.org/10.14195/1647-8657_62_9

Texto recebido em / Text submitted on: 11/01/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 20/04/2023

RESUMO: Apresentamos a descoberta em território português de um fragmento de uma *pizarra* de texto, que aumenta o número de achados conhecidos e permite retirar diversas conclusões sobre a dispersão deste tipo de epígrafes, bem como refletir sobre a importância da estação arqueológica de Moradios, na época suevo-visigótica. O conjunto de ruínas conhecidas e revistas neste texto permitem, agora, supor que este assentamento romano teve continuidade em

Conimbriga, 62 (2023) 163-194

época tardo romana e terá desempenhado provavelmente um papel de importância territorial no período suevo-visigótico, algo que anteriormente se desconhecia. Tendo em conta a considerável extensão urbana e a natureza dos vestígios e materiais recolhidos, o local reúne condições para sede da paróquia de Coleia referida no *Parochiale Suevorum*, visto que é um dos maiores sítios com atestada ocupação dos séculos VI a VIII em toda a região do Alto Côa.

PALAVRAS-CHAVE: *Pizarra visigótica*; Alto Côa; *Parochiale Suevorum*; Coleia.

ABSTRACT: We present the discovery in Portuguese territory of a fragment of a written pizarra (i.e., a Visigothic schist slate), increasing the number of known finds and allowing several conclusions to be drawn regarding the dispersal of this type of epigraphs, whilst also reflecting on the importance of the archaeological site of Moradios during the Swabian-Visigothic period. The assembly of ruins known and reviewed in this text now suggests that the Roman settlement had continuity in the Late Roman period and that it probably played a part of territorial importance during the Swabian-Visigothic period, something that was previously unknown. Considering the significant extension of the urban area and the nature of the remains and gathered materials, the site meets the conditions for the headquarters of the parish of Coleia mentioned in the *Parochiale Suevorum* since it is one of the largest sites with the attested occupation of the 6th-8th centuries in all the Alto Côa region.

KEYWORDS: Visigothic pizarra; Alto Côa; *Parochiale Suevorum*; Coleia.

A *PIZARRA* VISIGÓTICA DE MORADIOS (MALHADA SORDA, ALMEIDA) E O SEU CONTRIBUTO PARA A DISCUSSÃO SOBRE A RELEVÂNCIA DESTES SÍTIO ARQUEOLÓGICO NA ALTA IDADE MÉDIA

Introdução

Não são muito comuns os achados de *pizarras* de época visigótica em Portugal e, por isso, a descoberta de um novo exemplar no sítio de Moradios (Malhada Sorda, Almeida), mereceu uma atenção especial, tendo em conta que a estação arqueológica é conhecida pelo bom estado de conservação dos seus vestígios romanos e medievais.

As placas de xisto com inscrições de época visigoda, designadas como *pizarras* na literatura científica espanhola – termo usado neste texto por ser comum na gíria arqueológica – são achados que entusiasma os investigadores. No entanto, raramente são dados a conhecer novos exemplares, devido ao insuficiente trabalho de campo ou simplesmente por falta de sorte.

A peça descoberta é um pequeno fragmento de xisto com texto, cuja relevância resulta do facto de datar de um período em que são raras as fontes escritas preservadas, por serem produzidas geralmente em matéria perecível (BARROCA, 1991: 143 e 152).

Este primeiro testemunho arqueológico de cronologia visigótica descoberto no Alto Côa é fundamental para a compreensão do desconhecido período da Antiguidade Tardia na região, confirmando a citação de Mário Barroca que “a zona fronteiriça portuguesa de Riba-Côa, vizinha dessa zona de maior concentração de achados, deverá ser, de futuro, prospectada com maior atenção, já que ela constitui a continuação geográfica e geológica da região de maior densidade de achados de *pizarras*” (1991: 147-148).

1. As circunstâncias de achado

A descoberta da *pizarra* de Moradios só foi possível graças ao intenso trabalho de campo realizado, combinado com alguma fortuna, já que foi encontrada à superfície em circunstâncias extraordinárias, devido à sua diminuta dimensão.

No âmbito dos seus estudos académicos, o primeiro autor, ao prospetar o terreno em busca de indicadores materiais associados às ruínas da estação arqueológica, teve a felicidade de dar com este pequenísimo fragmento de xisto, que se destacou pela sua presença em solo granítico. O exemplar apresentava traços incisos que sugeriam decoração, mas num olhar mais atento concluiu-se que continha caracteres cursivos gravados.

A peça foi encontrada na parte setentrional da estação arqueológica de Moradios (FIG. 5), virada ao contrário, num terreno com vegetação rasteira e escassos afloramentos rochosos, junto de algumas estruturas arruinadas. Ela apareceu num espaço aberto (20x26 m), rodeado por várias construções de planta retangular (FIG. 6), assinaladas por alicerces de alvenaria de pedra seca de granito, com 60 a 80 cm de espessura (FIG. 9), mantendo ainda as ombreiras das portas fincadas no solo e alguns materiais cerâmicos à superfície.

O núcleo edificado é composto por três construções a sul, a oeste e a norte, com um padrão de 12x4 m de dimensão interna. No lado oriental, há um alinhamento de quatro edifícios retangulares ao longo de 35 m, orientados a norte (FIG. 6). Este espaço edificado onde apareceu a lousa aparenta ser uma área de carácter funcional e comunitário, relacionada com alguma atividade económica ou administrativa do lugar, a 100 metros de distância dos terrenos onde se encontram as possíveis estruturas de carácter doméstico e habitacional (FIG. 5).

2. O sítio arqueológico

O sítio de Moradios (Malhada Sorda, Almeida) não é desconhecido do meio científico e já foi assaz citado (ALMEIDA, 1945: 180; TELES e TELES, 1981; FERNANDES, 1982: 59; CURADO, 1988: 11; ALARCÃO, 1988a: 64, 4/274; PERESTRELO, 2003: 90; OSÓRIO, 2006: 77, 99-100), sendo também denominado por Verdugal ou Malhada Sorda Velha.

O nome do lugar reflete a percepção que as pessoas têm sobre as ruínas ali presentes e os moradores da aldeia próxima acreditavam que aquele era o antigo “povo”, o que se compreende porque o lugarejo deixou de ser habitado apenas no século XVI (NOGUEIRA, 1998: 200, nota 7).

O assentamento fica localizado no limite entre as freguesias de Vilar Maior (Sabugal) e Malhada Sorda (Almeida), cartografado na folha 205 da Carta Militar de Portugal (1:25.000) (FIG. 1). A região caracteriza-se pela sua morfologia planáltica, com altitudes variando entre os 790 e 820 metros (FIG. 2). Os solos são constituídos por granito não porfiroide, de grão médio a fino (GONÇALVES e ASSUNÇÃO, 1966: 14), onde são abundantes os penedos e lajes à superfície, sobretudo na vertente ocidental.

O sítio arqueológico é parcialmente atravessado pela ribeira da Pena (também conhecida pelo sugestivo nome de ribeira das Casas), que corre de sul para norte, e vai desaguar na margem direita do rio Côa, sendo por esse motivo uma área fértil, bem irrigada, onde se formaram diversas propriedades rurais delimitadas por muros, hoje praticamente reduzidas a pastagens, mas também com terrenos incultos na periferia, cobertos de mato, carvalhos e vegetação rasteira, em grande parte devido aos afloramentos rochosos. O acesso é possível através de caminhos agrícolas que partem da povoação da Malhada Sorda, para sul.

O que torna o sítio arqueológico único e sem paralelo em toda a Beira Interior é a extensa área de dispersão de vestígios, com 43 hectares, onde foram encontrados diversos tipos de achados romanos e medievais (FIG. 5), mas que, de momento, não podemos saber se são contemporâneos ou testemunham distintas ocupações cronológicas. Estamos perante um aglomerado populacional de grande dimensão, não só durante a época romana, como vários autores propuseram (ALMEIDA, 1945: 180; ALARCÃO, 1988a: 64, 4/274), mas também no período alto-medieval.

2.1. Os vestígios romanos

Numa área mais restrita, com cerca de 34 hectares, de ambos os lados da ribeira, observam-se pelo terreno diversos fragmentos de cerâmica de construção (*tegulae*, *imbrices* e tijolos) e cerâmica comum doméstica muito grosseira (FERNANDES, 1982: 59). Não são materiais

muito abundantes, pois os solos não são lavrados há muito tempo. Há notícias do achado de pesos de tear, mós circulares, um fragmento de vidro (séc. IV-V) e moedas (de Tibério, de Trajano e do séc. IV) (FARIA, 1985: 682), mas há referências igualmente ao achado de bases, fustes e capitéis de coluna, bem como mosaicos, hoje desaparecidos (ALMEIDA, 1945: 180; TELES e TELES, 1981; FERNANDES, 1982: 59; CURADO, 1988: 11).

A prática recorrente de recolha de espólio na estação arqueológica terá reduzido os seus vestígios mais imponentes a escassos fragmentos dispersos (OSÓRIO, 2006: 100). Na povoação da Malhada Sorda existe uma base de coluna (FERNANDES, 1982: 58) e um fragmento de cornija guardado em casa de particulares (TELES e TELES, 1981: 104-106), e outros que ainda se encontram ocultos, pois o sítio tem sido vandalizado por indivíduos com detetores de metais, conforme se atesta pelos frequentes buracos abertos no solo, muitas vezes, no interior das estruturas.

Do local provém uma inscrição epigráfica, mas parece que foi avistada outra, em paradeiro desconhecido. Trata-se do fragmento inferior esquerdo de uma provável estela de granito, pouco legível e de fabrico grosseiro, com gravação imperfeita. Apresenta apenas os caracteres: “AE CL [...] /CAES [...]”. Embora seja sugestiva a leitura *Caes(ar)*, o mais certo é corresponder apenas a um antropónimo indígena, como *Caesius*, *Caesianus*, *Caesia* ou *Caesarus* (CURADO, 1988).

Estes vestígios materiais estão associados a alinhamentos de arreamentos urbanos e de alicerces de edifícios retangulares, bem como a construções de grande envergadura dispostas em anfiteatro (FERNANDES, 1982: 59, OSÓRIO, 2006: 77 e 100) (Fig. 5). João de Almeida julgou ver muralhas, termas, uma arena, um templo paleocristão e várias calçadas no local, assinalando-as num mapa à escala aproximada de 1:10.000 (1945: 178-182), mas estas estruturas propostas são “demasiado fantasiosas” (FERNANDES, 1982: 59). José Artur Nogueira parece ter visto as ruínas em melhor estado, pois refere-se à existência de “muros de alvenaria romana de dimensões apreciáveis, hoje desaparecidos, que pela extensão sugeriam ser parte dum edifício público” (1998: 200, nota 7).

O sítio reúne diversos atributos que nos permitem considerá-lo como um importante aglomerado romano, mas os autores dividem-se na sua interpretação como *villa* (CURADO, 1988), como cidade amuralhada (ALMEIDA, 1945: 178) ou castro romanizado (FERNANDES, 1982: 59).

Jorge de Alarcão (1988a: 64, 4/274) já tinha proposto a classificação da estação arqueológica como *vicus*, recebendo concordância de autores posteriores (PERESTRELO, 2003: 90; OSÓRIO, 2006: 77). Mas também o integrou numa lista de sítios com possibilidade de ter o estatuto de sede dos *Lancienses Transcudani* na região do Alto Côa: juntamente com Alfaiates, Sabugal ou Quinta de São Domingos (ALARCÃO, 1988b: 41), à semelhança de João de Almeida que assinalou aqui a *civitas* dos *Lancienses Oppidani* (ALMEIDA, 1945: 178-184). À falta de outros lugares com boa extensão de vestígios e com estruturas de grande dimensão, os Moradios causaram sempre fascínio na investigação arqueológica da região do vale superior do rio Côa.

Os autores estabelecem também uma forte relação do aglomerado com a rede viária, propondo a passagem de uma via romana pelo local, ligando Alfaiates à *civitas Cobelcorum* (ALARCÃO, 1998: 150) ou vindo da Guarda e atravessando o rio Côa no Porto de Ovelha, em direção a Ciudad Rodrigo (FIGUEIREDO, 1953: 29 e 42; BARROCO, 1978: 83; FERNANDES, 1982: 60; PEIXOTO, 1996: 210-211). Outro itinerário provável seria a ligação entre Iruña (Fuenteguinaldo) e Almofala (Figueira de Castelo Rodrigo), correspondendo ao caminho denominado, ainda hoje, como *carril*, que passa a 2 km para nascente deste aglomerado (FIG. 2), constituindo um eixo norte/sul utilizado desde tempos milenares, conectando o vale superior do rio Côa com regiões mais setentrionais, do Médio e Baixo Côa (OSÓRIO, 2006: 100; RAMOS, 2020: 268).

2.2. Os testemunhos medievais

A identificação de 10 sepulturas antropomórficas escavadas na rocha, na parte norte da estação arqueológica, sugeria a perduração do povoamento local durante a Idade Média (TELES e TELES, 1981; FERNANDES, 1982: 58 e 62; PERESTRELO, 2003: 90 e 176).

As tumbas localizam-se em duas zonas distintas. A primeira área funerária distribui-se de ambos os lados de um caminho murado, ao longo de 200 m (FIG. 5), no sentido SO/NE, onde foram assinaladas oito sepulturas escavadas na rocha de adulto (TELES e TELES, 1981: 104-106; FERNANDES, 1982: 58 e 62; OSÓRIO, 2000: 34 e 78; OSÓRIO, 2006: 77; MARTÍN VISO, 2007: 39).

Duas sepulturas encontram-se num penedo próximo do caminho e apresentam morfologia subretangular, com orientações não coinciden-

tes (FIG. 8). Mais para nordeste, no eixo da via murada, encontram-se duas outras sepulturas retangulares emparelhadas e entulhadas, orientadas com os pés para noroeste. Mais à frente há uma sepultura isolada, num afloramento pouco destacado no terreno, a ocidente do caminho, mal conservada e assimétrica. É de morfologia retangular e está orientada com a cabeça para NO. A 25 m de distância, para leste da via, existem ainda outras três sepulturas, no mesmo penedo, próximo de uma casa arruinada. Duas são paralelas e têm os pés virados para NE, sendo uma duplamente antropomórfica e a outra retangular. A terceira sepultura aproveita a área sobrando do afloramento e tem a cabeceira orientada para NO.

O segundo núcleo de estruturas funerárias localiza-se mais a sul, a 350 m das primeiras, e é constituído apenas por duas sepulturas. A sepultura 1 tem planta retangular, com os pés orientados a sul, esboçando antropomorfismo por meio de volutas laterais semicirculares que separam os ombros da cabeça. A sepultura 2 fica na parte mais elevada de Moradios, a 62 m da primeira, tendo começado a ser aberta num afloramento saliente no terreno, mas estando inacabada. A cabeceira, virada a norte, está gasta e mal definida e tem ligeira sugestão de ombros.

Associados a estas tumbas, observam-se inúmeros alinhamentos de estruturas arruinadas de planta retangular (com dimensões de 6x4 m ou 12x4 m) ou de morfologia circular (6 m de diâmetro em média), apresentando divisões internas e sendo construídas sistematicamente com pedras fincadas no solo, em cutelo, mantendo por vezes as ombreiras preservadas verticalmente. Contabilizam-se mais de 70 edifícios arruinados, por uma extensa área, o que permite defender a existência de uma aldeia contemporânea dos túmulos (OSÓRIO, 2000: 77-78; PERESTRELO, 2003: 90; OSÓRIO, 2006: 100) (FIG. 5).

Não sabemos se o assentamento de Moradios foi ampliado durante a Alta Idade Média e alguns dos alicerces das construções observados no local corresponderão a edifícios romanos ou a construções de uma fase posterior de ocupação, porque, para além das sepulturas e do achado da *pizarra* visigótica, poucos materiais cerâmicos, metálicos ou líticos de cronologia medieval foram identificados no local, escasseando até as telhas de canudo.

3. O fragmento de *pizarra* epigrafada

A placa de xisto agora descoberta é do tipo “Diego Álvaro”, seguindo classificação dos primeiros estudiosos (ver VELÁZQUEZ SORIANO, 2000: 606). O pequeno fragmento tem 29 mm de comprimento e 19 mm de largura, tendo apenas 3 mm de espessura, e encontra-se bastante incompleto, sendo difícil de reconstituir o seu conteúdo escrito (FIG. 3).

As faces apresentam colorações distintas. A superfície que contém as letras tem uma patine esverdeada com manchas acastanhadas. A face contrária é de cor acinzentada e mostra um traço reto inciso, que parece recente, embora não fosse improvável estar gravada nos dois lados, como aconteceu por exemplo em Braga, Crestelos (Mogadouro), Galinduste (Salamanca), Pelayos (Salamanca) e Diego Álvaro (Ávila) (VELÁZQUEZ SORIANO, 2004: 152, 221, 235, 241, 411 e 424; 2018).

A peça é feita de xisto laminar, sendo uma matéria que permite obter superfícies alisadas e de pouca espessura, fáceis de transportar, com fraca dureza, onde se pode gravar comodamente texto cursivo ou desenho, num período de escassez de alternativas de suporte escrito (BARROCA, 1991: 156).

Como a placa de Moradios foi encontrada em terrenos graníticos, tal como os exemplares descobertos em La Dehesa de La Genestosa (Casillas de Flores), ela deve provir de solos xistosos mais distantes, provavelmente da margem direita do rio Águeda. Nessa área situa-se o povoado de Lerilla (Zamarra, Ciudad Rodrigo), onde foram descobertas centenas de *pizarras*. A presença destes artefactos líticos em regiões onde o material não existe, demonstra a existência de redes de produção e distribuição deste ótimo suporte epigráfico (MARTÍN VISO, 2015: 308).

O texto está distribuído por 3 linhas, não demarcadas, no sentido perpendicular ao comprimento máximo da peça, e agrupam-se em conjuntos de três caracteres, variando a altura das letras entre 3 e 11 mm (FIG. 3). O espaçamento entre a linha 1 e 2 é maior do que o restante.

Os signos foram gravados com pouca profundidade, recorrendo a um objeto metálico afiado, mas alguns riscos não são originais, e foram infligidos posteriormente.

Identificam-se 6 caracteres gravados, de forma irregular, que se leem com dificuldade. Os dois primeiros signos são muito dúbios, talvez um ‘A’ bastante quadrado e um ‘C’ demasiado anguloso, que provavelmente constituem os restos de um desenho, semelhante às figuras

zoomórficas que aparecem nas *pizarras* numéricas de Lerilla (Zamarra, Ciudad Rodrigo) e ao motivo barquiforme da peça de Cortinal de San Juan (Salamanca) (MARTÍN VISO, 2015: 298). Na primeira linha é nítida ainda a letra ‘T’.

Na linha 2 observa-se um ‘E’ que se prolonga para cima da letra seguinte, que é um ‘U’ (a maior letra do texto), com uma haste mais elevada que a outra. No final da linha encontra-se uma letra incompleta e, a ser um ‘F’, não é das mais comuns na escrita visigótica. O traço horizontal é pouco nítido e até pode pertencer à letra inferior.

A terceira linha está truncada e apenas se observa o remate superior das letras. Julgamos ver a sequência ‘N’, ‘I’ e ‘D’ (FIG. 3).

É difícil perceber o que é narrado neste pequeno fragmento de texto, redigido provavelmente em latim e escrito em alfabeto cursivo visigótico, semelhante ao usado nos pergaminhos posteriores, ao contrário das inscrições paleocristãs do mesmo período, gravadas com letras maiúsculas e sem nexos (BARROCA, 1991: 151):

«[?] T (...) / ...EUF(...) / NI...D»

O seu teor pode ser de índole religiosa, administrativa ou comercial, mas dado o reduzido tamanho preservado, não podemos avançar com qualquer interpretação.

Embora esta placa de xisto esteja longe da qualidade dos exemplares epigráficos de Diego Álvaro (Ávila), Galinduste (Salamanca) ou Pelayos (Salamanca) (VELÁZQUEZ SORIANO, 2004: 152, 210-337 e 424), existem caracteres semelhantes, nomeadamente o ‘E’ e o ‘T’, que demonstram que haveria, por essa altura, um volume bastante elevado de documentos produzidos por escribas que exerciam esta atividade em comum, em regiões afastadas (BARROCA, 1991: 156).

4. A problemática em torno das *pizarras*

A distribuição geográfica destes achados coincide praticamente com as atuais províncias de Ávila, Salamanca e o norte de Cáceres (VELÁZQUEZ SORIANO, 2004: 40-43). É nessa região onde se encontram alguns dos assentamentos com maior número de peças exumadas, como Lerilla (Zamarra), El Cortinal de San Juan (Salamanca), Cabeza de Navasangil e Diego Álvaro (Ávila).

Na figura 4 verificamos igualmente que Segóvia, Zamora, Valladolid, Astúrias, Manzanares e Badajoz são outras zonas de ocorrência de achados, completamente excêntricas, que nos revelam uma utilização mais ampla do que se julgava.

Talvez estes exemplares periféricos sejam resultantes de movimentos migratórios de gente oriunda de contextos culturais mesetenhos (BARROCA, 1991: 147; TENTE e SOARES, 2008: 16), mas também podem denunciar uma deficiente amostragem por falta de prospeção em áreas fora do núcleo principal, como sugerem as mais recentes publicações (TENTE e SOARES, 2008: 17; CORDERO RUIZ e MARTÍN VISO, 2012: 260; MARTÍN VISO *et al.*, 2020). É precipitado propor qualquer tipo de manifestação regional visigótica, sendo possível que nas províncias com mais peças recolhidas tenha havido, apenas, uma maior intensidade de investigação ou foi onde melhor se conservaram (CORDERO RUIZ e MARTÍN VISO, 2012: 261).

Em Portugal, o número de achados é raro e os exemplares conhecidos são registados na Beira Interior e no sul de Trás-os-Montes, que estão próximos da área centro-norte peninsular, de maior concentração. As únicas *pizarras* conhecidas fora desta região são de Braga (VELÁZQUEZ SORIANO, 2004: 36-37; BARROCA, 1991: 146-147) e de Beja (TENTE e SOARES, 2008).

Há notícias de terem aparecido, por volta de 1930, diversas “ardósias com caracteres gravados”, junto à ermida de Santo André, em Almofala (Figueira de Castelo Rodrigo), que nunca foram confirmadas (RODRIGUES, 1958: 394; COELHO, 1972: 276; MACIEL, 2004: 250). Foi identificada, recentemente, uma nova *pizarra* nesse sítio, que corroborou essa antiga informação. Este novo achado foi publicado juntamente com duas outras placas de xisto descobertas nos trabalhos arqueológicos realizados em torno da Torre de Almofala (em 2018), a cerca de 4 km de distância da primeira (TENTE, FIGUEIRA e CARVALHO, 2022: 143) (FIG. 7).

Pela mesma altura, foi apresentada uma outra lousa proveniente das escavações arqueológicas de Crestelos (Mogadouro), já a norte do rio Douro. A peça provém de contextos estratigráficos claros, num espaço residencial datado dos séculos VII-VIII, sendo um texto de evocação mágico-religiosa (VELÁZQUEZ SORIANO, 2018).

A peça de Moradios constitui a mais recente descoberta assinalada no mapa de dispersão das *pizarras* portuguesas (FIG. 4), ficando, juntamente com as placas de xisto de Figueira de Castelo Rodrigo

e Mogadouro, à mesma distância do núcleo de achados mesetenhos (FIG. 4). O achado mais próximo de Moradios provém de La Dehesa de La Genestosa (Casillas de Flores), apenas a 20 km para sudeste (FIG. 7), enquanto o conjunto de ardósias de Lerilla (Zamarra) fica a 36 km, para leste.

Conhecem-se três tipos distintos de *pizarras* visigóticas. Por um lado, as que exibem caracteres alfabéticos, que são menos comuns, mas com informação de índole comercial, administrativa, histórica ou religiosa, nas quais se enquadra a peça de Moradios. Isabel Velásquez Soriano (2004: 210-347) fez o estudo e catalogação de todas as epígrafes deste tipo (em 1989), em especial os 56 exemplares de Diego Álvaro (Ávila) – o assentamento com maior número de *pizarras* de texto.

Num segundo grupo encontram-se as placas de natureza numérica, sendo o tipo mais abundante, que se cingem ao registo de várias combinações de signos romanos I, V e X, por vezes com barra superior, que parecem constituir somas (COELHO, 1972: 277; TENTE e SOARES, 2008: 15; DÍAZ e MARTÍN VISO, 2011: 224). A sua principal função ainda é desconhecida, mas tem sido proposto que testemunham um sistema de contabilidade utilizado nas mais diversas atividades quotidianas, como contagem de gado e de produção agrícola, pagamento de censos e direitos de viagem, exercícios escolares ou anotações de jogos (VELÁZQUEZ SORIANO, 1989: 29-31; BARROCA, 1991: 143; URBINA ÁLVAREZ, 2002: 143; CORDERO RUIZ e MARTÍN VISO, 2012: 261). Parece tratar-se de um sistema numérico simples que responde aos mesmos problemas de contagem, presente em todas as sociedades, com uma estrutura comum que se repete em outras manifestações semelhantes, em locais e épocas distintas (FERNÁNDEZ CADENAS, 2021: 22-24).

O assentamento arqueológico com maior número de placas de tipo numérico é o povoado de Lerilla (Zamarra), com cerca de 900 fragmentos, muitos deles de reduzidas dimensões, daí se ter convencionado chamar “*pizarras* de tipo geométrico de Lerilla” (VELÁZQUEZ SORIANO, 2004: 26).

Num terceiro grupo encontram-se as *pizarras* com motivos desenhados, menos estudadas, onde se representam figuras humanas, animais, instrumentos agrícolas, barcos ou tabuleiros de jogo, mas que devem ser contemporâneas das restantes (BARROCA, 1991: 144). Este campo de investigação oferece maiores complexidades, pois a utilização de lousas de xisto para reproduzir gravuras é uma prática que recua aos tempos pré-históricos, com bons exemplos em território português

(FIGUEIREDO *et al.*, 2014; NEVES e FIGUEIREDO, 2015), e a sua recolha fora de contexto arqueológico torna-se problemática.

Discute-se muito a dispersão das diferentes categorias de *pizarras* e a sua relação com o tipo de assentamento onde foram descobertas. Já se propôs a existência de disparidades entre os lugares com placas de texto e os sítios com peças numéricas (MARTÍN VISO, 2015: 297, nota 40), mas no catálogo de Velázquez Soriano (1989: 41) assinalam-se 16 lugares com exemplares de ambos os tipos, havendo igualmente combinações entre as diferentes categorias (*pizarras* com utilização numérica e textual nas faces opostas, e lousas numéricas/escritas com desenhos). De momento, parece ainda difícil estabelecer relações seguras entre as diferentes tipologias e os assentamentos. O mais provável é que elas fossem empregues em simultâneo, durante esse período.

Quanto à questão da datação destes exemplares, não existem elementos que nos permitam, com segurança, indicar o lapso de tempo entre o começo e o final da produção destes documentos (BARROCA, 1991: 143). Infelizmente, a maioria das peças, como a de Moradios, foi encontrada fora de contexto estratigráfico ou não foi dada a devida importância às circunstâncias de achado.

Não havendo indicadores de datação direta, foi o estudo paleográfico das *pizarras* de texto que permitiu o seu enquadramento cronológico entre o final do séc. V e meados do séc. VIII (DÍAZ Y DÍAZ, 1986: 15; VELÁZQUEZ SORIANO, 1989: 73-74; BARROCA, 1991: 147). Hoje, aceita-se que estas placas foram produzidas no período visigótico, acabando por se converter num ótimo fóssil diretor que contextualiza qualquer assentamento arqueológico, sempre que faltarem outros dados cronológicos inequívocos (CORDERO RUIZ e MARTÍN VISO, 2012: 262).

As *pizarras* numéricas devem ter sido contemporâneas dos exemplares escritos, mas parecem apresentar uma diacronia mais longa (VELÁZQUEZ SORIANO, 1989: 29 e 30), pois algumas foram reutilizadas em textos privados de épocas posteriores e outras podem recuar ao período tardo romano, como parece ser o caso de San Pelayo (Aldealengua) (CORDERO RUIZ e MARTÍN VISO, 2012: 263).

Os autores destas inscrições evidenciam uma identificação com grupos que possuíam um substrato cultural romano tardio, em estreito contacto com a realidade visigótica, especialmente por meio da observância da *Lex Visigothorum* que os textos denunciam (DÍAZ e MARTÍN VISO, 2011: 239). Esses registos revelam uma sociedade onde a escrita latina era fundamental e desempenhava um papel significativo, seguin-

do a tradição clássica, até à sua eventual decadência a partir do século VIII, com as invasões muçulmanas (DÍAZ Y DÍAZ, 1986: 25; BARROCA, 1991: 145 e 159).

5. A importância do achado para a compreensão do sítio de Moradios (Almeida)

A descoberta desta placa de xisto à superfície, fora do contexto original em que foi utilizada, torna a sua interpretação mais desafiadora. A falta de informações sobre o espaço edificado onde foi encontrada, bem como as circunstâncias em que a peça foi removida do seu contexto original, compromete a compreensão precisa do seu significado e o propósito original.

Podemos apenas depreender que, entre os séculos VI e VIII, viveu aqui uma comunidade que partilhou com o mundo cultural visigodo, da área centro-norte peninsular, a prática de usar estas lousas epigrafadas nas mais diversas atividades quotidianas, para registos escritos e numéricos.

Mas há um denominador comum em todos os locais de achado de *pizarras*: são espaços de poder político, económico, religioso e social que emergiram como eixos da paisagem rural, a partir do século V (DÍAZ e MARTIN VISO, 2011: 229; CORDERO RUIZ e MARTIN VISO, 2012: 261).

A dimensão e a quantidade de estruturas arqueológicas presentes nos Moradios, dispersas por uma área bastante extensa, anteriormente considerada como uma capital de *civitas* (ALMEIDA, 1945: 178-184; ALARCÃO, 1988b: 41), devem ser reavaliadas à luz deste achado.

Este núcleo populacional romano, como muitos outros na região mesetenha, teve continuidade ocupacional durante o período suevo-visigótico. Durante esse tempo, o assentamento sofreu mudanças e ganhou uma nova fisionomia. A população local fundiu-se numa única comunidade hispano-visigoda, com elementos da cultura romana clássica e da cultura forânea. Isso aconteceu como resultado das mudanças sociais e políticas que ocorreram após a invasão dos povos germânicos (VELÁZQUEZ SORIANO, 1989: 59; BARROCA, 1991: 149).

O silêncio sobre os Moradios na documentação medieval dos séculos XII e XIII permite supor que este povoado terá atingido o seu auge administrativo e económico no período suevo-visigótico, apresen-

tando, por essa altura, prováveis atributos de importância supraregional, como a função de sede paroquial, entre outras.

Com a reorganização eclesiástica sueva de ambas margens do Douro, nos finais do século VI, as sedes paroquiais tornaram-se pontos fundamentais na articulação da administração, fazendo chegar as diretrizes episcopais a outros centros de culto dependentes do domínio diocesano (RIPOLL e VELÁZQUEZ SORIANO, 1999: 122; MARTÍN VISO, 2005: 4). Estes aglomerados com visíveis traços de ordenamento e organização urbana tornaram-se polos de atração populacional e de dinamização económica.

Supondo que os Moradios apresentavam uma estrutura ocupacional que lhe permitia constituir um hipotético centro paroquial, não seria surpreendente ponderar aqui a localização da *ecclesia* suévica de *Coleia*, vinculada ao bispado de Viseu, conforme mencionado no *Parochiale Suevorum* (572-582) (DAVID, 1947: 37). Acredita-se que esta paróquia estava perto do rio Côa e as ruínas de Moradios estão apenas a 4 km de distância deste curso fluvial (Fig. 2).

O Côa foi denominado por *Cola* em documentação do século XIII, estando atestada a sua referência mais antiga em 1182, coincidente com o repovoamento do território a sul do Douro (SÁ, 1956: 293 e 304; MACHADO, 1993: 427; CURADO, 1988-94: 216 e 224; ALARCÃO, 2000: 168; MARTÍN VISO, 2005: 3; OSÓRIO e MARCOS, 2017: 39-40). Jorge de Alarcão defendeu mesmo que o termo poderá recuar ao período romano (2000: 169; 2001b: 297) e os etnónimos *Coilarni* e *Coelerni*, encontrados em alguns textos epigráficos (ILER 1084), têm sido relacionados com a primitiva denominação fluvial (SÁ, 1956: 292-293).

Esta importante paróquia chegou a cunhar moeda no reinado de Recaredo (586-601), Sisebuto (612-621) e Suintila (621-631), tendo em conta as menções ao atelier *Coleiu* e *Coleva* em achados numismáticos (ALARCÃO, 2004: 203; MARTÍN VISO, 2008b: 178).

Trabalhos anteriores propuseram a sua localização em Gouveia (FERNANDES, 1997: 85; GARCÍA MORENO, 1998: 127), na ermida de Santo André (Figueira de Castelo Rodrigo) (COSME, 2002: 131), na Torre de Almofala (ALARCÃO, 2000: 168; ALARCÃO, 2001a: 52-53; MARTÍN VISO, 2005: 4; TENTE, CORDERO RUIZ e CASTRO, 2018: 189; CARVALHO, 2016: 407; TENTE, FIGUEIRA e CARVALHO, 2022: 139) e, mais recentemente, na própria cidade da Guarda (CARVALHO, no prelo).

As ruínas da *civitas Cobelcorum* (Torre de Almofala) têm sido o local privilegiado pela investigação para a localização de *Coleia*. E

embora Jorge de Alarcão tenha defendido, a determinada altura, que temos de “ser prudentes na identificação de Almofala com a *Coleia* suévica”, pela falta de materiais dessa cronologia na cidade (2004: 203; 2005: 14), a descoberta de duas *pizarras* e algumas cerâmicas estampilhadas, nas recentes escavações arqueológicas de 2018, vieram ultrapassar esta lacuna e voltaram a reafirmar a possibilidade (TEN-TE, FIGUEIRA e CARVALHO, 2022: 143), parecendo agora uma hipótese credível.

As placas de xisto da Torre de Almofala surgem numa antiga capital de *civitas* que teve continuidade no período visigótico (FRADE, 1998; TEN-TE, FIGUEIRA e CARVALHO, 2022: 139). É um núcleo de povoamento importante, mas com uma área de dispersão de estruturas muito menor que os Moradios, do qual dista 40 km.

Curiosamente, *Coleia* vem citada na listagem do *Parochiale Suevorum*, precisamente antes de *Caliabria* (GARCÍA MORENO, 1998: 126; MARTÍN VISO, 2005: 3), com a qual deveria ser vizinha. Apesar das dúvidas sobre a localização exata de *Caliabria*, sabemos que se situava na região do Baixo Côa. As propostas de localização variam entre o elevado monte onde perdurou o topónimo de Castelo Calabre (CABRAL, 1963; FERNANDES, 1997: 87), com consideráveis vestígios de materiais dispersos por uma área de 8 hectares de terreno, delimitados por uma muralha imponente, ou a 1500 m para sul, no sítio de Aldeia Nova/Olival dos Telhões, já sujeito a escavações arqueológicas, com materiais que atestam uma ocupação romana e alto-medieval (COSME 1998; MARTINS e COSME, 2000).

Este primitivo *vicus* ou *castellum* romano foi convertido em sede de uma paróquia suévica da diocese de Viseu e, na época visigótica, ascendeu à categoria de diocese, recebendo outras *ecclesias* na sua jurisdição, como *Coleia*. Após 711, o núcleo populacional terá enfrentado dificuldades que culminaram no seu gradual abandono. Isso é demonstrado pelo silêncio documental sobre o local até 1171, quando Fernando II doou as ruínas de Calábria ao recém-criado bispado de Ciudad Rodrigo (BARROCA, 2008-2009: 196).

Considerando que a distância de 20 km entre a Torre de Almofala e a sede paroquial de *Caliabria* nos parece demasiado próxima, à luz da interpretação dos amplos vestígios urbanos e arquitetónicos e dos indícios visigóticos encontrados nos Moradios, julgamos plausível considerar a possibilidade de *Coleia* se localizar, mais a sul, neste assentamento do concelho de Almeida.

As duas localidades ficam distantes, entre si, cerca de 57 km. O território de *Caliabria* poderia abarcar facilmente os atuais municípios de Vila Nova de Foz Côa, Meda, Figueira de Castelo Rodrigo e Pinhel, fazendo fronteira com a paróquia de *Coleia* que compreendia o vale superior do rio Côa e o planalto da Guarda, Almeida e Sabugal, tendo este rio como eixo vertebral de toda a unidade territorial e não como limite (ALARCÃO, 2000: 169). A nossa proposta traça duas circunscrições eclesiásticas bastante extensas (FIG. 7), que ter-se-ão, mais tarde, fundido numa única diocese visigótica de *Caliabria* (FERNANDES, 1997: 127).

Ao contrário de Idanha-a-Velha e Viseu, que foram sedes de *civitates*, o Castelo Calabre e os Moradios emergiram mais tarde, durante o século VII, e o papel que terão desempenhado está relacionado apenas com as relações de poder das novas elites dominantes neste território, naquela época (MARTÍN VISO, 2015: 309; TENTE, FIGUEIRA e CARVALHO, 2022: 169, nota 14).

Em geral, as *pizarras* são achados fortuitos e descontextualizados que aparecem em diversos ambientes, tanto em núcleos populacionais de média ou grande dimensão, como em pequenas unidades agrícolas ou até em pontos destituídos de ocupação habitacional (URBINA ÁLVAREZ, 2002: 135; MARTÍN VISO, 2015: 292).

Tem sido sugerida a associação das *pizarras* de tipo numérico a lugares fortificados de povoamento rural, como Lerilla, Cabeza de Navasangil, El Castellón ou El Cortinal de San Juan (MARTÍN VISO, 2015: 290), contudo neste caso não se trata de um sítio fortificado e elevado, mas de um núcleo urbano em terrenos abertos. É um facto que as ardósias de texto parecem enquadrar-se em tipologias de assentamentos mais organizados e menos defensivos, como os Moradios.

A natureza destes documentos oficiais indicia igualmente a presença de edifícios com funções administrativas ou religiosas em qualquer núcleo arqueológico onde sejam encontrados. Estariam as estruturas arruinadas existentes em torno do ponto de achado do artefacto a desempenhar essas funções naquele período?

A possibilidade de Moradios ser uma paróquia suévica tornava-o um local central nesta região entre o vale do Côa e o vale do Águeda. E a verdade é que, dentro de um raio de 10-20 km ao redor da povoação, há uma alta concentração de ocorrências ocupacionais alto-medievais. Isso sugere que pode ter-se constituído como um centro aglutinador da elevada densidade de pequenas unidades de povoamento agrícola ou

aldeias de 2 a 4 hectares registadas nesse território (RUBIO DíEZ, MARTÍN VISO e CENTENO CEA, 2022; RUBIO DíEZ e PANIAGUA VARA, 2014). Esses núcleos estão geralmente associados a sepulturas escavadas na rocha e a lagares rupestres, entre as quais se destacam as que são encontradas de ambos os lados da fronteira luso-espanhola (MARTÍN VISO, 2008a: 7; RUBIO DíEZ, 2015; RAMOS, 2020).

O achado desta *pizarra* numa zona de elevada concentração de necrópoles de sepulturas escavadas na rocha, é uma coincidência que já foi sublinhada por Mário Barroca relativamente a outras áreas meseténhas (1991: 145). Provavelmente, a elevada densidade de sítios e necrópoles nesta área privilegiada de ocupação, na transição da Antiguidade Tardia para a Alta Idade Média, não se deve apenas à fertilidade dos solos agrícolas, à produção de gado ou à proximidade a importantes vias de comunicação milenares (MARTÍN VISO *et al.*, 2017: 24-25), mas à vizinhança a um polo populacional e de dinamização socioeconómica na região.

Outro fator que poderá ter contribuído para o crescimento deste grande assentamento urbano de Moradios, nesta transição de épocas, é a proximidade à zona mineira das Batocas, a poucos 6 km para leste (FIG. 2). Essa área geográfica (pouco estudada) deve ter sido explorada desde a Antiguidade Clássica e continuou a ser alvo de extração, em menor escala, nos séculos seguintes.

O topónimo Batocas já é antigo, pois vem assinalado como *Battoucas*, em 1227, no limite concelhio de Vilar Maior (Sabugal) (NOGUEIRA, 1983: 39), mostrando que esta antiga exploração mineira já era assim designada durante a reorganização concelhia medieval do Alto Côa.

O verdadeiro significado etimológico da palavra ainda é desconhecido, embora se conheçam aproximadamente 20 testemunhos toponímicos em Portugal (OSÓRIO e MARCOS, 2017: 28). Para alguns autores, este sugestivo termo refere-se a uma cova de onde se retirou barro ou outro material, que se enchia de lodo na época das chuvas (RIESCO CHUECA, 2013: 168), mas também pode estar associado ao latim *battuer* (= bater), como um lugar de batimento (COCA TAMAME, 1993: 289) ou à ideia de um espaço oco. Todos estes conceitos podem dever-se à presença de antigos poços e galerias de mineração no local (OSÓRIO e MARCOS, 2017: 22). Além disso, existem paralelos toponímicos em outras áreas mineiras peninsulares: a mina romana das Batocas, em Ardões (Boticas) (MARTINS, 2010: 116) e as célebres minas romanas de

Las Cavenes de El Cabaco (Salamanca), situadas no Parque Natural de Las Batuecas (RUÍZ DEL ÁRBOL e SÁNCHEZ-PALENCIA, 1999), apenas a 60 km para nascente deste lugar.

O volume de trabalhos de desmonte das vertentes da bacia desta ribeira (que se chamava primitivamente Arroyo del Chiquero), denota uma atividade intensa que poluiu as linhas de água e alterou completamente a paisagem (OSÓRIO e MARCOS, 2017: 34), constituindo uma técnica de trabalho semelhante a muitas outras que remontam à época romana e que poderá certamente ter perdurado em cronologias posteriores.

Esta atividade em torno do sítio tardo romano e alto medieval de Moradios seria facilmente escoada pelo referido trajeto viário, denominado como *Carril*, que ainda hoje permanece visível na paisagem e na toponímia, ao longo da linha de fecho que separa as bacias do Côa e do Águeda, conectando a zona meridional da cordilheira central com os territórios da bacia do Douro, há milhares de anos atrás (FIG. 2).

6. Perspetivas de investigação futura

A partir de um fragmento de *pizarra* com o texto incompleto e sem se saber o contexto de achado, pouca informação podemos retirar sobre o assentamento de Moradios.

Pela sua fratura recente, temos fortes suspeitas que o resto da peça possa existir nas imediações do local, e não ter sido sujeita ao arrastamento, por ser uma zona com escasso potencial estratigráfico e bastantes afloramentos, com pouca tradição de lavoura e utilizado apenas como pastagem, tendo em conta até o impecável estado de conservação das ruínas habitacionais adjacentes (FIGS. 6 e 9).

O achado deu-se na parte setentrional da estação arqueológica, na zona onde se concentram as sepulturas escavadas na rocha, uma zona sem materiais cerâmicos romanos, que parece testemunhar, dentro do próprio núcleo habitado, uma deslocação ocupacional de zonas mais meridionais e ribeirinhas, em período romano, para a vertente norte da área habitada, como já foi defendido (PERESTRELO, 2003: 90).

Deve-se considerar a possibilidade de vir a encontrar outros fragmentos desta inscrição no decurso de escavações arqueológicas neste complexo arquitetónico, pois qualquer peça de xisto que surja nestes solos graníticos será imediatamente identificada. Na verdade,

durante a prospeção ao local foram assinalados outros fragmentos anepígrafos.

Só com o desenvolvimento de trabalhos arqueológicos na área onde apareceu a placa de xisto poderemos, igualmente, obter dados que ajudem a compreender o contexto de perda/achado da peça, a sua funcionalidade, a cronologia, os indivíduos que usaram esta lousa e as relações que estabeleceram com outras localidades mesetenhas, de ambos os lados da fronteira (TENTE e SOARES, 2008: 18).

Algumas dessas estruturas arruinadas de grande dimensão, dispostas numa organização espacial claramente intencional (FIG. 6), poderão ter desempenhado funcionalidades administrativas ou religiosas surpreendentes. Futuros trabalhos arqueológicos poderão revelar informações sobre a sua natureza e a relação que desempenharam no aglomerado populacional alto-medieval, confirmando ou rejeitando a nossa proposta de localização da paróquia suévica de *Coleia* nos Moradios.

Agradecemos à Mestre Ana Amor Santos a tradução do resumo para inglês, aos Professores Jorge Alarcão e Helena Catarino a leitura e comentários ao texto, à Doutora Lídia Catarino a análise da composição litológica da *pizarra*, à Doutora Catarina Tente o apoio bibliográfico e ao Dr. João Alberto dos Santos Teles e ao Dr. Carlos Alberto Chorão Teles, residentes em Malhada Sorda, as informações adicionais sobre o sítio de Moradios.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de (1988a) – *Roman Portugal: Gazetteer*. 2:1, Warminster, pp. 64, 4/274.
- ALARCÃO, Jorge de (1988b) – *O Domínio Romano em Portugal*, Mem Martins.
- ALARCÃO, Jorge de (1998) – On the civitates mentioned in the inscription on the bridge at Alcântara, *Journal of Iberian Archaeology*, Vol. 0, Porto, pp. 143-157.
- ALARCÃO, Jorge de (2000) – Os nomes de algumas povoações romanas da parte portuguesa da Lusitânia, in Jean-Gérard Gorges e Trinidad Nogales Basarrate, coord. – *Sociedad y cultura en la Lusitania romana: IV Mesa Redonda Internacional*, Mérida, pp. 165-172.
- ALARCÃO, Jorge de (2001a) – As paróquias suélicas do território actualmente português, in Francisco Villar e M^a Pilar Fernández Álvarez, eds. – *Religión, lengua y cultura prerromanas de Hispania*, Salamanca, pp. 52-53.
- ALARCÃO, Jorge de (2001b) – Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos), *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 4:2, Lisboa, pp. 293-349.

- ALARCÃO, Jorge de (2004) – Notas de Arqueologia, epigrafia e toponímia – II, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa 7:2.
- ALARCÃO, Jorge de (2005) – Povoações romanas da Beira Transmontana e do Alto Douro, *Cóavisão. Cultura e Ciência*, 7, Vila Nova de Foz Côa, pp. 9-18.
- ALMEIDA, João de (1945) – *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, Vol. I, Lisboa, pp. 178-184.
- BARROCA, Mário Jorge (1991) – As pizarras visigodas: a propósito de uma obra de I. Velázquez Soriano, *Conimbriga*, 30, Coimbra, pp. 139-159.
- BARROCA, Mário Jorge (2008-2009) – De Miranda do Douro ao Sabugal – Arquitectura militar e testemunhos arqueológicos medievais num espaço de fronteira, *Portugalica*, 29-30, Porto, pp. 193-252.
- BARROCO, Manuel Joaquim (1978) – *Panoramas do Distrito da Guarda (apontamentos referentes aos concelhos e freguesias do distrito)*, Guarda: [s.n.].
- CABRAL, A. A. Dinis (1963) – *História da cidade de Calábria, em Almendra: Subsídios*, Porto: Ed. da Casa da Beira Alta.
- CARVALHO, Pedro C. (2016) – O final do mundo romano na Beira Interior: (des)continuidade e/ou (in)visibilidade do registo nas paisagens rurais do Interior Norte da Lusitânia, in ENCARNAÇÃO, José d'; LOPES, M. Conceição; CARVALHO, Pedro C., coord. – *A Lusitânia entre os Romanos e os Bárbaros*, Coimbra/Mangualde, pp. 397-422.
- CARVALHO, Pedro C. (no prelo) – A Guarda há dois mil anos. O início da cidade e da paisagem rural tal como a conhecemos (o chão das nossas origens), in Fernando Sousa, coord. – *História da cidade da Guarda. Das Origens à Atualidade*, Porto: CEPESE, pp. 74-125.
- COCA TAMAME, Ignacio (1993) – *Toponimia de la Ribera de Cañedo: Provincia de Salamanca*, Diputación Provincial de Salamanca.
- COELHO, Luís (1972) – Breve nota sobre a epigrafia de uma pequena placa de xistogoda proveniente de Plasencia, Espanha, hoje no Museu Nacional de Arqueologia, *Arqueólogo Português*, Lisboa. IIIª serie. 6, pp. 275-282.
- CORDERO RUIZ, Tomás; MARTÍN VISO, Iñaki (2012) – Sobre los usos y la cronología de las pizarras numerales: Reflexiones a partir del caso del yacimiento de Valdelobos (Montijo, Badajoz), *Archivo Español de Arqueología*, 85, Madrid, pp. 253-266.
- COSME, Susana Rodrigues (1998) – Aldeia Nova: Resultados de uma primeira sondagem, *Cóavisão: cultura e ciência*, 0, Vila Nova de Foz Côa, pp. 63-68.
- COSME, Susana Rodrigues (2002) – *Entre o Côa e o Águeda. Povoamento nas épocas romana e alto-medieval*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- CURADO, Fernando Patrício (1988) – Fragmento de epígrafe de Malhada Sorda (Almeida), *Ficheiro Epigráfico*, 27 (125), Coimbra.
- CURADO, Fernando Patrício (1988-94) – A propósito de Conimbriga e Coniumbriga, in *Actas do 1.º Congresso Internacional sobre o rio Douro, 25 de Abril-2 de Maio, 1986*, [Gaya: 6], Vila Nova de Gaia.

- DAVID, Pierre (1947) – *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle*, Lisboa-Paris.
- DÍAZ Y DÍAZ, Manuel Cecílio (1986) – Algunos aspectos lingüísticos y culturales de las pizarras visigóticas, *Myrtia*, 1, pp. 13-25.
- DÍAZ, Pablo C.; MARTÍN VISO, Iñaki (2011) – Una contabilidad esquivada: las pizarras numerales visigodas y el caso de El Cortinal de San Juan (Salvaterra de Tormes, Salamanca), in DÍAZ, P. C. y MARTÍN VISO, I., eds. – *Between tax and rent. Fiscal problems from Late Antiquity to Early Middle Ages / Entre el impuesto y la renta. Problemas de la fiscalidad tardoantigua y altomedieval*, Bari, pp. 221-225.
- FARIA, António Marques (1985) – Subsídios para um inventário dos achados monetários no distrito da Guarda, *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, 1:2, Lisboa, pp. 679-689 (682).
- FERNANDES, A. de Almeida (1997) – *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas*, Arouca: Associação para a Defesa da Cultura Arouquense, Câmara Municipal de Tarouca.
- FERNANDES, Isabel Cristina (1982) – Vestígios proto-históricos e romanos do Verdugal, in *Actas e Memórias do 1º Colóquio de Arqueologia e História do Concelho de Penamacor*, Penamacor, pp. 57-64.
- FERNÁNDEZ CADENAS, Nerea (2021) – A critical review of the signs on Visigothic slates: challenging the Roman numerals premise, *Journal of Medieval Iberian Studies*, 13:1, pp. 1-27.
- FIGUEIREDO, Cristóvão J. Moreira de (1953) – Subsídios para o estudo da viação romana das Beiras, *Beira Alta*, 12:1, Viseu, pp. 27-63.
- FIGUEIREDO, Sofia Soares; NOBRE, Luís; GASPAS, Rita; CARRONDO, Joana; CRISTO ROPERO, Araceli; FERREIRA, João; SILVA, Maria João; MOLINA, F. J. (2014) – Foz do Medal Terrace - an open-air settlement with palaeolithic portable art, *INORA*, 68, pp. 12-19.
- FRADE, Helena (1998) – Ara a Júpiter da Civitas Cobelcorvm, *Ficheiro Epigráfico*, 58:266, Coimbra.
- GARCÍA MORENO, Luís A. (1998) – Riba Coa en el periodo visigodo, in *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa: actas do Congresso Histórico Luso-Espanhol, 12-17 setembro, 1997*, Lisboa: Universidade Católica Editora, pp. 115-130.
- GONÇALVES, Francisco; ASSUNÇÃO, C. Torre de (1966) – Carta Geológica de Portugal. Notícia explicativa da folha 18-D, 1/50 000 (Nave de Haver), Lisboa.
- ILER = VIVES, José (1971) – *Inscripciones Latinas de la España Romana*, Barcelona.
- MACHADO, José Pedro (1993) – *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, Vol. I, Lisboa.
- MACIEL, Justino M. (2004) – Recensão a Isabel Velázquez Soriano – Documentos de época visigoda escritos en pizarra (Siglos VI-VIII), *Conimbriga*, 43, Coimbra, pp. 249-250.
- MARTÍN VISO, Iñaki (2005) – En la periferia del sistema: Riba Côa entre la Antigüedad Tardía y la Alta Edad Media (siglos VI-XI), in JACINTO, Rui e BENTO, Virgílio, coords. – *Territórios e Culturas Ibéricas*, Guarda: CEI, pp. 186-208.

- MARTÍN VISO, Iñaki (2007) – Tumbas y sociedades locales en el centro de la Península Ibérica en la Alta Edad Media: el caso de la comarca de Riba Côa (Portugal), *Arqueologia y Territorio Medieval*, 14, pp. 21-47.
- MARTÍN VISO, Iñaki (2008a) – Una periferia creativa: la articulación del territorio en la comarca de Riba Côa (Portugal) (siglos VI-XI), *Separata de Territorio, Sociedad y Poder*, 3, Oviedo, pp. 85-109.
- MARTÍN VISO, Iñaki (2008b) – *Tremisses y potentes* en el nordeste de Lusitania (siglos VI-VII), *Mélanges de la Casa de Velázquez*, Nouvelle série, 38:1, Madrid, pp. 175-200.
- MARTÍN VISO, Iñaki (2015) – Huellas del poder: pizarras y poblados campesinos en el centro de la península Ibérica (siglos V-VII), *Medievalismo*, 25, pp. 285-314.
- MARTÍN VISO, Iñaki; RUBIO Díez, Rubén; LÓPEZ SÁEZ, José Antonio; RUIZ ALONSO, Mónica; PÉREZ DÍAZ, Sebastián (2017) – La formación de un nuevo paisaje en el centro de la península ibérica en el periodo posromano: el yacimiento de La Genestosa (Casillas de Flores, Salamanca), *Archivo Español de Arqueología*, 90, pp. 7-28.
- MARTÍN VISO, Iñaki; SASTRE BLANCO, José Carlos; CATALÁN RAMOS, Raúl; FUENTES MELGAR, Patricia (2020) – Pizarras numerales de época posromana y contextos arqueológicos: el yacimiento de El Castellón (Santa Eulalia de Tábara, Zamora), *Munibe. Antropologia-Arkeologia*, Donostia, 71, pp. 151-161.
- MARTINS, Carla Braz (2010) – A mineração em época romana, in MARTINS, Carla Braz, coord. – *Mineração e povoamento na Antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental*, Porto: CITCEM, pp. 107-120.
- MARTINS, Carla Braz; COSME, Susana Rodrigues (2000) – O Contributo do espólio cerâmico na interpretação da estação arqueológica de Aldeia Nova/Olival dos Telhões (Freguesia de Almendra, Concelho de Vila Nova de Foz Côa), in *Beira Interior História e Património. Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior*, Guarda: Câmara Municipal, pp.159-170.
- NEVES, Dário; FIGUEIREDO, Sofia Soares (2015) – Quinhentas placas gravadas da Idade do Ferro do sítio fortificado do Castelinho (Nordeste Portugal): temas figurados e padrões de distribuição, *ARKEOS*, 37, Internacional Rock Arte Conference, IFRAO, pp. 1589-1605.
- NOGUEIRA, José Artur Anes Duarte (1983) – A organização municipal da Extremadura Leonesa nos sécs. XII e XIII, *Separata do Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, 58:2, Coimbra, pp. 3-59.
- NOGUEIRA, José Artur Duarte (1998) – Os municípios medievais em Riba-Côa, in *O tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa* (Actas do Congresso Histórico Luso-espanhol, 12-17 de setembro, 1997), Lisboa: Universidade Católica Editora, pp. 197-209.
- OSÓRIO, 2000 [= SILVA, Marcos Daniel Osório da] (2000) – *O Povoamento Romano do Vale Superior do Rio Côa*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia Romana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- OSÓRIO, Marcos (2006) – *O povoamento romano do Alto Côa* (Territoria; 1), Guarda: Câmara Municipal, p. 77.

- OSÓRIO, Marcos; MARCOS, Paulo (2017) – A origem do nome do rio Côa, a propósito do estudo da toponímia da antiga atividade mineira, *Sabucale*, 9, Sabugal, pp. 7-54.
- PEIXOTO, José Pinto (1996) – *Miuzela - a Terra e as Gentes*, Miuzela, p. 25.
- PERESTRELO, Manuel Sabino (2003) – A romanização na bacia do rio Côa, Ed. Parque Arqueológico do Vale do Côa, pp. 90 e 176.
- RAMOS, Tiago (2020) – *Da Periferia à Fronteira: Povoamento Medieval do Médio Côa entre os séculos X e XII*, Tese de Doutoramento em História Medieval, Moderna, Contemporânea e de América apresentada à Universidade de Salamanca.
- RIESCO CHUECA, Pascual (2013) – *Testimonios toponímicos del léxico arcaico de las provincias leonesas*, Anuario 2011: Instituto de Estudios Zamoranos Florián de Ocampo, pp. 135-216.
- RIPOLL, Gisela; VELÁZQUEZ SORIANO, Isabel (1999) – Origen y desarrollo de las parrochiae en la Hispania de la Antigüedad tardía, in PERGOLA, P., ed. – *Alle origini della parrocchia rurale (IV -VII sec.)*. *Atti della giornata tematica dei Seminari di Archeologia Cristiana* (Ecole Française de Rome - 19 marzo 1998). Sussidi allo Studio delle antichità cristiane. Pontificio Istituto di Archeologia Cristiana, Ciudad del Vaticano, 12, pp. 101-165.
- RODRIGUES, Adriano Vasco (1958) – O culto da ganadaria a sul do Douro português, *Revista de Guimarães*, 68, pp. 393-396.
- RUBIO Díez, Rúben (2015) – *Arqueología, paisaje y territorio post-romano: Las tumbas excavadas en roca en el occidente del Campo de Ciudad Rodrigo (Salamanca)*, Ciudad Rodrigo: Centro de Estudios Mirobrigensis.
- RUBIO Díez, Rubén; MARTÍN VISO, Iñaki; CENTENO CEA, Inés (2022) – Un asentamiento campesino en los confines de la Meseta del Duero: El Pueblito (siglos VII-VIII), in PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián e TENTE, Catarina, ed. – *Paisajes, espacios, materialidades. Arqueología rural altomedieval en la Península Ibérica*, Access Archaeology, Archeopres: Oxford, pp. 198-209.
- RUBIO Díez, Rúben; PANIAGUA VARA, Enrique (2014) – La piel del leopardo: espacios campesinos y espacios de poder en el alto valle del Águeda (Salamanca), in CATALÁN RAMOS, Raúl; FUENTES MELGAR, Patrícia e SASTRE BLANCO, José Carlos, eds. – *Las fortificaciones en la tardoantigüedad: élites y articulación del territorio (siglos V-VIII d.C.)* [Simposia; 5], Madrid, pp. 299-306.
- RUÍZ DEL ÁRBOL, María; SÁNCHEZ-PALENCIA, F. Javier (1999) – La minería aurífera romana en el nordeste de Lusitânia: Las Cavenes de El Cabaco (Salamanca), *Archivo Español de Arqueología*, 72: 179-180, Madrid, pp. 119-140.
- SÁ, Mário (1956) – *As grandes vias da Lusitânia. O itinerário de Antonino Pio*, 3, Lisboa.
- TELES, João Alberto dos S.; TELES, Carlos Alberto C. (1981) – *Levantamento toponímico e arqueológico do Concelho de Almeida*, [Texto policopiado], Coimbra: [s.n.] (Trabalho académico de Técnicas de Investigação Arqueológica).
- TENTE, Catarina; CORDERO RUIZ, Tomás; CASTRO, Rita (2018) – A configuração territorial da Diocese Viseense no período Suevo-Visigodo (Serpa), *Do Império ao Reino. Viseu e o território entre os séculos IV a XII*, Viseu: Câmara Municipal, pp. 179-194.

- TENTE, Catarina; FIGUEIRA, Nádia; CARVALHO, Pedro C. (2022) – As placas de xisto numéricas de época visigoda de Torre de Almofala e do Castro de Santo André (Figueira de Castelo Rodrigo, Centro-Norte de Portugal) e o povoamento rural em seu torno, *Beira Alta*, 81:1-2, Viseu, pp. 135-173.
- TENTE, Catarina; SOARES, António Monge (2008) – Uma pizarra visigoda com inscrição numérica encontrada em Santa Margarida, *Arqueologia Medieval*, 10, Mértola, pp. 13-19.
- URBINA ÁLVAREZ, Aránzazu (2002) – Hallazgo de dos pizarras con inscripción en el hábitat tardoantiguo del Cerro de la Virgen del Castillo (Bernardos, Segovia), *Faventia*, 24:1, Barcelona, pp. 135-144.
- VELÁZQUEZ SORIANO, Isabel (1989) – Las pizarras visigodas: edición crítica y estudio, *Antigüedad y Cristianismo: Monografías históricas sobre la Antigüedad Tardía*, Murcia: Universidade.
- VELÁZQUEZ SORIANO, Isabel (2000) – Documentos de época visigoda escritos en pizarra (Siglos VI-VIII), *Monumenta Palaeographica Medii Aevi, Series Hispanica*, Real Academia de la Historia (Madrid), Turnhout (Belgium): Brepols Publishers.
- VELÁZQUEZ SORIANO, Isabel (2004) – *Las pizarras visigodas: entre el latín y su disgregación. La lengua hablada en Hispania. siglos VI-VIII*, Real Academia Española-Fundación Instituto Castellano y Leonés de la Lengua, Madrid-Burgos.
- VELÁZQUEZ SORIANO, Isabel (2018) – Pizarra opistógrafa de Crestelos, in *Fortificaciones, pizarras y poblados. La Raya en el Medievo. Catálogo de la exposición*, Ciudad Rodrigo: Ayuntamiento, pp. 363-364.

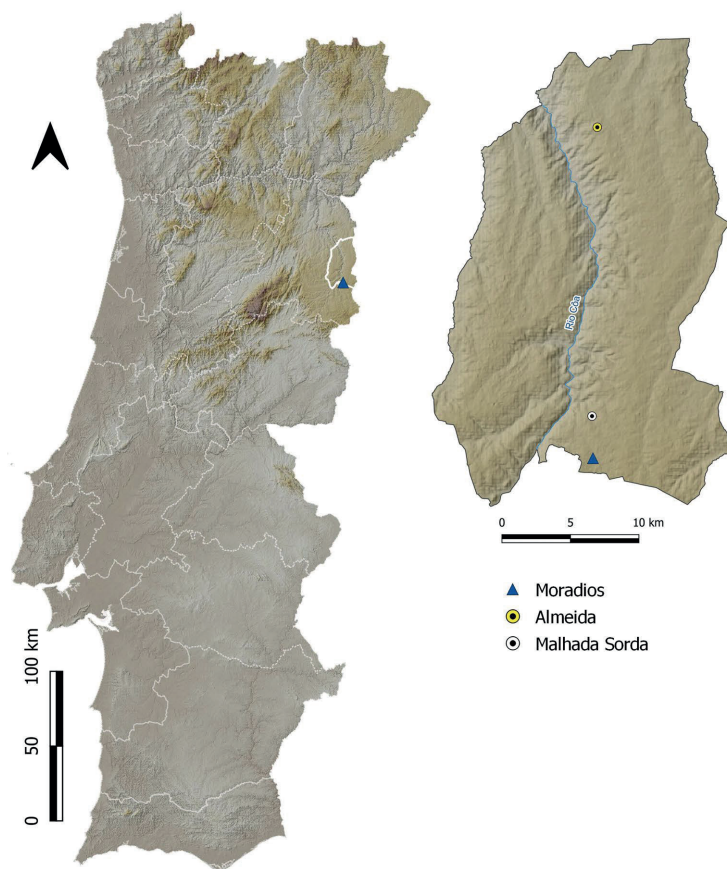


FIG. 1 – *Localização do sítio dos Moradios.*

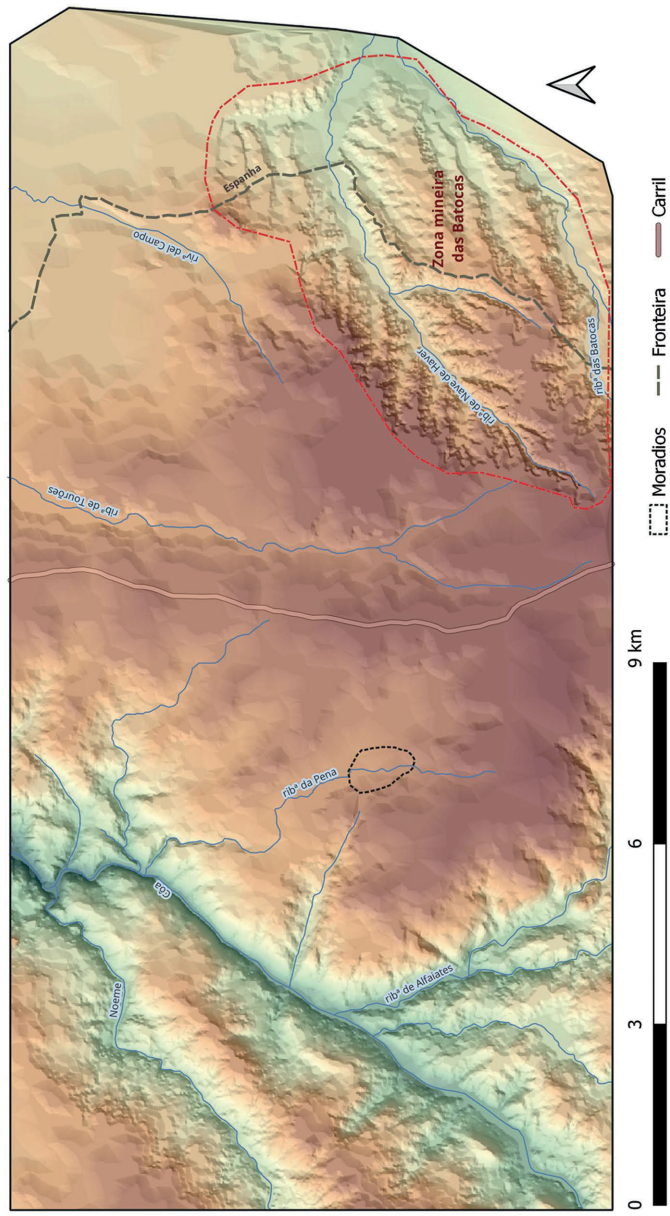


FIG. 2 – Mapa hipsométrico da área envolvente aos Moradinhos.



FIG. 3 – *Pizarra de Moradios.*

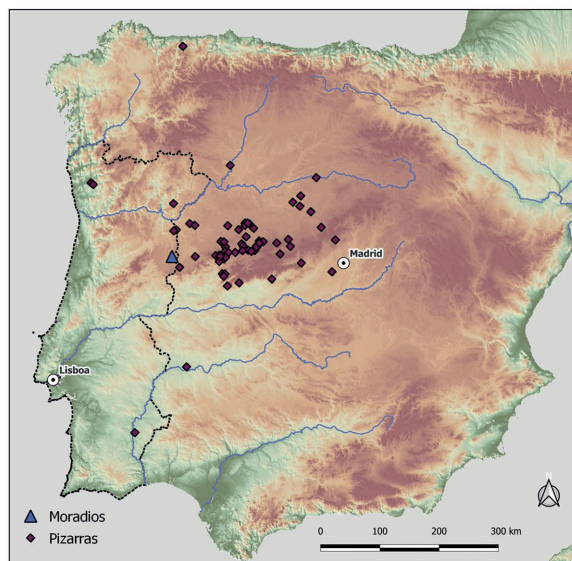


FIG. 4 – *Dispersão de pizarras na Península Ibérica.*

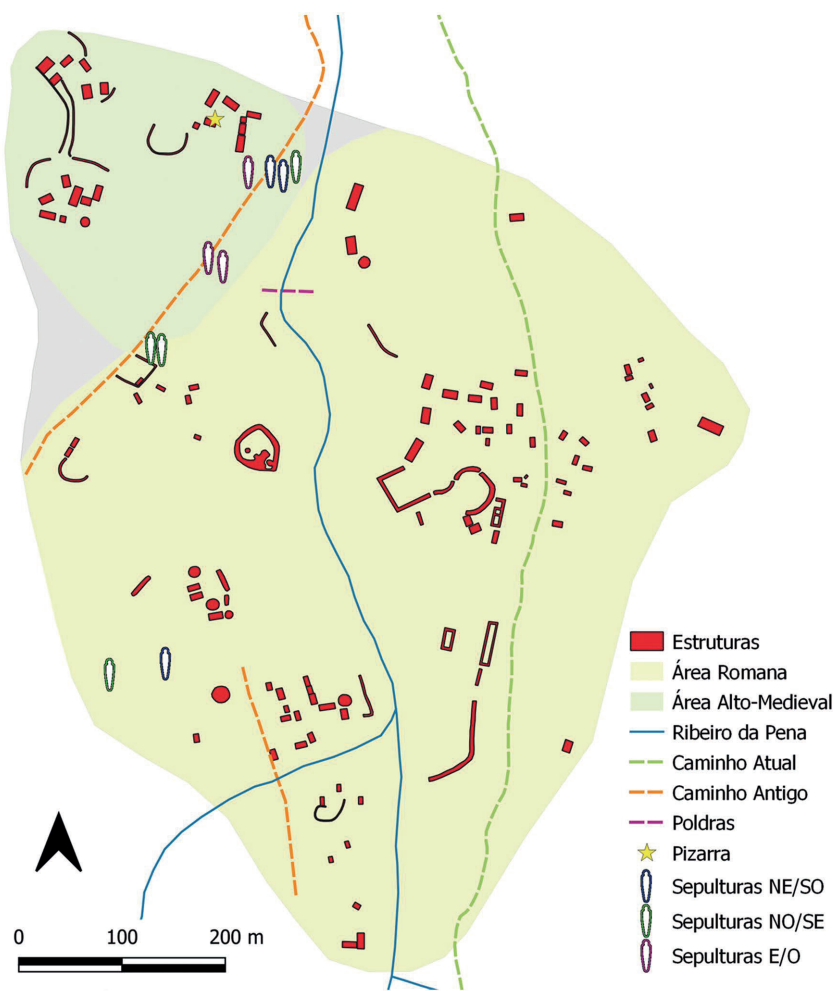


FIG. 5 – Planta interpretativa dos vestígios arqueológicos dos Moradios.

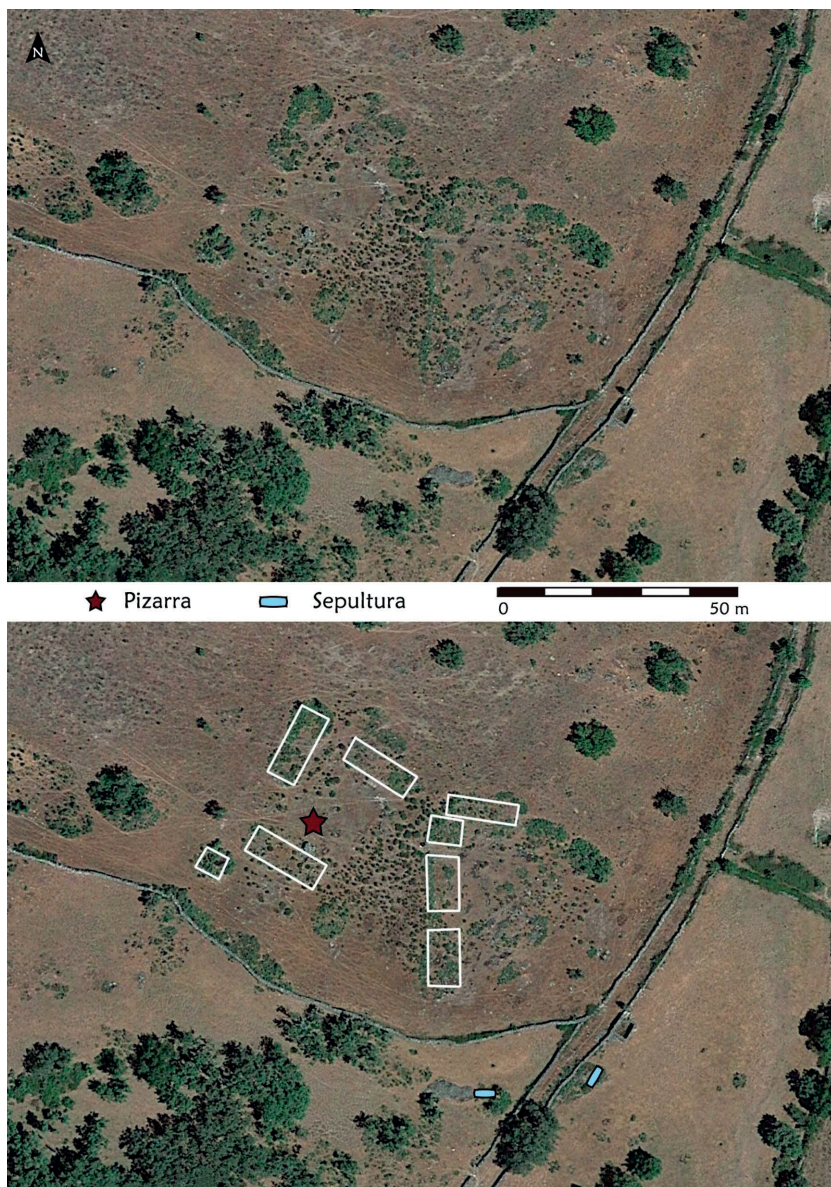


FIG. 6 – Local do achado da pizarra e interpretação dos vestígios na ortofoto.

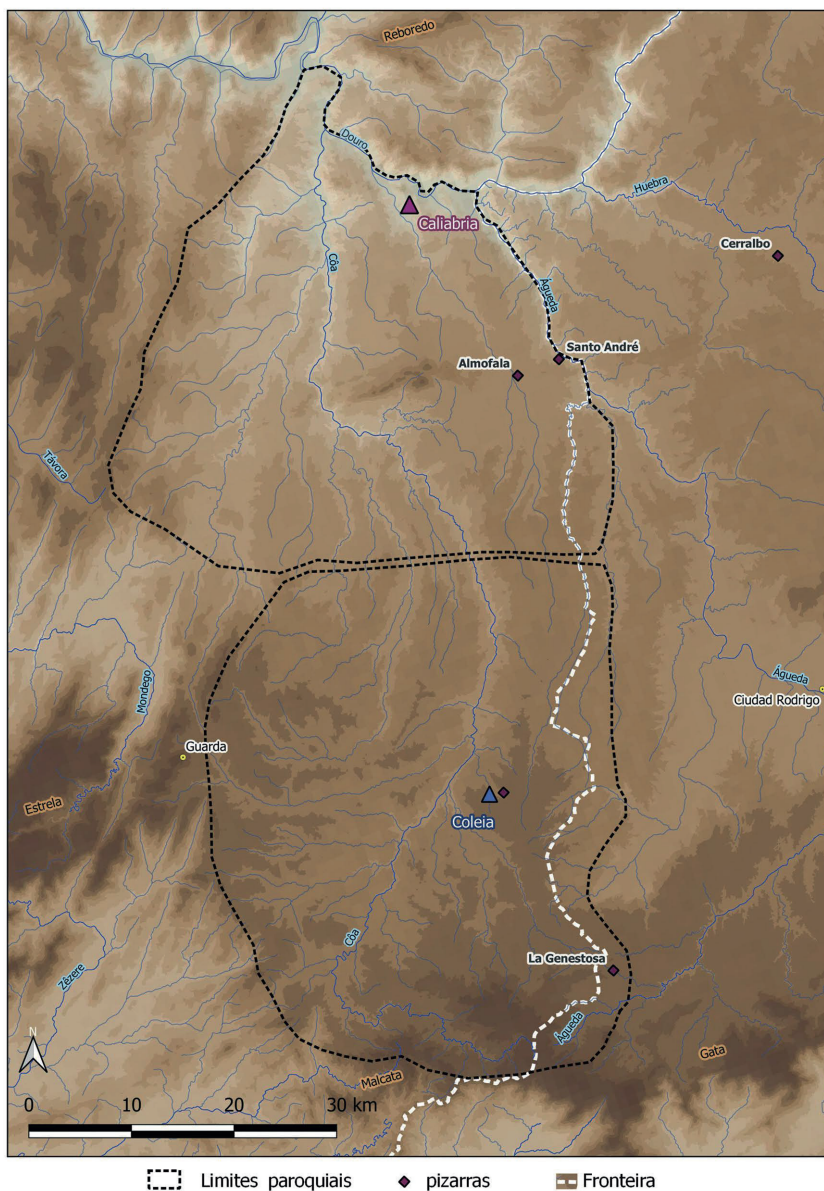


FIG. 7 – Proposta cartográfica dos limites territoriais das paróquias Calábria e Coleia.



FIG. 8 – *Sepulturas escavadas na rocha dos Moradios.*



FIG. 9 – *Vestígios dos alicerces das paredes das estruturas arruinadas de Moradios.*

MARINA AFONSO VIEIRA
IEM (Instituto de Estudos Medievais)
mafonsovieira@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-5789-1057>

SUSANA TEMUDO
Universidade de Coimbra
susanathemudo@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-3981-6993>

NOTAS PARA O CONHECIMENTO DA CERÂMICA MEDIEVAL
NO ALTO PAIVA. O CONTRIBUTO DO SÍTIO DE CARVALHAIS
(VILA NOVA DE PAIVA, VISEU)

NOTES ON MEDIEVAL CERAMICS IN THE UPPER PAIVA.
THE CONTRIBUTION OF THE CARVALHAIS SITE
(VILA NOVA DE PAIVA, VISEU)
“Conimbriga” LXII (2023) p. 195-239

http://doi.org/10.14195/1647-8657_62_10

Texto recebido em / Text submitted on: 09/10/2022

Texto aprovado em / Text approved on: 20/04/2023

RESUMO: Apresenta-se o estudo do espólio cerâmico proveniente de uma escavação de minimização de impacte, realizada em 2015/2016, no sítio arqueológico de Carvalhais. Apesar de as estruturas exumadas não terem dado informação relevante, a pequena coleção cerâmica reúne condições para fornecer dados a ter em conta na caracterização da cultura material da alta Idade Média. Do breve estudo cerâmico efetuado releva-se que existe alguma homogeneidade no conjunto, na sua maioria as suas pastas são pouco depuradas, contêm grande número de elementos não plásticos e poderão corresponder a pastas graníticas locais. Através dos

Conimbriga, 62 (2023) 195-239

vasos estudados percebe-se que o repertório formal é reduzido, predominando os potes/panelas, alguidares e jarros.

Partindo das características formais, tecnológicas e estilísticas das cerâmicas, sem esquecer a análise macroscópica das pastas e superfícies, procurou-se contrastar a coleção com contextos alto medievos bem conhecidos e com datações absolutas.

PALAVRAS-CHAVE: Alta Idade Média; Cerâmica alto-medieval; Povoamento rural.

ABSTRACT: This paper presents the study of the ceramic remains originated from a rescue excavation, carried out in 2015/2016, at the archaeological site of Carvalhais. Although the exhumed structures have not offered relevant information, the small pottery collection seems to allow some insights on the characterization of the material culture of the Early Middle Ages.

From the brief ceramic study carried out, it is clear that there is some homogeneity in the set, most of its fabric is poorly depurated, contains a large number of non-plastic inclusions and may correspond to local granitic pastes. The vessels reveal a reduced formal repertoire, with pots/pans, bowls and pitchers predominating.

Based on the formal, technological, and stylistic characteristics of the pottery, without forgetting the macroscopic analysis of the fabric and surfaces, we have tried to contrast the collection with well known early medieval contexts with absolute dates.

KEYWORDS: Early Middle Ages; Early Middle Ages pottery; Rural Settlement.

NOTAS PARA O CONHECIMENTO DA CERÂMICA MEDIEVAL NO ALTO PAIVA. O CONTRIBUTO DO SÍTIO DE CARVALHAIS (VILA NOVA DE PAIVA, VISEU)

Nota introdutória

O presente artigo visa dar notícia dos resultados de uma intervenção arqueológica de minimização de impacte ocorrida em 2015/2016 na área do sítio arqueológico de Carvalhais que se localiza a cerca de 1500 m para NNO da sede de concelho, Vila Nova de Paiva, de um lado e outro da estrada nacional 329 que conduz a S. João de Tarouca. Pertence ao distrito de Viseu e corresponde-lhe o Código Nacional de Sítio N.º 11837 (FIG. 1).

Dessa intervenção resultou uma coleção de fragmentos cerâmicos de que se apresenta o estudo, visando contribuir para o conhecimento da cultura material no Alto Paiva alto mediévico. Deste modo, o presente artigo tem como principal intuito a caracterização de um conjunto de cerâmicas de uso tendencialmente doméstico.

Uma vez que Carvalhais ainda não foi objeto de uma publicação geral, vai-se começar por descrever e delinear um historial do conhecimento do sítio e só depois se irá abordar em detalhe a intervenção mais recente e finalmente apresentar o estudo dos materiais cerâmicos.

Descrição e historial do sítio de Carvalhais

Em termos de implantação, o sítio arqueológico ocupa uma área de meia encosta voltada a sudeste, para o pequeno vale da ribeira do Sabugal. As 12 sepulturas escavadas na rocha granítica, algumas apenas parcialmente conservadas, dispersam-se numa pequena chã (a cerca de 790m de altitude) em núcleos de 2 a 3, apresentando orientações e formatos diversos. Uma antropomórfica plena, em que a cabeceira está

delineada externamente, 3 com antropomorfismo interno na cabeceira e estreitamento para os membros inferiores, visível externamente. As restantes, quando é possível estabelecer a forma, são trapezoidais e subtrapezoidais. 5 das sepulturas apresentam rebordo para encaixe de tampas monolíticas. De uma forma geral apresentam mau estado de conservação por terem sido, aparentemente, alvo de extração de pedra, existindo marcas de guilhos em alguns dos sepulcros. Existe ainda uma sepultura isolada que se encontra a NNO da necrópole, num ponto que ronda os 820m de altitude, sobranceiro à ribeira do Sabugal, mas ainda assim não é o ponto mais alto, pois há, a cerca de 200m para oriente, uma elevação de 832m. Parece-nos que – mais importante do que estar num ponto elevado ou visível – era estar a sobrepujar os terrenos que se desenvolvem na área do vale da ribeira, que ainda hoje se apresentam agricultados (milho e centeio).

A cerca de 10m a sul da necrópole, numa pequena elevação (802m altitude), existe uma área de escorial, indiciando uma atividade de forja, não existindo, contudo, dados que permitam deduzir cronologia para a mesma (FIG. 2, n.º 3).

A primeira alusão ao local é de 1940 e refere somente que ali existiam sepulturas escavadas na rocha (GAMA, 1940: 85). Em 1974, na revista *Beira Alta*, o local é descrito por alguém com o pseudónimo Celtibero Lusitanus, referindo para além das sepulturas – que descreve como “vazias e danificadas” – que teriam aparecido “porções de objectos cerâmicos” nos terrenos agrícolas, a oriente e sul destas, aos quais a população apelida de Linhares (LUSITANUS, 1974: 250-251). O local é apontado como vestígio dos “primeiros cristãos” pelo erudito autor da “História do bispado e sede de Lamego” (COSTA, 1979: 310; 1985: 422). Nos inícios dos anos oitenta as sepulturas são descritas com algum pormenor num trabalho de âmbito académico (BELEZA, 1981: 110-112).

Em 1992, Jorge Adolfo Marques refere o achado de materiais de superfície que considera corresponderem à época romana, embora no final do artigo ressalve que a tégula possa ter sido usada também na Alta Idade Média¹. O mesmo autor em 1995, na sua dissertação de mestrado, descreve dez sepulturas e apresenta as respetivas medidas, dando

¹ O autor quando menciona a presença dos artefactos acrescenta que seriam “fragmentos de cerâmica de uso doméstico de produção regional de cor alaranjada com vestígios de engobe vermelho; cerâmica de construção (tegulas, imbrices e tijolos) [*sic*]; pedra aparelhada miúda; uma mó manual e escórias de ferro” (MARQUES, 1992: 376).

a conhecer ainda a sepultura isolada a norte da necrópole, que diz distar desta cerca de 300m e a que chama Carvalhais A (MARQUES, 1995: 146-147; 2000: 144-146). Volta a referir a estação em artigo de 1996, mas sem acrescentar informação para além da publicada anteriormente (MARQUES, 1996: 209-210).

No âmbito do projeto “Alto Paiva: Sociedades e estratégias de povoamento desde a Pré-história Recente à Idade Média”, coordenado por Domingos J. Cruz e incluído no Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos 1998-2002, o local foi objeto de levantamento e publicação, tanto para um público mais especializado (VIEIRA, 2000; 2004a: 61, 69-70, 73-74, 78, 155, 176-180, 212-214), como para divulgação e usufruto da população em geral (CRUZ *et al.*, 2000a: 38; 2000b: 261-262).

O sítio é referido como um dos 300 sítios arqueológicos visitáveis em Portugal (RAPOSO *et al.*, 2001: 129) e integrou o roteiro arqueológico do município, estando sinalizado, embora a limpeza do local já não seja feita todos os anos como aconteceu no passado.

Apesar do sítio arqueológico de Carvalhais estar referenciado na base de dados Endovélico, em 2001 – ao ser construído um novo traçado para a estrada N329 –, não são realizados trabalhos arqueológicos prévios e a estação sofre uma destruição muito considerável. Nas terras revolvidas pelas máquinas são observados muitos materiais, nomeadamente fragmentos de grandes dimensões de telhas, pedras aparelhadas com restos de argamassa, bem como muita cerâmica diversa com características enquadráveis na época romana. Também surgiam misturados materiais mais antigos, como alguns fragmentos cerâmicos com acabamento cepilhado.

Após esta destruição, o sítio foi alvo de intervenção arqueológica no âmbito do projeto “Da serra da Nave ao Vouga: paisagens humanas da Antiguidade Tardia à Alta Idade Média”, que decorreu entre 2003 e 2006². A primeira campanha de trabalhos foi dirigida por Alexandre Canha e cumpriu o objetivo de identificar áreas onde tivessem sido preservados vestígios arqueológicos *in situ*, uma vez que depois da destruição o local ficou bastante alterado pelas movimentações de terras efetuadas pelas máquinas, que espalharam terras com os materiais arqueológicos ao longo da estrada.

² Projeto financiado no âmbito do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos do extinto Instituto Português de Arqueologia.

Desta primeira intervenção de diagnóstico interessa reter que foram exumados vestígios atribuíveis genericamente ao período romano, precedidos de uma ocupação da Idade do Ferro. Isto é, identificou-se uma vala de fundação de um muro argamassado que rompia um piso associado a fragmentos cerâmicos pré-romanos. Também se releva o facto de ter sido possível perceber que, a cerca de 1,60m da superfície (na quadrícula F1, sondagem 3, onde a potência estratigráfica é maior, mas onde não se identificaram estruturas históricas) existe um substrato com materiais atribuíveis à Idade do Bronze Final, muito semelhantes aos que se conhecem do sítio arqueológico de Canedotes (VIEIRA, 2004b; CANHA, 2002: 27).

As campanhas de 2004 a 2006, dirigidas por Marina Vieira, puseram a descoberto uma série de alicerces de estruturas de pedra granítica aparelhada, ligada com argamassa de cal, atribuíveis aos séculos IV-V, sobre as quais terá existido uma ocupação do séc. VI-VII, esta última muito afetada pelos trabalhos agrícolas. Desde as primeiras sondagens que se verificou que a camada de solo agrícola é magra, entre os 15 e os 25cm, pelo que as camadas arqueológicas mais recentes se encontram perturbadas pelo uso do arado (VIEIRA, 2007).

Percecionou-se a existência de várias fases de remodelação das estruturas pétreas embora, atendendo aos materiais exumados, sempre dentro das cronologias do Baixo Império. Recolheram-se fragmentos de materiais que poderão remeter para o Alto Império, mas em percentagem residual (VIEIRA, 2004b, 2005, 2006).

De cronologia posterior, depreende-se pela estratigrafia, mas também pelas características intrínsecas, será uma construção realizada em pedra seca, de que se exumou apenas um tramo com direção *grosso modo* este oeste, que poderá ter servido de base para paredes constituídas por materiais perecíveis. A cultura material associada a esta estrutura é diferente da exumada nos níveis anteriores, apesar de se detetar uma nítida residualidade no que toca a materiais cerâmicos da fase anterior. Tendo em conta que estes últimos terão uma cronologia até ao século VII³, esta ocupação pertencerá a período seguinte (VIEIRA, 2007).

Não foi possível estabelecer uma funcionalidade específica para os restos de edifícios, mas nenhum elemento é estranho a um assentamento de cariz agrícola (VIEIRA 2006, 2007). Uma hipótese que não se

³ Serão brevemente publicadas as datações de radiocarbono.

pode descartar, no estado atual do conhecimento deste sítio, é a de ter existido um assentamento continuado, ligando os diferentes momentos de ocupação documentados.

O contexto arqueológico – intervenção 2015/2016

Em 2015, no âmbito da construção de uma moradia unifamiliar, a cerca de 60m a NNO da área escavada em 2003-2006, efetuaram-se trabalhos arqueológicos de minimização e salvaguarda patrimonial, na figura de sondagens prévias de diagnóstico, sucedidas pelo acompanhamento arqueológico de todas as ações com impacto direto no solo (CANHA e TEMUDO, 2016). Uma intervenção condicionada pelas especificidades técnicas do projeto de arquitetura a implementar e, por isso, circunscrita à localização das sondagens às zonas de maior impacto, as sapatas.

A área sondada totalizou 22m², distribuída por 7 sondagens (correspondentes às sapatas) (FIG. 4). A potência estratigráfica desvelada é muito exígua e é composta por duas camadas, a vegetal e a antrópica, esta última reveladora de materiais arqueológicos e de estruturas associáveis à zona arqueológica intervencionada no âmbito das escavações inseridas no Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos, acima referidas.

Foi assim possível compreender que os vestígios arqueológicos se prolongam em direção ao topo da colina, embora se mantenham a meia encosta. Apesar da pouca expressividade estratigráfica, recolheu-se um conjunto considerável de fragmentos cerâmicos de uso quotidiano, que agora serão apresentados com maior rigor, bem como algumas peças líticas e material de construção (tégulas e telha de meia cana). Numa apreciação de conjunto estes artefactos são inseríveis na Alta Idade Média.

As estruturas encontradas caracterizaram-se por ser construções *in situ*. A primeira, identificada na Sapata 28 [02], que motivou o alargamento da sondagem para caracterização, apresentou uma planta sub-circular em pedra, coberta pela camada antrópica e assente sobre o substrato geológico, que ora se revelou na forma de saibro [03], ora afloramento rochoso [04]. Esta estrutura apresentou-se como sendo uma unidade composta por pedras graníticas de grande/médio porte, dispostas de forma ordenada e sem aparente ligante na sua cons-

tuição (FIG. 3.1). Talvez os alicerces de uma construção em pedra seca, embora sem demonstrar as características do muro mais recente (estratigraficamente posterior às camadas datadas do século VI-VII) documentado na campanha de 2006, que é constituído por um duplo paramento e pedra miúda no interior (VIEIRA, 2007), porventura por estar muito destruído.

Possivelmente correlacionado com a estrutura [02] identificou-se um buraco de poste [05], escavado no solo geológico, de planta circular e situado a oeste do centro da [02] (FIG. 6). A implantação destas unidades estratigráficas posiciona-se sobre o solo rochoso, encontrando-se parte da estrutura [02], ligeiramente afastada de um corte feito no granito. Este corte no solo geológico sugere a presença de uma hipotética vala de fundação, talvez o negativo de uma estrutura anterior, pois estratigraficamente, tanto a [02] como a [03], foram colmatadas pelas mesmas terras, tal como o buraco de poste [05].

Da camada antrópica exumou-se uma quantidade relevante de espólio cerâmico, de diferentes tipologias, inseríveis em contextos altomedievais, embora também se tenham identificado alguns fragmentos de época romana, nomeadamente dois fragmentos de *sigillata* e outro de cerâmica comum, também pertencente a uma pequena forma (FIG. 11, n.^{os} 1 a 3).

Fora do contexto de escavação, no decorrer do acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos diretamente pela obra e, portanto, fruto dos trabalhos de remoção das terras com máquina, assinalou-se uma segunda estrutura, a cerca de 39 metros a NO da [02], identificada pela letra [A] (FIG. 3.2). Vestígio que poderá corresponder a uma segunda construção, igualmente assente no solo rochoso e detentora da mesma técnica construtiva da estrutura [02], apesar de sugerir uma planta ligeiramente diferente da anterior. A estrutura [A] é composta por pedras de granito não afeiçoadas de pequena/média dimensão, com uma orientação E-O, colocadas por justaposição e que seguem, de certo modo, os entalhes naturais do afloramento rochoso. Um posicionamento que sugere uma organização em linha, seguindo a orientação do afloramento.

Relativamente próxima da estrutura [A] e sem aparente relação direta, assente no solo saibroso, registou-se uma concentração de pedras [B] (FIG. 3.2 e FIG. 7), não tendo sido possível entender qual a sua articulação com a primeira. Ambas se encontraram ocultas por uma camada antrópica igual à assinalada na sondagem 28 e detentora do

mesmo tipo de materiais arqueológicos, com especial destaque para um fragmento de movente em granito, pelo que se concluiu que este espaço seria contemporâneo da estrutura [02].

Por último, refira-se o achado em deposição secundária e envolto na terra vegetal, de um almofariz em granito fragmentado (FIG. 8), encontrado na Sapata 25, junto a um dos blocos graníticos que caracterizam o espaço e a cerca de 4m de distância da estrutura [02]; entregue no final dos trabalhos ao município de Vila Nova de Paiva.

Quanto aos líticos, para além dos já aludidos (1 almofariz fraturado e 1 movente granítico), foram também recolhidos em acompanhamento, portanto sem estratigrafia definida: 1 seixo de quartzo muito desgastado (movenite?) e 3 fragmentos de pedras de afiar, aos quais se soma mais 1 recolhido na camada vegetal [00] (FIG. 9).

O espólio vítreo resume-se a um fragmento, sem forma, de cor verde amarelado (Munsell 5Y 5/6) com pequenos vacúolos redondos e impurezas negras, proveniente dos trabalhos de acompanhamento.

Conjunto cerâmico

Cerâmica, é o que nos fica – em condições de conservação terrestre normais – da panóplia de objetos usados no quotidiano, pois a madeira, a cortiça, o couro e outros materiais perecíveis raramente deixam rasto. É também comum que seja o material mais abundante recuperado em escavações arqueológicas, foi o que aconteceu nesta intervenção de 2015/2016.

Os estudos cerâmicos para a cronologia alto medieval em Portugal ainda não estão muito desenvolvidos. As cerâmicas finas sempre mereceram mais atenção, sobretudo nos contextos que se seguem ao período romano, mas nos últimos anos assiste-se a um enfoque crescente no que toca à publicação de cerâmicas comuns, de fabricos locais e regionais e respetivos contextos (SOUZA e CORDERO RUIZ 2020: 150).

Felizmente, para a área entre o Douro e o Mondego já existem publicações de referência que unem os estudos do acervo cerâmico a datações de radiocarbono, fruto de projetos de investigação desenvolvidos nos últimos anos. Relevam-se as sínteses de Catarina Tente e Adriaan de Man (DE MAN e TENTE, 2014; TENTE e DE MAN, 2016). De idêntico horizonte cronológico há ainda a destacar os resultados publicados por António Silva e Manuela Ribeiro (SILVA e RIBEIRO, 2006,

2014). Apesar de não recorrerem a datações absolutas, evidenciam-se ainda as publicações dos materiais de escavações de Coimbra, quer do Pátio das Escolas (CATARINO, FILIPE e SANTOS, 2009), quer da área do Museu Nacional de Machado de Castro (SILVA, FÉRNANDEZ FERNÁNDEZ e CARVALHO, 2015; SILVA 2016). Menção ainda para o mais recente e muito necessário estudo e publicação de materiais de escavações antigas, neste caso da conhecida estação arqueológica de Santa Olaia que não tem apenas uma importante ocupação da Idade do Ferro, mas também medieval (NAZARÉ, 2013; SILVA, ALMEIDA e PEREIRA, 2021⁴).

Em termos de contexto, o sítio de Carvalhais contrasta com os sítios publicados até ao momento, relativos ao Alto Mondego, uma vez que o local teve uma ocupação de época romana e alto medieval e os vestígios encontrados apontam para uma convivência com modelos cerâmicos de herança romana, enquanto que os sítios do Alto Mondego são fundações *ex-novo* do século IX/X e terão tido ocupações curtas, estimadas entre 2 a 4 gerações (TENTE e DE MAN, 2016: 64). Tendo em conta a existência de ocupações de épocas anteriores, o sítio de Carvalhais aproxima-se mais dos sítios arqueológicos de Arouca, o Castelo de Arouca e o casal de Malafaia. Do primeiro pela existência de uma ocupação da Idade do Ferro até, provavelmente, aos séculos V/VI d.C., a que se sobrepôs um castelo roqueiro nos finais do século IX (SILVA e RIBEIRO, 2014: 162-163), do segundo pela ocupação alto imperial e dos séculos III/IV a V/VI, a que se segue uma ocupação pontual do século X (SILVA e RIBEIRO, 2014: 164-165).

Apesar de não ter sido possível exumar a totalidade da estrutura pétrea, o que impede uma melhor compreensão desta construção e, consequentemente, a identificação da sua funcionalidade, estamos perante um contexto homogéneo que não terá sido adulterado por intrusões posteriores. Apesar da superficialidade dos níveis arqueológicos, apenas se recolheu um fragmento de cronologia manifestamente mais recente (um pequeníssimo fragmento vidrado). Assim, esta publicação pretende ser um contributo para o conhecimento das cerâmicas medievais nesta região, ainda que modesto. Não existem datações absolutas,

⁴ A que acresce a comunicação apresentada no dia 23 de março de 2023, por estes últimos autores, ao VII Congreso de Arqueología Medieval (España-Portugal) realizado em Sigüenza – *Rise & fall: o ciclo medieval de Santa Olaia (Figueira da Foz, Portugal)* –, onde se dá a conhecer a face medieval desta estação arqueológica. Agradecemos aos autores o acesso à comunicação na sua forma digital.

pelo que a indicação cronológica é deduzida com base nas características formais, tecnológicas e estilísticas das cerâmicas, tendo ainda em atenção o contexto arqueológico e a comparação com formas e decorações atribuídas à alta Idade Média em sítios datados através de métodos absolutos.

Considerando que um dos principais problemas que afetam os estudos de cerâmica alto medieval é a utilização de diferentes metodologias (VIGIL-ESCALERA e QUIRÓS CASTILLO, 2016: 27), para facilitar a comparação de dados iremos procurar seguir a nomenclatura e abordagem adotadas pelos estudos publicados para a zona do Alto Mondego e Baixo Douro referidos supra.

Quadro 1 – *Inventário geral dos fragmentos de cerâmica.*

Bordos	Asas	Paredes	Fundos	Outros (b)	Mat. Construção
62	11	492	84 (a)	3 (b)	45 (c)

(a) Dos quais 11 fragmentos são bases em disco (10 recipientes).

(b) 1 feito de raiz como cossoiro, os outros serão reutilizações, 1 com perfuração pós-cozedura.

(c) Inclui um fragmento de placa de argila.

Foram recolhidos todos os artefactos identificados, sem se ter aplicado qualquer tipo de seleção. Assim, a coleção cerâmica tem um total de 697 fragmentos. Destes, 44 são materiais de construção, tendo sido possível identificar 17 fragmentos de telha curva e 7 fragmentos de tégula. Os restantes 21, todos com medida inferior a 5 cm, estão muito rolados e não permitem identificação segura. Mesmo as peças que possibilitaram identificação do tipo a que pertencem estão muito fragmentadas, sobretudo as tégulas, não havendo nenhum pedaço com medida superior a 9,5 cm. Esta situação, somada à fraca presença deste material, indicia que estes fragmentos, sobretudo os mais antigos, poderiam estar a ser reutilizados sem que tivessem já a sua função inicial de cerâmica de cobertura. Todos os fragmentos são provenientes de cozedura em atmosfera oxidante, como é vulgar neste tipo de material.

Ainda dentro do material classificável como cerâmico (e que contabilizámos no quadro acima dentro do material de construção) encontra-se um fragmento de placa de barro cozido que apresenta uma rubefacção consentânea com uma repetida exposição a altas temperaturas.

Tem uma espessura regular de 3,6cm, bastante homogénea (o fragmento tem as dimensões máximas de 8 e 13 cm). Nas fraturas é possível observar grande quantidade de carvões na sua composição.

Do total de 697, 502, isto é, 72%, são fragmentos de cerâmica atribuíveis a paredes de recipientes cerâmicos; 45 dos quais apresentam decoração, que tudo indica estaria sobretudo na parte superior da peça. Também de âmbito doméstico, temos 3 cossoiros, artefactos associados à técnica de fiação em fuso. Dois moldados para esse efeito e outro reaproveitado de um fragmento cerâmico, sendo observável que o furo – um pouco descentrado – foi feito após a cozedura do barro (FIG. 15, n.º 25). Os criados com o barro cru apresentam características muito diferentes, um é discoide e plano nas duas faces (FIG. 15, n.º 24), o outro é convexo na face superior (FIG. 15, n.º 23).

Da análise macroscópica das pastas releva-se que a grande maioria será de origem granítica e pode ser definida como pouco depurada, incluindo muitos elementos não plásticos, mal calibrados e muito abundante em mica. Apenas 2 fragmentos de fundo que claramente não correspondem a esta descrição, com as suas pastas bem depuradas e boas cozeduras oxidantes, correspondentes a fabricos hispânicos de *sigillata*, mais especificamente produções do Vale do Douro (FIG. 11, n.º 1 e 2). Há ainda um terceiro fragmento de fundo que também apresenta uma superfície de coloração semelhante aos primeiros, mas a cozedura é redutora/oxidante e a pasta, embora bem depurada, apresenta alguns elementos não plásticos visíveis e tem pequenas imperfeições que não foram corrigidas (como o arrastamento da pasta na base e pequenos orifícios na superfície); atendendo à pequena forma e fundo plano poderá tratar-se de uma imitação de *sigillata* tardia (Fig. 11, n.º3). Este grupo é constituído por pequenas taças, contrastando, como veremos abaixo, com o repertório cerâmico maioritário.

O número mínimo de recipientes (NMR), obtido através da contagem de bordos, foi de 50 indivíduos. Tendo em atenção a elevada fragmentação e o baixo índice de colagens e associações, nalguns casos devido à má conservação dos fragmentos que se apresentavam friáveis, consideramos o número de peças significativo para uma coleção tão pequena. Não foi possível reconstituir nenhuma forma completa, apenas perfis de bordos e fundos.

Quadro 2 – *Carvalhais. Percentagens dos fabricos, ambientes de cozedura, formas e decoração.*

		NMR Bordos		NMR Fundos	
		N.º	%	N.º	%
Fabricos	Torno	50	100	37	54,4
	Misto			12	17,6
	Manual			2	2,9
	Indeterminado			17	25
Cozeduras	Oxidante	19	38	16	23,5
	Redutora	15	30	8	11,8
	Oxidante-redutor	4	8	12	17,6
	Redutor-oxidante	10	20	24	35,3
	Indeterminado	1	2	7	10,3
	Misto	1	2	1	1,5
Formas	Pote / Panela	21	42		
	Alguidar	16	32		
	Jarro	8	16		
	Indeterminada	5	10		
Peças decoradas		7	14		

Com base na análise dos bordos diríamos que todos os recipientes foram montados a torno. Contudo, pelo estudo dos fundos, sabemos que a realidade é um pouco diferente. Permitimo-nos, por isso, a considerar, apenas para fins comparativos, uma contagem de indivíduos através dos fundos, tal como aparece representado no quadro a cor cinzenta (Quadro 2). Assim, já nos é dado notar que há outros dados. Apesar de maioritariamente termos o uso do torno, 12 recipientes apresentam técnica mista, ou seja, associam a manual ao torno: 10 são fundos de alguidar em disco e 2 que evidenciam a técnica de rolos associada ao torno. Os dois fragmentos manuais são algo difíceis de valorizar, uma vez que são fragmentos relativamente pequenos e as peças também não seriam muito grandes, mas mostram evidentes marcas de dedadas no interior que não foram disfarçadas e no exterior uma configuração algo irregular. Finalmente há uma quantidade significativa de peças em que não foi possível observar as marcas do uso do torno, sobretudo pelo desgaste da superfície ou rugosidade da pasta (25%, cf. quadro 2), mas cuja regularidade (ao nível de espessura e forma) indicia que se trata de peças feitas a torno.

Quando se olha uma coleção cerâmica alto medieval é comum termos uma ideia de cores escuras o que *a priori* se interpreta como resultado de cozeduras redutoras. Contudo é preciso ressaltar que muitas vezes as pastas se apresentam escuras devido ao seu uso ao lume ou por – já fragmentadas – terem sido deixadas dentro de lareiras. Como é usual que a maioria dos recipientes desta época sejam panelas ou potes, o que parece determinar a cor com que nos chega uma parte significativa dos fragmentos é o uso e não o fabrico.

De facto, uma quantidade apreciável das cerâmicas aqui estudadas apresenta-se enegrecida pelo fogo, algumas ainda com a fuligem agarrada à superfície, o que dificultou por vezes a determinação do tipo de cozedura, sobretudo nos fundos, mais sujeitos à ação do fogo (fragmentos indeterminados – 1 nos bordos e 7 nos fundos, cf. Quadro 2).

As cozeduras oxidante (38%) e redutora-oxidante (20%), que resultam em superfícies de cores laranja, bege e cinzento claro, representam mais de metade dos recipientes (58%), o que é espelhado na representação do NMR dos fundos (58,82%), portanto ao nível da cozedura não há divergências quando se analisam dados dos bordos ou dos fundos, como aliás é expectável. A cozedura redutora é identificada em 30% dos recipientes, e a redutora-oxidante em 8%, oferecendo superfícies de tons acastanhados e cinzentos (cf. Quadro 2).

Apenas um número residual de recipientes (1 bordo e 1 fundo) mostram superfícies simultaneamente redutoras e oxidantes. Ainda assim podemos dizer que, no geral, as cozeduras são irregulares e muito provavelmente a temperaturas baixas, o que se depreende da fragilidade dos fragmentos cerâmicos e respetivas colorações.

A maioria das formas identificadas são o pote/panela, o alguidar e o jarro. A multifuncionalidade destes recipientes permitia que cobrissem todas as necessidades, apesar de não podermos negligenciar a existência de objetos fabricados com materiais perecíveis, que certamente complementaríamos os de barro.

Os potes / panelas representam 42% do total de recipientes, portanto a maioria das peças serviriam para cozinhar ao lume e para guardar alimentos. Os bordos apresentam alguma variabilidade de forma. Há bordos esvasados triangulares (FIG. 16, n.º 29), colos estrangulados com bordo de lábio espessado para o exterior (FIG. 16, n.º 26), bordos redondos em recipientes de perfil em “S” pouco pronunciado, este último o mais representado com 8 recipientes (FIG. 16, n.º 30).

Em termos de diâmetros, embora nem sempre tenha sido possível de determinar, face à fragmentação encontrada, os valores oscilam entre os 90 e os 250mm. Claro que estas dimensões são da boca dos recipientes, sendo expectável diâmetros mais elevados ao nível dos bojos.

Depois dos potes / panelas, a popularidade do alguidar está patente na sua representação, com 32% do NMR dos bordos. Esta forma aberta também seria multifuncional, utilizada desde a preparação até ao consumo de alimentos (TENTE e DE MAN, 2016: 51). Estas peças são identificáveis a partir dos bordos devido a apresentarem paredes retas oblíquas, mas a morfologia dos lábios é variada, normalmente com espessamento exterior que pode ser de secção triangular / subtriangular, ou arredondado e ainda um exemplar em forma de martelo. Esta última peça ostenta ainda decoração incisa na forma de uma linha ondulada no interior e exteriormente apresenta caneluras, sendo o único exemplo de decoração no interior e exterior da peça da coleção em estudo (FIG. 18, n.º 39). Ao nível da decoração há ainda a registar um cordão digitado, um ondulado penteado (3 incisões paralelas) e uma linha incisa. Ao todo 4 peças com decoração, representando mais de metade dos indivíduos decorados (que totalizam 7, vide Quadro 2).

Para não deixar de fora uma variante de alguidar teremos novamente que olhar para os fundos (cf. Quadro 2). Assim, verificamos a existência de 10 alguidares ditos de fundo em disco, um característico tipo que aqui surge bem representado. É curioso como existe uma variabilidade grande dentro deste morfotipo, como se pode observar na Figura 19. A base tanto se apresenta muito plana e quase perpendicular à parede do vaso como espessada ou arredondada. Nenhuma apresenta decoração. Foi possível determinar o diâmetro de apenas seis peças, oscilando este entre os 200 e os 300mm.

Os jarros, que seriam contentores para líquidos, são a forma menos representada (8 indivíduos, cf. Quadro 2) e também a menos conhecida, pois os fragmentos são pouco elucidativos. Apenas uma das peças teria um bocal trilobado, embora entre os fragmentos sem forma se tenha identificado mais um fragmento que também pertenceria a um jarro trilobado, embora lhe falte o bordo propriamente dito. Uma peça apresenta um mínimo bordo oblíquo e, abaixo de duas linhas incisas, um pontilhado (FIG. 12, n.º 8). Não se identificaram asas associadas, mas é possível que esta forma as possuísse.

Estão representadas 10 asas, maioritariamente de secção plana, uma apresenta uma depressão longitudinal, outra uma canelura central

espessada. Dois arranques de asa exibem puncionamento (FIG. 14, n.^{os} 21 e 22). Não foi possível relacionar nenhuma asa com fragmentos da parede das peças, contudo há um fragmento de asa que tem uma parte do colo da peça, ficando a interrogação se pertenceria a um jarro, tendo em atenção que nas coleções do Alto Mondego, que apresentam tantas similitudes com esta, os jarros costumam estar associados a asas de fita (TENTE, LANTES e PRIETO, 2014: 128).

Em termos de decoração é perceptível que o NMR deixa de parte um número considerável de exemplos decorativos, pois apenas 7 peças se encontram ornamentadas, quando existem mais 55 fragmentos decorados (52 sem forma e 3 asas). Todavia, tanto em número de peças (NMR), como em percentagem da coleção (8%), pode dizer-se que a regra são as peças lisas.

Numa apreciação do conjunto, pode considerar-se que a decoração se concentra na parte superior das peças, próximo dos bordos. Apenas um indivíduo apresenta decoração interior e exterior – o bordo de alguidar a que já se fez referência acima (FIG. 18, n.^o 39) –, de resto toda a decoração é no exterior dos recipientes. A incisão é o tipo decorativo preferido, seguida do cordão plástico, digitado ou não e das caneluras. As linhas incisas podem ser horizontais, por vezes unindo-se a linhas descrevendo meandros ou triângulos e até a cordões plásticos; também existem linhas onduladas duplas. Os cordões plásticos podem ser simples ou com depressões digitadas, que nalguns casos parecem ter deixado a impressão de um têxtil (FIG. 10).

Contentores de fogo, quer destinados à iluminação, quer ao aquecimento, estão aparentemente ausentes, como sucede nos sítios do Alto Mondego estudados por Catarina Tente (TENTE e DE MAN, 2016: 51).

Por último, há ainda a registar um fragmento que ostenta um pequeno orifício pós cozedura que parece ser de reparação (“gato” metálico). Este tipo de ocorrência remete-nos para um contexto em que os contentores cerâmicos eram um bem algo escasso (VIGIL-ESCALERA e QUIRÓS CASTILLO, 2016: 35, 37), pelo menos seria de importância para quem investiu o seu tempo a repará-lo.

Discussão

A coleção cerâmica de Carvalhais encontra-se dentro de um arco cronológico bastante alargado. Apesar de estratigraficamente não ter

sido possível determinar períodos diferentes, é improvável que todos os recipientes identificados correspondam a uma única fase de ocupação, embora partilhem a mesma deposição. Considerando a existência de um assentamento dos séculos VI/VII, a 60m de distância e a morfo-tipologia de algumas peças, e não obstante estarmos dentro do balizamento da Alta Idade Média, não podemos ignorar que estamos em presença de dois momentos de produção/uso, um mais antigo, que poderá ter início nos séculos VI-VII (momento 1) e outro mais recente, ligado à presença notória de alguidares de base em disco, para o qual podemos apontar o século IX-X como etapa inicial (momento 2).

Dada a proximidade geográfica, mas também pela semelhança litológica e até paisagística, parece-nos natural contrastar estes dados de Carvalhais com outros sítios escavados do Alto Mondego, bem como de Arouca. Encontramos ainda paralelismos numa área fora do território atualmente português, mas com afinidades ao nível do povoamento rural. Como veremos, existem muitas similaridades em termos de repertório de formas, decoração e até fabrico.

As estruturas pétreas postas a descoberto na intervenção de 2015/2016, sem argamassa, construídas com blocos irregulares sobrepostos, aproximam-se da ocupação tardia de Malafaia pela sua rudeza. Infelizmente, dado o carácter da escavação efetuada, que apenas incidiu sobre as áreas de afetação da obra, bem como pela fraca potência estratigráfica, não conhecemos a totalidade das estruturas, pelo que não sabemos qual seria a sua funcionalidade, apenas podemos conjecturar que seriam estruturas associadas a uma zona habitacional, uma vez que os materiais apontam para tarefas domésticas quotidianas.

Penedo dos Mouros, S. Gens e Soida, são sítios cercados por paliçadas e que albergariam várias famílias no seu interior, este último situa-se em altitude dominando visualmente parte do vale do Mondego, enquanto que os primeiros assumem posições sem destaque na paisagem (TENTE e DE MAN, 2016: 49-50). As datações absolutas apontam para uma ocupação destes espaços entre o século IX e a primeira metade do século X (TENTE e DE MAN, 2016: 49-50, fig. 2.3).

Já acima referimos que Carvalhais está mais próximo, no tocante ao contexto, dos sítios de Arouca devido a não ser uma fundação ex novo do século IX, particularmente do sítio de Malafaia. Este sítio, com cronologias aferidas por radiocarbono, é um assentamento rural com ocupação dos séculos I/II e III/IV a V/VI, a que se sobrepõe uma ocupação do século X, denunciada por lareiras e muretes de pedra seca sobre

os níveis de derrube e abandono das estruturas romanas (SILVA *et al.*, 2008: 723, 726-728, SILVA e RIBEIRO, 2014: 164-165).

Outro contexto de que Carvalhais se aproxima, no seu momento 1, fica atualmente no país vizinho, mas apresenta uma paisagem e litologia muito próximos, bem como a presença de uma ocupação romana prévia, neste caso do Alto Império (séculos I-II), a que se sucedem assentamentos do século VI-VII, em El Cañaveral, e do século VII-VIII, em El Pueblito, no sítio da Genestosa (Casillas de Flores, Salamanca). Esta cronologia tem por base datações de radiocarbono. Os locais habitacionais articulam-se ao longo de um ribeiro, existindo sepulturas escavadas na rocha nas proximidades das cabanas (MARTÍN VISO *et al.*, 2017; RUBIO DÍEZ, MARTÍN VISO e CENTENO CEA, 2022), da mesma forma que em Carvalhais o local habitado estava enquadrado pela necrópole e sepultura isolada.

Quadro 3 – *Contrastam-se os dados de Carvalhais com os dos sítios do Alto Mondego (TENTE e DE MAN, 2016: tabela 2.1).*

		Carvalhais	Penedo Mouros	S. Gens	Soida
Fabricos %	Torno	100	94	89,3	86,2
	Misto	0	3	4,3	13,8
	Manual	0	3	6,4	0
Cozeduras %	Oxidante	38	38,5	58	76
	Redutora	30	55,4	33	24
	Oxidante-redutor	8	1,5	4,5	0
	Redutor-oxidante	20	4,6	4,5	0
	Indeterminado	2	0	0	0
	Misto	2	0	0	0
Formas %	Pote / Panela	42	24	36	45
	Alguidar	32	10,4	7,5	3,4
	Jarro	16	14,9	7,5	13,7
	Taça	0	0	2,1	0
	Troncocónico inver.	0	0	7,5	0
	Indeterminada	10	50,7	39,4	37,9
Peças decoradas (%)		14	24,6	19,5	31

No tocante às cozeduras, também há similitudes na presença em maior quantidade de peças com superfície oxidante (que apenas não é dominante em Penedo dos Mouros, onde o ambiente redutor supera o ambiente oxidante) (TENTE e DE MAN, 2016: 51).

Ainda tecnologicamente, mas no que se refere à moldagem das peças, também no Alto Mondego a maioria dos indivíduos é moldado a torno (94% Penedo dos Mouros, 89,3% S. Gens, 86,2% Soida) (TENTE e DE MAN, 2016: tabela 2.1). Como já se referiu acima, se considerarmos o fabrico dos fundos, em Carvalhais já nos afastaremos um pouco mais deste panorama, pois há 2 fundos feitos manualmente e 12 de técnica mista, a que se juntam pelo menos 2 recipientes sem forma – que se aproximariam mais da talha do que do pote nas dimensões –, que seriam montados pela técnica dos rolos. Por conseguinte, tecnologicamente, em particular na técnica de moldagem e dos recipientes de armazenagem, Carvalhais aproxima-se da Genestosa, sondagens de Cañaveral, onde se registam também este tipo de recipientes de tradição romana, mas de dimensões mais modestas do que os dessa época (CENTENO CEA, MARTÍN VISO e RUBIO DíEZ, 2022: 250–252). E de Pueblito, onde também estão documentados fabricos manuais e mistos (CENTENO CEA, MARTÍN VISO e RUBIO DíEZ, 2022: 253).

No Alto Mondego, tal como em Carvalhais, predominam as formas fechadas, os potes e panelas e os jarros. No Castelo de Arouca as panelas são consideradas maioritárias, apesar de não existirem ainda quantificações (SILVA e RIBEIRO, 2014: 157). Em termos de representatividade de potes / panelas, Carvalhais está mais próximo da Soida (45%), embora também em S. Gens (36%) e Penedo dos Mouros (24%) sejam as formas dominantes (TENTE e DE MAN, 2016: 51). Em Santa Olaia a percentagem de panelas / potes para o período entre o século IX e o XII é de 89,6%, portanto uma presença francamente esmagadora⁵.

Similarmente, em La Genestosa o repertório formal é idêntico, mas existem vasos de armazenagem de tradição romana, embora de tamanho mais reduzido em comparação com o Baixo Império (CENTENO CEA, MARTÍN VISO e RUBIO DíEZ, 2022: 250-251). Estes recipientes de maiores dimensões estão ausentes nos contextos do Alto Monde-

⁵ Comunicação apresentada ao VII Congreso de Arqueología Medieval (España-Portugal), em Sigüenza, no dia 23 de março de 2023, por Ricardo Costeira da Silva, Sara Oliveira Almeida e Isabel Pereira – *Rise & fall: o ciclo medieval de Santa Olaia (Figueira da Foz, Portugal)* –, quadro do slide 16 relativo às formas do século IX-XII.

go, mas têm um certo ar de família com formas de Conimbriga. Tanto na decoração, como na inclinação do bojo as peças da coleção de Carvalhais assemelham-se ao grande contentor desenhado na Estampa XLVII, com o número 864 (ALARCÃO, 1975). Portanto em La Genestosa e em Conimbriga encontramos um paralelismo para os grandes recipientes de Carvalhais⁶, representados por fragmentos de paredes de vasos de armazenagem, mais pequenos do que os de época romana, em consonância com a redução de dimensões observada também em Conimbriga para os séculos V-VI, à medida que igualmente se verifica um decréscimo na qualidade da pasta, que se apresenta mais porosa (DE MAN, 2012: 34). Trata-se de 2 peças atribuíveis a colos com caneluras no arranque dos ombros, com pastas grosseiras de cozedura oxidante de cor alaranjada (FIG. 13, n.º 16 e 17) e outra peça de coloração cinzenta, decorada com um espesso cordão plástico digitado, e que apresenta pasta grosseira e micácea (FIG. 13, n.º 18). Pelo exposto considera-se que pertencem ao momento 1.

Nas escavações da Genestosa aprecia-se uma evolução entre as escavações de Cañaveral e Pueblito, que – como já sabemos – estão datadas de momentos sequentes, do século VI ao VIII. O repertório formal é bastante reduzido e dominam as formas fechadas, mas enquanto que no primeiro sítio, mais antigo, ainda surge alguma cerâmica mais depurada que parece imitar as últimas formas de *sigillata* tardia, no segundo já só se documentam formas fechadas, de pastas graníticas pouco depuradas e algumas até tecnicamente mais simples, isto é, recorrendo a moldagem manual e mista (CENTENO CEA, MARTÍN VISO e RUBIO DíEZ, 2022: 250-256). Da mesma forma pode ter ocorrido em Carvalhais uma fase em que ainda perduravam modelos do Baixo Império, sucedendo-se uma simplificação, patente nalguns fragmentos mais toscos e manuais, apesar dos dados recolhidos não permitirem uma aferição tão fina das cronologias.

A limitação do leque de formas – que se aprecia sobretudo a partir do momento em que decai o aprovisionamento de cerâmicas exógenas –, pode assumir diferenças cronológicas em função dos binómios interioridade / litoralidade e central / periférico e tem vindo a ser identifica-

⁶ Estes exemplares estão fora das contagens uma vez que não têm forma (nem foi identificado nenhum bordo que pudesse pertencer a estes fragmentos), contudo é possível identificar que se trata de fragmentos com forma muito próxima do bordo e pela sua importância ao nível da funcionalidade foram incluídos na discussão.

da um pouco por toda a Península Ibérica, sobretudo do século VI em diante. O predomínio esmagador das formas fechadas, nomeadamente dos potes / panelas, não acontece de um momento para o outro, a partir do século VI as formas abertas começam a ter cada vez menos representatividade, os pratos começam a rarear até desaparecer concomitantemente com outros traços de tradição romana nas cerâmicas, como é notado, por exemplo, em vários contextos do Alto Douro (Espanha) (LARRÉN IZQUIERDO *et al.*, 2004: 304).

Em Carvalhais, as afinidades com contextos mais antigos, que situamos no momento 1, plasmam-se na existência de alguns recipientes de menor diâmetro, talvez taças pequenas ou potinhos (como os representados pelos fundos 9 a 11 da FIG. 12). Tal como alguns fragmentos de bordos de formas abertas apresentam semelhanças com formas de cerâmica comum, dos séculos IV-V, que imitam cerâmicas finas africanas, embora os seus diâmetros sejam menores. 3 indivíduos são representados por bordos, com pastas oxidantes, pouco depuradas e micáceas, dois bordos em aba e outro quase em aba (FIG. 12, n.ºs 12, 13 e 14), os dois primeiros aproximam-se de exemplares de Santa Olaia que se inspiram ou imitam a forma africana Hayes 59 (SILVA, ALMEIDA e PEREIRA, 2021: 200; FIG. 13, n.ºs 4 e 6) e também lembram as cerâmicas alaranjadas finas do contexto de abandono do fontanário romano do fórum de *Aeminium*, ocorrido no século V-VI (SILVA, FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ e CARVALHO, 2015: 247, n.ºs 36, 37 e 38). Outros 3 indivíduos são fundos planos que poderão corresponder a pratos pela pouca espessura e leve sugestão de pé, apresentam pastas oxidantes (FIG. 11, n.ºs 4 a 6). Igualmente sugerindo cronologia do século VI, há um bordo com lábio pouco pronunciado que prefigura uma pequena forma (talvez um jarro?), de pasta escura, resultado de uma cozedura redutora, é decorado com linha incisa e pontilhados e tem vestígios de espatulado da linha até ao bordo, uma atenção ao acabamento que parece compensar uma pasta pouco depurada (FIG. 12, n.º 8). Este último exemplar, pelo cuidado apresentado nas superfícies e pela coloração, aproxima-se do universo das cerâmicas cinzentas finas de contextos do século VI documentadas em sítios como El Castellón (SASTRE BLANCO, CATALÁN RAMOS e FUENTES MELGAR, 2014).

A ruralidade do contexto de Carvalhais não terá sido óbice a que se tenha mantido algum tipo de modo de vida hispano-romano, visível nas cerâmicas de tradição pós-clássica. Tendo em conta que nas escavações programadas de 2003/2006 foram exumados bastantes fragmentos

de vidro e cerâmicas finas (VIEIRA, 2004b, 2005, 2006, 2007), o *modus vivendi* romano estaria implementado no local. Assim, compreende-se que possa ter perdurado uma certa tradição oleira de raiz clássica, comum a outras áreas, e que resulta em alguma familiaridade de formas e decorações, embora o uso de pastas graníticas (talvez locais), pouco depuradas, lhes empreste um cunho próprio. É de assinalar que o “ar de família”, que por vezes assumem algumas produções, poderá dever-se em grande medida a um semelhante modo de produção⁷.

Mesmo desta coleção da intervenção de 2015/2016, que agora se apresenta, está documentada cerâmica de comércio supra-regional de época romana (os 2 fragmentos de fundo de pequenas taças de *sigillata* hispânica tardia do vale do Douro⁸ – FIG. 11, n.ºs 1 e 2 – a que se junta um fragmento de vidro), o que nos coloca a questão da residualidade, ou seja, é possível que se tenham mantido em utilização recipientes mais antigos (neste caso cerâmicas finas que poderão ter sido fabricadas até ao século V⁹), inclusive porque os recipientes cerâmicos seriam um bem valorizado, como temos prova no fragmento reparado (“gato”). A exemplo do que acontece na Genestosa, estes artefactos residuais podem ser entendidos como materiais em fase de uso não produtivo e talvez sejam indicadores de uma certa posição social do seu proprietário (CENTENO CEA, MARTÍN VISO e RUBIO DÍEZ, 2022: 253).

Dada a fragmentação dos bordos das panelas / potes de Carvalhais não foi possível na maioria dos casos reconstituir os colos e ombros, o que torna um pouco mais difícil estabelecer paralelos. Apesar dessa dificuldade, é possível aproximar o bordo de cozedura redutora e pasta bastante micácea (FIG. 16, n.º 31) ao grupo 1 de Trancoso, definido por Helena Catarino, na variante do bordo boleado simples, que também

⁷ Como apontado por Sonia Gutiérrez Lloret para a região do Sudeste Peninsular, o uso de técnicas menos apuradas no âmbito de produções de pequena escala aproxima os fabricos. Esta observação da autora é feita no contexto do aparecimento de cerâmicas manuais e a torno lento, sobretudo em contextos mais rurais, mas também em meios urbanos, ainda que com menos representatividade, interpretado como o recurso a produções locais para preencher o vazio deixado pela cerâmica de importação que escasseia, sobretudo no interior (GUTIÉRREZ LLORET, 1996: 170-178).

⁸ Agradecemos a identificação a Pedro Pereira.

⁹ São fragmentos muito pequenos, mas poderão ter pertencido a pequenas formas abertas, possuem pés quase incipientes que se assemelham aos dos exemplares 126 e 136 encontrados em Braga (MORAIS, 2010: 456-457).

encontra similaridades nas panelas e potes de Conimbriga, na fase II tardia dos séculos VII-IX (FERREIRA, LOBÃO e CATARINO, 2012: 19). Também em Trancoso se encontra paralelo para as panelas de bordo biselado (FIG. 16, n.º 29), no grupo 2, sendo similares ao exemplar 4 desse catálogo (FERREIRA, LOBÃO e CATARINO, 2012: 19), semelhante também a exemplar registado no pátio da Universidade de Coimbra, atribuível a período entre os séculos IX e XII (CATARINO, FILIPE e SANTOS, 2009: 346, Fig. 9 e 4). O bordo triangular (FIG. 16, n.º 28) vai ao encontro de igual cronologia, na mesma escavação de Coimbra, com vários paralelos meridionais (CATARINO, FILIPE e SANTOS, 2009: 346).

A forma aberta que se populariza no reduzido leque formal que culmina no século IX em diante é o alguidar. A percentagem de alguidares de Carvalhais não tem paralelo no Alto Mondego: Penedo dos Mouros tem 10,4%, S. Gens e Soida ficam, respetivamente, pelos 7,5% e 3,4% (TENTE e DE MAN, 2016: tabela 2.1). Carvalhais, com 32% de peças identificadas como formas abertas, a que correspondem bordos associados a paredes oblíquas, os alguidares, distancia-se assim destes conjuntos artefactuais.

O bordo espessado triangular, um dos perfis destes alguidares (FIG. 18, n.º 44) encontra paralelo no sítio de Malafaia, num contexto atribuído ao século X (SILVA e RIBEIRO, 2014: fig. 14, n.º 4) e em Conimbriga em forma¹⁰ presente na destruição da ínsula do vaso fálco (ALARCÃO 1975: fig. XLII, n.º 804; 2004: 108, Fig. 2). O bordo em martelo (FIG. 18, n.º 39) encontra similitudes num vaso de S. Gens (TENTE, LANTES e PRIETO, 2014: fig. 3, n.º 2) e novamente em Conimbriga (ALARCÃO, 1975: fig. XLI, n.º 788).

Os alguidares de fundo em disco são recipientes identificados através dos seus fundos característicos e que em Carvalhais se identificaram 10 peças (NMR fundos, que poderão eventualmente pertencer a alguns dos bordos identificados). É muito habitual estas formas serem decoradas nas bases, sendo das formas com maiores índices de decoração no Alto Mondego, rondando os 50% das peças estudadas (TENTE e DE MAN, 2016: 55); situação que encontra eco também em Conimbriga,

¹⁰ Num tipo de pasta e cozedura que se convencionou chamar grés e que, apesar de originalmente ser publicado como cerâmica comum de época romana, terá começado a ser fabricado em período pós-romano (ALARCÃO, 2004: 104-105; DE MAN, 2004: 461-463, TENTE e DE MAN, 2016: 60).

onde esta forma se encontra profusamente decorada¹¹, bem como no Castelo de Arouca e Malafaia (SILVA e RIBEIRO, 2014: Fig. 13). Ora, no caso de Carvalhais, nenhuma base é decorada (é de frisar que esta referência é apenas aos fragmentos que podem ser identificados sem dúvidas, os fundos), pelo que os exemplares de Carvalhais se assemelham mais ao fragmento de alguidar de Trancoso, liso, que encontra paralelo em El Cristo de San Esteban (Muelas del Pan, Zamora)¹² (LARRÉN IZQUIERDO *et al.*, 2004: 290, 297, Fig. 5, 14, n.º 2) embora na publicação apareçam classificados como tampas, como é apontado pelos autores do estudo sobre Trancoso (FERREIRA, LOBÃO e CATARINO, 2012: 28).

Em termos de fabrico, os fundos dos alguidares em disco aproximam-se das peças documentadas no Alto Mondego pela rugosidade que apresentam, justificada pelos negativos do areão presente na superfície onde seriam deixados a secar (TENTE e DE MAN, 2016: 55), assim como de alguns elementos vegetais (palha?). As datações de radiocarbono obtidas nos sítios estudados por Catarina Tente (TENTE e DE MAN, 2016: 49-50), bem como nos sítios estudados por Fernando Silva e Manuela Ribeiro (SILVA e RIBEIRO, 2014: 162-166) permitem situar com segurança no século IX o momento mais recuado para o aparecimento dos alguidares de fundo em disco. Estas formas têm vindo a ser equacionadas com a área mais setentrional do atual território português, Conimbriga representando o ponto mais a sul onde se conhece este tipo de recipientes. De momento aceita-se que têm uma longa presença nos registos arqueológicos, há quem indique datas mais precoces, mas é relativamente consensual considerar que terão aparecido no século IX e continuaram a ser fabricados até ao século XIV, com variações regionais e morfológicas ao longo do tempo (DE MAN *et al.*, 2014: 62). As 10 peças que correspondem a alguidares de base em disco, englobam-se, portanto, no momento 2, correspondendo ao período mais tardio.

Em termos de decoração, Carvalhais tem menos peças decoradas do que a generalidade dos sítios já referidos, nomeadamente os do Alto Mondego (ver Quadro 3 última linha, os únicos arqueossítios que de momento disponibilizam dados comparáveis), mas a gramática decorativa não se desvia da encontrada em todos eles, também não ficando

¹¹ Confirma-se das Estampas XXXVII à XLI do V volume das *Fouilles de Conimbriga* (ALARCÃO, 1975).

¹² Este sítio está datado dos séculos VI-VII por radiocarbono, é um assentamento de altura com muralhas (LARRÉN IZQUIERDO *et al.*, 2004: 291, quadro).

longe das decorações registadas em Conimbriga¹³ e em Arouca (SILVA e RIBEIRO, 2014: 167), nas linhas incisadas onduladas e os cordões aplicados e com digitações. Nos assentamentos rurais da província de Salamanca, terá sido em meados e finais do século VI que se dá o aparecimento de linhas incisadas, aplicações plásticas e impressões de dedos e unhas na cerâmica comum de cozinha (ARIÑO GIL e DAHI ELENA, 2012: 381). Em concordância, na Genestosa há paralelos nas linhas incisadas retas, uma ou várias separadas entre si e as onduladas, que são maioritárias no Cañaverl, a que se unem outras idênticas no Pueblito, complementadas por linhas retas horizontais, onduladas ou combinadas feitas a pente (CENTENO CEA, MARTÍN VISO e RUBIO DíEZ, 2022: 251, 255). Voltando ao vale do Mondego, num sítio conhecido por Abadia (Santa Comba Dão, Viseu), que possui uma vasta área de vestígios arqueológicos, uma parte dos quais corresponderão a uma *villa*, mas onde também estão documentadas sepulturas rupestres, no contexto de uma vasta coleção de cerâmica fina, registam-se cerâmicas comuns, de coloração alaranjada, que ostentam vários motivos de decoração incisada, provenientes de escavações no local apelidado de Patarinho 3 (MATOS e CATARINO, 2019: 136-137). A verdade é que este tipo de decoração aparece em tantos e variados contextos entre o século V e XII que praticamente, por si só, não tem qualquer valor a nível cronológico.

As asas puncionadas, que em Carvalhais surgem em 2 pequenos fragmentos (FIG. 18, n.ºs 21 e 22), são uma decoração (apesar de ter motivação tecnológica, ligada ao reforço da peça) que também perdura no tempo. Encontram-se em Conimbriga desde um *contexto puramente visigótico* e chegam a atingir o *período califal* (DE MAN, 2004: 468) e são comuns em contextos pleno medievais, como em Coimbra (CATARINO, FILIPE e SANTOS, 2009; SILVA, 2016). Portanto, mais uma vez, não auxilia na aferição de cronologias.

O reduzido número de morfotipos e um repertório simplificado também nos situam num arco temporal muito alargado, atendendo a que a redução morfológica e simplificação de repertório é um fenómeno que se inicia no mundo romano tardio um pouco por todo o império.

¹³ Atente-se, por exemplo, das Estampas XXXVII à LII, as páginas dedicadas às formas de grés, onde alguidares, potes, panelas e jarros ostentam decorações incisadas horizontais, ou formando linhas onduladas, simples ou duplas, os cordões aplicados e digitados e – por vezes – todos estes recursos aplicados em diferentes conjugações (ALARCÃO, 1975).

Como exemplo, podemos referir a área rural de Salamanca onde o estudo de algumas coleções – datáveis entre 350 e 700 d.C. –, mostra como ao longo do tempo a cerâmica de cozinha se torna predominante, tendência que acompanha a rarefação de cerâmicas finas comuns no Alto Império (ARIÑO GIL e DAHI ELENA, 2014: 589, 592). Em Conimbriga é visível tanto ao nível da diminuição das variantes de bordo, como dos perfis completos e na perda de depuração das pastas. Tendência que se vê compensada pelas soluções decorativas: as *linhas incisas e onduladas nos ombros e bojo reflectem uma tentativa de inovação ornamental, que culmina nos cordões plásticos digitados* (DE MAN, 2004: 460). No caso do vale do Mondego, entre os séculos VI a IX, os tipos vão-se reduzindo e predominam os recipientes fechados (TENTE e DE MAN, 2016: 60).

Em suma, atendendo à pouca informação que se retirou ao nível das estruturas associadas ao material arqueológico e à falta de datações absolutas, a atribuição cronológica recai sobre os artefactos cerâmicos. Contudo, sabemos que os paralelismos, mesmo com contextos datados com fiabilidade, terão sempre a sua margem de erro, que é ainda maximizada pela regionalização das produções e variabilidade vigente na Alta Idade Média.

Considerações finais

O pequeno lote ceramológico aqui apresentado mostrou-se heterogéneo e as características intrínsecas das peças acabaram por motivar uma divisão em dois grandes momentos. O primeiro iniciando-se no século VI e o segundo começando no século IX. Quanto à data de término do depósito arqueológico pode-se conjecturar que terá sido cerca do século XI-XII, quando o assentamento de Carvalhais terá sido preterido a favor de um núcleo populacional associado a uma igreja paroquial – uma realidade emergente neste período –, neste caso a antiga Barrelas (atualmente Vila Nova de Paiva, sede de concelho), a 1,5Km de distância. Apesar de não ser conhecida a data de fundação da igreja de S. Sebastião, a cruz românica, da segunda metade do século XII (BARROCA, 2000: n.º 247), que alberga no seu interior, permite-nos admitir a hipótese que, pelo menos, nesta data existiria aí um templo paroquial.

Carvalhais, como espelha a sua coleção cerâmica, seria um assentamento rural que não estaria isolado dos seus congéneres regio-

nais dos séculos VI a XI, num contexto em que se verifica a tendência para a uniformização em torno das categorias funcionais, reduzindo-se a variedade morfológica e em que começam a surgir fabricos de ocasião, domésticos e estimulados pelas necessidades imediatas (DE MAN, 2012: 34). O leque de formas progressivamente reduzido aos potes / panelas, jarros e alguidares, forjando uma realidade em que predominam os recipientes fechados e rareiam os grandes contentores e peças de uso à mesa, como seriam o copo, a taça ou o prato. Desembocando numa realidade em que a regra é a multifuncionalidade dos vasos cerâmicos, certamente complementados por outros objetos manufaturados em matérias perecíveis.

A variabilidade notada nas formas presentes em Carvalhais tanto se deve à *regionalização económica associada a uma autarcia produtiva* (TENTE e DE MAN, 2016: 60), que caracteriza o período cronológico, como à herança de uma tradição pós-romana que teimou em persistir e que por vezes se terá materializado no uso de peças que já não se produziam, algumas até poderiam ser entendidas como verdadeiras relíquias.

O conjunto cerâmico remete-nos para atividades domésticas quotidianas ligadas à preparação, confeção e armazenamento de alimentos, bem como para a fiação. As estruturas a que estes objetos se associam só permitem um vislumbre da arquitetura coeva, apenas sabemos que existiriam construções em pedra seca, não afeiçãoada e talvez se usassem buracos de poste para suportar estruturas de cobertura. Portanto algo fruste, mas que não se distancia do que é conhecido para as centúrias que rodeiam o primeiro milénio d.C..

Espera-se num futuro próximo ser possível compreender melhor o enquadramento das peças aqui reveladas e da sua relação com o próprio sítio arqueológico, quando se terminar o estudo dos conjuntos ceramológicos das escavações de 2003-2006. É possível que nessa altura algumas das ideias agora avançadas venham a ser refutadas.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de (1975) – Fouilles de Conimbriga. La céramique commune locale et régionale, in ALARCÃO, Jorge; ETIENNE, Robert, eds. – *Les Fouilles de Conimbriga*, Paris: De Boccard.
- ALARCÃO, Jorge de (2004) – Conimbriga, 20 anos depois, in AA.VV. – *Perspectivas sobre Conimbriga*, Coimbra: Âncora Editora; Liga de Amigos de Conimbriga, pp. 97-114.

- ARIÑO GIL, Enrique; DAHI ELENA, Sarah (2012) – La cerámica de los yacimientos rurales de la provincia de Salamanca (España) entre la Antigüedad Tardía y la alta Edad Media (350-700), *Archeologia medieval*, 39, pp. 371-383.
- ARIÑO GIL, Enrique; DAHI ELENA, Sarah (2014) – Ceramic context from Late Antiquity to Early Middle Ages (350-700) in rural settlements of Salamanca (Spain), in POULOU-PAPADIMITRIOU, Natalia; NODARU, Eleni; e KILIKOGLU, Vassilis, eds. – *The Mediterranean: a market without frontiers [LRCW 4 Late Roman Coarse Wares, Cooking and Amphorae in the Mediterranean: Archaeology and archaeometry]*, Oxford: BAR, pp. 589-597.
- BARROCA, Mário Jorge (2000) – *Epigrafia medieval portuguesa: 862-1422*, Lisboa. <https://hdl.handle.net/10216/55736>.
- BELEZA, Avantino Loureiro (1981) – *Levantamento arqueológico de Vila Nova de Paiva*. Trabalho apresentado no âmbito da disciplina de Técnicas de Investigação Arqueológica da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- CANHA, Alexandre (2002) – *Canedotes. Povoado do Bronze Final do Alto Paiva*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- CANHA, Alexandre; TEMUDO, Susana (2016) – *Relatório de Trabalhos de Arqueologia: Lugar dos Carvalhais, Vila Nova de Paiva, Viseu, Aveiro*: Zephyros Arqueologia.
- CATARINO, Helena; FILIPE, Sónia; SANTOS, Constança dos (2009) – Coimbra islâmica: uma aproximação aos materiais cerâmicos, *XELB: revista de arqueologia, arte, etnologia e história*, 9, pp. 333-376.
- CENTENO CEA, Inés María; MARTÍN VISO, Iñaki; RUBIO DÍEZ, Rubén (2022) – Los materiales cerámicos de la Dehesa de La Genestosa. Algunas cuestiones metodológicas derivadas del estudio de producciones altomedievales de pastas graníticas, in PRATA, Sara; CUESTA GOMÉZ, Fabián e TENTE, Catarina, eds. – *Paisajes, espacios y materialidades arqueología rural altomedieval en la península ibérica*, s.l.: ARCHAEOPRESS, pp. 246-259. Disponível em: <https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/43416833/PaisajesEspaciosMaterialidades.pdf>.
- COSTA, Manuel Gonçalves da (1979) – *História do bispado e cidade de Lamego. Idade Média: Paróquias e Conventos*, Lamego.
- COSTA, Manuel Gonçalves da (1985) – O cristianismo nas terras do Demo, *Beira Alta*, 46:3, pp. 421-443.
- CRUZ, Domingos J. da; CANHA, Alexandre; LOUREIRO, Sílvia; VALINHO, Alexandre; VIEIRA, Marina Afonso (2000a) – *Roteiro arqueológico de Vila Nova de Paiva*, Vila Nova de Paiva: Câmara Municipal.
- CRUZ, Domingos J. da; CANHA, Alexandre; LOUREIRO, Sílvia; VALINHO, Alexandre; VIEIRA, Marina Afonso (2000b) – Património arqueológico do concelho de Vila Nova de Paiva: a ocupação do alto Paiva desde a Pré-história à Alta Idade Média. Apontamentos para uma visita arqueológica..., *Estudos Pré-Históricos*, 8, pp. 251-264.
- DE MAN, Adriaan (2004) – Algumas considerações em torno da cerâmica comum tardia conimbrigense, *Revista portuguesa de arqueologia*, 7:2, pp. 459-472. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/revistaportuguesa-dearqueologia/7_2/20.pdf.

- DE MAN, Adriaan (2012) – A cerâmica de Qundâyixa: dados para uma reapreciação cronológica, *Arqueologia medieval*, 12, pp. 33–40.
- DE MAN, Adriaan; CORREIA, Virgílio Hipólito; LOVEGROVE, Sofia; ANDRADE, Francisco (2014) – Cerâmica Medieval de Conimbriga, in DE MAN, Adriaan e TENTE, Catarina, eds. – *Estudos de cerâmica medieval: O Norte e Centro de Portugal – séculos IX a XII*, Lisboa: IEM, pp. 57-67.
- DE MAN, Adriaan; TENTE, Catarina, eds. (2014) – *Estudos de cerâmica medieval: O Norte e Centro de Portugal – séculos IX a XII*, Lisboa: IEM.
- FERREIRA, Maria do Céu; LOBÃO, João Carlos; CATARINO, Helena (2012) – Cerâmicas altomedievais do Castelo do Trancoso: uma primeira abordagem, *Arqueologia medieval*, 12, pp. 15-32.
- GAMA, Manuel Fonseca (1940) – *Terras do Alto Paiva. Memória histórico-geográfica e etnográfica do concelho de Vila Nova de Paiva* [Reproduzido em 2004 pela Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva].
- GUTIÉRREZ LLORET, Sonia (1996) – *La Cora de Tudmir: de la antigüedad tardía al mundo islámico: poblamiento y cultura material*, Madrid-Alicante: Casa de Velázquez.
- LARRÉN IZQUIERDO, Hortensia; VILLANUEVA ZUBIZARRETA, Olatz; CABALLERO ARRIBAS, Jesús; DOMÍNGUEZ BOLAÑOS, Alonso; MISIEGO TEJEDA, Jesús Carlos; MARCOS CONTRERAS, Gregorio José; BLANCO GARCÍA, Juan Francisco; SANZ HUESMA, Francisco Javier; MARTÍN MONTES, Miguel Angel; NUÑO GONZÁLEZ, Jaime (2004) – Ensayo de sistematización de la cerámica tardoantigua en la Cuenca del Duero, in *Cerâmicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica. Ruptura y continuidad: II Simposio de Arqueología*. Merida, pp. 273-306.
- LUSITANUS, Celtibero (1974) – Em terras da Lusitânia. Apontamentos sobre arqueologia de alguns lugares da Beira Alta e do Distrito de Viseu: Nogueira de Côta, Vila Nova de Paiva e Alhais, *Beira Alta*, 33:2, pp. 241-263.
- MARQUES, Jorge Adolfo M. (1992) – Notas arqueológicas do concelho de Vila Nova de Paiva, *Beira Alta*, 51:3-4, pp. 359-382.
- MARQUES, Jorge Adolfo M (1995) – *Sepulturas escavadas na rocha na região de Viseu*, Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- MARQUES, Jorge Adolfo M. (1996) – Contributo para o estudo do povoamento da região de Viseu na Alta Idade Média, *Máthesis*, 5, pp. 205-211.
- MARQUES, Jorge Adolfo M (2000) – *Sepulturas escavadas na rocha na região de Viseu*, Viseu.
- MARTÍN VISO, Iñaki; RUBIO DíEZ, Rubén; LÓPEZ SÁEZ, JOSÉ Antonio; RUIZ ALONSO, Mónica; PÉREZ DÍAZ, Sebastián (2017) – La formación de un nuevo paisaje en el centro de la península ibérica en el periodo posromano: el yacimiento de La Genestosa (Casillas de Flores, Salamanca), *Archivo Español de Arqueología*, 90, pp. 7-28. Disponível em: <https://aespa.revistas.csic.es/index.php/aespa/article/view/407/390>.
- MATOS, Pedro; CATARINO, Helena (2019) – A villa da Abadia (Santa Comba Dão, Viseu): materiais arqueológicos e vias de comunicação, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 22:1, pp. 129-140.

- MORAIS, Rui (2010) – Estudio preliminar de la *terra sigillata* Hispánica Tardía de Bracara Augusta, in *Rei Cretariæ Romanæ Favtorvm Acta 41*, Bona, pp. 437-461.
- NAZARÉ, Maria João (2013) – *Cerâmicas Medievais de Santa Olaia (Figueira da Foz) depositadas no Museu Municipal Dr. Santos Rocha*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/23836>.
- RAPOSO, Jorge; FREIRE, Patrícia; BOTAS, Rui Eduardo; HENRIQUE, José Carlos (2001) – Sítios arqueológicos visitáveis em Portugal, *Al-madan*, 10, pp. 100-157.
- RUBIO Díez, Rubén; MARTÍN VISO, Iñaki; CENTENO CEA, Inés María (2022) – Un asentamiento campesino en los confines de la Meseta del Duero, in PRATA, Sara; CUESTA-GOMÉZ, Fabián; e TENTE, Catarina, eds. – *Paisajes, espacios y materialidades: Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*, s.l.: ARCHAEOPRESS, pp. 198-209. <https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/43416833/PaisajesEspaciosMaterialidades.pdf>.
- SASTRE BLANCO, José Carlos; CATALÁN RAMOS, Raúl; FUENTES MELGAR, Patricia (2014) – El conjunto cerámico de El Castellón (Zamora) y las cerámicas de imitación de *Sigillata* en el contexto del siglo V, *As Produções cerâmicas de imitação na Hispania*, 1, pp. 537-547.
- SILVA, António Manuel S. P.; LEMOS, Paulo Augusto F. de; ABREU, João M. Abreu; RIBEIRO, Manuela C. S. (2008) – La estación romana de malafaia, en el extremo noroeste de la Lusitania, in FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen; GARCÍA-ENTERO, Virginia; GIL SENDINO, Fernando, eds. – *Las villae tardorromanas en el Occidente del Imperio: Arquitectura y función*, Gijón: Trea, pp. 719-730.
- SILVA, António Manuel S. P.; RIBEIRO, Manuela C. S. (2006) – Cerâmica medieval das escavações no Castelo de Arouca: ensaio de análise morfotipológica, *Portugalia*, 27, pp. 69-88. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Port/article/view/3804/3558>.
- SILVA, António Manuel S. P.; RIBEIRO, Manuela C. S. (2014) – Cerâmicas do período da reconquista no Vale do Arda: Castelo de Arouca e Casal da Malafaia, in DE MAN, Adriaan e TENTE, Catarina, eds. – *Estudos de cerâmica medieval: O Norte e Centro de Portugal - séculos IX a XII*, Lisboa: IEM, pp. 161-181.
- SILVA, Ricardo Costeira da (2016) – Medieval pottery from the Forum of Aeminium (Coimbra, Portugal): a proposal of chrono-typological evolution, in *A cerâmica medieval no mediterrâneo: actas do X Congresso Internacional*, Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 739-749.
- SILVA, Ricardo Costeira da; ALMEIDA, Sara Oliveira; PEREIRA, Isabel (2021) – A face romana de Santa Olaia (Figueira da Foz, Portugal) – uma leitura possível a partir da cultura material, *Ophiussa: Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa*, 5, pp. 183-206. Disponível em: <https://doi.org/10.51679/ophiussa.2021.87>.
- SILVA, Ricardo Costeira da; FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Adolfo; CARVALHO, Pedro C. (2015) – Contextos e cerâmicas tardo-antigas do fórum de Aeminium (Coimbra), *Revista portuguesa de arqueologia*, 18:1, pp. 237-256. Disponível em: https://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/rpa/rpa18/rpa_18_14.pdf.

- SOUZA, Gabriel Mazoni Venturini de; CORDERO RUIZ, Tomás (2020) – Uma aproximação ao estudo das produções cerâmicas alto medievais (séculos IV a VIII) no território português, *Arqueología y Territorio Medieval*, 27, pp. 137-156. DOI:10.17561/aytm.v27.5363.
- TENTE, Catarina; DE MAN, Adriaan (2016) – Um rio, dois territórios no centro de Portugal. A produção cerâmica no vale do Mondego – os casos do espaço rural do Alto Mondego e de Conimbriga, in VIGIL-ESCALERA, Alfonso e QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio, eds. – *La cerámica de la Alta Edad Media en el cuadrante noroeste de la Península Ibérica, siglos V-X: sistemas de producción, mecanismos de distribución y patrones de consumo*, Bilbao: Universidad del País Vasco, pp. 43-68.
- TENTE, Catarina; LANTES, Óscar; PRIETO, Pilar (2014) – A produção cerâmica dos séculos IX a XI na região do Alto Mondego (Portugal), in DE MAN, Adriaan e TENTE, Catarina, eds. – *Estudos de cerâmica medieval: O Norte e Centro de Portugal - séculos IX a XII*, Lisboa: IEM, pp. 109–139.
- VIEIRA, Marina Afonso (2000) – *Alto Paiva. Povoamento nas épocas romanas e alto medieval*, Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- VIEIRA, Marina Afonso (2004a) – *Alto Paiva. Povoamento nas épocas romanas e alto medieval*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/publications/trabalhos-de-arqueologia-36-alto-paiva-povoamento-nas-epocas-romana-e-alto-medieval>.
- VIEIRA, Marina Afonso (2004b) – Carvalhais (Vila Nova de Paiva, Viseu) Relatório das escavações arqueológicas de 2003.
- VIEIRA, Marina Afonso (2005) – Carvalhais (Vila Nova de Paiva, Viseu) Relatório das escavações arqueológicas de 2004.
- VIEIRA, Marina Afonso (2006) – Carvalhais (Vila Nova de Paiva, Viseu) Relatório das escavações arqueológicas de 2005.
- VIEIRA, Marina Afonso (2007) – Carvalhais (Vila Nova de Paiva, Viseu) Relatório das escavações arqueológicas de 2006.
- VIGIL-ESCALERA, Alfonso; QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio (2016) – La cerámica de la Alta Edad Media en el Noroeste Peninsular. Una introducción, in VIGIL-ESCALERA, Alfonso e QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio, eds. – *La cerámica de la Alta Edad Media en el cuadrante noroeste de la Península Ibérica (siglos V-X): sistemas de producción, mecanismos de distribución y patrones de consumo*, pp. 23-41.



FIG. 1 – Localização do sítio de Carvalhais na carta militar 1:25 000, fl. N.º 158.

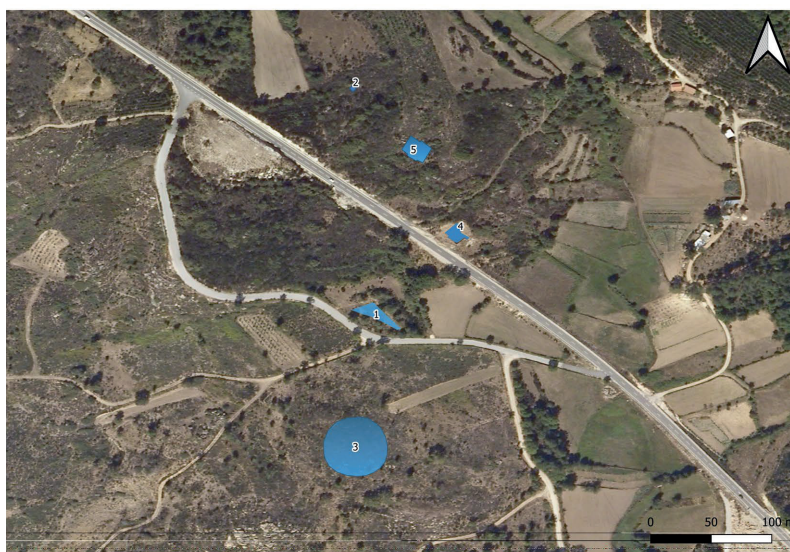


FIG. 2 – Implantação dos vestígios do sítio arqueológico de Carvalhais sobre fotografia aérea IGP 89/07.
 (1.) Necrópole. (2.) Sepultura isolada. (3.) Escorial. (4.) Área escavada 2003-2006.
 (5.) Área de afetação da obra correspondente às sondagens de minimização de impacto (ed. Marina Vieira).



FIG. 3.1 – Plano da Estrutura [02] (des. Susana Temudo).

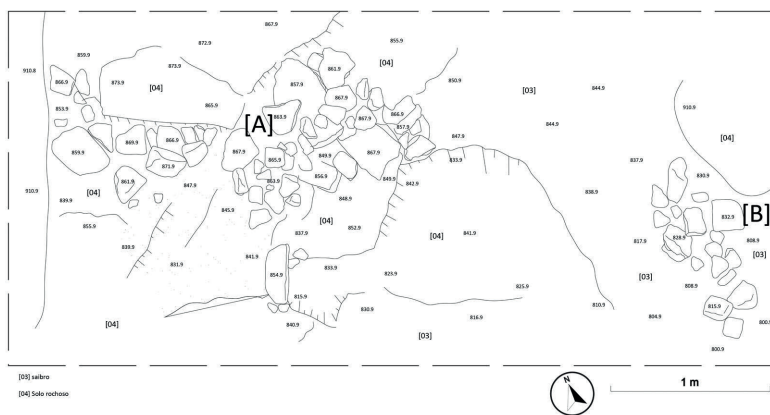


FIG. 3.2 – Plano das Estruturas A e B (des. Susana Temudo).



FIG. 4 – *Aspetto da área de implantação das sondagens (fot. Susana Temudo).*



FIG. 5 – *Vista da estrutura [02] (fot. Susana Temudo).*



FIG. 6 – *Buraco de Poste [05]* (fot. Susana Temudo).



FIG. 7 – *Estrutura B* (fot. Susana Temudo).



FIG. 8 – *Aspetto do almofariz aquando do seu achado (fot. Susana Temudo).*



FIG. 9 – Líticos: afiadores e moventes (fot. Susana Temudo, ed. Marina Vieira).



FIG. 10 – Fragmentos cerâmicos com decoração em cordão plástico digitado (fot. Susana Temudo, ed. Marina Vieira).

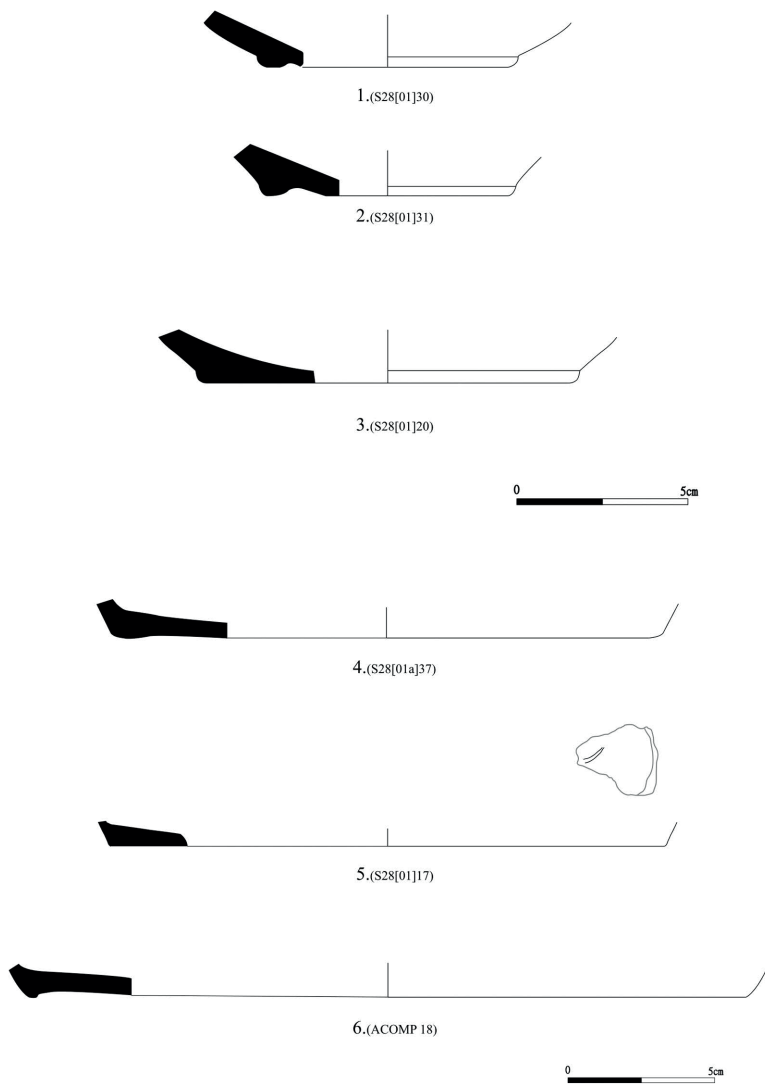


FIG. 11 – *Fundos [momento 1]*. 1 e 2 sigillata; 3 imitação de cerâmica fina tardia; 4, 5 e 6 pratos (?) (des. Susana Temudo).

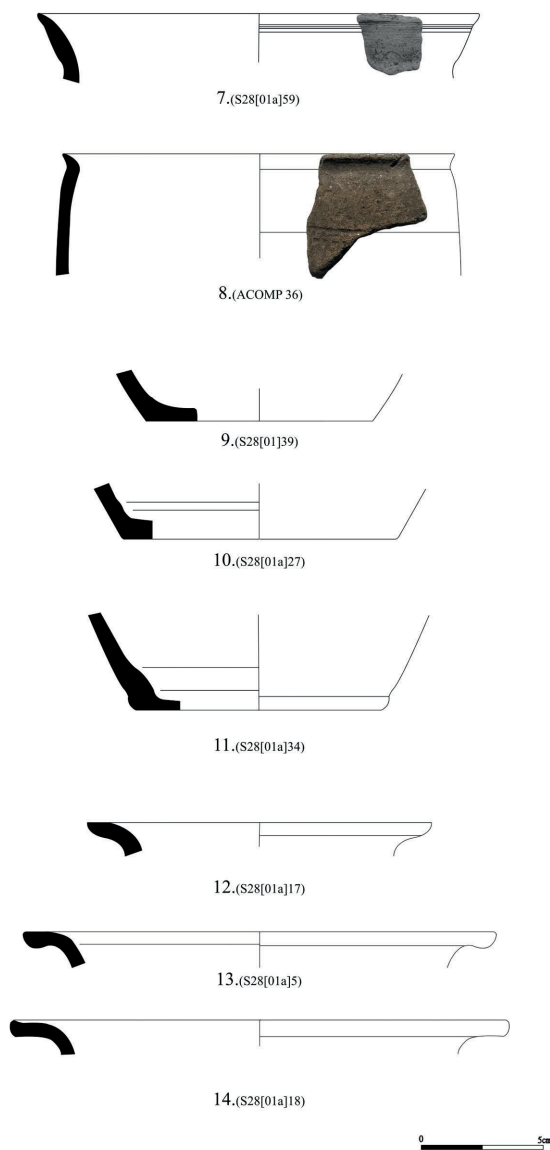
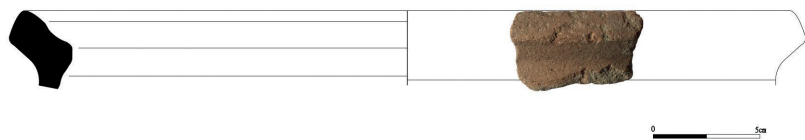
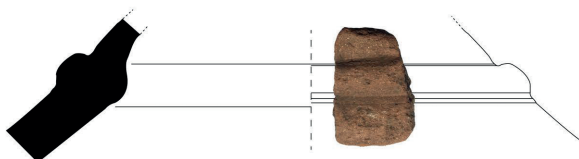


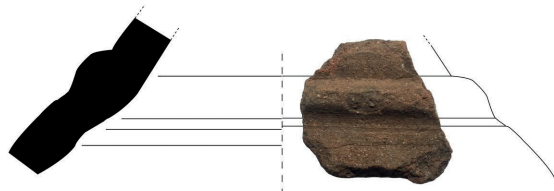
FIG. 12 – Bordos e fundos [momento 1] (des. Susana Temudo, fot. e ed. Marina Vieira).



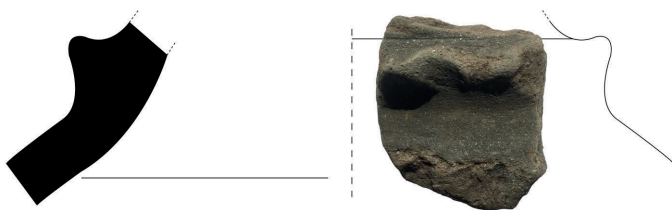
15.(S11[00]1)



16.(S28[01a]51)



17.(S28[01]84)



18.(S28[01a]46)



FIG. 13 – Grandes recipientes [momento 1] (des. Susana Temudo, fot. e ed. Marina Vieira).

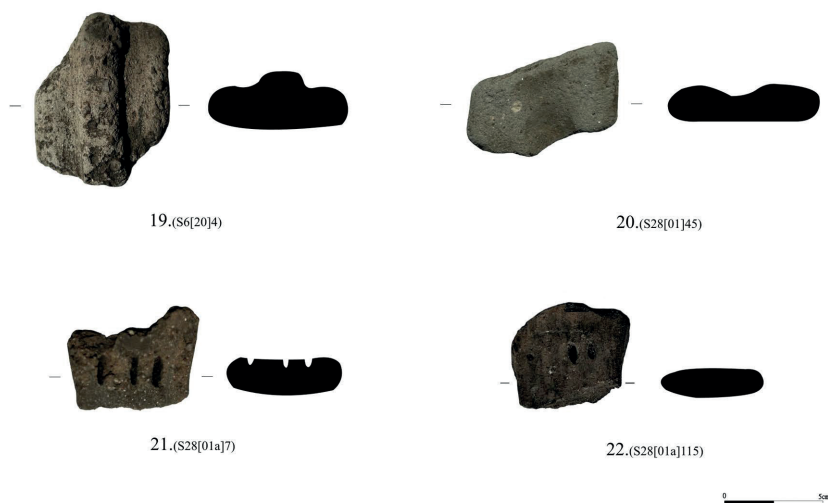


FIG. 14 – Asas (*des. Susana Temudo, fot. e ed. Marina Vieira*).

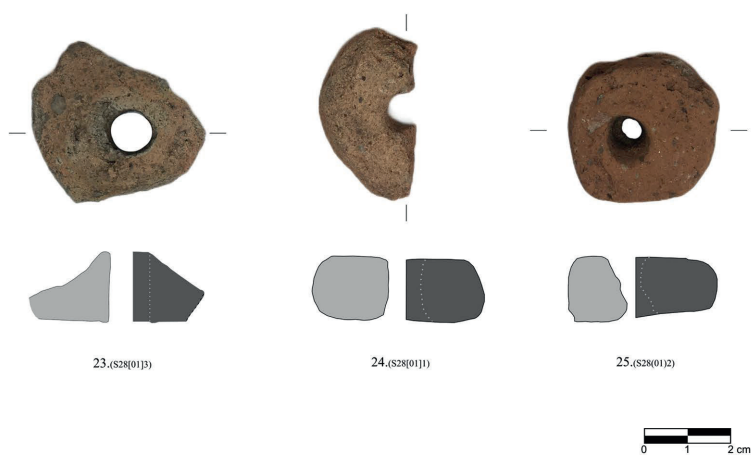


FIG. 15 – Cossoiros (*fot. e des. Marina Vieira*).

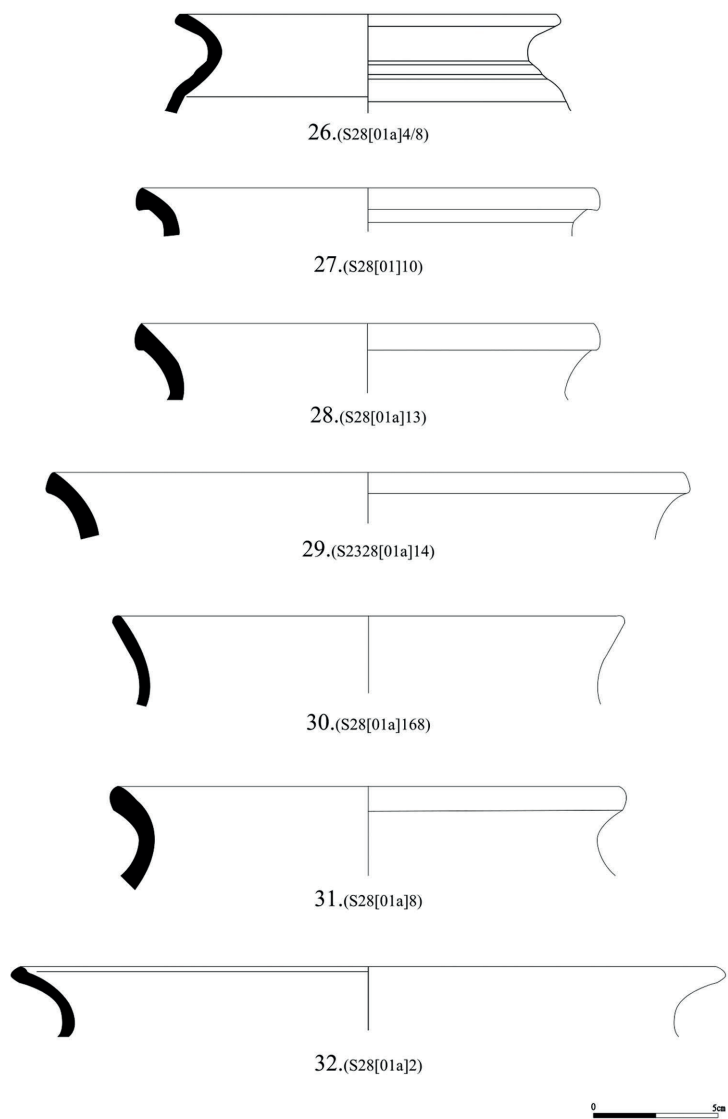


FIG. 16 – *Potes / panelas* (des. Susana Temudo).



FIG. 17 – *Fundos* (des. Susana Temudo).

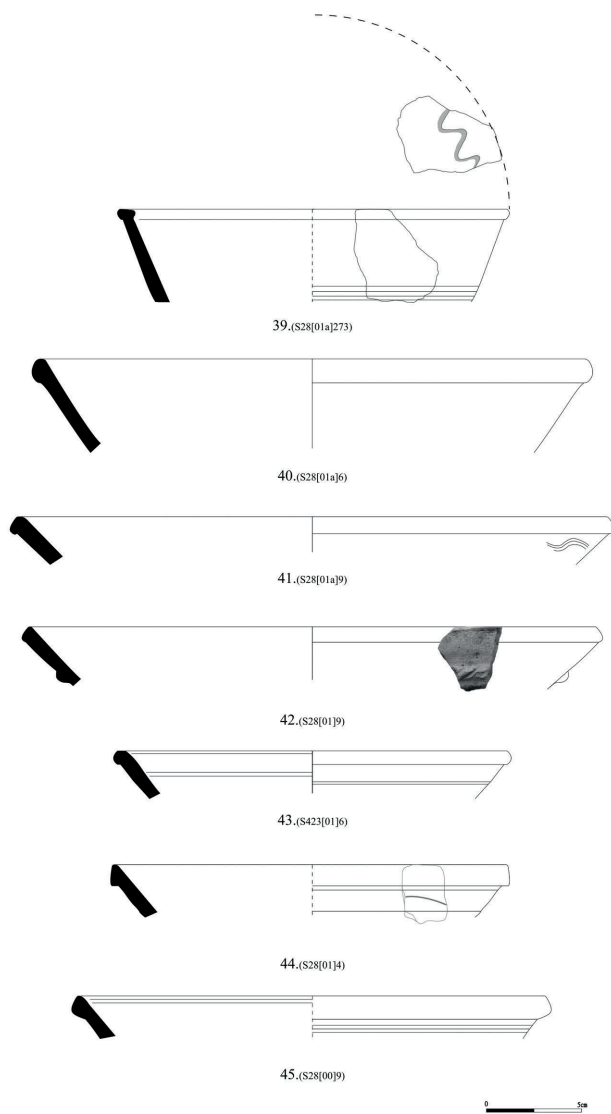


FIG. 18 – Bordos de alguidares [momento 2] (des. Susana Temudo).

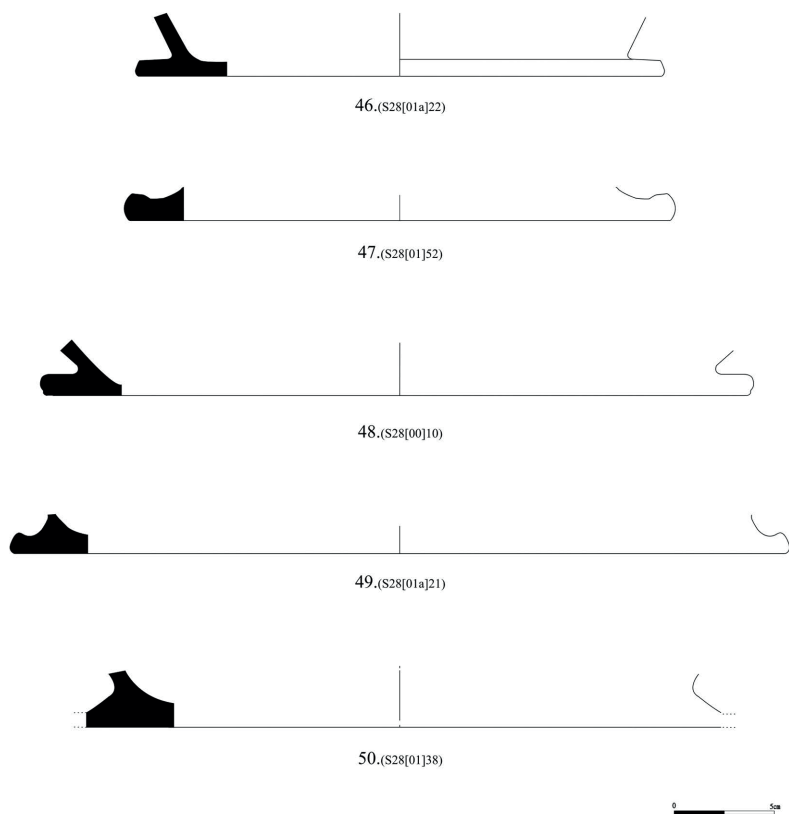


FIG. 19 – *Alguidares, fundos de base em disco [momento 2] (des. Susana Temudo).*

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

SARRAZOLA, Alexandre (2021) – *O Lugar de Sarrazola, Arqueologia de Salvaguarda e Crónicas de Contracultura*, Oeiras: Mazu Press, 124 pp., (*Colecção Ensaios*, nº 4), ISBN 978-989-53351-1-4

http://doi.org/10.14195/1647-8657_62_11

Traduz o título as três partes em que o livro se divide: há uma ‘memória’ acerca da atividade arqueológica levada a efeito no sítio de Sarrazola (mera coincidência com o nome do autor), junto a Marinha Baixa, freguesia de Cacia, concelho de Aveiro (pp. 83-120); agudas reflexões sobre a chamada “Arqueologia de Salvaguarda” (pp. 69-82); e a reunião de crónicas breves, geralmente com título em inglês, regularmente publicadas (à exceção de duas) entre 2018 e 2021, na coluna de opinião de *património.pt*.

Revela-se Alexandre Sarrazola um pensador irreverente, lúcido, competente. De currículo multifacetado, dotado de uma cultura invulgar, não deixa de verberar com acrimónia comportamentos pessoais e institucionais que merecem a sua total discordância. Uma prosa nem sempre fácil de seguir por quem não dispõe de conhecimentos eruditos e que não deixa, porém, de vir salpicada de humor. Cito, a propósito da ‘manipulação do medo’:

Tal miasma psicossocial pulveriza com uma morrinha de fagulhas um passeio já de si humedecido de gasolina (p. 17).

A fórmula para opor ordem a caos social é regida por um aparelho de ponteiro tremelicante da igualha do Marégrafo de Cascais: se temos a água a dar-nos pelos joelhos refilamos, mas vamos atravessando o vau; se o topo da linha de ondulação nos dá pelo queixo, rezamos paralisados para que não façam ondas e que, pelo menos, continuemos a respirar. Se nos chega ao nariz, já não temos nada a perder, vamos para a rua partir montras de supermercados e pilhar ombro a ombro com aqueles que na semana passada apelidávamos de párias (p. 18).

A crónica “blind them with science” (‘cega-os com a ciência’) pode também ilustrar esse aspecto quase inacessível para o iletrado comum: “Já se sabe, quem foi parar a Madagáscar agigantou-se ou ficou anão. *The flight of the dodo*. Só o do ponto de chegada, já que da ilha, por nanismo ou gigantismo, ninguém mais se evade” (p. 27).

Referência à história narrada por Peter Brown (2005). Quantos a conhecerão? E até poderão perguntar: que tem a ver Madagáscar com isso? O cerne da crónica poderá vir logo a seguir: “A mediocridade parece ter assaltado vários lugares de liderança e influência e já se sabe: se discutirmos com um estúpido ele puxa-nos para a arena da estupidez e vence-nos aos pontos”. Também já Isaiah Berlin sabia muito bem que *a fox knows many things, but a hedgehog one important thing* – “os cegos vão guiando outros cegos e tão pouco reparam nos ouriços e raposas que se lhes atravessam no caminho” (p. 27).

Referência esta agora ao livro de 1953, citado na bibliografia, em que, a propósito do comportamento da raposa e do ouriço (o tal que só sabe uma coisa: eriçar-se perante a eminência do perigo), Isaiah Berlin tece considerações acerca da visão da História em Tolstoi.

Não é de fácil leitura, pois, a destas crónicas. Porventura, o autor as quis assim, meio metafóricas e, até, crípticas, esotéricas, para obrigar a pensar – que esse, afinal, deve ser o objetivo duma boa crónica. Aliás, não se refere Sarrazola, por mais do que uma vez, à última palavra d’*Os Lusíadas*, por saber quanto ela manobra, obscura, nos meandros quotidianos?

Meandrosos são, também, os parágrafos de Sarrazola, de modo que pode acontecer descobrirmos, de supetão, que está a sugerir uma mudança vital na legislação arqueológica: em vez de o arqueólogo pedir autorização para levar a cabo uma intervenção arqueológica, melhor seria que, na lei, viesse a obrigação não de *pedir* mas de *informar*: “E depois venha a Tutela – bem-vinda o será – fiscalizar, avaliar, tutelar” (p. 32).

A legislação, eterno cavalo de batalha de todos e dos arqueólogos em particular, porque até houve uma Lei do Património Cultural que foi revogada “sem nunca ter sido objecto de regulamento” (p. 71). Aliás, “é uma tónica recorrente o lamento em fóruns públicos que decisões determinantes na Administração Pública *lato sensu* estejam sob a alçada de quadros intermédios que actuam com parco conhecimento da real realidade das coisas”. Tudo isso potenciado pela tendência a que esses quadros se tornem perenes “e as suas direcções rotativas” (p. 75). Uma articulação entre todos: arqueólogos, legisladores, empreendedores, cidadãos e tutela torna-se absolutamente necessária neste “palco de interesses e decisões amiúde antagónicas” (p. 78).

A memória sobre o Lugar de Sarrazola visa mostrar como essa intervenção – “o seu projecto de investigação e antecedentes acções de prevenção, desde a fase de estudo prévio à divulgação para a cidadania” – representa “um exemplo de Arqueologia de Salvaguarda consentâneo com o modelo que é proposto no presente ensaio” (pp. 86-87).

Os estudos efetuados levaram a concluir da grande importância estratégica do sítio, mormente por estar na desembocadura do rio Vouga e ter, assim, uma ligação fluvial a Cabeço do Vouga (Águeda), “povoado fortificado sobranceiro à via *ad Bracaram*” (p. 100). Continuamente ocupado desde a época romana até à Antiguidade Tardia, com funções portuárias de relevo, não sendo de descurar – e este é um dos pontos a reter! – a descoberta de que os fornos

tardo-romanos de Sarrazola tiveram um “carácter plurifuncional”: de cerâmica e de vidro, não sendo inviável pensar que por ali passaram, em época tardia, “grupos de artífices vidreiros itinerantes que num determinado local fariam uso das estruturas oficinais disponíveis para a produção do vidro, independentemente da função para que teriam sido concebidas, desde que permitissem uma efectiva operacionalidade” (p. 105).

Páginas que de ligeiras só têm a aparência. E abarcam uma infinidade de temas! Até a necessidade, que se preconiza, de reabrir todas as linhas ferroviárias “em hibernação”: “Dou só o caso da chegada à estação de Barca de Alva; que desperdício um tal monumento devoluto e seus comboios guardados às peças de um puzzle incompleto” (p. 42).

José d’Encarnação

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos de Arqueologia,

Artes e Ciências do Património

jde@fl.uc.pt

<https://orcid.org/0000-0002-9090-557X>

SCHMIDT, Manfred G. (2021) – *Via Augusta Baeticae – La Vía Augusta de la Bética y sus inscripciones*, Zaragoza: Libros Pórtico, 144 pp. ilustradas, ISBN 978-84-7956-212-0

http://doi.org/10.14195/1647-8657_62_12

Sempre as vias romanas suscitaram enorme curiosidade, quer por se conservarem, aqui e além, trechos delas, quer porque os miliários impressionaram pelo seu significado, que não era apenas (sabe-se) o de indicarem as milhas, pois assinalavam a presença do imperador. Uma forma de se sentir por toda a parte esse poder imperial. Por outro lado, admira-se a inteligência política dos Romanos, na medida em que deram prioridade às comunicações – uma lição cuja relevância hoje bem se reconhece.

No caso da Hispânia, as vias constituem objeto de estudo desde há muito, sendo de notar que está em curso a atualização da parte que lhe corresponde do volume XVII do *Corpus Inscriptionum Latinarum*, atendendo a que, se as pontes e os troços de vias subsistentes têm sido estudados pelos arqueólogos, as inscrições patentes nos miliários merecem uma atenção permanente.

Aliás, não é de admirar, por isso, que Manfred Schmidt use, neste seu livro, o latim para apresentar as fichas dos 50 miliários: é como que uma pré-edição desse labor epigráfico, porque, na verdade, foi sobre as epígrafes que centrou a sua atenção.

Trata-se, na verdade, como explicita no prefácio, da investigação levada a efeito por ele e por Camilla Campedelli, justamente no âmbito da continuação da edição dos miliários de Hispânia, esperando que estes agora estudados venham a ser integrados no volume seguinte a CIL XVII/1.

Só marginalmente se abordam questões geoarqueológicas ou de toponímia histórica e, dado que ainda se mantém de grande atualidade a obra máxima de Pierre Sillières sobre as vias da Hispânia meridional (1990), o autor procura complementar essa obra reexaminando, por exemplo, a questão da *caput viae*, ou seja, qual deve ser reconsiderado o seu ponto de partida, inclusive para se ajustar à contagem das milhas; e, por outro lado, refletindo sobre o trajeto dessa via, tendo em conta as mais importantes estações documentadas. Para ambas as reflexões, importa ajuizar – acrescenta – do real valor documental dos achados.

Recorde-se que a *Via Augusta* é uma das mais longas e conhecidas de Hispânia e tem sido alvo de variados estudos, encarada de diversos pontos de

vista. Assim, Sergio España Chamorro teve ensejo de relacionar a sua ‘paisagem epigráfica’ com aspetos de ordem jurídica, nomeadamente a capacidade de atuação dos *conventus iuridici* nesse sentido (*Florentia Iliberritana*, 28 2017 35-55).

Já, antes, a descoberta de um miliário em Antequera obrigara a pensar na relação dessa *Via Domitiana Augusta* com a *Via Augusta*, tendo Armin Stylow, Rafael Atencia Páez e Juan Carlos Vera Rodríguez chegado à conclusão que, partindo precisamente de Antequera (*Anticaria*), essa via se dirigia à capital da Bética, apresentando-se, pois, como a primeira grande transversal à *Via Augusta* (*Mainake* XXVI 2004 417-430).

Poder-se-á ainda lembrar a atividade desenvolvida no quadro (digamos assim) da Asociación Orden de la Caminería, que vem organizando congressos virtuais sobre a história das vias de comunicação, bom pretexto para se discutirem ideias e se darem a conhecer novas reflexões. Assim, no VII congresso, realizado em 2019, Juan Antonio López Cordero y Enrique Escobedo Molinos sugeriram que *Ianus Augustus*, entrada da *Via Augusta* na Bética, se deveria localizar no vale do rio Guadalbullón, e aduziram sete razões a justificar que o arco de Jano estaria perto da localidade de Cerradura, num lugar conhecido como Los Arcos e Al-Haniya (O Arco), e não em *Ossigi* (Mengibar), junto ao rio Guadalquivir, como é opinião de vários investigadores, entre os quais Manfred Schmidt.

Enfim, aguardar-se-ão sempre novos dados para validar hipóteses – meio seguro de, um dia, se lograrem atingir maiores certezas.

Voltando ao livro de Manfred Schmidt: três capítulos sintetizam o que se conhece dos vários trechos deste itinerário. O 1º, ‘A *Via Augusta* desde o Jano Augusto até *Corduba*’, tem três subtítulos: “O Jano Augusto e a fronteira da província da Bética”, “Dois caminhos para *Corduba*: *Via XXI (Augusta)* e *Via XXIa (Heraclea)*”, “Dois miliários do ‘Pátio de los Naranjos’ (Mezquita, Córdoba)”. Trata o 2º do troço da via entre *Corduba* e *Hispalis*. Debruça-se o último sobre o percurso entre *Hispalis* e *Gades*.

Depois de dois breves capítulos, que apresentam, respetivamente, um panorama dos miliários e das pontes e a proposta de itinerários das vias XXIIa e XXI, vem o catálogo, organizado por vias. Assim:

- Por outra rota de *Castulo* a *Corduba* (via XXIIa): miliários 1 a 8;
- 1ª parte da via XXI: desde Jano Augusto a Córdoba (miliários 9 a 16);
- miliários encontrados em Córdoba ou em seu derredor, que não podem, porém, ser atribuídos a uma secção específica da via (nºs 17 a 21);
- miliários encontrados no território de Córdoba, não *in situ* e que não mencionam as milhas desde Jano Augusto (nºs 22 a 29);
- 2ª parte da via XXI: de *Corduba* a *Hispalis* (nºs 30 a 48);
- 3ª parte da via XXI: de *Hispalis* ao Oceano (nºs 49 a 50).

O conteúdo de cada ficha segue o que está a ser preconizado nos suplementos do CIL II: local de achado, paradeiro, sumária descrição física

e paleográfica; leitura (em itálico minúsculo, desdobrada, cada linha em sua linha); fotografia; bibliografia; observações de leitura (quando necessárias).

Completam o volume a bibliografia geral, índice toponímico e as tábuas de correspondência com outros *corpora*. Insere-se, no final, o desdobrável com o mapa a cores a assinalar o traçado das vias *Augusta* e *Heracleia*, que se há-de cotejar, por exemplo, com os que López Cordero e Escobedo Molinos apresentam.

Um trabalho epigráfico de mérito, porquanto foi minuciosamente elaborado a partir da miúda análise de cada miliário.

José d'Encarnação

*Universidade de Coimbra, Centro de Estudos de Arqueologia,
Artes e Ciências do Património*

jde@fl.uc.pt

<https://orcid.org/0000-0002-9090-557X>

ANDREU PINTADO, Javier; REDENTOR, Armando e ALGUACIL VILLANÚA, Elena, eds. (2022) – *Valete Vos Viatores. Traveling Through Latin Inscriptions Across the Roman Empire*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 382 pp., ilustrado, ISBN 978-989-26-2335-1

http://doi.org/10.14195/1647-8657_62_13

In Memoriam ALAIN TRANOY

Quando me iniciei nas lides epigráficas, pelos finais dos anos 70 do século passado, o mundo era muito diferente, ou assim se julga hoje se nos restringirmos apenas a questões civilizacionais, sempre mais evidentes que os aspetos culturais, quantas vezes efémeros. Por esses anos, e ainda durante bastante tempo assim foi, quem se abalançava a desenvolver qualquer estudo epigráfico de maior ou menor envergadura dispunha essencialmente de duas obras de consulta obrigatória: o incontornável *Corpus Inscriptionum Latinarum* (CIL) e o não menos utilizado *Inscriptiones Latinas de la España Romana* (ILER). Tanto um como outro ofereciam os seus problemas, pois o *Corpus* revelava-se um produto típico da escola prussiana, carregado de erudição e naturalmente redigido em Latim. Quanto ao *ILER* as suas gralhas frequentes também não facilitavam a questão a epigrafistas neófitos. As consultas de livros, como o velhinho manual de René Cagnat ou, bastante mais simples, o de Raymond Bloch, além da uma diversidade de artigos onde se podia encontrar alguma coisa interessante para o trabalho que se pretendia, ocupavam longas horas, sem esquecer o interminável preenchimento de inúmeras fichas em papel, de várias dimensões, e depois a redação final, manuscrita ou datilografada.

Meio século passado, a realidade é bem diferente, sem que algumas das práticas tradicionais tenham perdido o seu valor comprovado, inclusivamente por garantirem tempo à imprescindível reflexão ao longo do processo elaborativo de um estudo científico, evitando o precipício proposto pela volúpia da rapidez na publicação e na divulgação, indiscutível mas muito discutível paradigma dos tempos modernos. Sublinho desde já que não defendo a estabilidade de processos, quase sempre sinónimo de imobilismo, mas apenas a utilização regrada das metodologias que vão surgindo e cujos contributos se revelarão progressivamente decisivos, em Epigrafia como noutras ciências da Antiguidade. Deveríamos continuar a utilizar o desenho

depois do aparecimento da fotografia? Ou o mata-borrão depois do Modelo de Resíduo Micromorfológico? É claro, como sempre, que, no fim, tudo depende da maior ou menor facilidade de acesso às novas tecnologias.

Depois deste pequeno preâmbulo memorialista passo de imediato ao assunto desta recensão, o volume *Valete vos Viatores. Traveling Through Latin Inscriptions Across the Roman Empire*, título bem elucidativo do seu conteúdo e do seu inequívoco interesse quer para epigrafistas, quer para um público mais geral, académico ou não. A publicação da obra faz parte de um projeto de maior envergadura, patrocinado pelo Programa Europa Criativa, e associando Universidades de Espanha, França, Itália e Portugal, enriquecido por intervenções de Museus dos mesmos países. Sublinho que este projeto ocorre na altura própria, considerando a pretendida decadência das ciências da Antiguidade, com a qual se deve relacionar também o progressivo desaparecimento do ensino das línguas latina e grega. Na verdade, como penso, este enfraquecimento das Humanidades Clássicas, e emprego o conceito na sua maior latitude, não resulta de um fenómeno natural, antes parece induzido por posições ideológicas, pretensamente utilitaristas, comprometidas com uma visão histórica redutora e desinteressada da Antiguidade Clássica, ainda que o Império Romano não deixe de ser evocado, quando convém, como modelo funcional de projetos contemporâneos, o que, no mínimo é anacrónico e espacialmente desajustado.

Há muito que me interrogo sobre como poderemos ter historiadores medievalistas e modernistas sem uma base sólida de Humanidades Clássicas, problema que, muito naturalmente, também aflige os estudos epigráficos, os quais, apesar de tudo, não acusam ainda os constrangimentos que os prejudicam. À custa desta situação surgiu a ideia generalizada de que existe uma crise de vocações e que o ensino se limita a um grupo-alvo muito reduzido de especialistas confinados aos muros das Universidades e das Academias, um grupo que, como escreveu Samuel Kramer num livro de enorme divulgação apesar do tema, a propósito do sumerólogo, um erudito que *sabe tudo sobre quase nada* (KRAMER, 1963: 15), o que não é, seguramente, o caso da Epigrafia Latina.

O projeto inclui, para além do volume em apreciação, cuja edição competiu à Imprensa da Universidade de Coimbra, com coordenação dos nossos colegas Javier Andreu Pintado, Armando Redentor e Elena Alguacil Villanúa, um museu virtual e um videojogo, da competência da Trahelium Studio, inspirado no conceito de *archaeogaming* (REINHARD, 2018), combinando jogo e aquisição de conhecimentos. Finalmente, a destacar uma série documental televisiva de quatro episódios, realizada pela Clau Creative S. L. e centrada em sítios dos quatro países representados no Projeto e apoiados pelas Universidades de Navarra, Coimbra, Bordéus e La Sapienza, de Roma, assim como pelo *Musée de l'Aquitaine*, *Museu Nazionale Romano* e Município de Idanha-a-Nova. Os episódios televisivos, para os quais desejamos uma rápida transmissão, pela nossa televisão pública, constituem uma autêntica viagem através da Epigrafia

Latina com recurso a visitas agradavelmente protagonizadas por uma aluna de Navarra, Ane Urrizburu, que o guião desloca a estações arqueológicas e a museus para conhecer e estudar *in loco* as epígrafes.

Nas quase 400 páginas da obra vamos encontrar um enorme manancial de informações sobre as várias componentes do Projeto e não poucas reflexões sobre a ciência epigráfica e sobre os incontornáveis desafios, dificuldades e possibilidades que a Era Digital lhe oferece. Nele encontramos um conjunto de doze artigos, contando o prólogo no qual José d'Encarnação, não esquecendo as dificuldades que apresenta a sua limitação atual nos *curricula* universitários, faz uma esclarecedora resenha sobre a evolução da Epigrafia Latina em Portugal, que tão devedora lhe é, como devemos reconhecer. Um total de 17 autores assina os artigos, alguns dos quais se repetem em várias contribuições. Embora o desejasse, a variedade e densidade dos contributos reunidos não permite uma análise exaustiva de cada um deles, limitando-me a alguns aspetos que me parecem mais relevantes.

O primeiro artigo *Valete Vos Viatores. New tools for teaching Roman Epigraphy*, de Andreu Pintado, trata das grandes possibilidades que a tecnologia do século XXI oferece para o estudo da Epigrafia, sobretudo numa fase de enfraquecimento da formação clássica de outrora. A criação de um curso de epigrafia *on-line* perfila-se como uma forma prática de obviar à diminuição da oferta nos elencos universitários, tanto mais que pode alcançar um público mais alargado e familiarizado desde muito jovem com o uso de instrumentos informáticos. O videojogo, por exemplo, explica passo a passo a feitura de uma inscrição, os vários tipos, a sua localização pública e outros aspetos importantes. O autor lembra o valor das inscrições para o estudo da história romana e das províncias do Império, considerando-as, com total razão, primordiais para a Arqueologia e para a História Antiga, ainda que a falta de conhecimentos da língua latina possa suscitar problemas. Recordo, a este propósito uma experiência que fiz há alguns anos com alunos de uma Escola Secundária a que mostrei uma inscrição árabe, de Évora, e a inscrição de Idanha-a-Velha que comemora Gaio César (*AE* 1961 246). A primeira deixou a turma perplexa, como seria de esperar, mas a segunda não levantou problemas de leitura e de interpretação. Que se tirem conclusões.

O segundo artigo, *Old wine in new skins: a videogame with an epigraphic theme*, assinado por Andreu Pintado, Serrano Basterra e Ibero Iriarte, ocupa-se especialmente do videojogo e das suas potencialidades como vetor de informações sobre a evolução do hábito epigráfico na Hispânia, entre Augusto e a sua consolidação com os imperadores flávios, ao que não foi alheia a concessão do direito latino por Vespasiano. O jogador transforma-se num *scriptor*, ocupando-se de formalizar na pedra os pedidos de uma clientela diversa e que, como hoje, desejava deixar uma memória ou um elogio, político ou não. A realçar que se trata do primeiro videojogo de temática epigráfica na Europa, com formidáveis reconstituições 3D. O jogo desenvolve uma história de pai e filho, oficiais do mesmo ofício, que se deslocam, curiosamente, do

centro para a periferia, o que permite abordar cenários em Roma, Bordéus, Santa Criz de Eslava e Idanha-a-Velha. A quantidade e qualidade da informação disponibilizada, nomeadamente quanto ao ambiente das oficinas epigráficas, suas instalações e materiais utilizados pelos *officinadores* é devidamente realçado pelos autores.

Carlota Caruso e Agnese Pergola ocupam-se em *Avvicinarsi agli antichi attraverso l'epigrafia: l'esperienze sui canali social del Museo Nazionale Romano* dos resultados impactantes da Covid nas redes sociais e os novos caminhos que, em resultado, o museu experimentou não só para manter o contacto com o público habitual, como para atrair novos interessados, prestando especial atenção às várias faixas etárias em presença, um todo tendente a “humanizar” a epigrafia, por vezes como uma espécie de jogo infanto-juvenil, opção com a qual nem todos concordarão, julgo, mas que faz pensar na invenção de inscrições pelos humanistas da Idade Moderna, agora com um sentido inclusivo muito mais aberto.

Outra participação de tema museológico foi a de Valentina Uglieti, intitulada *Epigrafia e Storytelling: il caso dei Musei Civici di Regio Emilia*, título que exprime muito bem o seu conteúdo, referindo principalmente soluções pedagógicas *pop*, como a autora assume, desenvolvidas pelos museus desta região italiana atravessada pela famosa *Via Emilia*, protagonista central de uma bem conseguida exposição temporária denominada significativamente *On the Road – Via Emilia 187 a.C. – 2017*. O problema, ou um dos problemas da difusão dos acervos epigráficos é o da perda do contexto original e o da comunicação para gentes de outras épocas, o que parece ter sido bem conseguido pelos MCRE, através da economia expositiva e do recurso a meios digitais *online*. Apraz-me verificar que, neste caso, 38% das consultas provém de países de língua castelhana e portuguesa, no ano de 2020 que, por razões conhecidas, viu aumentar este tipo de acesso à informação. O recurso a guiões que lembram o velho género cinematográfico italiano denominado *Peplum* (MANTAS, 2003: 177-198), mostrou-se eficiente. Não posso deixar de recordar esses filmes dos anos cinquenta e sessenta, bem diferentes da produção hollywoodesca de tema romano, filmes que eu via sem preocupação de verdade histórica, mas porque me faziam passar a outro tempo e a querer saber mais sobre ele. O método parece ser eficiente.

O artigo seguinte, *Il potenziale didattico dell'epigrafia digital, tra spirito critico e spirito cívico* é assinado por Silvia Orlandi. A autora volta a referir as transformações induzidas pela Covid, reconhecendo a inevitabilidade de recorrer aos recursos digitais disponíveis para a investigação epigráfica, sem deixar de apontar alguns efeitos perversos resultantes, como o enfraquecimento da atenção e concentração, considerando a necessidade de estabelecer vários níveis de utilização. Refere-se à importante digitalização do *CIL* (ele aí está!) e a alguns bancos de dados disponíveis como o *Epigraphische Datenbank Clauss / Slaby* e o *Epigraphic Database Roma*, entre outros menos ambiciosos. Um aspeto que me parece muito importante

e ao qual Orlandi presta atenção especial é o da digitalização dos acervos documentais de bibliotecas e museus, como por exemplo sucede com os Museus Vaticanos, pois considera esta “fixação” dos documentos, sobretudo em zonas de riscos naturais ou antrópicos, que parecem ser uma condenação dos tempos presentes. Ocorre-me perguntar quando se procederá a idênticos registos na Universidade de Coimbra.

O artigo seguinte leva-me a recordar tempos passados e colegas desaparecidos. Trata-se de *Les bases de données épigraphiques et l'Institut Ausonius à l'ère des Humanités numériques*, da responsabilidade de Navarro Caballeros, Nathalie Prévôt, Johnatan Edmondson e Ruiz Darasse. Os vários programas centrados na epigrafia, sobretudo latina, estruturam-se em torno de PETRAE, um programa que vi dar os primeiros passos, ou soletrar as primeiras letras, nos já quase esquecidos anos 80 do século transato quando frequentei com assiduidade o então *Centre Pierre Paris*, de Bordéus III, e a *Maison des Pays Ibériques*. Por essa época a digitalização era quase uma aventura e o Centre contava um grupo de notáveis epigrafistas e técnicos que souberam compreender o interesse do projeto, como os autores recordam. Com altos e baixos PETRAE consolidou-se e é agora acompanhado por outros, como o ADOPIA, de novo orientado para a Península Ibérica, mas com nula ou muito reduzida participação de epigrafistas portugueses, o que é estranho considerando que existe mesmo um ADOPIA LUSITANIA, de certo modo concorrente com o CIL II², consequência lógica da edição pelo Grupo Mérida do *Atlas Antroponimico de la Lusitania Romana*, em 2005. Gostaríamos de voltar a encontrar o ecumenismo evocado por Robert Étienne, no tempo dos grandes laços entre o Centre Pierre Paris e o Instituto de Arqueologia de Coimbra, também agora transfigurado numa secção departamental, Instituto que não deixou de prestar em espírito de boa colaboração alguns serviços ao programa PETRAE.

Voltemos a página para nos dedicarmos de novo a Roma, agora através do artigo de Silvia Orlandi e Angela Mincuzzi, *Scrivere sui muri nella Roma Antica*, desenvolvendo um tema pouco tratado e que o nosso respeitado Martins Capela poderia incluir no que chamava *migalhas de epigrafia romana* (CAPELA, 1895: 245). As autoras chamam a atenção para esta epigrafia espontânea, pelo menos em parte, pois distinguem, muito bem, entre o que é escrito respondendo a uma ideia preconcebida, programática, como dizem, e as inscrições que designaremos de rompante ou instintivas. Interrogam-se também sobre a diferença entre inscrições parietais pintadas e grafitos. Devem ser inseridas no mesmo catálogo? Estas inscrições, muito conhecidas das ruínas de Pompeios e Herculano, não abundam em Roma, por razões evidentes, onde orçam pelas 150, e são normalmente de difícil interpretação. Propõem a criação de uma base de dados a incluir no *Epigraphic Database Roma*, o que não só facilitaria a difusão da informação como poderia estimular a discussão dos casos mais complicados ou polémicos. A propósito desta epigrafia ocorre-me perguntar para quando a criação de uma base de dados sobre os *tituli picti* anfóricos,

que tão dispersos andam e tão preciosos são para a história da economia e a navegação do mundo romano.

Volto a caminhar em terrenos experimentados com o artigo seguinte, *Apontamentos sobre a paisagem epigráfica da capital dos Igaeditani*, assinado por Armando Redentor, Pedro Carvalho e José Cristóvão, talvez o mais *epigráfico* de todo o volume. Os autores sublinham o valor da paisagem epigráfica para definir uma comunidade e o seu grau de integração na romanidade, refletido pela escrita e pela língua, seguramente mais do que pela *sigillata* ou outras benesses materiais do *Roman way of life*, creio. Oferecem uma síntese atualizada e completa da história da capital dos *Igaeditani*, evitando designá-la como *Igaedis*, considerando-a uma fundação augustana, o que a epigrafia local parece, associada a testemunhos arqueológicos, sugerir. Todavia, julgo de considerar uma fase anterior, tardo-republicana, explicável pela necessidade de um melhor controlo do eixo de penetração apontado à Serra da Estrela. A grande via testemunhada pelos miliários de 23/22 a.C. e pelo marco (não miliário) de Argomil (MANTAS, 2019: 190-221), não deixa de sustentar a hipótese da existência anterior de um qualquer limitado estabelecimento de retaguarda, que relacionámos com a fundação de *Norba Caesarina*, em 35 a.C. Aquela via, contudo, não passava por Idanha-a-Velha. A arqueologia dirá a última palavra.

As alterações na estrutura do fórum, coloridamente representado, podem, realmente, refletir uma mudança de estatuto, no período entre 75 e 117, sem que queiramos relacioná-lo diretamente com o título municipal. A importância atribuída a *Tiberius Claudius Rufus*, apesar do achado que o enriqueceu (*CIL* II 5132), talvez deva ser reconsiderada, pois a árula que agradece a Júpiter o achado é modesta (ENCARNAÇÃO *et al.*, 2011: 109-121). Em aberto, apesar das muitas tentativas de reconstituição, continua a questão dos grandes blocos com letras ou grupos de letras. Do pórtico do fórum ou de um anfiteatro? A semelhança com o sucedido em Bobadela pode não ser alheia ao cenário dos *Igaeditani*.

Continuamos em Idanha-a-Velha com o assunto do último artigo deste rico volume, que associa os mesmos autores e Patrícia Dias e Carla Silva, artigo intitulado *A valorização patrimonial das inscrições romanas de Idanha-a-Velha*. Os autores desenvolvem um relato circunstanciado da formação, evolução e vicissitudes do *corpus* epigráfico de Idanha-a-Velha. A própria dimensão da coleção reunida na aldeia, homogénea, o que lhe confere particular importância, não deixa de suscitar problemas. A solução parcial possibilitada pelo Arquivo Epigráfico, estrutura minimalista cuja manutenção não me parece garantida a longo prazo, não resolveu os problemas de um dos maiores acervos epigráficos da Hispânia, com as suas cerca de 300 epígrafes, na maioria achadas localmente.

Os autores destacam a lentidão com que surgiu, depois do trabalho pioneiro de D. Fernando de Almeida, um catálogo científico deste rico material, o que só aconteceu com o trabalho de Ana de Sá (ALMEIDA, 1956: 140-243;

SÁ, 2007: 39-168), em 2007, que utilizou largamente as fichas que elaborámos nos anos 80 e as fotografias do malogrado Delfim Ferreira, falhado por razões que não vêm ao caso o projeto de publicação que acalentámos. As epígrafes andaram dispersas por vários núcleos, parte deles no Museu Nacional de Arqueologia. O núcleo principal situou-se, depois dos trabalhos de D. Fernando de Almeida, na chamada Catedral (Igreja de Santa Maria), recuperada com o auxílio da Fundação Calouste Gulbenkian, o que torna inexplicável a espécie de *damnatio memoriae* que consistiu na retirada da placa que o comemorava por altura da requalificação do edifício, em 1999. Esta placa fazia parte da história do edifício e é precisamente esta a matéria da epigrafia. As condições de trabalho e de visita não eram, de facto, as melhores, mas o acervo estava, em grande parte, reunido, ainda que algumas inscrições se encontrassem no chamado Museu Lapidar Igeditano e na Capela de São Dâmaso.

O Arquivo Epigráfico reúne agora 86 peças selecionadas, devidamente identificadas mas a necessitar de renovar os apoios digitais. Outras, encontram-se ao ar livre, na chamada Rua Nova, solução que me desgosta particularmente, tanto mais que é considerada provisória o que entre nós significa perdurar até ao esquecimento. Pior ainda, pois voltamos a deparar com a dispersão do acervo é a deslocação de numerosas epígrafes para Idanha-a-Nova, para a reserva do Centro Cultural Raiano, o que torna a discussão sobre a manutenção de uma dezena de inscrições no museu de Castelo Branco sem significado. Tudo isto são problemas a considerar e as 40 inscrições inseridas no museu virtual do Projecto *Valete Vos Viatores* não soluciona de forma satisfatória, embora constituam uma valiosa achega. A coleção epigráfica de Idanha-a-Velha merece uma solução definitiva, integradora, que supere todos os problemas passados e presentes. Não teria sido possível fazê-lo no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência? Finalmente, uma última palavra, lembrando Adelino Beatriz Ramos e a preocupação pela imparável desertificação da aldeia. O problema, julgo, não é o de levar as epígrafes às pessoas, pois os sistemas digitais, como este volume demonstra resolvem satisfatoriamente a questão, o problema é levar as pessoas até às pedras, contribuindo para salvar este tão belo e simbólico povoado.

E de novo Roma, *Caput Mundi e capitale d'Italia*, pela pena de Antonella Ferraro. A autora traça o historial movimentado do *Museo Nazionale Romano*, que se confunde com a história da Itália contemporânea. As características do museu refletem duas circunstâncias dominantes, ser um museu romano e um museu de capital nacional, tocado por várias correntes nacionalistas, compreensíveis. Os problemas práticos que tal dualidade estimulou não foram poucos, em grande parte devido à enorme massa de materiais, não só epigráficos, que recolheu, desde logo os provenientes dos grandes trabalhos de renovação urbana dos séculos XIX e XX, na maioria alheios a escavações científicas programadas.

O museu conta agora com mais três núcleos, permanecendo o principal nas ruínas das Termas de Diocleciano, o primeiro edifício antigo que o

viajante chegando a Roma por via-férrea avista ao sair de *Roma Termini*¹. A autora explica com pormenor as alterações e adaptações experimentadas pela instituição desde a sua fundação oficial em 1889, antecedida por umas soluções ditadas pela avalanche de achados, inclusive epigráficos que as obras, públicas e privadas, produziam. Museu de Roma, museu romano, a sua vocação dirige-se obrigatoriamente para a Urbe e para uma *Oikouménē* que hoje é seguramente diferente, mas para a qual a história de Roma, presente no MNR entre outras coisas pelas 10000 epígrafes antigas que conserva no acervo, permanece um foco irresistível, para além do tempo, do espaço e das culturas.

Não tentarei esboçar conclusões acerca da leitura de uma obra tão diversa em temática como em autores, limitando-me a sublinhar o quanto ela representa de inovador e importante para a salvaguarda, em tempos difíceis, da herança da Antiguidade Clássica, alvo de ataques ideológicos e de destruições físicas por parte de neo-bárbaros com os quais a condescendência tem sido absurda. A sua leitura deve ser considerada importante, pelo que discute, demonstra e propõe. Há pouco mais de meio século Georges Ville, em frases muito duras, chamava a atenção para o perigo de abandonar a erudição na Arqueologia e na Epigrafia em troca de *gadgets* de fácil aceitação pública e de pouca ou nenhuma exigência científica (VILLE, 1968: 1-8). Eu próprio me sinto pouco confortável com algumas reconstituições 3D que revistas de grande divulgação costumam mostrar regularmente, até porque por vezes sei que pouco havia acima dos alicerces. Sugerir é uma coisa, fazê-lo sem o indicar é outra. A obra que analisámos mostra da melhor forma com é possível associar tecnologia e erudição, no caminho de um futuro, também neste caso sustentável, para as Ciências da Antiguidade e, por associação, para a Herança Clássica, isto apesar das modas e ditames externos que vão prejudicando, por contágio, o mundo académico. Neste combate pela História a Epigrafia encontra-se na primeira linha: *En vérité, on conçoit mal un historien de Rome qui ne soit pas en une certaine mesure épigraphiste, mais a coup sûr, il n'est pas d'épigraphiste qui ne soit, en même temps, historien* (BLOCH, 1964: 6). Os autores, que felicitamos, compreenderam perfeitamente esta verdade antiga.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Fernando de (1956) – *Egitânia. História e arqueologia*, Lisboa.
BLOCH, Raymond (1964) – *L'épigraphie latine*, Paris.
CAPELA, Martins (1895) – *Miliários do Conventus Bracaraugustanus em Portugal*, Porto.

¹ Durante largos anos imaginei chegar a Roma de comboio, pelo norte, e desembarcar na *Piazza dei Cinquecento*. Quando aconteceu, não foi assim, cheguei de automóvel, de noite e ido de Nápoles por Cassino.

- ENCARNAÇÃO, José d' *et al.* (2011) – Gestão aurífera e afirmação epigráfica: o caso de Tiberius Claudius Rufus (CIL II 5132) de Idanha-a-Velha, in BATATA, Carlos, ed. – *VI Simpósio sobre Mineração e Metalurgia Históricas no Sudoeste Europeu*, Abrantes, pp. 109-121.
- KRAMER, Samuel N. (1963) – *A história começa na Suméria*, Lisboa.
- MANTAS, Vasco (2003) – *Imaginário e imagens. A civilização romana através do Peplum*, in FERREIRA, José Ribeiro e DIAS, Paula Barata, eds. – *Som e Imagem no Ensino das Línguas Clássicas*, Coimbra, pp. 177-198.
- MANTAS, Vasco (2019) – A política viária de Augusto na Lusitânia, in NOGALES BASARRATE, Trinidad e BARRERO MARTÍN, Nova, eds. – *La fundación de Augusta Emerita y los orígenes de Lusitania*, Mérida, pp. 190-221.
- REINHARD, Andrew (2018) – *Archaeogaming: an introduction to Archaeology in and on Video Games*, Nova Iorque.
- SÁ, Ana de (2007) – *Civitas Igaeditanorum: os deuses e os homens*, Idanha-a-Nova.
- VILLE, Georges (1968) – *Archéologie*, Paris.

Vasco Gil Mantas

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

vsmantas@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6109-4958>

NOGALES BASATARRE, Trinidad; Museo Nacional de Arte Romano, eds. (2022) – *Ciudades Romanas de Hispania II*, Roma: L'Erma di Bretschneider, 451pp., ISBN 978-88-913-2767-3

http://doi.org/10.14195/1647-8657_62_14

La presente monografía intitulada “Ciudades Romanas de Hispania II” es el colofón del trabajo emprendido al frente del Museo Nacional de Arte Romano, en el 2021, con la obra “Ciudades Romanas de Hispania I”, publicados ambos trabajos en la editorial L'Erma di Bretschneider, Serie Arqueológica, bajo la edición de la directora del Museo Nacional de Arte Romano, Trinidad Nogales Basatarre. El presente trabajo que aquí nos ocupa, fue publicado en el 2022 siguiendo el mismo modelo y formato del volumen anterior, y es que igualmente, es fruto del resultado de un ciclo de conferencias.

En el índice comprobamos que tenemos ante nosotros una prolija monografía compuesta por 32 trabajos consagrados íntegramente al estudio de ciudades, colonias y municipios hispanos, los cuales se presentan en tres grandes bloques geográficos, la *Tarraconensis*, la *Baetica* y la *Lusitania*. A continuación, la obra incluye un mapa que resulta muy clarificador para el lector, pues permite ubicar geográficamente todos los trabajos que conforman la obra.

El primer bloque de la monografía se dedica al territorio Tarraconense y en particular, el primer capítulo a “Termes” (pp. 21-34), con el trabajo de S. Martínez. Introduce e autor los antecedentes celtiberos de la ciudad en torno al s. VII a.C., y como ésta se configura como ciudad romana republicana e imperial ya con Augusto y los Antoninos, hasta llegar a las últimas transformaciones de la ciudad en torno al s. V.

Le sucede la ciudad de “Pollentia” (pp. 35-46) estudiada por M. Orfila. En este caso, estamos ante una ciudad de fundación romana que está bien documentada en las fuentes y claramente importante por su estratégica ubicación. El estudio urbano de *Pollentia* junto con los detallados planos y fotografías aéreas ofrecen una precisa visión de territorio en el momento su máximo esplendor.

C. Aranegui presenta el caso de estudio de “Saguntum” (pp. 47-56) tratada tanto desde las perspectivas de las fuentes históricas como arqueológicas en su formación como un *oppida* hasta el municipio imperial. Le sucede C. Forn y P. Padrós quienes presentan la ciudad *ex novo* de “Baetulo” (pp. 57-70),

desde inicios del s. I a.C. hasta el s. VI. Se analizan en estas páginas todas las estructuras, edificios y espacio sí que la conformaron. “El Mvnicipivm Avgusta Bilbilib” (pp. 71-84) de M. Martín ocupa las siguientes páginas ahondando en el protagonismo urbano desde Augusto hasta su abandono gradual en el s. V y posterior ordenación contemporánea.

“Gerunda” (pp. 85-96) es el sexto estudio del volumen y corresponde a D. Vivo, quien dedica especial protagonismo a la posición geográfica y su adaptación a terreno, más que al propio entramado urbano. En el séptimo lugar se presenta “Labitolosa” (pp. 97-108), *civitas* estudiada por M. Magallón, P. Sillières, J.A. Asensio, Ch. Rico, M. Navarro y M. Fincker, donde sus autores muestran los resultados de las excavaciones del Cerro Calvario iniciadas en 1991, en relación tanto con su poblamiento como la distribución territorial en la vertiente meridional pirenaica.

También está recogido en esta obra como no podía ser menos, la famosa “Municipium Emporiae” (pp. 109-124) presentada por M. Santos, J. Tremoleda, P. Castanyer y E. Hernández. Se pormenoriza lo que es el conjunto arqueológico de Empúries, haciendo un repaso tanto a sus orígenes urbanos como a su enclave portuario.

Cambiando de zona geográfica en esta ocasión en el noroeste peninsular A. Morillo y V. García estudian “Legio VII Gemina” (pp. 125-148), actual ciudad de León. Es una aportación novedosa pues estamos ante una *civitas* fundada sobre un campamento militar, y por tanto el estudio aborda temas sobre arqueología militar romana peninsular, tan en boga en la actualidad.

“Pompaelo” (pp. 139-150) está presentada por J. L. Ramírez y M. García-Barbrena quienes avanzan los resultados de los últimos 30 años en relación con el desarrollo urbano de la ciudad, principalmente al inicio del Alto Imperio. Le toca el turno en las siguientes páginas a R. Rubio quien desde el proyecto “Ercavica: balance y novedades en la investigación de su paisaje urbano”, investiga sobre este enclave de “Ercavica” (pp. 151-164), *municipium* de época augustea.

“Colonia Clunia Sulpicia” (pp. 165-180) escrito por M. A. de la Iglesia y F. Tuset es la siguiente *civitas* recogida en esta compilación. En esta ocasión se detalla minuciosamente con diversos planos cada uno de los edificios que conformaba este núcleo urbano.

“Segisamo” (pp. 181-192) con autoría de J. García y J. M. Costa, ofrece especial interés a los espacios públicos de la ciudad. Y, por último, son “Los Bañales de Uncastillo” (pp. 193-208) de J. Andreu, la *civitas* que clausura este bloque de la Tarraconense, el cual ocupa casi la mitad del volumen. El estudio en cuestión analiza desde la fase prerromana hasta la configuración romana, con especial interés a las evidencias epigráficas.

El boque de la Bética se inaugura con P. Rodríguez y la ciudad de “Malaca” (pp. 211-226) donde se aborda la evolución de la ciudad desde su ocupación púnica a la romana, haciendo un breve repaso por todos los hallazgos arqueológicos documentados hasta la fecha.

D. Bernal presenta “Gades” (pp. 227-240) insistiendo en el avance del estudio de la ciudad hasta la fecha, donde si bien se conoce el primer plano del entamado urbano, aún quedan incógnitas por estudiar, y existen zonas en peligro dada la erosión marina.

Con T. Schattner viajamos a “Munigua” (pp. 241-252). En este artículo se actualiza la investigación de *Munigua* bajo el prisma más arquitectónico de ciudad y acudiendo a las sugestivas recreaciones 3D. Continúa el volumen con el estudio de “Carissa Avrelia” (pp. 253-264) por J. Beltrán, M. Heinzelmann, J. Lehmann, D. Romero y A. Schröder. La memoria presenta los resultados de la campaña 2021 que, mediante prospecciones geofísicas, ha permitido interpretar el área intraurbana de este enclave.

“Assido Caesarina” (pp. 265-276) es la aportación de S. Montañes y M. L. Loza. Gracias a los últimos hallazgos de Medina Sidonia, los autores proponen una reconstrucción de la trama romana sobre la actual. Es M. C. Fuertes quien nos lleva a “Ategua” (pp. 277-292) en Córdoba, examinando primero el enclave prerromano de los s. VIII-VI a.C., y posteriormente la ciudad romana con al menos hasta 76 calles.

“Onuba Aestuarina” (pp. 293- 304) y “Arucci” (pp. 305-316) son dos trabajos presentados por J. Bermejo y J. M. Campos. Por un lado, la ciudad portuaria de Huelva es analizada tanto en su trama urbana como en su relación con las vías de comunicación y zona portuaria, y por otro, en el caso de Aroche se ofrece una infografía con la reconstrucción de la ciudad para época imperial.

Con la “Colonia Libertinorum Carteia” (pp. 317-332) L. Roldán y J. Blázquez hacen un repaso de la historia de este importante núcleo urbano de la bahía de Algeciras, haciendo una revisión no solo a su contexto romano sino también tardoantiguo hasta el s. VI d.C.

El décimo ejemplo de la Bética es “Colonia Genetiva Julia- Urso” (pp. 333-348) con J. I. Ruiz, sendo esta la última colonia incluida en el bloque bético. Su autor analiza todas las estructuras que la conforman, así como lanza una propuesta del trazado del recinto amurallado y sus puertas mediante el manejo de herramientas como SIG y 3D.

Se cierra desde *Urso*, como decimos el episodio de la Bética, pero se dedican unas páginas a las reflexiones finales del proyecto CVB (Corpus Vrbium Baeticarum) nuevamente por autores ya conocidos en este volumen J. Bermejo y J. M Campos (pp. 349-360).

Transportando al lector al territorio lusitano, “Balsa” (pp. 361-372) con J. P. Bernades, C. Viegas y C. Candeias inaugura el tercer bloque. Sobre *Balsa* se ofrece una visión de conjunto de topografía y urbanismo y se hace insistencia en la necesidad futuros análisis en la zona del posible *circus*.

El caso de “Myrtilis” (pp. 373-383) es abordado por V. Lopes. La aportación de este artículo está en la difusión de los datos, inéditos aún, de las campañas arqueológicas del 2017-18.

Continúa el monográfico con V. Gil e “Imperatoria Salacia” (pp. 384-396), pequeña ciudad de la Lusitania en Alcácer do Sal. Si bien como indica

el investigador aún no se conoce una visión de conjunto de toda la ciudad, sin duda este trabajo ofrece un punto de inicio para futuras investigaciones.

“Igaedis” (pp. 397-416) por P. C. Carvalho, A. Fernández, A. Redentor, C. Tente, J. Cristóvão, L. Fernandes, R. Costeira, S. Lacerda y T. Cordero, es el estudio que repasa la distribución urbana de este enclave, pero también analiza los colosales epígrafes asociados a las edificaciones públicas, y por último alude al territorio rural más próximo y sus actividades económicas.

En esta ocasión el quinto trabajo de la provincia Lusitania corresponde a “Augustobriga” (pp. 417-430) estudiada por el equipo de E. Gamo, J. J. Gordón, J. M. Murciano, R. Sabio y A. Villa. Interesante estudio que refleja fielmente las peculiaridades del yacimiento de *Augustobriga*, caracterizada por su llamativa monumentalidad urbana.

El penúltimo trabajo recae en C. Viegas, J. P. Bernardes y R. R. de Alméida con “Ossonoba” (pp. 431-442). Núcleo urbano más importante del Algarve tal y como nos recuerda Estrabón. Tras la reseña historiográfica se presentan las principales evidencias de la evolución del entramado urbano romano hasta época tardoantigua.

Se remata el volumen con el breve trabajo de P. Carvalho, P. Sobral y J. Perpétuo con “Vissaium” (pp. 443-451) donde se presentan los últimos avances de tres espacios que la conformaron: el foro, el “hipotético” anfiteatro y los espacios privados.

Sin duda, *Ciudades Romanas de Hispania I y II* en su conjunto, se muestran como unas obras de referencia para este campo de investigación, impulsadas desde el Ayuntamiento de Mérida y el Museo de Arte Romano Nacional. Los detalles de la edición y maquetación, así como la calidad del papel y la definición del material gráfico se manifiestan como paladines de esta editorial L’ Erma di Bretschneider. Editorial de referencia en trabajos de arqueología e historia antigua. Como conclusión, cabe decir que el aspecto fundamental de esta obra colectiva es la excelsa compilación de estudios con novedosas y actualizadas reflexiones científicas y que, en su conjunto, nos permiten tener una visión global de la forma de dispersión y poblamiento de la Hispania romana.

Patricia Ana Argüelles Álvarez
Universidade de Santiago de Compostela
patricia.arguelles@usc.es
<https://orcid.org/0000-0001-8973-7751>

ROUSSEAU, Philippe (2022) – *Destin des hommes et jeu des dieux. Lectures de l'Iliade (textes rassemblés, édités et introduits par Xavier Gheerbrant)*, Villeneuve d'Ascq; Presses universitaires du Septentrion, (*Cahiers de philologie*, 37), 514 pp., ISBN 978-2-7574-3720-9

http://doi.org/10.14195/1647-8657_62_15

La mejor forma de abordar un volumen como el que manejamos es dejar claros los objetivos e intenciones que tiene su publicación, una condición que cumple con creces el trabajo que presentamos, si nos atenemos a los dos primeros capítulos: el Prefacio –*Philippe Rousseau lecteur de l'Iliade*– y la Introducción. De estos dos primeros apartados se deduce que esta obra consiste en una recopilación de 17 artículos sobre la Ilíada publicados por el Helenista Philippe Rousseau entre 1990 y 2015. Uno de los mayores exponentes de la “Escuela de Lille”, cuyas aportaciones a los estudios sobre la épica griega han contribuido a profundizar en su conocimiento. Nos referimos, en concreto, a sus trabajos sobre la oralidad, recomposición y relevancia de la tradición griega arcaica en el texto homérico, que han permitido ahondar en la significación de algunos pasajes concretos como el de “la cólera de Aquiles” y su relación con la desaparición de la edad de los héroes.

A partir de estos capítulos iniciales, la obra se distribuye en cinco partes temáticas, que están divididas, a su vez, en los mencionados artículos de Rousseau. El primer apartado –*Le plan de Zeus*– se centra en los análisis hermenéuticos de la Ilíada, así como en la revisión de la idea del plan de Zeus. El segundo apartado –*Le Piège de Zeus*– contiene una revisión de las primeras jornadas del conflicto. Por su parte, en –*L'épopée au miroir du récit de la course de char*–, el autor expone una reflexión en torno a la carrera de carros como un reflejo interno de la propia narrativa de la obra y sus valores morales. El cuarto apartado –*Les origines indo-européennes*– estudia los orígenes indoeuropeos de la Ilíada y, en particular, de la figura de Menelao. La quinta y última parte –*Divers*–, se compone de varios artículos que no siguen una temática concreta, sino que abordan el estudio de la Ilíada desde diversos puntos de vista.

Cierran esta publicación los apartados dedicados a las estructuras compositivas –*Tableaux: les constructions en amande*–; un posfacio, firmado por el propio Philippe Rousseau; dos bibliografías, una primera con trabajos del autor y una segunda, general, con obras citadas; a continuación, un índice

onomástico, expresiones y pasajes de textos clásicos; y, por último, un más que conveniente resumen de cada uno de los capítulos de la obra.

Una vez que nos adentramos en el contenido de cada uno de los trabajos, podemos apreciar con mayor claridad las propuestas e hipótesis de Rousseau. En el primero de ellos –1. *L'intrigue de Zeus*–, que abre el primer apartado, nos encontramos con un análisis de la estructura compositiva –prolepsis, analepsis, metonimias, reformulaciones, etc.– de varios pasajes de la *Iliada*, donde se advierte que el plan de Zeus no está en la evolución de los personajes y acciones sino en la estructura de la narración. Esta idea se complementa con el siguiente artículo –2. *Le nom Diomède*– que ahonda en el personaje de Diomedes, un sustituto y, al mismo tiempo, un contrapunto de Aquiles al servicio de Agamenón, que sigue cumpliendo con el bosquejo de Zeus.

Ya en el segundo bloque, se realiza una lectura simbólica de la figura de Tersites –3. *L'usage du laid: la scène de Thersite dans le chant B de l'Iliade*– como una suerte de sustituto temporal de Aquiles cuando este último es excluido. Continúa la idea del diseño divino en el cuarto artículo –4. *La toile d'Hélène (Iliade Γ 125-128)*– mediante la revisión del canto tercero en el que la diosa Iris le comunica a Helena un posible plan de paz a partir del combate singular entre Paris y Agamenón, que finalmente no se va a producir. El trabajo inmediatamente posterior –5. *L'inaction d'Hector (Iliade E 471-492)*– prosigue con las primeras jornadas del conflicto, en concreto con el canto quinto en el que Héctor se ve superado por la situación y es Sarpedón, caudillo de los Licios, el que insta a reanudar el combate. El análisis del pasaje del canto sexto –6. *Au palais de Pâris (Z 313-369)*– parece incidir en la inevitabilidad del destino de Troya marcado por los dioses, que remiten, incluso, al nacimiento de Helena y su culpa por el destino de la ciudad. El segundo apartado cierra con un artículo –7. *Sur deux scènes du chant H de l'Iliade*– que centra su atención en el séptimo canto, en el que Rousseau incide en la simbología de la construcción de la muralla aquea en su campamento como un espejo de una Troya que se aproxima al desastre.

A continuación, el apartado tercero se inicia con un trabajo –8. *L'oubli de la borne*– que da un salto al canto vigesimotercero, en el que se producen los funerales en honor de Patroclo incluyendo la carrera de carros. Por primera vez el plan de Zeus se diluye debido a su ausencia y las situaciones estructurales se multiplican en vez de centrarse en la dualidad aqueo-troyana. Completa este bloque –9. *Fragments d'un commentaire Antique du récit de la course de chars dans le XXXIII^e chant de l'Iliade*–, una revisión de los escolios antiguos de este episodio –con citas de pasajes de las “Argonáuticas” de Apolonio de Rodas– en los que se hace hincapié en la traducción e interpretación de algunas secuencias concretas.

El cuarto apartado posee dos líneas de análisis, por un lado, el estudio del personaje de Menelao, tanto en su faceta de gobernante jurista y defensivo, opuesto a un Agamenón agresivo y ofensivo –10. *Le deuxième Atride: le type épique de Ménélas dans l'Iliade*–, como en aspectos lingüísticos

acerca de la naturaleza del poder real del caudillo espartano –11. *Remarques complémentaires sur la royauté de Ménélas*–. Por otro, una reflexión en torno a las sucesivas faltas de Paris como una de las causas principales del conflicto –12. *L'égarément de Pâris: à propos d'Iliade Q 25-30*–.

El último de los apartados, compuesto por trabajos de contenido misceláneo, se inicia con una comparativa entre la narración de un seísmo en el canto vigésimo de la *Iliada* provocado por Posidón y la mención a los cataclismos en el libro VI de las *Naturales quaestiones* de Séneca –13. *Quand s'entrouvre et chancelle cette terre qui nous porte...*–. Esta agitación del mundo mortal supone una representación del plan divino que implica la desaparición de la edad de los héroes. En los dos siguientes artículos –14. *La guerre, la parole et l'arc ne sont pas affaire de femmes*; 15. *Remarques sur quelques usages des structures concentriques dans la poésie archaïque grecque*– el autor se adentra en elementos estructurales, como la repetición de secuencias de versos en distintos cantos o el uso de la composición en anillo, respectivamente. A continuación, –16. *Jeux poétiques sur la patrie d'Homère: à propos du livre de Raoul Schrott*–, nos encontramos con una digresión acerca del polémico libro de Raoul Schrott *La patrie d'Homère* (en su traducción francesa), que incide, no tanto en el valor de sus aportaciones al conocimiento de la *Iliada*, Homero y la antigüedad, sino, más bien, en su carácter literario. Para terminar, se selecciona un artículo –17. *Réécrire Homère: remarques sur le récit de la course de chars dans l'Électre de Sophocle*– que vuelve al episodio de la carrera de carros, pero en este caso profundiza en las semejanzas con la *Electra* escrita por Sófocles y la figura de Orestes.

Habida cuenta de que no se trata de una obra unitaria sino la recopilación de trabajos científicos, no nos encontramos con una revisión global de la obra del autor, sino de parte de ella. No obstante, en el posfacio se le da voz al propio Rousseau para que exprese sus opiniones y apreciaciones sobre los artículos expuestos –que enriquecen el discurso–, a las que habría que sumar el buen aparato bibliográfico, de índices y resúmenes de las publicaciones. En definitiva, nos encontramos ante una reedición de algunas de las investigaciones que dibujan –de forma clara y coherente– la línea de trabajo que Philippe Rousseau ha seguido en torno a los estudios de la épica griega a lo largo de su dilatada carrera como helenista.

Arturo Moreno-Benito
Universidad Complutense de Madrid
armoreno@ucm.es

<https://orcid.org/0000-0002-9156-3137>

NORMAS DE REDAÇÃO

1. Apresentação dos textos

- 1.1. O ficheiro de texto (extensões de arquivo .docx, .rtf ou .odt) deve ser submetido através da plataforma Open Journal Systems (OJS): <https://impactum-journals.uc.pt/conimbriga/about/submissions>
- 1.2. A Conimbriga publica originais em português, castelhano, inglês, francês e italiano.
- 1.3. Deverão ser tidas em consideração as normas ortográficas e gramaticais vigentes em cada língua, nomeadamente no que concerne: ao emprego de maiúsculas; existência de um espaço após qualquer sinal de pontuação; ao início do parágrafo recolhido, sem deixar espaço interlinear duplo em relação ao parágrafo anterior; ao uso do itálico para as palavras escritas em língua diversa da do texto.
- 1.4. Os artigos terão uma dimensão máxima de 90 000 carateres (espaços incluídos), com tipo de letra Times New Roman, corpo 11 para texto e 9 para notas de rodapé, e espaçamento entre linhas de 1,5. Apenas em casos muito excecionais devidamente justificados serão admitidos textos mais extensos.
- 1.5. As citações diretas (transcrições de excertos) com mais de três linhas devem ser destacadas no corpo do texto com recurso a uma linha de intervalo, a indentação de 0,5 cm e a letra de tamanho 10, mantendo o espaçamento entre linhas.

2. Autoria e resumo/abstract

O artigo deve ser precedido por uma página de rosto na qual conste o título, o nome do(s) autor(es), a(s) filiação(ões) institucional(ais), endereço(s) eletrónico(s),

código(s) ORCID, um resumo (máximo de 1 000 caracteres com espaços) e palavras-chave (entre 3 e 5) no idioma do texto e em inglês (*Abstract* e *Keywords*) ou em português e inglês quando estes não são os idiomas do texto.

3. Citações

A citação no corpo do texto deve fazer-se de forma abreviada entre parêntesis, com o(s) apelido(s) do(s) autor(es), a data de publicação e o número da(s) página(s) respeitante(s), usando-se a conjunção ‘e’ quando os autores são dois ou três e a abreviatura ‘*et al.*’ referente à locução latina *et alii/ae* quando o seu número é superior a três. [v. g. (MATTOSO, 1988: 100), (BUONOPANE e MATROCINQUE, 2004), (ÉTIENNE, MAKAROUN e MAYET, 1994), (RAMIL REGO *et al.*, 2005-2006: 540)]

4. Notas

- 4.1. Os artigos poderão compreender notas de rodapé, ainda que tendencialmente limitadas e breves, reservando-se para informações complementares de abono do texto.
- 4.2. Caso, porém, se tornem indispensáveis, use-se numeração contínua.

5. Bibliografia

- 5.1. Preconiza-se a apresentação, no final do texto, da bibliografia citada, por ordem alfabética dos apelidos dos autores (em versaletes) e, em cada autor, por ordem cronológica dos seus trabalhos. Se houver dois textos dum autor com a mesma data, a distinção, se necessária, far-se-á pela aposição de uma letra minúscula (1984a, 1984b...).
- 5.2. Todos os autores devem ser citados pelo último apelido (v. g. VASCONCELOS, José Leite de) e só os autores espanhóis se arrolam pelo penúltimo (v. g. BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María).
- 5.3. Deve privilegiar-se a indicação por extenso do primeiro nome do(s) autor(es), para maior facilidade da sua identificação.
- 5.4. Os títulos de obras e os nomes de revistas figurarão em itálico.

- 5.5. No caso das obras, ao(s) apelido(s) e nome(s) do(s) autor(es) segue-se o ano de publicação entre parêntesis curvos, o título precedido de travessão e o local de publicação [v. g. ALARCÃO, Jorge de (2018) – *A Lusitânia e a Galécia: do séc. II a. C. ao séc. VI d. C.*, Coimbra].
- 5.6. As obras coletivas vêm identificadas pelo(s) apelido(s) e nome(s) do(s) seu(s) editor(es) [ed. ou eds.] ou coordenador(es) [coord. ou coords.] [v. g. RENFREW, Colin; BAHN, Paul, eds. (2014) – *The Cambridge World Prehistory*, Cambridge.]
- 5.7. Nas contribuições em obras coletivas, ao(s) apelido(s) e nome(s) do(s) autore(s) segue-se o ano de publicação entre parêntesis curvos, o título do capítulo precedido de travessão e a referência à obra coletiva precedida por *in* e finalizada pela indicação das páginas correspondentes [v. g. ENCARNÇÃO, José d' (2017) – A singularidade cultural do SW da Lusitânia romana, *in* BERMEJO BARRERA, José Carlos; GARCÍA SÁNCHEZ, Manel, eds. – *ΔΕΣΜΟΙ ΦΙΛΙΑΣ. Bonds of Friendship: Studies in Ancient History in Honour of Francisco Javier Fernández Nieto*, Barcelona, pp. 105-121].
- 5.8. No caso das revistas, ao(s) apelido(s) e nome(s) do(s) autore(s) segue-se o ano de publicação entre parêntesis curvos, o título do artigo precedido de travessão, o nome da revista, o número do volume, em numeração árabe, e a indicação das páginas correspondentes [v. g. MANTAS, Vasco (2019) – Da capital da Lusitânia a *Bracara Augusta* pela serra da Estrela, *Conimbriga*, 58, pp. 255-300].
- 5.9. As revistas podem ser identificadas pelas siglas consignadas em *L'Année Philologique*. Sempre que se revelar útil, poderá a bibliografia ser precedida de uma tábua de abreviaturas.
- 5.10. O local de publicação (prescindível no caso das revistas) deve ser traduzido (se possível) na língua de redação do artigo, sendo dispensável a identificação da editora.
- 5.11. Os artigos e outras contribuições em documentos eletrónicos devem, tanto quanto possível, conter o(s) apelido(s) e nome(s) do(s) autore(s), o ano de publicação entre parêntesis curvos, o título da contribuição precedido de travessão, o nome da publicação, o tipo de suporte (entre parêntesis retos), o número do volume, em numeração árabe e a indicação das páginas, se for o caso, seguindo-se informação sobre as datas de atualização ou revisão e de consulta (entre parêntesis retos), bem como de disponibilidade e acesso. [v. g. LORRIO, A. J.; RUIZ ZAPATERO, G. (2005) – *The Celts in Iberia: An*

Overview, *e-Keltoi* [em linha], 6, pp. 167-254. Publ. 1 fev. 2005 [Consult. 16 out. 2021]. Disponível em: [https://dc.uwm.edu/ekeltoi/vol6/iss1/4/.](https://dc.uwm.edu/ekeltoi/vol6/iss1/4/)]

- 5.12. Pode incluir-se no final das referências o respetivo DOI, ou URL, precedido e seguido por ponto final.

6. Imagens/Gráficos/Tabelas

- 6.1. Os elementos gráficos que acompanhem o texto deverão ser enviados em separado, devidamente identificados e numerados, bem como as respetivas legendas.
- 6.2. As imagens, gráficos e tabelas devem ser identificadas sequencialmente como FIG(ura) 1, 2..., com exceção das imagens fotográficas, que devem seguir ordenação autónoma como FOT(ografia) 1, 2...
- 6.3. As imagens, enviadas em formato jpg ou tiff, com resolução mínima de 400 dpi, figurarão no final do texto, com as seguintes dimensões: 11 x 7,5 ou 11 x 17 ou 17 x 24, obedecendo à mancha da publicação (11x17 cm).
- 6.4. Quando não puderem ser impressas em tamanho natural, as imagens serão reduzidas, pelo que a inclusão de uma escala gráfica é, por isso, indispensável, assim como a indicação do N(orte) em plantas e fotografias.
- 6.5. Cabe ao autor a responsabilidade de assegurar a competente autorização para a publicação de imagens que estejam ao abrigo dos direitos de autor.
- 6.6. As tabelas ou gráficos, enviados em ficheiro editável (extensões de arquivo .docx, .rtf ou .odt), figurarão também no final do texto.
- 6.7. Na edição impressa revista publicam-se imagens, gráficos e tabelas a preto e branco ou em escala de cinzas, podendo a versão digital da mesma integrar imagens, gráficos e tabelas a cores quando disponibilizados pelos autores.
- 6.8. O Conselho de Redação poderá solicitar a redução do número de estampas.

7. Recensões

- 7.1. A obra recenseada será identificada de acordo com o modelo usado na bibliografia, ao que se acrescenta o número de páginas e o *International Standard Book Number* (ISBN).

7.2. Os textos não devem exceder os 10 000 caracteres com espaços, nem são acompanhados por notas de rodapé.

Revisões

1. Parte-se do princípio de que a revisão do texto foi cuidadosamente realizada por parte do(s) autor(es), pelo que à Redação competirá verificar apenas se a formatação foi feita corretamente.
2. Serão enviadas aos autores unicamente as primeiras provas dos textos aceites para publicação. Nelas não devem ser introduzidas alterações ao texto, admitindo-se apenas correção de gralhas e erros ortográficos.

Direito de rejeição

A Direção reserva-se o direito de recusar a publicação de trabalhos, quer por falta de qualidade científica do texto, quer por falta de qualidade dos elementos gráficos, justificando-o sempre, excetuando os casos de direito de resposta previstos na Lei de Imprensa.

ÍNDICE GERAL

<i>Alain Tranoy (1939-2023)</i>	5
JORGE DE ALARCÃO E JOSÉ D'ENCARNAÇÃO <i>José Luís Madeira</i>	7
ANTÓNIO MANUEL S. P. SILVA <i>Sobre os Callaeci e o seu epónimo: algumas considerações</i>	19
PETER ROTHENHOEFER E JAVIER MORALEJO ORDAX <i>New evidence of roman governors and officers on glandes inscriptae from Republican Hispania</i>	49
ISABEL RONDÁN, JOÃO PEDRO BERNARDES, LÁZARO LAGÓSTENA BARRIOS E CELSO CANDEIAS <i>O contributo de métodos não invasivos na deteção do perímetro das cidades romanas provinciais: o caso do municipium de Balsa (Tavira, Portugal)</i>	71
MÁRIO DA CRUZ E BERNARD GRATUZE <i>A produção secundária de vidro romano em Conímbriga: novos dados</i>	101
JOSÉ RUIVO <i>O depósito monetário tardo-romano da Sepultura 6 da Casa dos esqueletos (Conímbriga, Portugal)</i>	123
VIRGÍLIO HIPÓLITO CORREIA <i>Nota sobre a produção de cerâmica no período tardo-antigo em Conímbriga</i>	145
ANDRÉ LOPES PEREIRA E MARCOS OSÓRIO <i>A pizarra visigótica de Moradios (Malhada Sorda, Almeida) e o seu contributo para a discussão sobre a relevância deste sítio arqueológico na Alta Idade Média</i>	163

MARINA AFONSO VIEIRA E SUSANA TEMUDO <i>Notas para o conhecimento da cerâmica medieval no Alto Paiva.</i> <i>O contributo do sítio de Carvalhais (Vila Nova de Paiva, Viseu)</i>	195
JOSÉ D'ENCARNAÇÃO <i>Sarrazola, Alexandre (2021) – O Lugar de Sarrazola, Arqueologia</i> <i>de Salvaguarda e Crónicas de Contracultura</i>	241
JOSÉ D'ENCARNAÇÃO <i>Schmidt, Manfred G. (2021) – Via Augusta Baeticae</i> <i>– La Vía Augusta de la Bética y sus inscripciones</i>	245
VASCO GIL MANTAS <i>Andreu Pintado, Javier; Redentor, Armando e Alguacil Villanúa,</i> <i>Elena, eds. (2022) – Valetе Vos Viatores. Traveling Through Latin</i> <i>Inscriptions Across the Roman Empire</i>	249
PATRICIA ANA ARGÜELLES ÁLVAREZ <i>Nogales Basatarre, Trinidad; Museo Nacional de Arte Romano,</i> <i>eds. (2022) – Ciudades Romanas de Hispania II</i>	259
ARTURO MORENO-BENITO <i>Rousseau, Philippe (2022) – Destin des hommes et jeu des dieux.</i> <i>Lectures de l'Illiade (textes rassemblés, édités et introduits</i> <i>par Xavier Gheerbrant)</i>	263



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



 Santander Totta